

Outros títulos

- Agacinski, Sylviane, *Política dos Sexos*
 Bourdieu, Pierre, *A Dominação Masculina*
 Cardoso, Adelino, e Maria Luísa Ribeiro Ferreira (orgs.), *Medicina dos Afectos: Correspondência entre Descartes e a Princesa Elisabeth da Boémia*
 Ferreira, Virgínia, Teresa Tavares e Sílvia Portugal (orgs.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility and Citizenship in Europe*
 Fonseca, Laura Pereira da, *Culturas Juvenis, Percursos Femininos: Experiências e Subjectividades na Educação de Raparigas*
 Giddens, Anthony, *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*
 Goody, Jack, *Família e Casamento na Europa*
 Guerreiro, Maria das Dores, *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*
 Magalhães, Maria José, *Movimento Feminista e Educação: Portugal, Décadas de 70 e 80*
 Rebelo, Glória, *Trabalho e Igualdade: Mulheres, Teletrabalho e Trabalho a Tempo Parcial*
 Rowland, Robert, *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*
 Silva, Maria Cardeira da, *Um Islão Prático: O Quotidiano Feminino em Meio Popular Muçulmano*
 Torres, Anália Cardoso, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos: Uma Análise Sociológica*
 Torres, Anália Cardoso, *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*
 Valverde, Paulo Jorge, *Máscara, Mato e Morte: Textos Para Uma Etnografia de São Tomé*
 Viegas, José Manuel Leite, e Sérgio Faria, *As Mulheres na Política*

ANÁLIA CARDOSO TORRES

CASAMENTO EM PORTUGAL

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

CELTA EDITORA
 OEIRAS / 2002

© Anália Cardoso Torres, 2002

Anália Cardoso Torres

Casamento em Portugal: Uma Análise Sociológica

Primeira edição: Novembro de 2002

Tiragem: 800 exemplares

ISBN: 972-774-155-X

Depósito-legal: 187750/02

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz | Arranjo: Paula Neves | Imagem: Teresa Costa Rego

Impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda.

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal

Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

Tel.: (+351) 214 417 433

Fax: (+351) 214 467 304

E-mail: mail@celtaeditora.pt

Página: www.celtaeditora.pt

ÍNDICE

Índice de figuras e quadros	vii
Agradecimentos	xiii
Introdução	1
1 O CASAMENTO E A QUESTÃO DAS MULHERES: UMA PROPOSTA	7
Linhas de investigação	7
Núcleos problemáticos e hipóteses de investigação	11
Uma visão específica do indivíduo no contexto da conjugalidade	21
Metodologia e técnicas utilizadas: breves notas	42
2 PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O CASAMENTO, FORMAS DE CELEBRAÇÃO E PAPÉIS SEXUAIS	47
Práticas e representações sobre o casamento	48
Formas de celebração: representações ritualistas e laicas	63
Namoro, iniciação sexual, sentimento amoroso	76
Casar porquê e para quê?	81
Casamento laico, relacional e simétrico	90
Combinações e arranjos: tendências de mudança	105
3 TRAJECTÓRIAS, DINÂMICAS E FORMAS DE CONJUGALIDADE	113
O tempo da instalação: os primeiros anos	113
O tempo das mudanças e das transições: entre os dez e os vinte anos	154
O tempo da conformação ou da realização pessoal	182
O espaço do nós e o espaço do eu: breves notas	236

Género, formas de conjugalidade, tipos de centramento: algumas conclusões	241
Conclusões	255
Referências bibliográficas	267
Anexo 1	273
Anexo 2	279

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figuras

1.1 Esquema de relações conceptuais	41
1.2 Formas e dimensões do conceito de conjugalidade e tipos de centramento	42
2.1 Evolução das taxas brutas de nupcialidade e de divórcio entre 1960 e 2000	55
2.2 Evolução do casamento católico entre 1960 e 2000 (%)	64
A.1 Média de idade das mulheres ao nascimento do 1.º filho, 1960-2000	290
A.2 Número médio de filhos por mulher em 2000, na União Europeia	290

Quadros

2.1 Modelo de simetria na família, segundo o sexo (Grande Lisboa, 1997)	52
2.2 Modelo de simetria na família, segundo a condição perante o trabalho (Grande Lisboa, 1997)	52
2.3 Modelo de simetria na família, segundo o nível de instrução (Grande Lisboa, 1997)	53
2.4 Evolução de alguns indicadores demográficos relativos à natalidade, ao casamento e ao divórcio (1960-2000)	57
2.5 Indicadores demográficos por regiões, 1999 (em percentagem) ..	58
2.6 Situação conjugal dos inquiridos, segundo a idade (Nacional, 1999)	59
2.7 União de facto anterior ao casamento, segundo o nível de instrução (Nacional, 1999)	59

2.8 União de facto anterior ao casamento, segundo a região (Nacional, 1999).....	59
2.9 Opiniões sobre o casamento, segundo o sexo do inquirido (Grande Lisboa, 1997)	62
2.10 Opiniões sobre o casamento, segundo o nível instrução (Nacional, 1999).....	62
2.11 Opiniões sobre o casamento, segundo o escalão etário do inquirido (Nacional, 1999).....	62
2.12 Opiniões sobre o casamento, segundo a região do inquirido (Nacional, 1999).....	64
2.13 Forma de celebração do casamento, segundo o nível de instrução (Nacional, 1999).....	66
2.14 Forma de celebração do casamento, segundo a região (Nacional, 1999).....	66
2.15 Forma de celebração do casamento, segundo a posição perante a religião (Nacional, 1999).....	66
2.16 União de facto anterior ao casamento, segundo a forma de celebração do casamento (Nacional, 1999).....	67
2.17 Opiniões sobre o casamento, segundo o nível instrução (Grande Lisboa, 1997)	68
2.18 Opiniões sobre o casamento religioso, segundo a região (Nacional, 1999).....	69
2.19 Posição perante a religião, segundo a região (Nacional, 1999).....	71
2.20 Opiniões sobre o casamento religioso dos casados, segundo a forma de celebração do casamento (Nacional, 1999).....	72
2.21 Opiniões sobre o casamento religioso, segundo o sexo (Nacional, 1999).....	73
2.22 Opiniões sobre o casamento religioso, segundo a idade (Nacional, 1999).....	73
2.23 Opiniões sobre o divórcio, segundo a região (Nacional, 1999).....	74
2.24 Síntese de opiniões sobre condições e requisitos para o sucesso do casamento	98
3.1 Tempos e formas de conjugalidade	252
A.1 Evolução das taxas brutas de nupcialidade e de divórcio entre 1960 e 1999	279
A.2 Média de idade ao 1.º casamento	279
A.3 População residente com 12 ou mais anos, segundo estado civil, sexo e grupo etário (percentagem em linha)	280
A.4 Uniões de facto/casados sem registo 1991 e 2001, por regiões.....	281
A.5 Evolução do casamento católico de 1970 a 1999 (Portugal).....	281
A.6 Casamentos católicos, por regiões entre 1988 e 1999.....	282
A.7 Percentagem de casamentos católicos, por NUTS II, 1988 e 1999.....	283

A.8 Percentagem de casamentos civis no total dos casamentos celebrados por NUTS III (1999)	283
A.9 Casamentos celebrados segundo o sexo, a idade dos cônjuges e a forma de celebração do casamento (1999).....	284
A.10 Opinião sobre o casamento, segundo o estado civil (Nacional, 1999).....	285
A.11 Opiniões sobre o casamento, segundo o nível de instrução (Nacional, 1999; Grande Lisboa, 1997)	285
A.12 Opiniões sobre o casamento dos casados, segundo a forma de celebração do casamento (Nacional, 1999).....	285
A.13 Opiniões sobre o casamento religioso, segundo o estado civil (Nacional, 1999).....	286
A.14 Posição perante a religião, segundo o sexo do inquirido (Nacional, 1999).....	286
A.15 Opiniões sobre o divórcio, segundo o sexo do inquirido (Grande Lisboa, 1997)	286
A.16 Opiniões sobre o divórcio, segundo a idade do inquirido (Nacional, 1999).....	287
A.17 Nados-vivos fora do casamento por NUTS III, 1999	287
A.18 Casamentos celebrados, segundo a idade dos cônjuges, 1999.....	288
A.19 Taxas brutas de natalidade, nupcialidade e divórcio por NUTS II entre 1991 e 1999	289

*À memória da minha avó, Anália Torres,
que me transmitiu o prazer de ler,
de escrever e de aprender*

*Aos meus Pais,
no seu 50.º aniversário de casamento,
porque além de todo o amor
que deram aos filhos
são o perfeito exemplo do Casal*

*Ao João, como diz o poema,
"o que eu sinto é tão maior,
que não cabe meu amor
nas palavras que disser"*

AGRADECIMENTOS

Ao ISCTE, instituição onde trabalho desde 1985, devo apoios diversos sem os quais não teria sido possível iniciar a corrida de fundo que conduziu à dissertação de doutoramento na qual este livro se baseia. Permitiu-me beneficiar, designadamente, de três anos de dedicação às tarefas exigentes que sempre estão implicadas na execução de teses de doutoramento.

Agradecimentos são também devidos à Fundação para a Ciência e Tecnologia, antiga Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, que financiou quer a pesquisa fundamental sobre o casamento, quer outras duas investigações que deram contributos importantes sobre a divisão do trabalho entre homens e mulheres, ao nível nacional, e sobre a guarda das crianças, na Grande Lisboa. A última, aliás, foi financiada ao abrigo de um protocolo com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Várias pessoas contribuíram para tornar possíveis as pesquisas em que se apoia esta dissertação. Centrais para o trabalho empírico são sempre os entrevistados e inquiridos que, com a sua boa vontade, se dispõem a colaborar. A eles se devem dirigir palavras de agradecimento e de reconhecimento.

No caso das entrevistas realizadas, foram também decisivas todas as pessoas que me puseram em contacto, directa ou indirectamente, com esses entrevistados, bem como todos aqueles que fui conhecendo em contextos de investigação-acção em bairros pobres dos arredores de Lisboa e que se disponibilizaram igualmente para ajudar. A lista é extensa, porventura incompleta, mas merece ser explicitada, até porque nalguns casos essas colaborações vinham já de pesquisas anteriores: Artur Santos, Cristina Lobo, Duarte Pimentel, Helena Carvalho, Isabel Godinho, João Ferrão, João Quintela, José Luís Castro, Luísa Schmidt, Margarida Timóteo, Maria das Dores Guerreiro, Paulo Alves, Rosa Parkinson, Teresa Sónia. A todos eles agradeço.

Nas pesquisas referidas pude contar com várias colaborações. Numa primeira fase a Teresa Líbano Monteiro, o Paulo Santos e a Alexandra Teixeira deram apoio fundamental na realização das entrevistas e em recolha

e tratamento de informação. O seu empenhamento no trabalho realizado resultou em ajuda preciosa.

Nos inquéritos por questionário realizados pude contar também com o apoio de investigadores que contribuíram decisivamente para os seus resultados, como José Luís Castro, Francisco Vieira da Silva, Sofia d'Aboim Inglês e Pedro Vasconcelos, Teresa Líbano Monteiro, Patrícia Ávila, Miguel Cabrita e Filipa Henriques de Jesus. O Francisco participou activamente nos dois inquéritos, além de ter colaborado no tratamento de informação estatística para esta dissertação, devendo ser realçada a sua permanente disponibilidade, persistência e capacidade de trabalho. Com a Teresa voltei a ter o prazer de colaborar, aproveitando mais uma vez a sua experiência e vivacidade. Mais recentemente contei com a colaboração perspicaz e dedicada da Rita Mendes na actualização de informação estatística.

No contexto da docência e da investigação no ISCTE/CIES e, mais especificamente, no âmbito da sociologia da família, beneficiei sempre das discussões colectivas e de todo o apoio de Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo e Karin Wall. Também com o António Firmino da Costa persistiu o debate e sempre proveitosa troca de opiniões. O David Miranda e a Helena Carreiras apoiaram-me continuamente, ajudando-me a conciliar docência e investigação.

Um conjunto de colegas de língua francesa foi acompanhando e estimulando o meu trabalho ao longo destes anos, devendo destacar Nadine Lefaucheur, Didier Legal, Claude Martin, Michel Bozon, Jean Claude Kaufmann e François de Singly.

Realce especial merece ainda o apoio dado por Jean Kellerhals, autor de obras de referência no âmbito da sociologia da família, que como consultor da pesquisa sobre o casamento lhe valorizou claramente os resultados. A Maria de Lurdes Lima dos Santos, a minha orientadora, estou especialmente agradecida. Quer em investigação anterior, quer na presente tem demonstrado, ao longo dos anos, toda a disponibilidade para acompanhar o meu trabalho, discutindo-o e sugerindo correcções que sempre o beneficiam.

No plano mais íntimo contei sempre com vários estímulos. Eles foram particularmente valiosos num período longo da minha vida em que nem todos os desejos foram concretizados. O carinho dos meus pais, da Elsa e da Mariana, as ajudas concretas da Cristina, o apoio da Isabel foram indispensáveis para me proporcionar o ambiente emocional sem o qual qualquer trabalho criativo se torna impossível. Com o João tenho o enorme e raro privilégio de poder contar em várias frentes, numa troca de afectos e de ideias que tanto beneficiam directamente a minha pessoa como o meu trabalho.

Mas o amor é uma das respostas que o homem inventou para olhar de frente a morte. Por intermédio do amor roubamos ao tempo que nos mata umas quantas horas que transformamos às vezes em paraíso outras em inferno.

Das duas maneiras o tempo distende-se e deixa de ser uma medida.

Para lá da felicidade ou infelicidade, embora seja as duas coisas, o amor é intensidade; não nos oferece a eternidade mas a vivacidade, esse minuto no qual se entreabrem as portas do tempo e do espaço: aqui é lá, e agora é sempre. No amor tudo é dois e tudo tende a ser um.

Octavio Paz, *A Chama Dupla: Amor e Erotismo*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1995, pp. 95-96.

INTRODUÇÃO

Casar é brincar aos deuses e jogar aos dados. Brincar aos deuses porque se assume o acto fundamental da criação de um espaço íntimo, de uma casa, de outras vidas. Tarefa dos deuses porque poucos actos da nossa vida estarão de tal maneira carregados de promessas de futuro e nos darão a mesma sensação de controlo sobre o destino. Brincar aos deuses porque amamos e escolhemos uma relação, temos o poder de decidir, de construir, mas também de destruir.

Jogar aos dados, pois. Dizer que se quer estar com alguém para sempre, cada vez mais parece um jogo prometedor mas arriscado. Antes a instituição protegia, oferecendo segurança, compensando eventuais faltas de entusiasmo. Hoje, grandes apostas e elevadas expectativas correspondem também a maior risco e menor protecção, pois são claras para toda a gente as incertezas que tornam o sentimento amoroso simultaneamente poderoso e frágil. O amor, associado ao casamento, transformou a conjugalidade nessa aposta de resultante incerta. Mas nem por isso esse movimento para o outro deixa de se repetir geração após geração, agora cada vez mais atraente e reparador, prestando-se a cumprir ao nível do desejo todas as fantasias. Com mais ou menos pimenta e imaginação, o outro aparece-nos sempre, pelo menos num primeiro momento, destinado a ter um papel central nessa aventura de ser deus.

Mas se persiste a ideia de relação e se passamos dessa fase inicial para a outra de fazer selar compromissos privados com actos públicos, que é o que se faz quando se formaliza o casamento, revela-se ao mesmo tempo esse outro lado obrigatoriamente implicado nas tarefas da criação. Além de amar, cuidar e fazer crescer, outros nomes para a função de assegurar reciprocidades afectivas na relação conjugal e na relação parental, é preciso organizar recursos, estabelecer fronteiras entre espaços íntimos, privados e colectivos, conviver com as diferenças das famílias com quem também se casa, sanar ou resolver conflitos, assegurar harmonias difíceis entre profissão e família. Sob este ângulo, ser deus é também uma grande canseira, de que só poucos, mesmo assim, desistem.

Em investigação anterior constituiu-se o divórcio como objecto de pesquisa e foi possível analisar esses lados mais difíceis da conjugalidade, que tinham aí conduzido ao fim da relação. Na pesquisa intitulada *Trajectórias Dinâmicas e Formas de Conjugalidade. Assimetrias Sociais e de Género no Casamento* (Torres, 2000), com base na qual se publica este livro, pretendeu-se perceber outros lados da conjugalidade. Centrou-se agora a análise na relação entre dinâmicas externas e internas da relação conjugal.

Estudou-se, por um lado, o conjunto de condicionamentos globais de nível macro susceptíveis de interferir na forma como se vive a conjugalidade nos nossos dias. A chamada questão feminina, o casamento e as propostas teóricas do lugar da sociologia que foram surgindo ao longo do século XX para explicar essas questões, bem como as mudanças em termos da recomposição social e dos valores, o papel da actividade profissional e a sua relação com a conjugalidade, tudo isso foi constituindo uma rede de dimensões significativas.

Por outro lado, no que poderíamos designar por nível micro, procurou-se, a partir do sentido subjectivo atribuído pelos actores às suas experiências, perceber o ponto de vista de cada indivíduo, no contexto do casal, quer sobre diferentes aspectos da vida conjugal, quer sobre a vida profissional, as expectativas e os desejos de mudança. Em síntese, procurou-se partir do nível mais global para encontrar os factores condicionantes das práticas e representações individuais. E a partir destas, a tentativa foi a de entender como estavam inscritas as dimensões globais nas práticas e de que modo essas dimensões seriam susceptíveis de produzir efeitos sobre os indivíduos e sobre a forma de viver a conjugalidade.

A partir do título da pesquisa, acima referido, que deu origem a este livro, é possível localizar aspectos centrais do objecto da investigação. Estudar as trajectórias conjugais decorre de se considerar que o contexto social e o percurso específico anterior ao casamento condicionam as expectativas e as práticas relativas à conjugalidade. Captaram-se dinâmicas conjugais, porque ao analisar casais com diferentes durações de casamento foi possível detectar como o próprio processo conjugal vai criando e recriando situações novas que exigem adaptações e mudança. Identificaram-se desde logo diferentes formas de conjugalidade, caracterizadas a partir de recursos, práticas, representações e valores, que mostram, para além de certas tendências centrais, a grande diversidade de fazeres e entendimentos possíveis do casamento. Diferenças que vão de um pólo em que é o indivíduo a impor as suas condições à forma de funcionar da instituição, adequando-a aos seus interesses, ao pólo oposto, de sujeição, sem graus de autonomia, aos constrangimentos institucionais, que a ausência de recursos e alternativas transforma em dependência. Por isso, as assimetrias sociais jogam também aqui papel importante e diferenciador.

Finalmente, o género constituiu elemento fundamental que atravessa

todas as tipologias e as tendências de nível macro identificadas. Na verdade, quando se procura identificar as mudanças no século XX, no plano da vida privada como no da vida pública e independentemente dos limites de tais classificações — temática que foi de forma desenvolvida abordada em publicação anterior (Torres, 2001) —, lá teremos a questão feminina a atravessar essas dimensões. Revela-se aí, aliás, a íntima relação entre as duas esferas. Ao ocupar novos postos no “exterior”, as mulheres alteraram o seu lugar em casa e vice-versa. São rotações, por vezes tímidas, outras mais ousadas, mas o que importa é que esses processos de mudança, ainda em curso, revelaram tal peso nas questões enfrentadas que merecem ocupar lugar e visibilidade centrais.

A pesquisa publicada sob a forma de dissertação de doutoramento, constituindo um trabalho uno, era, no entanto, pela sua dimensão, dificilmente editável como tal em livro. Decidiu-se assim repartir a publicação por três volumes, que correspondem a partes logicamente possíveis de autonomizar.

A componente já publicada (Torres, 2001), faz o percurso de alguns autores clássicos (Durkheim, Simmel, Burgess, Parsons, Goode) relevantes no domínio da sociologia da família dos finais do século XIX e do século XX. Ocupam aí igualmente lugar de destaque as autoras que nos anos 70 sugeriram novos olhares sobre a temática do casamento e da questão feminina, bem como outros autores contemporâneos mais significativos. O debate envolve propostas sobre temas como o da relação entre contextos sociais e casamento, o da divisão social e sexual do trabalho, o do género e conjugalidade, o do amor, da dominação masculina, da mudança social.

A relação entre vida conjugal e trabalho, outra parte relevante e extensa da dissertação de doutoramento, merece pela sua actualidade e interesse ser publicada em livro autónomo num breve futuro. Depois de uma análise mais genérica sobre o problema da relação entre casamento e actividade profissional e da especificação para o caso português das diferentes posições perante o trabalho exterior de homens e mulheres, foca-se a atenção nos sentidos subjectivos e tenta-se restituir, a partir das entrevistas, o modo como cada um dos cônjuges encara a actividade profissional. Desenvolve-se também aí a análise de dados de uma pesquisa comparativa realizada em vários países europeus.

Quanto ao presente livro, ele aborda dois núcleos problemáticos da investigação: a relação entre mudança e conjugalidade, e as dinâmicas conjugais, formas de conjugalidade e tipos de centramento. Importa, de forma sintética, identificar o conteúdo de cada capítulo, para tornar claro como ficou organizada a exposição.

No capítulo 1 procura-se explicar como surgiram as interrogações e hipóteses de investigação e se formulou o modelo de análise. Identificam-se igualmente aqui alguns conceitos centrais e os núcleos problemáticos a que se procurou dar resposta ao longo do trabalho. Dá-se conta da estratégia

metodológica seguida, a qual por sua vez comandou diferentes técnicas de recolha de informação, incluindo a análise sociográfica, o inquérito por questionário e as entrevistas em profundidade. Estas últimas constituíram um dos instrumentos fundamentais, tendo sido aplicadas a casais da Grande Lisboa de diferentes condições de existência, durações de casamento e idades. Os dois membros do casal foram sempre entrevistados em separado.

O capítulo 2 desenvolve-se a partir da análise do núcleo problemático, que diz respeito à questão da mudança social e das práticas, representações e valores relativos ao casamento. É tida em conta a informação de nível macro e, a partir de elementos recolhidos em inquéritos por questionário, propõe-se a identificação de algumas tendências centrais de valores sobre a simetria entre homens e mulheres na família, sobre a conjugalidade, sobre o casamento e as suas formas de celebração. Passa-se depois aos discursos na primeira pessoa, procurando perceber, entre outros aspectos, o sentido subjectivo atribuído pelos actores aos seus trajectos anteriores ao casamento, às escolhas conjugais, às motivações para casar. O facto de se terem seleccionado pessoas casadas de diferentes condições de existência e duração de casamento permitiu também captar, directa e indirectamente, aspectos de permanência e mudança cuja relevância pareceu inequívoca.

No capítulo 3, em torno da problemática das formas de conjugalidade, das dinâmicas conjugais, dos contextos e do género, centra-se a atenção na história conjugal dos diversos casais, do ponto de vista de cada um dos seus membros. Identificam-se diferentes formas de conjugalidade e tipos de centramento nas várias dimensões da vida conjugal e familiar. Percorrem-se as histórias analisadas, explorando também a dimensão comparativa, a partir da classificação dos entrevistados em grandes grupos de duração do casamento e segundo as respectivas condições de existência. É através das suas descrições da trajectória que vai do namoro ao casamento e do decurso deste, que se constituíram os pontos de referência para a identificação das formas de conjugalidade e dos tipos de centramento. Teve-se em conta, nomeadamente, a avaliação que fazem de momentos positivos e negativos, de conflitos e aborrecimentos, das relações com familiares e amigos, da organização da vida doméstica e dos cuidados com os filhos, da actividade profissional, dos desejos de mudança nas diferentes dimensões da vida. Os condicionamentos de género exigiram avaliação transversal à duração do casamento, às condições de existência e às tipologias definidas.

No final identificam-se as principais conclusões, retomando questões de natureza mais global. O anexo metodológico (anexo 1) mostra alguns suportes da pesquisa, como o guião de entrevista, ao mesmo tempo que se deixam um pouco mais pormenorizadamente especificados os caminhos seguidos e alguns dos aspectos instrumentais das técnicas utilizadas. Um conjunto de dados estatísticos de diferentes fontes, bem como resultados de inquéritos por questionário, completam a informação disponível no anexo 2.

O esforço de objectivação científica, em particular em torno de temas que tocam intimidades e afectos, corre o risco de parecer congelar e, no limite, extrair a vida daquilo que mais à vida diz respeito. Resta esperar que tal risco não tenha produzido os seus mais negativos efeitos.

Capítulo 1

O CASAMENTO E A QUESTÃO DAS MULHERES

Uma proposta

Linhas de investigação

A formulação das hipóteses e as linhas de desenvolvimento desta investigação foram alimentadas por trajectos anteriores de pesquisa. Com novo olhar e outras perspectivas teórico-conceptuais, procurou-se explorar a relação entre as mudanças no estatuto das mulheres e a conjugalidade. Importa desde já referir de que forma as novas interrogações enraizam nas anteriores e como, simultaneamente, delas se distanciam.

No passado, e em investigação centrada sobre o divórcio (Torres, 1996), procurara-se, entre outros objectivos, entender razões da sua subida nos últimos trinta a quarenta anos. Af se avançara que eram principalmente três, as razões fundamentais que podiam contribuir para explicar um aumento tão significativo da ruptura conjugal, particularmente acelerado no nosso país.¹ Muito sinteticamente, considerara-se então que o divórcio subira porque os valores associados ao casamento mudaram, porque as mulheres dependiam economicamente menos dos homens — factor associado à sua entrada generalizada no mercado de trabalho — e, finalmente, considerara-se que a mudança de valores se traduzia também em maior liberdade individual perante a instituição casamento, permitindo aos cônjuges romper relações consistentemente insatisfatórias, e se reflectira em mudanças legislativas que patenteavam maior tolerância perante o divórcio, como em quase todos os países ocidentais. Embora o objecto empírico fosse a ruptura conjugal, em termos de construção do objecto eram, assim, as relações conjugais, que se situavam no

1 Enquanto na generalidade dos países o aumento da ruptura conjugal, bem como as oscilações num conjunto de indicadores demográficos como a natalidade, a nupcialidade, as uniões de facto e os nascimentos fora do casamento se desencadeiam a partir dos anos 60, em Portugal estes movimentos só se tornam mais claros depois de Abril de 1974 (Torres, 1996).

centro da pesquisa. Também a questão da mudança de valores e do estatuto das mulheres atravessava a investigação anterior.

O que agora se pretende, de forma mais centrada nas relações conjugais dos que permanecem casados, é apreciar e avaliar com mais cuidado esses processos de transformação. Interessa, em especial, estudar os aspectos das relações conjugais que mais directamente se relacionem com práticas e representações ligadas à problemática da relação entre género, casamento e mudança social. Vale a pena reter um exemplo da pesquisa anterior para clarificar o tipo de problemas de investigação que se nos deparam.

As modalidades particulares de protagonizar a ruptura conjugal no contexto português, a tentativa de explicar a sua subida no nosso país e nas sociedades contemporâneas, tinham constituído, como já se disse, objectivos anteriores. Além de procurar responder às questões formuladas, considerava-se a ruptura conjugal, a sua prática e a sua incidência diferenciada, como indicadoras de mudança. Mostrara-se como, apesar da tal subida vertiginosa do divórcio na sociedade portuguesa, a verdade era que a sua distribuição socialmente desigual, a forma também distinta como mulheres e homens o poderiam viver, revelavam simultaneamente transformações significativas de práticas e de valores, mas também persistentes assimetrias entre as classes sociais e entre os sexos. Se no plano dos valores e da aceitabilidade social de certas práticas nos era perfeitamente permitido falar, em termos de grandes tendências, de mudanças significativas e estruturantes, verosimilmente irreversíveis, também aqui se vira como eram manifestamente os sectores sociais que já detinham melhores condições para o usufruto de certos direitos que mais "livremente" os poderiam, de facto, exercer.

Os estudos realizados noutros países revelavam as mesmas grandes tendências. Perceber os contornos específicos deste fenómeno para a nossa realidade parecia, em todo o caso, excelente ponto de partida na contribuição para um debate sobre a natureza das mudanças ocorridas em Portugal. Estaríamos no domínio dos valores e das práticas ao nível das relações familiares ainda do lado da manutenção das lógicas familialistas tradicionais, não passando os novos comportamentos de divórcio de um epifenómeno, urbano, socialmente circunscrito e sem efeitos de difusão?

Conclusões da pesquisa tinham sugerido um cenário um pouco mais complexo do que o referido, revelador de combinações particulares de mudança e persistência nas práticas e representações. A experiência dos processos de ruptura conjugal, no mesmo ou em diferentes contextos sociais, pode constituir exemplo interessante dessas combinações específicas.

Na verdade, em meios populares pudemos distinguir claramente dois tipos de situações. No caso das mulheres activas operárias, meio social em que o divórcio era pouco frequente, verificámos que existiam situações em que surgia por parte dessas mulheres a iniciativa de terminar relações conjugais que eram persistente e manifestamente vividas por elas como

insatisfatórias — casos em que, por exemplo, os ex-cônjuges estavam alcoolidados ou eram maridos e pais completamente ausentes. Em contrapartida, nos mesmos meios populares e quando as mulheres não eram profissionalmente activas, raramente encontrámos a situação da iniciativa feminina do divórcio, mesmo em situações conjugais de grande degradação relacional — infidelidade persistente do marido, maus tratos psicológicos e físicos, etc. Estas mulheres, que além de não terem actividade profissional eram, simultaneamente, mais velhas do que as primeiras, sofriam a ruptura conjugal de forma muito penalizante. O divórcio, iniciativa quase sempre masculina, era sentido como uma fatalidade, um destino incontornável. Ao sofrimento emocional associava-se com grande frequência uma trajectória de mobilidade social descendente, já que com pouca ou nenhuma escolaridade, e obrigadas a sustentarem-se sozinhas, viam-se na contingência de ter de aceitar trabalhos penosos e mal remunerados.

Pelo contrário, no caso das mulheres activas dos mesmos meios sociais e, também, mais novas, verificávamos que a sua capacidade de iniciativa para terminar situações indesejáveis não deixava de ser por elas mesmas valorizada. Mas, se no plano da iniciativa relativa ao divórcio, encontrámos atitudes e práticas distintas no mesmo grande grupo, essas diferenças assumiam contornos específicos a propósito de outros aspectos da posição perante o divórcio.

Na verdade, a situação pós ruptura conjugal era-nos descrita pelas mulheres mais novas como difícil. Já não eram os aspectos da mudança de estatuto, no plano das dificuldades financeiras, ou do desempenho de uma actividade profissional penosa, sentidos pelas mais velhas. Tratava-se mais de um sentimento de "estigmatização", indutor de um olhar negativo sobre o futuro. Referiam-nos que as suas mães, as suas colegas de fábrica, tendiam a achar que elas tinham exagerado, que não tinham "aguentado" como supostamente estas o teriam feito. Todos, e sobretudo todas, lhes apontavam um caminho: deixarem-se ficar sozinhas, sem procurar novo companheiro — e repare-se que estamos a falar de mulheres com idades à volta dos 35 anos. Ora este ambiente envolvente não só não ajudava a quebrar as dificuldades emocionais, como tendia a reforçá-las, revelando bem, simultaneamente, as perspectivas tradicionalistas que exigem a submissão e o sacrifício das mulheres a situações intoleráveis e até, também, o controlo sobre a sua liberdade e sexualidade. Verificámos depois, pelo acompanhamento à distância, que algumas destas divorciadas não seguiram aqueles apelos, acabando, embora só anos mais tarde, por encontrar novos parceiros conjugais.

Pretendemos com o exemplo mostrar as combinações particulares de modernidade e tradição envolvidas nestas histórias pessoais, e aqui reveladas, quer na percepção do ambiente envolvente destas divorciadas, quer das condições em que sentem ou não capacidade para tomar certas decisões. Vimos, por um lado, a menor dependência financeira conferida pelo

desempenho de uma profissão a permitir o caminho para opções de ruptura mas, simultaneamente, o ambiente próximo — provavelmente em sentido contrário ao de envolventes mais distantes — que parece, no plano simbólico, ir a contra-vapor. Mesmo assim, em última instância, a modernidade tende a sobrepor-se à lógica da tradição, já que a percepção de insatisfação e mal-estar se traduz, não em conformismo, mas em tentativa de mudar a situação.

Temos assim um cenário com três elementos importantes que podem condicionar, e elucidar, as práticas dos actores sociais: a posição perante o trabalho, enquanto condição possibilitadora de maior ou menor controlo sobre o destino; a diferença sexual, mostrando que o comportamento “adequado” se diferencia para o masculino e o feminino, como atestam o controlo social do grupo familiar ou dos pares, a consideração de um campo de possibilidades mais aberto ou mais fechado; o contexto global, que, porque a tendência geral vai no sentido da mudança ou da modernidade, pode, em conjunto com outros factores, jogar a favor de um certo tipo de decisões.

O exemplo da pesquisa sobre o divórcio, um dos muitos possíveis, mostra bem como podemos esperar que certas variáveis — nomeadamente as que acima referimos — tenham efeitos diferenciadores de práticas e representações, configurando assim de forma conjugada particularidades nos processos de mudança social. A população dos divorciados era, no entanto, circunscrita. Apesar de o fenómeno surgir também em sectores sociais onde é menos frequente, atestando uma certa transversalidade desta prática, vimos bem como o contexto social condiciona a forma como é vivida a ruptura conjugal. Noutros sectores sociais, diferentes dos que exemplificámos, os próprios sentimentos de estigmatização deixam de ser referidos como perturbadores do processo, projectando-se para o primeiro plano a componente propriamente emocional (Torres, 1996).

Em termos de mudança social, já que captá-la era também um dos objectivos da pesquisa, que efeitos poderiam ter as mesmas variáveis no caso das situações de conjugalidade que não tinham conhecido a ruptura conjugal? Que consequências teria a inserção crescente e maciça das mulheres no mercado de trabalho no plano da reformulação de papéis na conjugalidade, da avaliação dos direitos individuais, da tomada de decisões e na definição do campo de possibilidades de agir? Por outras palavras, fora de situações-limite, como era a do divórcio, em que os direitos são exercidos, num certo sentido, pela negativa — não querer a situação, não aceitar, não se submeter —, como seria vivida essa maior autonomia relativa das mulheres no contexto da conjugalidade? Encontraríamos sinais do crescente protagonismo que detectámos atrás, mas agora pela positiva? Seriam as histórias conjugais dos que não sofreram o divórcio, histórias atravessadas pelos ecos da modernidade, e, por isso mesmo, testemunhos dos direitos que se defendem no plano das ideias, demonstrações de amor romântico, de partilha e paridade entre homens e mulheres? Caminhar-se-ia para outras formas de relação entre amor e

conjugalidade, como a que Giddens designa por “amor confluyente”? Em suma, esbater-se-iam as diferenças por referência ao género, atenuar-se-ia a diferença sexual? Ou estaríamos antes, também aqui, num território marcado por configurações e combinatórias específicas de tradição e modernidade, bem como por expressivas diferenças determinadas pelo género?

Procurar responder a tais interrogações parecia importante por razões diversas. No caso específico de Portugal, quer as transformações no plano das representações e dos valores no campo da família e da conjugalidade, como noutros campos, quer os processos de recomposição social, ocorreram nos últimos 25 anos de forma extraordinariamente rápida (Almeida, Costa e Machado, 1994). Mudanças que em outros países se desenrolam de forma gradual durante os últimos sessenta ou quarenta anos — caso do declínio da agricultura tradicional na maioria dos países europeus ou da variação em certos indicadores demográficos (descida da natalidade e da nupcialidade, subida do divórcio e da taxa de actividade feminina, por exemplo) ocorrem, em Portugal, em espaço curto de tempo e na sequência de uma ruptura institucional (Torres, 1996), em contextos recentemente denominados de “modernidade inacabada” (Machado e Costa, 1998).

A rapidez destas transformações sugere prudência na avaliação do seu significado, e aponta também para a necessidade de não fazer a economia da pesquisa. Trata-se de processos com lógicas sobrepostas que importa procurar discernir. Na ausência de estudos sistemáticos de âmbito nacional, há o risco de se tentar generalizar tendências a partir de objectos de estudo parciais, privilegiando, depois, este ou aquele aspecto da realidade — modernidade ou tradição, presença de redes familiares ou isolamento, etc. — segundo uma lógica que se apoia menos no conhecimento possível da realidade do que no ângulo específico ou na região particular que se escolheu para estudar.

Tomar por objecto da pesquisa as relações conjugais que não conheceram ruptura conjugal significava agora estender a um universo empírico mais alargado um olhar sistemático que já tinha sido treinado a observar uma realidade particular. Mas esta deslocação implicava também maior especificação das perspectivas, da definição do objecto, das hipóteses, dos conceitos e das relações entre conceitos. Vejamos um pouco melhor do que se trata agora.

Núcleos problemáticos e hipóteses de investigação

O debate com perspectivas teóricas sobre o casamento, a conjugalidade, a família e a chamada questão feminina, desde as propostas inaugurais do século XIX às propostas contemporâneas, foi central para a formulação do modelo teórico que orientou a pesquisa. Tal debate está explicitado na dissertação de doutoramento que serve de base a este livro, mas que, pela sua

extensão, não foi aqui incluído mas sim em obra já anteriormente publicada (Torres, 2001).

Esse debate teórico, e as questões de investigação suscitadas em pesquisas anteriores, conduziram à formulação de três núcleos problemáticos centrais da pesquisa sobre a conjugalidade (Torres, 2000). No presente livro, são abordados e analisados apenas dois desses núcleos, que correspondem aos capítulos 2 e 3 e são eles: a mudança social e a conjugalidade; a relação entre formas de conjugalidade, dinâmicas conjugais, contextos, identidades e género. A relação entre conjugalidade e divisão social e sexual do trabalho será analisada e desenvolvida em livro posterior.

Mudança social e conjugalidade

Um dos núcleos problemáticos da pesquisa pretende articular a questão do género com a da mudança nas práticas e nos valores a propósito da conjugalidade. Novamente, se desejava centrar a atenção nas transformações ocorridas nos últimos anos em Portugal quanto a aspectos específicos das relações familiares e conjugais. Questões, entre outras, como a identificação da realidade das assimetrias entre homens e mulheres e de eventuais tendências de mudança, constituíam objectos de análise empírica relevante. Variáveis como classe social, duração do casamento e conceitos como o de género, cujas formulações à frente se discutem e especificam, contribuíram para formular hipóteses de pesquisa.

Partindo de técnicas de recolha de informação como a das entrevistas em profundidade a casais de várias durações de casamento a viver na Grande Lisboa, quer de resultados de inquéritos por questionário, tentou-se captar práticas e representações sobre inúmeros aspectos relacionados com a conjugalidade — namoros, iniciação da vida sexual, processos de entrada na vida conjugal, posições relativas ao casamento religioso e ao modelo ideal de família, questões sobre o masculino e o feminino, entre muitas outras. Retiveram-se sobretudo as questões que de forma mais relevante fossem capazes de directa e indirectamente responder às interrogações e problematizações formuladas — mudança e permanência de valores, diferenças de sexo e de classe.

O facto de se poder contar com informação do que, para simplificar, designamos como três gerações de casados, de sectores sociais diferentes e, portanto, de três momentos de entrada na vida conjugal e de sucessivos e diversos contextos sociotemporais, permitia abordar o problema da mudança de forma directa. Com efeito, a recolha de informação sobre a fase inicial até ao casamento e os seus primeiros anos, a comparação de opiniões, vivências e experiências dos diferentes casais, deixava analisar três tempos diferentes de forma sobreposta — o que as três gerações dizem sobre o seu “tempo

interno”, naquela fase, e o tempo “externo”, o que em cada momento era considerado norma adequada, prática interdita ou permitida. A título de exemplo, podemos comparar a descrição da entrada na vida conjugal de uma jovem que tem hoje vinte e cinco anos, com o que outra mulher de cinquenta nos diz sobre esse seu momento. Não só se comparam desta forma as experiências entre si como elas nos falam de tempos sociais diferentes e, por isso, de mudanças. O uso conjugado de técnicas extensivas e intensivas cruza e controla a informação empírica devida.

Dinâmicas conjugais, contextos e género

Outro núcleo problemático constrói-se à volta da relação entre conjugalidade, identidade, género e contextos, e beneficiou da discussão das diferentes definições teóricas sobre o casamento e a conjugalidade analisadas desenvolvidamente em livro anterior (Torres, 2001). Foi, aliás, como quase sempre acontece em investigações desta natureza, através do debate das teorias e da avaliação crítica da sua pertinência para o objecto, no próprio decurso da investigação, que se foram clarificando as propostas agora enunciadas.

Retomem-se alguns objectivos iniciais. Pretendia-se analisar as práticas e representações de cada membro do casal sobre o decurso da vida conjugal e sobre diferentes aspectos que com ela se poderiam relacionar. A unidade de análise é, posto isto, constituída pelo indivíduo no contexto do casal — indivíduo este “sexuado”, marcado pela pertença de género mas também por outros condicionamentos. Trata-se também de um actor social conjunturalmente situado, que ocupa um lugar na divisão social e sexual do trabalho, mas que, em simultâneo, vive numa época particular, num contexto cultural e valorativo específico, que assume como adequadas, legítimas, certas práticas e representações, condenando outras que no passado, porventura, seriam consideradas “normais”.

Este contexto mais vasto interage com os condicionamentos decorrentes do lugar que se ocupa na divisão sexual e social do trabalho, produzindo efeitos específicos. O que isso implica é que a análise do casamento e da conjugalidade, a compreensão de práticas, representações e expectativas dos actores sociais neste domínio, envolve a referência quer à estrutura social, ao lugar ocupado na divisão social e sexual do trabalho, quer à conjuntura — valorativa, representacional, ética — do período histórico e social em causa. Pode-se encarar esta óbvia prevenção com um olhar de maior alcance e pensar, por exemplo, como do século XIX para o século XX mudaram os valores a respeito do casamento, de forma genérica. Ou podemos reter os últimos 40 anos deste século, como se referiu acima, e lembrar as mudanças a respeito dos papéis femininos e masculinos. Os dois olhares convergem para a mesma ideia. É impossível analisar a conjugalidade simultaneamente fora da

estrutura e da conjuntura, limitando a análise apenas aos níveis de interacção do casal. O que se negocia, se impõe ou a que se aspira e deseja na dimensão que se pode designar como "interna" à relação conjugal articula-se, de forma estreita, com esses outros lugares analíticos estruturais e conjunturais.

Ainda em articulação com os dois planos da estrutura e da conjuntura, é claro que não se pode igualmente perder de vista a especificidade do contexto de interacção conjugal. Esse contexto é susceptível de produzir efeitos a três níveis.

Em primeiro lugar, a conjugalidade e o contexto em que ocorre é, em si mesma, produtora de realidade, de sentido e de identidade. O casamento é fundador e criador de novas realidades e através dele os actores são confrontados com o desempenho de novos papéis que criam novos sentidos, outras identidades. Cria-se realidade porque ser cônjuge implica começar a construir uma história e uma memória colectiva que vão ficando inscritas na própria individualidade. Produz-se identidade e sentido porque ser mulher ou marido, ser mãe ou pai, constituem papéis e funções que marcam, de forma irreversível, a identidade pessoal, e porque a vida conjugal produz sentido existencial, *nomos*, na acepção de Berger e Kellner (1964, 1975). Analisar a conjugalidade implica, assim, olhar também para as interacções, os sentidos que através dela se vão construindo, as ideologias familiares e as aspirações que se vão criando, as identidades pessoais que incessantemente se constroem e reconstroem.

Em segundo lugar, embora o contexto conjugal seja produtor de realidade e identidade, também outros contextos o são, contribuindo de forma articulada para os referentes identitários dos actores sociais. Por exemplo, o contexto profissional assume um papel igualmente relevante em relação à identidade pessoal e social, jogando numa perspectiva de complementaridade, de indiferenciação ou de sobreposição com o contexto conjugal. Este jogo tem regras a que não é estranha a pertença de género. Assim, o que se considera ser uma relação "equilibrada" entre as duas esferas identitárias varia, apesar das tendências de mudança, consoante se trata de homens ou de mulheres. Ser pai não equivale a ser mãe, na chamada economia das esferas de investimento pessoal e social, e também se pode dizer, na mesma lógica, qual é o "sexo" adequado para ter uma determinada carreira. Embora a análise da realidade empírica permita repensar, como veremos, estas arrumações de carácter simplista, revelando configurações mais complexas, elas parecem de facto continuar a pesar no plano das representações e das ideologias.

O facto de se escolher cada membro do casal como unidade de análise torna possível, por outro lado, o melhor conhecimento de trajectórias, aspirações, desejos e forma de percepção dos constrangimentos de cada indivíduo *per se*, permitindo ver como "trabalham" estas ideologias ao nível mais íntimo, como são entendidas, adoptadas, readaptadas ou simplesmente

rejeitadas, em suma, como se processa a incorporação das ideologias de género e como a elas se reage.

Ainda no plano da relação entre identidade e casamento, fundamental é reconhecer que há várias fontes de produção identitária, que estas interagem e que, finalmente, quando se fala de identidade, se está no essencial a lidar com processos em aberto, construções e reconstruções que, mesmo que se refiram a matrizes de partida relativamente balizadas pelos lugares estruturais de classe e de género, permitem claramente margens de variação. Margens que podem também ser marcadas pelos efeitos de conjuntura. Por outras palavras, trata-se de uma visão sobre a identidade e sobre o casamento que se pretende demarcar de visões essencialistas, procurando igualmente dar conta quer dos condicionamentos estruturais e conjunturais, quer dos efeitos de mudança. Vejamos como.

Por um lado, uma visão demasiado focalizada nas lógicas estruturais e da reprodução social tenderá a ver nas mudanças operadas ao nível das imagens e das identidades possíveis no "feminino" uma espécie de efeito fantasma — a mudança que é necessário operar para que tudo fique na mesma — tendendo a sublinhar antes a continuação, efectiva, da discriminação das mulheres. Inúmeros resultados de pesquisa, incluindo os da presente, permitem apoiar estas ideias, por exemplo, quando revelam de forma tão inequívoca o facto de as mulheres casadas continuarem a acumular as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos quando, ao mesmo tempo, trabalham aproximadamente as mesmas horas que os homens no emprego pago no exterior.

Em contrapartida, uma perspectiva que acentue os lados da conjuntura tenderia a fazer salientar as mudanças em diferentes planos. As mudanças no plano macroeconómico, nomeadamente o crescimento do sector dos serviços, que criaram empregos "favoráveis" às mulheres, em muitos casos, aliás, mais flexíveis para o patronato em termos de contratos de trabalho e mais precários para a mão-de-obra; o facto, cada vez mais acentuado, de as mulheres terem hoje acesso a profissões antes apenas conjugáveis no masculino; a lenta, mas progressiva tendência para ocuparem cada vez mais postos de chefia; a importância da tendência sobreescolarização feminina em relação aos homens e o facto de haver altas percentagens de feminização em cursos superiores "tradicionalmente" masculinos, tendência, de resto, muito visível em Portugal; a cada vez maior aceitação social do direito feminino à autonomia e à independência económica.

Qualquer visão parcelar é aqui mutiladora de uma realidade complexa. Assim, se por um lado, temos reprodução das desigualdades sob novas formas — maior independência económica mas mitigação dessa autonomia através de sobrecarga de trabalho e/ou do desempenho de tarefas que acabam por ser autolimitativas —, também temos, na realidade, espaço para maior afirmação de outros interesses identitários. Na presente pesquisa verificou-se, de forma ainda mais acentuada ao comparar as diferentes

gerações, como as mulheres tendem cada vez mais a elaborar projectos de investimento pessoal que não passam apenas pela maternidade e pela realização no plano da família. Mas também se constatou como, colocadas em situações de interesses contraditórios ou de grande tensão, elas tendem a submeter os seus planos pessoais às exigências familiares, situação que raramente ocorre no caso dos homens. Ou seja, se há de facto maior espaço real — e não só no plano das identidades virtuais possíveis — para a afirmação, no feminino, de outras identidades fora da esfera da família, elas são, apesar de tudo e ainda, marcadas ou submetidas “em última instância” aos condicionamentos de género.

Ao chamar a atenção para a necessidade de pensar a relação entre casamento e identidade de forma múltipla pretendia-se ainda mostrar como a análise da realidade, e por maioria de razão das realidades actuais, revela os limites de perspectivas que tendiam a centrar-se numa ideia demasiado rígida das identidades feminina e masculina e da distribuição dos papéis instrumentais e expressivos, atribuindo-os de forma mutuamente exclusiva a cada um dos sexos. Na verdade, é hoje por demais evidente que homens e mulheres casados desempenham ambos o papel instrumental — identificando-se positivamente ou não com ele — e cada vez mais os homens tendem, embora sejam mais as mulheres a entrar nos territórios antes considerados exclusivamente masculinos do que eles nos delas, a assumir um papel activo no domínio das chamadas tarefas expressivas, sobretudo na dos cuidados com os filhos.

Estamos então longe de identidades perfeitamente demarcadas e determinadas em exclusivo pelo biológico. Em termos conceptuais e de pesquisa esta consideração implica maior abertura para a formulação dos conceitos e sobretudo a capacidade de os flexibilizar na tentativa de captar a realidade. Por outras palavras, se se partisse de uma perspectiva essencialista das identidades e da sua relação com a conjugalidade, poder-se-ia ser tentado, por excesso de rigidez conceptual, a procurar, por exemplo, os sinais da realidade que apontassem para a reprodução do que se consideraria serem as “identidades femininas”, ou a reproduzir o mesmo tipo de raciocínios para as “masculinas”, deixando de dar atenção a outros sinais, que apontam para a maior plasticidade de perspectivas e definições identitárias para os dois sexos.

O facto de se analisarem as situações do ponto de vista das mulheres, mas também do ponto de vista dos homens, permite ainda evitar outro tipo de mal-entendidos. Quando se comparam os discursos masculinos perante a profissão estamos longe de encontrar como denominador comum e bem evidente atitudes de grande investimento. Se é verdade que elas existem e a sua distribuição, como veremos, é social e geracionalmente diferenciada, também se encontraram muitas atitudes retraídas, desinvestidas, defensivas e pouco valorizantes da esfera profissional, por parte dos homens casados.

Da mesma forma que, se pensarmos na actividade profissional apenas como dividida entre quem tem carreira — muito poucos, quer sejam homens,

quer mulheres — e, por isso, se sente identificado com a profissão e quem não tem e, por isso, se sentirá insatisfeito ou desidentificado, passamos ao lado do que, de facto, se passa. Estamos a perder a esmagadora maioria das situações reais, justamente aquelas que se definem por uma gama muito variada de motivos de adesão, rejeição, valorização ou identificação com a actividade profissional. Estas observações pretendem apenas mostrar a necessidade, referida desde o início, de ter em conta a complexidade da relação entre conjugalidade e identidade.

Vejamus então o terceiro e último nível de efeitos produzido pelo contexto conjugal. Decorrendo do próprio facto de a conjugalidade ser construtora de realidade, o contexto conjugal tem uma dinâmica própria e cria situações que tanto são produtoras de maiores constrangimentos como permitem aumentar as margens de manobra individual dos actores sociais. Os efeitos da relação entre duração do casamento e a idade dos filhos constituem excelente exemplo do que se pretende mostrar, efeitos, de resto, bem ilustrados na análise empírica que sustenta esta pesquisa. Quando os filhos são pequenos a necessidade de grande centramento de um, ou dos dois membros do casal, no acompanhamento das crianças, é praticamente incontornável. Podem atenuar-se estas obrigações com a externalização de algumas das tarefas, mas nem sempre ela é possível — ou por constrangimentos de carácter familiar ou por constrangimentos de carácter económico — e, mesmo que o seja, o acompanhamento das crianças é sempre, nestas idades, bastante exigente. Esta fase coincide ainda, em muitos casos, com o início de carreira ou de maior exigência de envolvimento profissional e também com os primeiros anos da relação conjugal. Por tudo isto, os primeiros anos de duração do casamento tendem a ser densos de acontecimentos novos, preocupações, adaptações, implicando muitas vezes maior centramento em termos do colectivo familiar com algum eventual sacrifício do centramento individual.

A chegada da idade escolar das crianças, a adolescência dos filhos, a proximidade da sua idade adulta, não deixando, obviamente, de trazer dificuldades de outro tipo, permitem geralmente maior autonomia aos membros do casal, correlativa da menor dependência dos filhos. Os progenitores tendem agora a auferir de margens de manobra individual mais alargadas, maiores possibilidades de investimento ou reinvestimento em projectos mais personalizados. Foi essa retoma de projectos, esse maior investimento, que reconhecemos nos trajectos de alguns entrevistados com durações intermédias de casamento — entre os dez e os dezanove anos. Vimos, por outro lado, os mais novos, e sobretudo as mulheres jovens com formação universitária e com filhos muito pequenos, a revelarem um certo retraimento, mesmo involuntário, em relação à actividade profissional, ainda que dessem a entender que se encontravam numa situação de transição e espera.

Tudo isto revela margens de manobra e constrangimentos variando

segundo os diferentes momentos da dinâmica conjugal — a que alguns têm chamado ciclo de vida conjugal — mas também condicionados, como se disse, pela pertença de género. Se atrás, a propósito da identidade, se acentuou a necessidade de abordar o conceito de forma não essencialista, também aqui se procura evitar essa armadilha ao tratar o conceito de género.

Com efeito, tornou-se claro na pesquisa que os próprios condicionamentos atribuíveis à pertença de género não funcionam da mesma forma em todos os contextos. Para dar um exemplo, a frequência da universidade, ao colocar a par rapazes e raparigas — e actualmente até revelando preponderância feminina —, tende a contribuir para o esbatimento das diferenças de género e não para as acentuar. Os primeiros anos da vida conjugal, em contrapartida, são contextos atravessados por situações que sublinham, de forma significativa, essas diferenças de género. Trata-se então da consequência, quer da incorporação dessas diferenciações por parte dos próprios actores sociais — a mulher que considera ser muito mais sua “obrigação” cuidar da casa e da criança do que obrigação do marido — quer de constrangimentos externos — os padrões que impõem aos jovens do sexo masculino casados ritmos de trabalho que supõem um homem “sem família”. Os resultados reforçam-se e afunilam-se no mesmo tipo de efeitos que consistem no retraimento feminino, na dupla jornada de trabalho, no início de uma trajectória de assimetria entre os cônjuges. Nem todos os contextos conjugais posteriores a essa fase impõem, no entanto, o mesmo tipo de constrangimentos. Ainda que haja trajectórias diferenciadas, é possível, em certas condições, retomar projectos mais pessoais.

Assim, embora possamos reconhecer uma espécie de constante universal — a diferenciação de género e as assimetrias dela decorrentes, patentes nas ideologias de senso comum que hierarquizam os lugares femininos e masculinos conferindo aos últimos a supremacia —, é preciso ter em conta, também, outros factores que podem actuar em contracorrente por referência a esta constante, bem como os contextos que podem tender a reforçar ou atenuar as representações e as práticas dessa assimetria.

Quando se referem factores que actuam em contracorrente lembram-se de imediato as sucessivas mudanças dos últimos anos, já referidas, que projectam imagens de mulheres em paridade de direitos com os homens, imagens essas que não funcionam apenas como “cobertura” para a manutenção de um *status quo* assimétrico. A verdade é que, objectivamente, embora mais em certos sectores sociais do que noutros, embora com mais custos pessoais e sobrecarga de trabalho e, também por vezes, assumindo configurações de compromisso entre afirmação e autonomia e formas de submissão, muitos percursos femininos contemporâneos mostram que é possível ir fazendo aproximar práticas reais a direitos conquistados no plano das formulações e das ideias. Algumas das nossas entrevistadas são exemplo de protagonismo e de mudança, outras desses compromissos, dificuldades e ambiguidades.

Diversidade de contextos e efeitos de género

Faz sentido, assim, postular a relação entre contextos conjugais e efeitos de género, analisando-a a três níveis. Num primeiro nível, impõe-se ter uma visão mais dinâmica da relação conjugal, que perspective, como se disse, a forma como se entrelaçam os diferentes momentos da vida conjugal — maiores espaços de constrangimento, maiores margens de manobra — com os condicionamentos de género. O que em situações-limite pode ser vivido como constrangimento incontornável, noutras pode tender a ser atenuado, permitindo aos actores sociais — neste caso, mais especificamente às mulheres — o aproveitamento de margens estreitas por onde se podem infiltrar e concretizar os desejos de autonomia e de realização pessoal.

Muito embora não seja possível desenvolver agora esta perspectiva, foi também o aproveitamento destas margens alargadas pelas mulheres que contribuiu para as mudanças que se verificaram no plano da igualdade de direitos. Se, no plano macro-social, teremos de ter em conta, para explicar essas mudanças, a conjugação de diferentes factores, no plano micro das interações, das práticas e representações quotidianas, tais transformações traduziram-se, exactamente, nas opções que, em cada momento, iam sendo tomadas por um conjunto cada vez mais significativo de mulheres. São também opções dessa natureza, por vezes mostrando decidida autonomia, outras vezes ainda agarradas a lógicas de compromisso, que se encontraram nas entrevistas realizadas. Foram ainda sinais do mesmo tipo, aliás, não só do forçar de certas margens de manobra como mesmo de ruptura com as inércias, que também foram encontrados em pesquisas anteriores e, nomeadamente, quando analisámos processos de divórcio.

Por isso é necessário adoptar uma visão dinâmica da relação conjugal, estabelecer relações entre os efeitos de género e o contexto da conjugalidade, de modo a perceber de que forma, e em que condições, os diferentes momentos do ciclo de vida conjugal podem funcionar como reforço ou atenuação dos constrangimentos de género. Tenderão também assim a ficar mais claras as tentativas de negociação, os avanços e os recuos dos actores sociais perante esses constrangimentos.

Num segundo nível, é preciso ter em conta que os actores sociais circulam em diferentes contextos sociais e institucionais e que esses contextos, embora quase sempre atravessados pela constante da assimetria de género, funcionam em relação a ela de maneira, por vezes distinta, outras vezes ambígua, outras ainda contraditória. Vejamos um exemplo. A frequência universitária tem como consequência, como já se referiu, um claro esbatimento das diferenças entre homens e mulheres. A igualdade em termos de capacidades intelectuais deixa de ser sequer um problema a resolver e é vivida por rapazes e raparigas. Vários inquéritos têm demonstrado, por outro lado, que as expectativas de realização profissional entre os jovens universitários não são distintas

para os dois sexos. E se alguma diferença existe, ela vai no sentido de serem as raparigas a valorizarem um pouco mais a profissão em termos das suas características intrínsecas e numa perspectiva de realização pessoal. Ou seja, antes do casamento, as jovens universitárias têm aspirações profissionais idênticas às dos jovens do sexo masculino, e mesmo depois de casarem, as suas opiniões parecem não mudar. Mas quanto às práticas, no que foi permitido concluir a partir das entrevistas realizadas, já a situação é um pouco diferente, revelando-se, sobretudo depois do nascimento dos filhos, algum retraimento.

O que antes, no percurso da frequência universitária — contexto favorável à não discriminação —, parecia ser a vivência da plena igualdade, transforma-se, no contexto conjugal, numa situação em que se evidencia a existência de obstáculos específicos à concretização dos projectos pessoais das mulheres, presumivelmente, até aí, não plenamente consciencializados. Tudo se passa como se a construção social do género — das práticas e representações consideradas adequadas no masculino e no feminino — assumisse regras específicas em contextos específicos. Mais lassas e permissivas nalguns deles, mais estritas e constrangedoras noutros.

E se se falou apenas da relação entre o género e o contexto universitário e o conjugal — assumindo aliás que este tem também os seus diferentes momentos —, poderiam ainda acrescentar-se inúmeros outros contextos, com novos efeitos específicos. Por exemplo, o contexto profissional permite ganhos de autonomia para as mulheres no plano de maior independência económica, muito embora tenha também regras de funcionamento, como de resto veremos melhor, que reproduzem as lógicas da assimetria. Mas nem todos os contextos profissionais e nem todos os aspectos desses contextos funcionam de forma monoliticamente discriminante. Tudo depende do sector de actividade económica, da presença nesse sector, empresa ou instituição de maior ou menor número de mulheres, do facto de se referirem relações hierárquicas ou entre pares, do desempenho de lugares de chefia ou de lugares subordinados, dos diferentes tipos de qualificações, profissões e níveis de formação. Todos estes aspectos, além de muitos outros, contribuem para estabelecer algumas distinções na forma como as relações sociais de género e a regra geral da assimetria são protagonizadas pelas instituições e vividas pelos actores sociais. Por isso, ao estudar os efeitos de género, há que referenciar o contexto de que se fala — conjugal, institucional, profissional, social — para não cair numa visão demasiado essencialista.

O exemplo que se deu, ao mesmo tempo que ilustra a ideia enunciada da relação entre género e contextos, sugere ainda o debate sobre o que se pode designar por "efeitos de trajectória". Tudo parece apontar para a existência de uma outra relação estreita, mais marcante nos primeiros anos da vida conjugal, entre trajectória pessoal e social, género, atitudes e expectativas perante a conjugalidade. A hipótese de a passagem da universidade para o

casamento se poder traduzir numa espécie de desilusão de expectativas por parte das mulheres — ainda que essa desilusão seja formulada apenas sob a forma do desconforto e da incomodidade — pode também ser olhada noutra perspectiva como um efeito da relação entre trajectória, género e contexto.

Na realidade, se se compararem trajectórias até ao casamento de jovens mulheres de diferentes sectores sociais, nota-se que elas são diferenciadas e que esse facto pode também contribuir para diferentes expectativas relativamente ao decurso da vida conjugal e/ou às perspectivas perante a actividade profissional. Por outras palavras, contribui igualmente para a compreensão da forma como decorrem as relações sociais de género e a vida conjugal nos seus primeiros tempos, o que antes se experimentou como trajecto social e pessoal.

Finalmente, num terceiro nível de equacionamento do problema da relação entre contextos e género, importa ainda associar-lhe a questão da conjuntura e da mudança de valores. Quando se analisam trajectórias conjugais de longa duração revelam-se aspectos interessantes destas relações. Os casamentos de há 30 ou mais anos, que ainda duram, foram realizados num quadro de referências e de valores que lentamente perderam a sua relevância ou deixaram mesmo de ser considerados válidos. Se isto é verdade num conjunto variado de aspectos, no que se refere à questão dos direitos e da imagem das mulheres casadas ou da sexualidade essas transformações foram particularmente evidentes.

Se se adoptasse uma perspectiva que valorizasse apenas os efeitos estruturais estar-se-ia mais atento à matriz básica geradora das práticas, das representações e das ideias do que aos efeitos conjunturais de mudança. Mas, na verdade, rapidamente se compreendem as limitações da primeira perspectiva. As histórias dos casamentos longos mostram os efeitos de readaptação das ideias, revelam o peso dos efeitos da estrutura, mas também mostram como as mudanças interpelam os actores sociais. Não é raro igualmente que essas interpelações ocorram de forma completamente diferenciada com os dois cônjuges, sendo as mulheres, mais frequentemente, as que mais se questionam sobre essas transformações.

Uma visão específica do indivíduo no contexto da conjugalidade

A partir da identificação dos núcleos problemáticos da pesquisa, da explicitação das modalidades específicas de relação entre género, identidades, estrutura, conjuntura, contextos, vale a pena agora precisar alguns conceitos e relações entre conceitos e definir o modelo de análise. No final apresenta-se um esquema em diagrama do modelo e das relações conceptuais.

Esclarece-se desde já, no entanto, que se as interrogações principais e alguns elementos centrais do modelo de análise estavam já claros quando

partimos para a realização das entrevistas definitivas, a verdade é que um conjunto de reflexões teóricas foi definindo contornos ao longo da própria pesquisa, no processo de diálogo constante entre teorias, resultados empíricos e comparações com problemas e soluções de outras investigações. Voltamos então a alguns dos temas principais da investigação.

Em primeiro lugar, integrando algumas das questões teóricas centrais desenvolvidas e analisadas em publicações anteriores (Torres, 2001), importa definir e explicitar a forma como se definiu o conceito de conjugalidade. Fala-se aqui de conjugalidade enquanto processo e relação social e não, obviamente, na perspectiva jurídica. É exactamente, aliás, para marcar bem essa distinção entre o social e o jurídico que se utiliza o conceito de conjugalidade e não a noção de casamento. Claro que ao longo do trabalho se vai por vezes permutando, aqui e ali, o uso de um ou do outro termo, para evitar excesso de repetição na escrita. Mas sempre que está em causa a abordagem teórica dos temas houve o cuidado de preferir o conceito de conjugalidade.

Quanto a conteúdos substantivos do que se entende por conjugalidade, optou-se pela formulação de um conceito sistémico, como aliás acontece com a maior parte dos conceitos a que se confere centralidade num modelo de análise. Isto é, trata-se, no essencial, de propor, através do recurso à teoria e aos debates enunciados atrás, um novo conceito de conjugalidade. Claro que, numa versão de racionalismo aplicado a que já fizemos referência e na lógica da pesquisa enquanto processo (Almeida e Pinto, 1986), o diálogo teoria-empíria contribuiu decisivamente para chegar a esta formulação. Mais do que a funcionalidade estrita num contexto específico de pesquisa, que habitualmente se associa à utilização do conceito operativo, pretende-se disponibilizar o conceito de conjugalidade nesta versão, para outros contextos de investigação.

Cinco dimensões fundamentais do conceito de conjugalidade

Podem ser identificadas, no nosso modelo, cinco dimensões fundamentais do conceito. Em primeiro lugar, a conjugalidade inscreve-se em relações e trajectórias sociais e de género. Isto é, ela ocorre num dado momento do percurso pessoal de um significativo conjunto de indivíduos, percurso esse social, cultural e ideologicamente marcado de forma diferenciada, de acordo com as condições de existência em que se inclui o género, já que as codificações sobre o que se considera ser o comportamento adequado para os dois sexos os condicionam de forma diferencial. Condicionamentos, de resto, particularmente acentuados nos contextos de antecipação e de vivência da conjugalidade.

O entrelaçamento entre os condicionamentos de género e de classe impõe, em termos analíticos, e torna indissociável, o cruzamento dessas duas

dimensões, entre outras que poderão estar igualmente correlacionadas (Machado, 1997).² É através da identificação da classe e do género da conjugalidade que se prevêem os efeitos do lugar que se ocupa na estrutura social e a distribuição diferenciada de recursos em capitais a ele equivalente, nas modalidades de viver a conjugalidade, a organização da vida conjugal, a gestão de recursos implicada na vida familiar, etc.

Por outras palavras, na "unidade de personalidades em interacção (...) com vista à gratificação mútua" de que Burgess³ falava, as personalidades não são apenas unidades psíquicas mas também personalidades sociais e "sexuadas" (do inglês *gender* talvez decorresse o estranho termo "genderizadas"!)

É a partir desta interpretação específica, que beneficiou das posições e do debate com vários autores, de Kellerhals a Singly, a Kaufmann e a Bozon, entre outros, e das propostas avançadas sobre o conceito de género, que se assumiu a importância da articulação entre estatuto social e casamento, se sublinhou a importância do "sexo" dos capitais ou do género e se tentou articular as várias perspectivas.

Operacionalizámos esta dimensão do conceito através de uma bateria de indicadores, operacionalizados em diferentes subconjuntos de perguntas do guião das entrevistas, que se referiam, por exemplo, como se verá melhor no ponto sobre a metodologia, à situação de classe ou à trajectória social e pessoal antes do casamento e no seu decurso. Foi também, desde logo, a estratégia metodológica adoptada ao definir a necessidade de entrevistar, com o mesmo guião e em separado, membros do mesmo casal, que permitiu analisar melhor esses efeitos de género e de classe de forma associada. Procuraram-se as coincidências e descoincidências do discurso e do relato referentes à mesma situação objectiva, estimulava-se o contar da história na primeira pessoa, com questões precisas sobre o antes e o depois do casamento, em múltiplas dimensões da vida conjugal e também paralelas a ela, incitando à reflexão sobre si próprio e sobre o outro no contexto conjugal e fora dele.

A segunda dimensão da conjugalidade é a que se refere à produção de sentido e de identidade. A conjugalidade contribui, no plano existencial, para duas importantes esferas de produção de sentido. Por um lado, através da relação com um outro significativo, que é uma relação validante na acepção de Berger e de Kellner (1964, 1975). Mas, para além da relação com o outro, está a

2 Referem-se, a título de exemplo, outras pertenças como as étnicas, que não excluem mas antes se articulam com a classe e o género para explicar práticas e representações, quer perante a conjugalidade quer perante outras dimensões do real. Para uma discussão sobre esta temática ver Machado (1997).

3 Relembre-se a definição de Burgess de família: "unidade de personalidades em interacção, existindo primordialmente para o desenvolvimento e gratificação mútua dos seus membros unidos mais por coesão interna do que por pressões externas" (Osmond, 1987: 113).

promessa de outros investimentos "existenciais" ligados à produção de seres humanos. Essa promessa encerrada na parentalidade acrescenta sentido existencial.

Ora a produção de sentido está igualmente associada, como os autores americanos apontam e mais recentemente tem sido sublinhado por Giddens (1991), à identidade pessoal e social. Através da relação com o outro significativo obtenho recompensa e gratificação pessoal, construo uma maneira de ver o mundo e de me ver a mim enquanto indivíduo. Através dessa relação posso ainda ter um estatuto, dar sinais da minha pertença ao grupo (dos adultos, dos casados, dos homens, das mulheres), cumprindo, assim, aspectos importantes da minha identidade social.

Se usámos aqui a perspectiva de Berger e de Kellner, também dela nos distanciamos, sobretudo em dois aspectos relevantes. Em primeiro lugar, a ideia de que a conversa quotidiana no contexto da interacção conjugal "cria" realidade — ao construir uma visão do casal sobre o mundo e os outros é a própria realidade que é também construída —, apesar de adequada, tende a dar uma imagem do casal como se ele fosse constituído por uma só voz colectiva, uma voz em uníssono. Assim se desvaloriza algo que a pesquisa mostrou, ou seja, o facto de algumas vezes essa voz ser resultante da imposição da vontade de um sobre a do outro, outras vezes acontecer a existência de monólogos e não de verdadeiras conversas, e outras ainda, de acontecerem no casal constantes e subtis negociações. Quando se procura associar à ideia de identidade e de sentido o conceito de género, como se propõe, torna-se já possível prever a existência de dissonâncias e de assimetrias de poder.

Quanto à questão da identidade, é ainda possível salientar o facto, como Kellerhals sugere, de existirem tensões identitárias precisamente entre o "eu" e o "nós-casal" ou "nós-família", acentuadas, é preciso admiti-lo, por dificuldades e mesmo conflitos introduzidos pela associação entre identidade e género. De novo se reconhece a necessidade de articular as diferentes dimensões — classe, género, identidade pessoal e social — para explicar práticas e representações.

A estratégia metodológica adoptada para operacionalizar a identidade reteve dois aspectos centrais. Por um lado, tratava-se de construir um conjunto de perguntas sobre os aspectos que pudessem remeter para a percepção individual acerca da vida conjugal, dos significados atribuídos a esse trajecto conjugal — mudanças percebidas, mudanças desejadas — e dos sentimentos a ele associados. Mas também, por outro lado, com o intuito de captar outros aspectos de produção identitária, procurava-se descentrar os entrevistados da vida conjugal, levando-os a falar de aspectos como a profissão, os tempos de lazer, as actividades desenvolvidas em que o cônjuge não participa, os assuntos de que se fala e não fala com os próximos.

A terceira dimensão da conjugalidade que importa ter em conta diz respeito à afectividade, em sentido amplo, nela ocupando lugar de destaque a

vertente amorosa da relação e a concretização da sexualidade. A esta dimensão só recentemente se tem prestado mais atenção no domínio da sociologia da família. Com efeito, a preocupação em demarcar o estudo sociológico do casamento de perspectivas psicológicas e de uma lógica centrada nos indivíduos, levou a que durante muitos anos, no domínio da sociologia da família, os sentimentos e as emoções não fossem considerados uma mola impulsora da acção suficientemente poderosa, nem contassem analiticamente como motivo suficiente para justificar as uniões conjugais.

Na verdade, uns insistiam na dimensão macro e em funções, papéis e sistema; outros apostavam numa perspectiva de estratégias matrimoniais e de reprodução social; outros ainda descobriam regularidades sociais onde geralmente se via só escolha errática e cega às determinações sociais. Todos tendiam, em todo o caso, a subestimar, como os últimos 40 anos mostraram, a autonomia relativa do sentimento amoroso. Isto é, não se deu importância ao facto de o bem-estar afectivo e relacional assumir crescentemente, nunca de forma isolada mas sempre associado a outras dimensões sociais e de género, papel de relevo na razão de escolha, fundação, manutenção ou ruptura das relações conjugais.

Assim, o facto de se dizer que há outros aspectos que, para além dos aspectos sentimentais e emocionais, pesam na relação conjugal não pode traduzir-se em relegar para a inexistência aquela dimensão e desprezar as suas consequência no plano das próprias práticas e representações dos actores sociais. Embora também aqui faça sentido distinguir entre quem pode de facto fazer coincidir sentimentos com acções e quem apenas consegue fazer da necessidade virtude, a verdade é que, para um conjunto cada vez mais significativo de pessoas, vai sendo possível ter, no domínio amoroso, "segundas oportunidades" (Giddens, 1991: 10).

No campo da sociologia da família, Kellerhals (1982) foi dos primeiros a propor que a escolha sentimental e amorosa se fazia precisamente através da partilha dos códigos sociais. Salientava que, da mesma forma que numa relação iniciada numa lógica de interesse poderia surgir a afectividade, também seria possível que uma relação onde prevalece a lógica romântica seja alimentada, igualmente, pela proximidade social e de interesses entre os cônjuges. Singly (1987a), ao criticar os limites da teoria da homogamia, sublinha igualmente a existência dos motivos amorosos e sentimentais na escolha do cônjuge. Giddens (1991), por seu turno, admite que nas sociedades de modernidade tardia as determinações sociais cada vez perdem mais peso na conjugalidade, tendendo a afirmar-se a relação auto-referenciada (*pure relationship*) e o amor-confluyente (Giddens, 1992). Importa salientar que temos vindo a propor uma análise sociológica das relações afectivas (Torres, 1987) já operacionalizada no contexto da pesquisa sobre o divórcio, mas que nesta pesquisa assume, como já se referiu atrás, ainda maior relevo.

Como dimensão do conceito de conjugalidade, a vertente afectiva inclui

e transcende o sentimento amoroso e a sexualidade. Com efeito, as componentes afectivas inscritas na maternidade e na paternidade, além da produção de sentido existencial e dos efeitos identitários já referidos, assumem cada vez maior relevo. É o bem-estar afectivo das crianças que tende a estar no centro da vida familiar, perdendo simultaneamente relevo a dimensão estatutária da parentalidade.

Torna-se ainda importante identificar especificamente esta dimensão envolvida na conjugalidade e distingui-la da dimensão amorosa, porque se verifica que, precisamente, maternidade, paternidade, relação conjugal e amorosa, envolvem sentimentos em jogo na conjugalidade que entram em "concorrência", por vezes, no decurso do casamento.

Um conjunto de perguntas incluídas no guião de entrevista referira-se assim a aspectos relacionados com os sentimentos em relação ao cônjuge, as mudanças que o nascimento dos filhos tinha representado na vida do casal e outras vertentes emocionais e afectivas da vida conjugal. Também se procurou que os entrevistados se definissem em relação ao que consideravam ser as fronteiras da relação conjugal, no plano do sentimento amoroso e da sexualidade, através de interrogações, por exemplo, sobre o que se pensa sobre atracção por outras pessoas e relações extraconjugais.

A quarta dimensão inscrita na conjugalidade é a que identifica o casamento como fonte produtora de realidade, já não tanto aqui no sentido simbólico mas mais especificamente no sentido das condições materiais. Expliquemo-nos. Com a entrada na conjugalidade, não só se cria uma situação nova em termos das condições materiais de existência — através, por exemplo, da partilha de recursos e despesas — como sucede frequentemente que se geram filhos e, com eles, novas relações afectivas. Ora este aspecto de criação em sentido literal e metafórico, aponta para uma característica intrínseca e incontornável da conjugalidade: a sua dinâmica própria. É que a realidade nova que é criada — vida em conjunto, relações familiares, filhos — não só interpela os actores no sentido identitário como cria um sistema de possibilidades e limites de acção (Ferreira de Almeida e outros, 1995: 28) que são específicos.

A sucessão de fases na vida conjugal não corresponde apenas a condições psicológicas, identitárias e de crescimento pessoal, mas traduz-se em novas condições. São os filhos pequenos dependentes ou já são autónomos e necessitam de outro tipo de cuidados? Estamos numa fase de início da carreira profissional, no meio ou no fim desta? A fase de adaptação à relação e ao outro já passou?

Há, assim, "tempos" diferentes na conjugalidade, por corresponderem a distintas situações objectivas. O número e a idade dos filhos, a duração da relação conjugal, a forma como se está inserido na actividade profissional (situação precária ou permanente?) são exemplos de factores que contribuem para criar realidades objectivas diferentes, que geram e impõem, por sua vez,

formas de agir, escolhas, decisões. Claro que o facto de os "tempos" corresponderem a dinâmicas próprias e a sistemas de possibilidades e limites, deve ainda ser articulado com o factor género. O peso dos "tempos" disponíveis de cada membro do casal é também social e "sexuadamente" diferenciado. O casamento constitui-se também num processo produtor de dinâmicas e constrangimentos específicos.

Esta dimensão da conjugalidade foi operacionalizada na pesquisa através da identificação de diferentes grupos de duração de casamento, esperando-se através deles observar distintas situações objectivas. Foram identificados três grupos: o tempo da instalação — até aos 10 anos de duração do casamento; o tempo das transições — entre os 11 e os 20 anos; e o tempo da conformação ou da realização pessoal, a partir dos 20 anos de casamento.

A quinta e última dimensão da conjugalidade remete para ao facto de ela ser social e historicamente situada. Isto é, e usando a metáfora de Berger e Kellner, trata-se de uma longa conversa "interpelada" do exterior. As ideias, as orientações normativas e os valores sobre os domínios da conjugalidade, da família e da sexualidade vão mudando, como é particularmente visível nos últimos quarenta anos. Essa evidência aparece, em todo o caso, analiticamente subestimada nas abordagens teóricas sistémicas, ou que sublinham com demasiada ênfase a ideia de reprodução social; o mesmo se diga das que insistem na perspectiva interaccionista. Numas e noutras a conjugalidade e a vida familiar são encaradas como "contexto", surgindo as suas lógicas próprias relativamente fechadas e imunes às contaminações e influências exteriores.

Ora a realidade da vida conjugal não se configura com tal isolamento, o que é muito visível nas sociedades contemporâneas e se torna provavelmente mais evidente ainda no caso português. Para dar um exemplo, no decurso da mesma história conjugal e no espaço de 25 anos, mudaram significativamente as definições valorativas do que é considerado comportamento adequado, perante o casamento ou no feminino e no masculino. A maioria dos entrevistados com mais de 40 anos casou numa época em que a união era considerada compromisso para a vida inteira e o divórcio uma dolorosa excepção. O horizonte legítimo de realização pessoal para as mulheres era o da maternidade e, mesmo que não se "condenasse", nalguns sectores sociais, a existência de actividade profissional, os homens estavam "por natureza" mais afastados das responsabilidades familiares e domésticas. Os últimos 25 anos mudaram consideravelmente o horizonte. O divórcio passa a existir como realidade mais frequente, sobretudo em certos sectores sociais, surgindo nas entrevistas como realidade bem próxima,⁴ e o que antes era considerado norma

⁴ Com efeito, alguns dos entrevistados do grupo de duração do casamento dos 20 e mais anos, dos sectores intermédios ou das profissões intelectuais e científicas, afirmaram que, no grupo dos amigos próximos, eram dos poucos que permaneciam casados.

relativamente à participação da mulher no mercado de trabalho ou ao não envolvimento dos homens nas tarefas domésticas e nas responsabilidades familiares é hoje correntemente questionado.

Poderia admitir-se que fosse apenas nas gerações mais jovens que esse efeito se traduzisse. Mas o que se verificou foi que, mesmo nos casais com mais anos e em todos os sectores sociais, se nota o efeito dessas transformações de valores. O que está bem? O que se praticava no início e ninguém punha em causa, ou o que se considera hoje normal mas não foi prática habitual no passado? Algumas vezes verifica-se uma espécie de rumor interior e sente-se ressentimento em relação ao passado. Noutras, regista-se apenas a perplexidade, o não entender ou não aceitar que as coisas tenham mudado no sentido em que mudaram. Os protagonistas do primeiro tipo de situações são, em geral, as mulheres e das segundas mais habitualmente os homens.

Parece assim indiscutível a necessidade de situar a conjugalidade nas coordenadas espaço/tempo para avaliar, nomeadamente, de que forma as transformações de valores interpelam os actores sociais e que efeitos têm nas suas práticas e representações. Na verdade, as ideias circulam, interferem e podem, em certos contextos sociais mais do que noutros, chegar mesmo a transformar as relações e os processos sociais.

Para operacionalizar esta dimensão incluiu-se um conjunto de perguntas no guião de entrevista sobre a forma como eram avaliadas as transformações de valores dos últimos anos nos domínios do casamento, da família, dos direitos das mulheres, etc. Mas foi sobretudo no decurso da descrição da própria vida conjugal, surgindo muitas vezes de forma anárquica à medida que a conversa se ia desenrolando e ao ritmo da memória emocional, que surgiram os rumores e as perplexidades referidas.

Género

As propostas de definição do conceito de género são diversas, não só pelo facto de se tratar de um conceito transversal às várias disciplinas das ciências sociais, como também porque essa transversalidade se retraduz nas perspectivas teóricas dominantes em cada disciplina, configurando-o de forma específica.

Faz assim sentido propor a nossa tradução operatória do conceito, já que se pensou fundamentalmente a sua utilização no quadro da pesquisa. Considerou-se que se identificam *efeitos de género* sempre que se verifica a existência, nas práticas ou nas representações dos actores sociais, de diferenças que só podem ser atribuíveis e explicáveis pela pertença sexual. Trata-se de uma definição com nível descritivo e abrangente, que se impõe especificar no quadro da investigação, não sem antes referir algumas notas explicativas.

Verificou-se já noutra publicação, de forma convergente com um

conjunto de autores, que é útil considerar o género como categoria conceptual, distinguindo-a da noção de sexo (Torres, 2001). Esta última noção é susceptível de se confundir com uma interpretação de carácter biologista. Em discussão teórica anterior sobre a questão feminina e o género procurou-se mostrar como na história recente as diferenças biológicas assumem relevo de segundo plano para explicar diferenças de comportamento entre os sexos. Elas constituem hoje, fundamentalmente, pretexto para manter distinções no acesso aos recursos e aos lugares de poder entre homens e mulheres.

Na verdade, é a atribuição de significados particulares a essas diferenças biológicas que contribui para a conservação de lugares diferenciados entre homens e mulheres na divisão social e sexual do trabalho. Divisões essas que estão intimamente articuladas e que também se exprimem na forma complexa e diferenciada como homens e mulheres vivem a relação entre trabalho e família. Embora nos últimos quarenta anos se tenha assistido a transformações importantes, especialmente no que toca à participação mais significativa e generalizada das mulheres no mercado de trabalho, elas não foram suficientes para romper resistências e inércias existentes, na difícil passagem da noção de mulher-natureza à de mulher-indivíduo.

A utilização do conceito de género, ao tornar mais clara a separação entre condicionamentos biológicos e sociais (culturais ou psicológicos), aplica-se não só às relações entre os sexos, como também permite revelar os constrangimentos impostos a cada um dos "géneros". Na linguagem de "senso comum" espera-se, com efeito, que a pertença sexual esteja necessariamente associada a desejos específicos, formas de ser, de estar e de se comportar. Trata-se dos padrões específicos e "naturalizados" do que é adequado no "masculino" e no "feminino".

Ora, novamente aqui teremos de recorrer à análise sociológica para mostrar a irrelevância das determinações biológicas como explicação do que é considerado comportamento masculino e feminino nas diversas sociedades e culturas. A. Sedas Nunes ilustrou isso mesmo, muito elucidativamente, num conjunto de textos fundamentais publicados nos anos 70 em Portugal (Nunes, 1973).⁵ As transformações dos últimos anos nas nossas sociedades também nos mostram que muito do que antes era considerado inadequado tende hoje a ser considerado socialmente mais aceitável ou menos condenável. Somos assim novamente remetidos para o papel da definição social e da legitimidade cultural do "género" nas diferenciações do comportamento intra-sexos e inter-sexos. Os efeitos de género não constituem propriedades dos indivíduos, inscritas no seu destino biológico, mas antes aprendizagens, ajustamentos, que se vão fazendo consciente ou inconscientemente, aos padrões de desejabilidade social (Amâncio, 1994: 23). Bourdieu (1998) designa tais aprendizagens processos de incorporação do *habitus*, que neste caso serão *habitus sexuais*.

Pudemos detectar esses efeitos de forma extremamente nítida, quer ao

analisar as práticas e representações das mulheres, quer dos homens. Quanto às primeiras, verifica-se quase sempre que não é porque não revelem vontade de ter trabalhos que as realizem pessoal e profissionalmente que não os têm. Nem é porque tenham propensão "natural" ou desejo especial para acumular o essencial dos cuidados com os filhos e desempenhar tarefas domésticas pesadas, rotineiras e pouco estimulantes, que as assumem. O que se passa é que há *obstáculos reais*, quer no plano das práticas, quer no plano simbólico, que as obrigam a desenvolver, por imposição e geralmente em acumulação, a maior parte dessas funções.

Também vimos, por outro lado, como esses "efeitos de género" se impõem no masculino, manifestando-se em todas as esferas da vida social. Por um lado, verificam-se as exigências que se impõem aos homens no trabalho profissional e que entram em conflito com as que decorrem da vida familiar — trabalhar fora de horas, para vestir a "camisola da empresa" e assim colocar-se numa eventual melhor posição na difícil corrida de obstáculos. Por outro lado, e por imposição cruzada de uma visão da masculinidade hegemónica (Vale de Almeida, 1995), que associa desempenho profissional a delegação na mulher das tarefas e responsabilidades familiares, vemos como estes parecem "assumir" com toda a "naturalidade" essa opção. Não se trata aqui de uma mera diferença, mas de uma assimetria clara que se traduz em maior sobrecarga de responsabilidade e de trabalho para as mulheres. E é uma assimetria tanto mais gritante quanto, no início da conjugalidade, ambos partilhariam a vontade e o desejo de plena realização profissional e simultânea projecção parental.

Mas se os condicionamentos de género são nítidos, manifestando-se, como veremos, de forma diferenciada de acordo com as gerações e as classes sociais, também observamos "desvios" em relação à norma da chamada "masculinidade" ou "feminilidade" hegemónica. Assim, surgiram

5 A reinterpretação sociológica que A. Seda Nunes faz das propostas de Margaret Mead em *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*, constitui uma ilustração preciosa do erro da atribuição da universalidade de certos instintos biológicos básicos como exclusivos dos homens ou das mulheres. A partir da análise dos comportamentos das tribos feita por Margaret Mead, Seda Nunes propõe explicações sociológicas, procurando a identificação das diferentes condições de vida dessas tribos descritas pela própria autora norte-americana. É para esse tipo de explicações que remete quando exemplifica o facto de tanto os homens como as mulheres terem comportamentos agressivos na tribo dos Mundugamor, ao contrário do que acontece na dos Arapesh, em que ambos os sexos revelam pouca ambição, competitividade ou agressividade. A análise dos comportamentos dos Tchambuli é igualmente reveladora, na medida em que aí se verifica uma verdadeira inversão de comportamentos em relação aos padrões ocidentais: na verdade, Mead verificou que nessa tribo são os homens que assumem posições passivas, que se enfeitam e se deixam escolher pelas mulheres, enquanto são estas as responsáveis quer pelas iniciativas e propostas sexuais, quer por assegurar o comércio de que a vida de toda a tribo depende (Nunes, 1973: 17-20).

igualmente situações em que os homens estão pouco envolvidos em lógicas de competição, assumindo as mulheres maior determinação nos seus trajectos profissionais. E também, embora de forma menos frequente, apareceram casos em que a conjugação dos apoios familiares com alguma retracção da parte masculina permitiram que as mulheres pudessem completar projectos de formação e de melhoria das suas condições de inserção profissional.

Mais importante ainda do que esses desvios em relação à "norma", é a verificação de que os efeitos de género têm repercussões diferenciadas de acordo com o momento do ciclo de vida conjugal e da trajectória individual e com os diferentes tipos de contexto institucional e profissional em que os actores estão inseridos. De facto, os constrangimentos podem ser mais ou menos "pesados", deixando maior ou menor margem de manobra aos actores sociais. O que parece realidade incontornável, em todo o caso, é que os actores sociais não têm atitudes meramente passivas e conformadas perante esses constrangimentos, procurando ampliar essas margens de manobra sempre que isso está ao seu alcance e, ainda uma vez, de acordo com os momentos do ciclo de vida.

Classe

Operacionalizou-se a grelha das classes sociais que tem vindo a ser proposta e desenvolvida pela equipa de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (Ferreira de Almeida e outros, 1988; Ferreira de Almeida e outros, 1994; Machado e Costa, 1998).

Já foi bem ilustrada a originalidade e interesse dessa grelha teórica que tem, entre outras particularidades, a de utilizar o grupo doméstico como unidade de análise, estratégia utilizada em várias pesquisas, nomeadamente, no domínio da sociologia da família (Lourenço, 1991; Nunes de Almeida e outros, 1998). Na verdade, o que esta abordagem permite é reconhecer os contributos dos vários membros do grupo doméstico — dando assim visibilidade às trajectórias femininas — para a identificação da situação de classe dos indivíduos e das famílias. Cruzando a situação de classe dos dois cônjuges e acrescentando, quando for caso disso, a dos filhos adultos que contribuem para o orçamento familiar, pode ter-se uma visão muito mais completa das práticas e representações, expectativas e estratégias de cada um dos membros da família dos indivíduos, bem como do grupo no seu conjunto. Vejamos alguns exemplos de utilização da proposta e dos seus efeitos heurísticos.

Na pesquisa que deu origem ao livro *Classes Sociais nos Campos*, onde se definem os traços iniciais dessa proposta, resulta de forma clara que só é possível perceber melhor as estratégias das famílias de campesinato parcial, a sua relação com a agricultura e mesmo os seus valores, quando se conta com a inserção na vida activa dos dois cônjuges — que pode assumir a modalidade

de a mulher trabalhar a terra e o homem na fábrica e só complementarmente na terra — e, sempre que este existe, com o contributo dos filhos do sexo masculino que trabalham também, frequentemente, no exterior. O recurso a este tipo de análise permite, entre outras coisas, explicar a permanência de uma agricultura de subsistência sem modernização. Também se percebe melhor como a “modernidade” e as mudanças no plano simbólico e até político, podem ser resultantes de uma espécie de “socialização invertida”, através da qual os pais são influenciados pelos filhos em alguns planos de orientação de vida. (Ferreira de Almeida, 1986).

Numa pesquisa sobre os jovens integrados em cursos de formação na escola de uma grande empresa metalúrgica (Capucha e Torres, 1986) resultou também muito claro que o que poderia contribuir para explicar o sucesso ou insucesso escolar e de formação dos jovens não era a origem social localizada apenas a partir do chefe de família — que neste caso era, à primeira vista, a mesma, visto serem todos filhos de operários da Mague — mas também o nível de escolaridade e/ou a actividade profissional da mãe. Contar para a identificação da origem ou da situação de classe dos indivíduos com a informação referente a ambos os cônjuges da sua família de origem contribui, assim, para dar visibilidade a variáveis antes ocultas e enriquecer globalmente a análise.

Na presente investigação utilizou-se esta grelha igualmente com vantagens óbvias. Quer nas entrevistas, quer nos inquéritos por questionário, construíram-se indicadores para localizar a origem social e a situação de classe do próprio e do cônjuge, no caso das entrevistas, e a situação de classe do próprio e do cônjuge, no caso dos inquéritos por questionário. Discutem-se à frente as vantagens de tal utilização no que toca aos inquéritos por questionário. A informação de carácter extensivo assim recolhida é rica, permitindo ver, entre muitas outras coisas, quem casa com quem, e debater, embora de forma relativamente lateral, a questão da homogeneidade.

No anexo metodológico (anexo 1) dar-se-á conta, quanto às entrevistas, dos critérios, classificações e procedimentos realizados para adaptar a grelha de análise referida à situação da pesquisa. É porventura útil, em todo o caso, desde já, dar alguns exemplos.

O facto de se contar com a informação referente ao cônjuge e com dados sobre a origem social, permite claramente ressituar a pertença social de mulheres e homens casados. Isso mesmo contribui para melhor entender as estratégias individuais de uns e outros no contexto do casamento e fora dele, as expectativas de uns e de outros, bem como as relações de poder e as negociações no casal. Os entrevistados que, analisados individualmente, seriam classificados na pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia, são mais correctamente situados quando se tem em conta o cônjuge. Esta é a situação de algumas mulheres casadas com homens da burguesia dirigente ou

profissionais intelectuais e científicos. A reclassificação ajuda a clarificar diferenças de práticas, representações e expectativas, quer do casal como grupo familiar, em relação a outros, quer dos dois membros do casal entre si.

Mas as diferenciações introduzidas ao ter em conta o cônjuge e, nomeadamente, o puxar “para cima” do grupo doméstico, também podem resultar das situações de inserção na vida activa das mulheres e dos seus níveis de escolaridade. Esta é uma situação antigamente rara mas que com toda a probabilidade se tornará frequente no futuro, dada a tendência para as mulheres atingirem níveis de instrução mais elevados do que os dos homens.

Em alguns casos, com efeito, e veremos isso melhor no capítulo 3, verificou-se a relação entre nível de instrução das mulheres e “saída” do grupo doméstico da condição operária. É possível, por exemplo, citar o caso de um dos entrevistados que sendo operário “bate-chapa” quando casou era, há já alguns anos e no momento da entrevista, “formador”. Se havia hesitações em classificá-lo individualmente, em termos de grupo doméstico elas dissiparam-se quando se soube a inserção na vida activa da mulher. Na verdade, sendo ela técnica de contas, com diploma de curso médio, fica claramente colocada, bem como o seu grupo doméstico, na pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia.

Como é lógico, o que importa não é tanto chegar à conclusão da pertença correcta para encaixar os entrevistados num grupo. A utilização desta grelha prende-se, no fundamental, com o poder explicativo da variável independente classe social quando construída a partir do grupo doméstico e não do indivíduo. É que, para voltar ao exemplo citado acima, o discurso do entrevistado testemunha com toda a nitidez a mudança e o desejo de estar “acima”, que o distingue claramente dos outros entrevistados de condição operária “pura”.

Também se verificou, quando os dois cônjuges tinham profissões técnicas intermédias, existirem casos de investimento na formação universitária por parte das mulheres, as quais “conduzirão” os seus grupos domésticos a outra fracção de classe quando acabarem a licenciatura. Situações estas, novamente, que toda a tradição de classificar a partir da posição do chefe de família, como a de Goldthorpe (Wright, 1997), e as perspectivas que apostam apenas na análise do indivíduo, dificilmente captariam.

Importa sublinhar, no entanto, que a utilização da grelha de análise de classe que parte do grupo doméstico é, aqui, fundamentalmente operatória, não constituindo questão central da nossa investigação o debate sobre as classes sociais e as questões da mobilidade e reprodução sociais. Mas não deixa, por isso, de ser interessante verificar mais uma vez as pistas que abre a operacionalização de tal proposta, particularmente porque soluciona um velho problema, crucial, aliás, para quem trata de casamento e de género: é que se acaba com a invisibilidade das trajectórias das mulheres e do seu contributo para o grupo doméstico.

Não deixa de ser estranho, assim, que essa proposta possa ser criticada

"porque esconde as trajectórias individuais, sobretudo as das mulheres" (Estanque e Mendes, 1999: 190). Mostrando conhecimento seguro de alguns dos contornos fundamentais dessa posição analítica, que é aliás elogiada, na parte inicial do artigo, considerada inovadora e especificada com algum pormenor, os autores acabam por contrariar no fim o que dizem no início. Não se percebe essa contradição. Vejamos um pouco melhor.

Numa parte inicial do artigo em que, como se já se referiu, se dá conta da proposta da equipa e dos seus últimos desenvolvimentos nos anos 90, afirma-se a dado passo na página 181: "Tal como no primeiro modelo de Ferreira de Almeida, também neste caso se faz a distinção das posições das mulheres na constituição dos lugares de classe dos grupos domésticos" (Estanque e Mendes, 1999). Mas já na página 190 se avança o argumento contrário: "a utilização da família como unidade de análise (...) esconde as trajectórias individuais, sobretudo as das mulheres".

Ora, o último argumento, que aliás contradiz completamente o espírito e a letra da primeira parte do artigo, não pode fazer qualquer sentido para quem tenha lido com atenção os artigos que a equipa referida tem publicado. E isto porque o que os autores têm feito é cruzar a situação dos dois membros do casal, obtendo como resultante a situação do grupo doméstico, como acima se ilustrou. Ou seja, localizam os homens, localizam as mulheres, e só depois cruzam as duas situações. A informação desdobrada não se perde! (Ferreira de Almeida, Costa e Machado, 1988). Esta proposta tem continuado a ser desenvolvida pela equipa, e já nos anos 90, abordada de forma mais aprofundada, generalizando para a sociedade portuguesa as questões da recomposição socioprofissional e da mobilidade social (Ferreira de Almeida, Costa e Machado, 1994; Machado e Costa, 1998). Aí se registam, de forma muito evidente, as trajectórias de homens e de mulheres. Se num dos quadros apresentados não consta essa diferenciação e apenas aparece um quadro síntese (o que a não ser feito implicaria, de resto, que se publicassem três quadros), ela nunca deixa de estar presente ao longo dos textos referidos, exactamente, aliás, como Estanque e Mendes começam por registar no seu artigo.

Vale a pena ainda dizer que a proposta teórica de Erik Olin Wright (1997) que serve de inspiração a Estanque e Mendes — embora com pressupostos teóricos diferentes dos que orientam a equipa de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado — também acabou recentemente por se debruçar sobre o problema do cruzamento da situação de classe do cônjuge masculino com a situação perante a actividade do cônjuge feminino, no caso das pessoas casadas.

Difícilmente poderia deixar de ser assim. Qualquer investigador se confronta, nos dias que correm, com os efeitos da participação das mulheres na actividade profissional, que se tornou tendência maioritária na esmagadora maioria dos países ocidentais. A identificação da situação de classe em termos individuais constitui o ponto de partida, mas, desde logo e no caso da

existência de grupos domésticos, se deve passar ao cruzamento das situações dos parceiros conjugais. O grupo doméstico e as relações familiares de forma mais vasta são também lugares de gestão de recursos e de economias conjuntas, além de intensas trocas simbólicas e complexas estratégias negociadas, que não se captam a partir da localização de classe ao nível individual.

É isso também que Wright (1997) afirma quando propõe que a identificação de classe dos indivíduos se faça a partir do cruzamento de duas localizações fundamentais: a localização directa e a mediada. As relações de classe "directas" referem-se às que resultam da inserção dos indivíduos na profissão e na propriedade de recursos produtivos. As "mediadas", por seu turno, dizem respeito a relações com outros membros da família e a relações com o estado. Wright conclui que "a estrutura de classe deve ser entendida como resultando da totalidade das relações de classe directas e mediadas" (Wright, 1997: 258).

O autor demonstra depois, através de um exemplo concreto, como usar apenas as relações de classe directas ou, em alternativa, ter em conta o cruzamento das directas com as mediadas, pode conduzir à identificação de duas estruturas sociais, para o mesmo país, completamente distintas. Wright procura assim superar, por um lado, as críticas feministas aos autores marxistas, quando aquelas consideravam que estes tendiam a sobrevalorizar o conceito de classe e a dar menos importância ao género. Por outro lado, o autor americano procura também ultrapassar a visão limitada de Goldthorpe, na sua insistência em considerar a família como unidade de consumo e como sendo ela, no fundamental através dos rendimentos do seu chefe, que deve ser localizada na estrutura social. Finalmente, Wright, ao propor em 1997 que à identificação directa se associem as relações mediadas com os outros familiares, consegue ainda contemplar o papel do grupo doméstico na localização de classe. É assim que um autor com uma já longa e bem conhecida obra de trabalho teórico e empírico sobre as classes sociais, vem dar recentemente visibilidade ao contributo das mulheres, o que, com outra linguagem e outras classificações, tinha já sido proposto pela equipa de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado desde o início dos anos 80.

Formas de conjugalidade, tipos de centramento e dinâmicas conjugais: um modelo de análise

Propôs-se, em contexto de pesquisa anterior, o conceito operatório de formas de conjugalidade. Procurava-se então uma alternativa ao conceito de modelo, afectado de uma certa ambiguidade (Torres, 1996: 57-59). Procurou-se agora aprofundar a definição de "formas de conjugalidade", indo um pouco mais longe, nomeadamente através da própria redefinição do conceito de

conjugalidade nas suas diferentes dimensões, como se viu atrás. Antes ainda de mostrar de que maneira se redefiniram as formas de conjugalidade, vale a pena retomar alguns dos fundamentos que estiveram na base da sua definição inicial.

Com um sentido que não é o retido nesta análise, o conceito de forma avançado por Simmel (1917, 1964) pretendia dar conta, a nível abstracto, das interacções entre os indivíduos independentemente dos conteúdos (*contents*) ou contextos em que estas ocorrem. A análise das “formas sociais” funciona, para Simmel, como a “gramática que isola as formas puras da linguagem dos seus conteúdos, sendo através destes, no entanto, que estas formas ganham vida. De maneira comparável os grupos sociais, que são os mais diversos possíveis quanto aos seus objectivos, podem, no entanto, revelar formas idênticas de comportamento, entre si e da parte dos seus membros individuais” (Simmel, 1917, 1964: 21).

O conceito de forma opõe-se, assim, a conteúdo e relaciona-se com um conjunto de características permanentes e abstractas do comportamento dos indivíduos. Exactamente na direcção oposta à de Simmel, considera-se nesta pesquisa que as “formas de conjugalidade” são inseparáveis dos seus conteúdos, isto é, que elas incluem um conjunto de modalidades específicas de estruturação e organização da vida conjugal, bem como os modelos normativos e as representações que a propósito delas os actores sociais convocam.

Ao especificar atrás as dimensões do conceito de conjugalidade, desde logo se assumiu que esta envolve a gestão de recursos e implica práticas, representações e valores diferenciados. Ora, tal como em certas perspectivas teóricas se assume claramente o papel mediador da instância familiar enquanto produtor de normas e modalidades de acção específicas, também aqui se julgou fundamental identificar diferentes formas de conjugalidade. E o que são então essas formas de conjugalidade? Os objectivos que presidiram à sua formulação são essencialmente de natureza teórica. Por um lado, tratava-se de associar, como já foi referido, pertença social a práticas de interacção conjugais e familiares, de modo a que tal associação não resultasse mecânica, mas antes flexível, para dar conta dos níveis de autonomia relativa da vida conjugal.

As formas de conjugalidade são, em parte, constituídas por conjuntos de recursos dos actores — capital económico, capital escolar, capital social — disponibilizados nas relações conjugais e familiares em modalidades específicas. O volume desses recursos, a sua estrutura específica — lembrando Bourdieu⁶ o facto de se tratar de capital escolar ou financeiro, por exemplo — e a forma como cada um dos membros do casal se posiciona perante eles —

6 Lembrando a definição do conceito de classe de Bourdieu e as dimensões fundamentais que ele identifica: volume do capital, estrutura do capital e trajectória (Bourdieu, 1979: 128-185).

estar ou não inserido no mundo do trabalho profissional, por exemplo — condiciona a forma de viver a conjugalidade e as práticas, as representações e os valores a ela associados.

Outra componente importante destas formas é o conjunto de normas que orientam as práticas e representações dos actores nas interacções conjugais e familiares. Embora se possa considerar que os sistemas de disposições geram normas que se desdobram nas diversas dimensões das relações sociais, há um conjunto de regras e interditos específicos da vida conjugal. Estes sistemas de interditos, associados ao género, por exemplo, criam espaços de possibilidades e de limites diferentes para os dois sexos no contexto da conjugalidade. O que não significa que estes sistemas normativos sejam rígidos e imutáveis.

Exactamente o que se passou nos últimos quarenta anos revela quer mudança de normas no que diz respeito à própria conjugalidade — de que são exemplos a aceitação da possibilidade da ruptura conjugal e a insistência na valoração do afectivo e do amoroso como “regra” da conjugalidade — quer mudança de normas sobre o comportamento adequado de homens e de mulheres. Continua a haver, claro, regras e normas, e a transição, a transformação de um modelo normativo para outro, não é nem linear, nem inteiramente clara. É preciso insistir na relevância de tais sistemas normativos como condicionantes, mais ou menos “pesados” para os diferentes sectores sociais, das práticas e representações dos actores. As formas de conjugalidade integram, assim, estes sistemas de normas específicas, de formas particulares de regulação das interacções conjugais e familiares.

Finalmente, consideraram-se ainda parte integrante das formas de conjugalidade as representações dos actores sobre a vida conjugal. Trata-se de um conjunto de formas de encarar a conjugalidade — direitos, deveres, qualidades e defeitos dos cônjuges, modo de encarar os conflitos e a sua gestão, comunicação no casal, regras do que pode e deve ser dito e do que pode e deve ser íntimo, forma de encarar e definir as fronteiras da relação e as margens de manobra, de liberdade e de autonomia dos cônjuges, relações com outros familiares e amigos, etc. É um conjunto de representações que diferem de acordo com a pertença social e com o género, contribuindo para configurar as formas de conjugalidade.

Sintetizando, propõem-se três conteúdos essenciais das formas identificadas — recursos, modelos normativos, práticas e representações. A análise das entrevistas permitiu identificar três formas: a institucional, a fusional e a associativa. No plano teórico procurámos, ao definir as dimensões do conceito de conjugalidade, articular esta com o género e, no plano metodológico, partimos do indivíduo no contexto do casal como unidade de análise. Tornou-se assim possível verificar de que forma cada um dos membros do casal pratica e interpreta as diferentes formas de conjugalidade, não havendo necessária convergência entre eles. Em vários casos, com efeito, os dois

membros do casal assumem a defesa e a prática, real ou tendencial, de formas de conjugalidade distintas.

Propôs-se também o que se chamou *tipos de centramento*. A identificação de modalidades diferentes de "investir" na vida conjugal, na família, na profissão, no lazer, surgiu ao procurar responder à velha questão de saber se homens e mulheres atribuem significados diferentes à conjugalidade e ao tentar, igualmente, escrutinar o estereótipo segundo o qual as mulheres só se interessariam pelos filhos e pela família e muito menos pela profissão. Recorde-se que, através de algumas das perguntas do guião, se procurava exactamente captar o modo como cada indivíduo se identificava com essas diferentes dimensões da vida.

Ficou claro que as modalidades de investimento na vida conjugal, na família e nos filhos, na profissão, no lazer, são, na verdade, diferenciadas. Mais uma vez se revelou, em todo o caso, a necessidade de ultrapassar visões estereotipadas, nomeadamente quanto à diferença entre homens e mulheres. Com efeito, pudemos encontrar todas as modalidades e combinações possíveis de investimento. Desde os que se centram basicamente num dos tipos de investimento — projecção pessoal e profissional, por exemplo — aos que atribuem mais importância à relação conjugal e amorosa e menos à parental ou o inverso, até aos que apostam de forma polivalente e relativamente equilibrada em todas as dimensões referidas. Ao longo do ciclo de vida e no decurso das dinâmicas específicas da conjugalidade, acontecem também inflexões e mudanças de acento tónico de uma dimensão de investimento para outra — por exemplo, da conjugal para a parental, desta para a primeira, das duas para a profissional — ou exclusividades diversas.

Como se definiram então, em termos globais, as diferentes formas de conjugalidade? A forma de conjugalidade *institucional* é aquela que está associada, no essencial, a uma visão do casamento como instituição, que importa preservar acima de tudo. O casamento e a família, nesta óptica, são encarados como destino natural, que implica o cumprimento de papéis, responsabilidades e deveres, que se impõe ao indivíduo. Verifica-se, nesta forma de conjugalidade, a tendência para maior centramento na relação parental do que na relação conjugal. Aliás, é, em geral, o desejo de ter filhos, fundar uma família e passar ao estatuto e ao "estado" de adulto, que surge como pretexto e motivo fundamental para o casamento.

Se no caso dos homens o casamento, nesta forma de conjugalidade, está associado à ideia de perda da liberdade, no das mulheres surge mais como aquisição valorizada de estatuto. Existe clara diferenciação dos papéis sexuais — instrumental e expressivo — bem como forte assimetria entre os sexos, mesmo quando as mulheres também desempenham o papel instrumental e trabalham fora de casa.

Como veremos melhor no capítulo 3, os indivíduos que foram classificados nesta forma de conjugalidade ocupam posições específicas no espaço

social, na dinâmica das gerações, e são também diferenciados quanto ao sexo. Enquanto discurso sistemático e elaborado, ou "ideologia", o *casamento institucional* aparece, de forma frequente, protagonizado pelos homens dos sectores operários com idade superior a 40 anos. Mas também surge, mais enquanto resultante prática do que como discurso elaborado, no outro extremo da escala social e nos dois sexos, isto é, nos sectores sociais oriundos da burguesia proprietária, eles próprios dos mesmos sectores, ou da burguesia profissional. No plano das normas e representações, conclui-se que os factores ideológicos e os religiosos podem igualmente contribuir para configurar esta perspectiva mais institucionalizada do casamento.

A forma de conjugalidade *fusional* parece assumir uma modalidade mais romântica, pelo menos no que diz respeito à forma como o projecto conjugal e familiar é relatado. Tendencialmente, neste contexto, os futuros cônjuges casam porque gostam um do outro, querem estar juntos e também tornar-se adultos protagonizando o seu próprio destino. É na perspectiva da partilha romântica e do amor que surge a ideia de ter filhos a dois. O projecto caracteriza-se assim como "fusionalmente" parental e conjugal, passando a constituir a aposta central que dá sentido à vida dos indivíduos.

Retomando a definição proposta por Kellerhals e colaboradores (1982), esta modalidade de encarar o casamento traduz-se no relevo dado aos valores que insistem na exclusividade e na perenidade do laço conjugal, na escolha de modos de relação onde o nós-casal se sobrepõe ao "eu" e no recurso a símbolos sociais que dão visibilidade à existência do grupo, como tal, em relação ao exterior. O acento tónico posto na vida familiar é tanto mais pronunciado quanto mais escassas são as possibilidades de se realizar profissionalmente "fora" (Kellerhals, e outros 1982: 94).

Na forma de conjugalidade *fusional* a diferenciação de papéis entre os sexos é menor do que na *institucional*; mas continua a existir assimetria, sendo sempre as mulheres a responsabilizar-se pelas tarefas domésticas e pelos cuidados familiares.

Os "defensores" e "praticantes" desta forma de conjugalidade encontram-se entre sectores operários mais jovens (homens e mulheres) e nos sectores intermédios (pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia e pequena burguesia de execução). Eles atravessam as diferentes gerações, aqui identificadas, quer a partir da duração do casamento, quer da idade.

Finalmente, a forma de conjugalidade *associativa* é caracterizável como uma "associação" de dois indivíduos autónomos em deveres e direitos, com vista à promoção do bem-estar conjugal e familiar. Este não pode colidir nem sacrificar a autonomia individual e os projectos de realização pessoal. Nesta forma de conjugalidade os indivíduos não esgotam o essencial da sua identidade nas dimensões familiares e conjugais, assumindo a existência de diversos projectos personalizados. Tal como na forma de conjugalidade fusional, é a perspectiva romântica que funda a relação e é na sua continuidade, como

consequência natural do amor conjugal, que surgem os filhos a completar esse projecto. Mas ao contrário da lógica fusional, os indivíduos têm mais autonomia, precisamente também porque não esgotam a sua definição identitária nesta dimensão da vida. Não é o nós-casal e o nós-família que se impõe aos indivíduos mas é antes o bem-estar continuado destes que garante o bem-estar do colectivo. A perenidade da relação depende assim da concretização e da reafirmação desse bem-estar afectivo e emocional. Se no plano da definição e do discurso ideológico este é o modelo que mais claramente prevê a tendência para uma certa indiferenciação no desempenho de papéis entre homens e mulheres — ambos devem assumir as responsabilidades domésticas e familiares e as profissionais —, na prática da vida familiar e conjugal tal indiferenciação não se atinge, como se verá melhor no capítulo 6.

No que toca, globalmente, a todas as formas de conjugalidade, houve a preocupação teórica e metodológica de individualizar a perspectiva de homens e de mulheres no quadro da vida conjugal e familiar — o que em geral não surge de forma tão evidente quando se assume a definição destas tipologias familiares — para melhor poder analisar os efeitos de género. E tornou-se evidente que, a não se desenvolver esse esforço, se perderiam de facto diferenças, elas diluir-se-iam na preocupação de identificar uma resultante global caracterizadora do casal.

A focagem separada de homens e de mulheres permitiu identificar vários tipos de situação quanto ao género e às formas de conjugalidade. Nuns casos homens e mulheres tendem para a mesma forma de conjugalidade, com versões ligeiramente distintas, enquanto noutros existe nitidamente a defesa de formas de conjugalidade diferentes. Na prática, porém, acaba por uma forma de “funcionar” se impor à outra e, em geral, é a forma de conjugalidade defendida e praticada pelos homens, a sua maneira de ver e de fazer, que acaba por se tornar dominante. Nestas situações tende a acontecer também, em certos sectores sociais mais do que noutros, que as mulheres procuram negociar alguma margem de manobra e autonomia manifestando mais ou menos explicitamente a sua insatisfação. Mesmo assim, encontra-se aqui com clareza o sinal do prolongamento no terreno da conjugalidade e da família das assimetrias de poder entre homens e mulheres, que se verificam nas outras esferas da vida social.

Um último objectivo foi o de articular o *género* com os diferentes tipos de *centramento* e com as *formas de conjugalidade*. Isso mesmo se verá, desenvolvendo, no capítulo 3.

Na Figura 1.1, aparecem identificadas as relações principais entre conceitos formuladas no nosso modelo de análise. De um lado temos os recursos, o género e as ideologias (valores e representações) que condicionam os lugares ocupados na divisão social e sexual do trabalho e que dão origem a trajetórias diferenciadas até ao casamento e depois dele. Estes diferentes lugares e trajetórias implicam modalidades de encarar e de viver a conjugalidade

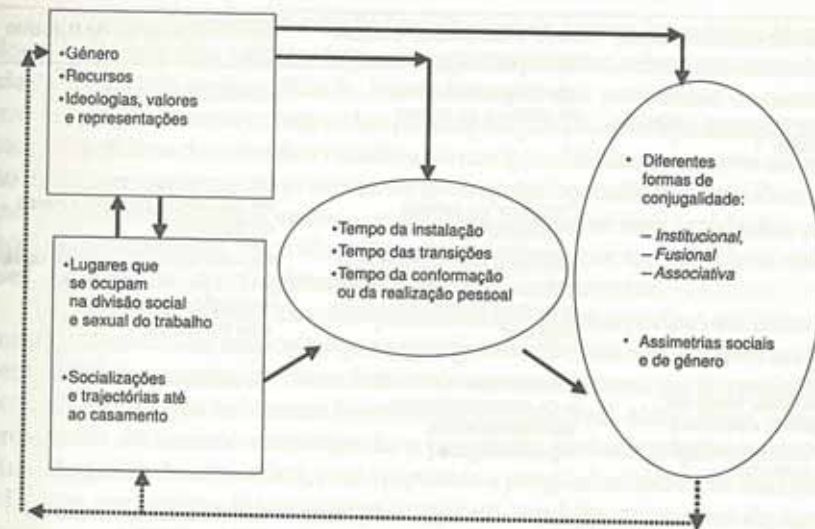


Figura 1.1 Esquema de relações conceptuais

também elas diversas — formas de conjugalidade como a institucional, a fusional e a associativa, são vividas por homens e mulheres, por vezes, de forma igualmente diferenciada. Identificaram-se diversos tipos de centramento e, ao considerar a relevância da variável duração do casamento, foi também possível verificar os efeitos da própria dinâmica conjugal como produtora de constrangimentos, de limites, mas também de possibilidades e oportunidades de acção diferenciadas.

Na figura 1.2 caracterizam-se em traços gerais as diferentes formas de conjugalidade, as cinco dimensões do conceito de conjugalidade e os diferentes tipos de centramento.

Importa voltar, por último, à identificação dos núcleos problemáticos da pesquisa definidos no início deste capítulo, para explicitar agora a forma como ficou organizada a exposição.

No capítulo 2, aborda-se o núcleo problemático que se refere à relação entre conjugalidade e mudança social. Com fundamento quer nas entrevistas realizadas, quer nos resultados de inquéritos por questionário, pretende-se avaliar, como já se indicou, as tendências de mudança intergeracional de práticas e de valores a propósito de um conjunto vasto de indicadores referentes, entre outras, a questões sobre namoro, iniciação à vida sexual, formas de celebração do casamento, representações genéricas sobre o amor, o casamento, em geral, o casamento religioso.

O núcleo problemático que se refere às *formas de conjugalidade, trajetórias e dinâmicas conjugais* é abordado no capítulo 3. Aí se desenvolve a análise das formas de conjugalidade, dos tipos de centramento, e se procura

Três formas de conjugalidade	Cinco dimensões do conceito de conjugalidade	Diferentes tipos de centramento
Institucional O casamento como instituição a preservar	Inscrita em trajectórias de classe e de género	Na relação conjugal
	Produtora de sentido e identidade	Na relação parental Na realização pessoal através da profissão
Fusional O casamento como um nós-família, emocional e próximo que se impõe ao eu-individual	Afectiva e sentimentalmente implicada - no amor conjugal, parental e noutras dimensões afectivas	Na realização pessoal por outras vias (lazer, tempos livres, sociabilidade, relações com familiares)
	Produtora de indivíduos e de novas realidades, constrangimentos e possibilidades	Na família alargada
Associativa O casamento como associação que promove o bem-estar de cada um dos indivíduos	Histórica e socialmente situada, interpelada pelo exterior, pelos mudanças de valores e de representações	Em diferentes combinatórias, com ponderações

Figura 1.2 Formas e dimensões do conceito de conjugalidade e tipos de centramento

identificação das posições de homens e mulheres. Tal análise é produzida a partir da identificação de três tempos, correspondentes às diferentes durações de casamento — o tempo da instalação, o tempo das mudanças e das transições e o tempo da conformação ou da realização pessoal.

Metodologia e técnicas utilizadas: breves notas

Os objectivos da pesquisa e a estratégia metodológica adoptada impunham diversificação das técnicas a utilizar. Foram essencialmente três, os instrumentos de recolha de informação a que se recorreu. A análise documental, que incluiu a recolha de informação sociográfica, o inquérito por questionário e, finalmente, a entrevista em profundidade, constituindo esta o instrumento que se pode considerar fundamental.

A análise documental de dados estatísticos permitiu avaliar as tendências de variação de indicadores relacionados, directa ou indirectamente, com a conjugalidade. A descida das taxas de nupcialidade, da natalidade e da descendência média, os valores da coabitação, o crescimento do divórcio, a variação do casamento católico no país, foram algumas das tendências analisadas, ilustradas nos quadros e figuras no anexo 2.

Interessou igualmente estudar resultados de outros inquéritos já realizados no domínio dos valores, representações e práticas referentes ao universo da família e da conjugalidade. Na elaboração das perguntas dos instrumentos especificamente construídos para a pesquisa houve a preocupação de explorar os efeitos de cumulatividade e da comparabilidade, através da repetição de uma outra questão já utilizada em inquéritos realizados em Portugal ou no estrangeiro. Muitas vezes, a verificação de certas regularidades, mais ou menos inesperadas, ou a identificação de diferenças em relação a outros países, aconselham novas pistas e novos aprofundamentos.

As respostas a inquéritos por questionário também podem ser utilmente comparadas com as respostas que as perguntas abertas das entrevistas permitem. Não raras vezes se descobrem aí, como aconteceu na investigação, descoincidências que se tornam heurísticas. Foi possível, além disso, comparar respostas do mesmo entrevistado a perguntas fechadas, que constavam no final do guião de entrevista, com respostas a perguntas idênticas mas abertas. Desses confrontos interessantes surgiram também sugestões de novas pistas.

Vieram ainda enriquecer a informação de carácter extensivo os resultados de dois grandes inquéritos por questionário, um à Grande Lisboa e outro ao Continente, sob direcção e responsabilidade da autora, os quais foram aplicados, respectivamente, em 1997 (Torres e outros, 1998) e 1999 (Torres e outros, 2000).⁷ O inquérito ao Continente resultou da participação numa rede internacional de pesquisa intitulada "Social policies and the division of paid and unpaid work between men and women", na qual se participou desde início, tendo feito parte do grupo mais restrito que elaborou o questionário que foi aplicado em vários países da união europeia. Também a participação, em 1995, na realização de um grande inquérito por questionário aos jovens do concelho de Loures, constituía já importante fonte de informação (Torres, 1996a).

A realização das entrevistas em profundidade foi, no entanto, o passo metodológico central. Na verdade, tinham sido definidos como observáveis da pesquisa, e em função do seu objecto, das problemáticas e das hipóteses de partida, casais com filhos, de diferentes classes sociais, com idades e durações de casamento diferentes, residindo na Área Metropolitana de Lisboa. Decidiu-se também que seriam entrevistados os dois membros do casal separadamente, dado que interessava uma visão individualizada do casamento, reconstruindo-se depois, através da análise do discurso do casal, a lógica das interacções conjugais.

A experiência da pesquisa do divórcio tinha indicado que seria de

⁷ Para uma abordagem mais desenvolvida dos requisitos metodológicos destes inquéritos ver nota metodológica no anexo 1.

utilizar entrevistadores do mesmo sexo dos entrevistados. A experiência das entrevistas exploratórias revelou a justeza desta decisão. Com efeito, e embora esta escolha produza também efeitos específicos na interacção que se cria na situação de entrevista, a informação obtida a partir de entrevistas em que não há diferenças de sexo entre entrevistador e entrevistado, particularmente neste tipo de assuntos, tende a ser mais ampliada e fiável. Há muitos aspectos referentes a experiências íntimas que surgem nas entrevistas exploratórias e que seriam certamente inconfessáveis a uma pessoa de sexo diferente.

Seguiram-se, assim, opções metodológicas personalizadas, como Kaufmann (1996) sugere, em função dos objectivos específicos de conhecimento que esta investigação solicitava. Com a perspectiva teórica tinha-se procurado superar as dicotomias macro/micro. Com as escolhas metodológicas e técnicas prolongava-se esse exercício. Desenvolveu-se, assim, o cruzamento das várias técnicas disponíveis, insistiu-se em fazer confluir olhares de longe com olhares de perto, diversificando formas de fazer a mesma interrogação global, através da utilização de formas diferentes de perguntar — perguntas abertas, perguntas fechadas, entrevistas, questionários.

Se o acento tónico se colocou, a certos níveis, na entrevista em profundidade, a verdade é que se beneficiou imenso dessa focagem a diferentes distâncias e se revelou extremamente útil a reflexão sobre os resultados a partir das próprias condições de observação, num esforço que procura seguir a proposta mais global no sentido de desenvolver *teorias auxiliares de observação* (Pinto, 1985; Almeida e Pinto, 1986). Vemos o efeito dessas diferentes focagens, por exemplo, no capítulo 2.

Através da diversidade na utilização das técnicas se recusaram as paixões unilaterais que de vez em quando eclodem, ora apelando às virtudes científicas insuperáveis do quantitativismo e da análise extensiva, ora enaltecendo as incomparáveis e exclusivas vantagens da análise intensiva e do depoimento biográfico (Conde, 1993). A exploração sistemática de complementaridades metodológicas constitui postura que tem sido, aliás, criativamente desenvolvida na pesquisa e na reflexão epistemológica e metodológica que se faz em Portugal, no que se vai já constituindo como importante tradição (Pinto, 1985; Ferreira de Almeida, 1986; Costa, 1986; Conde, 1993; Costa, 1999).

Vale a pena ainda dizer que, em termos de estratégia metodológica e para voltar à sugestão de Kaufmann, não se utilizou a entrevista compreensiva no sentido estrito em que este autor a propõe, mas desenvolveram-se procedimentos de certa forma aproximados. Ao contrário da proposta do autor francês, no nosso caso formulou-se uma bateria de interrogações precisas e hipóteses de investigação prévias ao contacto com o "terreno", procedimento que na entrevista compreensiva de Kaufmann se processa apenas *à posteriori* (Kaufmann, 1996: 21).

Quer através da análise das entrevistas, quer na constante aferição das respostas com outras modalidades de perguntar, no entanto, foi possível ir

desenvolvendo a tentativa de decifração compreensiva e em profundidade, com efeitos de significativas reformulações em relação a várias das interrogações iniciais. Definiu-se assim um quadro de permanente vai e vem entre a teoria e a empiria, numa lógica que prevê a construção do objecto como um processo e não como procedimento prévio. De tal forma esse exercício teve múltiplas direcções, que se chegou no final da pesquisa à formulação de um conceito específico de conjugalidade, com as respectivas dimensões, constituindo resultante clara de todo o processo de investigação. O teste da sua própria operacionalização há-de vir a ser progressivamente realizado no futuro.

Especificações técnicas mais pormenorizadas, quer a respeito das entrevistas, quer sobre os inquéritos por questionário realizados, podem ser consultadas no anexo 1, bem como alguns dos instrumentos técnicos utilizados, como o guião de entrevista.

Capítulo 2 PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O CASAMENTO, FORMAS DE CELEBRAÇÃO E PAPÉIS SEXUAIS

Avaliar práticas e representações sobre a conjugalidade e procurar localizar diferenças sociais e intergeracionais é o objectivo fundamental deste capítulo. Procura-se ainda elucidar aspectos da relação entre casamento, simetria entre homens e mulheres e mudança social, já que esta constituía um dos núcleos problemáticos da investigação.

Numa primeira fase analisam-se comparativamente resultados de inquéritos por questionário, com o objectivo de captar as tendências contemporâneas, para o caso português, no plano das práticas, das representações e dos valores. Interessa estudar aspectos como a divisão dos papéis sexuais na família, as formas de celebração do casamento e as opiniões a seu respeito, entre outros, que se revelaram centrais. Inquéritos realizados, quer na Grande Lisboa, quer ao nível nacional (Continente), serão aferidos com informação mais vasta constante das estatísticas nacionais e europeias, bem como com resultados de outras investigações.

A partir das entrevistas em profundidade realizadas, olhar-se-á depois para as práticas e representações de mulheres e homens casados de várias durações de casamento, idades e classes sociais. A iniciação da vida sexual, o namoro e as formas de celebração do casamento, as representações sobre a conjugalidade, a simetria entre homens e mulheres, serão alguns dos aspectos aos quais valerá a pena prestar atenção.

Orientando toda esta leitura estão as hipóteses formuladas sobre a questão da mudança social. Com efeito, procurava-se perceber quais os contornos específicos assumidos pelas práticas e representações dos actores sociais, de forma a encontrar sinais das mudanças e transformações ocorridas nos últimos anos em Portugal.

Práticas e representações sobre o casamento

A partir dos dados extensivos dos inquéritos por questionário, olhemos então alguns dos aspectos que permitem configurar genericamente as posições dos portugueses, e em particular dos da Grande Lisboa, sobre a simetria entre homens e mulheres, o casamento, as formas da sua celebração e os seus significados principais.

Adesão à ideia de simetria entre homens e mulheres

A maioria dos portugueses do tempo presente adere de forma positiva às perspectivas de simetria entre homens e mulheres, quer no plano da inserção de ambos no mercado de trabalho, quer no plano da divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. Tal adesão não só os singulariza no panorama europeu, como representa uma extraordinária mudança em relação a tempos anteriores.

Na verdade, num inquérito aplicado a jovens universitários, em meados dos anos 60, só 6,4% de entre eles consideravam que *a mulher deve ter um emprego toda a vida* (Figueiredo, 1988: 54). Cresce espectacularmente esse valor para os 80,7% nos jovens universitários de hoje (Figueiredo, 1988; Machado e outros, 1989). Mudança tão significativa poderia ser atribuída ao facto de se tratar de uma população jovem, escolarizada, mais aberta no presente do que no passado aos valores da igualdade. Mas a adesão ao modelo simétrico de família, em que se sustenta que *homens e mulheres devem trabalhar fora de casa e partilhar ambos as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos*, é hoje muito mais generalizada.

Num inquérito aplicado em 1988 a nível nacional às pessoas activas a viver em centros urbanos de mais de 10 mil habitantes, a adesão ao modelo simétrico é a posição da larga maioria (64,8%).¹ Aderem ao modelo assimétrico atenuado 22,8%, que são os que sustentam que: *na família o ideal é que a mulher tenha uma actividade profissional menos absorvente do que a do homem de modo que possa assegurar uma grande parte dos cuidados com os filhos e o essencial das tarefas domésticas*. E, finalmente, só 10,4% concordam com o modelo de tradicional assimetria, segundo o qual: *na família o ideal é que só o homem exerça actividade profissional e a mulher se ocupe da casa e dos filhos*.

A singularidade da nossa posição ao nível europeu pode aferir-se através da comparação de diferentes resultados de inquéritos ao longo dos

1 Cf. Resultados do inquérito *As Classes Médias Urbanas em Portugal: Recomposição Social e Mudança Cultural*, pesquisa realizada entre 1987 e 1989, no quadro do Instituto de Ciências Sociais, financiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, citada em J. Ferreira de Almeida (1990).

últimos anos. Por um lado, a partir de uma formulação da pergunta exactamente igual, num inquérito sobre os valores dos europeus realizado em 1983, verifica-se que a adesão ao modelo simétrico era apenas de 35%, ao assimétrico atenuado 30%, e ao modelo tradicional 28% (Harding e Phillips, 1986: 129). Mais tarde, a partir dos resultados da aplicação de um inquérito em 1990, também aplicado aos outros países europeus, conclui-se igualmente que, no nosso país, a concordância com uma posição idêntica à da simetria era superior à média europeia (Nunes de Almeida e Guerreiro, 1993: 210).

Os resultados de um inquérito aplicado aos homens alemães, em meados de 80, era inequívoco a propósito da respectiva posição perante a simetria entre homens e mulheres na situação em que estas tenham filhos até aos 10 anos: 80% considerava que elas deviam ficar em casa a tomar conta das crianças enquanto eles asseguravam a carreira profissional (Beck e Beck-Gernsheim, 1990, 1995: 20).

Na Holanda, a partir de dados que se referem já ao ano de 1999, concluiu-se que a percentagem de tempo que as mulheres dedicam ao trabalho pago quando começam a viver com alguém reduz-se para cerca de metade da que tinham anteriormente quando viviam sozinhas e daquela que os homens asseguram.² Ao terem crianças pequenas essa redução é ainda maior. Poderia pensar-se que se trata de um problema relacionado apenas com a lógica de acompanhamento das crianças pequenas, mas, quando estas têm mais de sete anos, as mulheres continuam a dedicar quase o mesmo tempo ao trabalho exterior que dedicavam quando elas eram mais pequenas (Jacobs e outros, 2000: 20-22).

Por outro lado, também se conclui nesse mesmo inquérito que os holandeses não são globalmente favoráveis à imagem da mulher trabalhadora, persistindo uma valorização da mulher enquanto mulher mãe, circunscrita à vida familiar e não à vida exterior. Na verdade, no conjunto dos países em que se aplicou o mesmo inquérito, é na Holanda que há uma atitude menos positiva perante a actividade profissional feminina (Jacobs e outros, 2000).

No plano dos valores de simetria entre homens e mulheres, e até das práticas como melhor veremos adiante, há pois diferenciações significativas entre o nosso país e países como o Reino Unido, a Alemanha ou a Holanda. Mas também se sabe que estes últimos se distinguem dos países escandinavos, ou da França e da Bélgica, prevendo-se aqui um modelo de estado-providência alargado que assegura simultaneamente os direitos das mulheres, dos homens e das crianças no que toca à relação entre família e trabalho (Torres e Silva, 1998). No Reino Unido, na Alemanha, na Holanda, assume-se, em contrapartida, que a relação entre trabalho e família é um assunto privado, daí

2 Referem-se resultados, já disponíveis para o caso da Holanda, do inquérito promovido pela rede europeia a que se pertence, *European Network for the Division of Unpaid and Paid Work Between Women and Men*.

decorrendo um modelo restrito de estado-providência e posições ideológicas fortemente maternalistas, segundo as quais as mulheres devem dar forte prioridade à família (Kunzler, 1995). No caso português, o estado-providência é deficitário, como o dos outros países da Europa do Sul. Mas, no plano ideológico como no das práticas referentes à actividade profissional, as nossas especificidades são significativas. A análise mais sistemática da relação entre vida conjugal e trabalho já desenvolvida (Torres, 2000) e a aprofundar noutros contextos permite compreender melhor o tema.

Voltando aos resultados do inquérito português aos activos urbanos, realizado em 1988, a variação de posições perante a distribuição dos papéis na família, quanto ao sexo, revela que são as mulheres (78,6%) muito mais do que os homens (55,8%) que defendem a total simetria. O modelo assimétrico atenuado é aceite por 16,3% das mulheres e 27% dos homens, e só concordam com o assimétrico 3,3% da população feminina e 15% da masculina.

Tais resultados poderiam conduzir a pensar que valores tão significativos de adesão à simetria na família seriam também explicáveis porque este inquérito fora aplicado a pessoas activas a viver em áreas urbanas. Na verdade, as respostas ainda a um outro inquérito por questionário, realizado em 1991 (Costa, 1992), apenas três anos depois da aplicação referida e tendo definido uma amostra representativa do universo da população portuguesa residente entre os 15 e os 66 anos de idade, convergem no mesmo sentido. Expressam a opinião de que *o casal ideal é aquele em que homens e mulheres trabalham os dois fora de casa e cuidam igualmente da casa e dos filhos* 80% dos inquiridos. E são 71,9% do total os que respondem que *as mulheres devem trabalhar fora de casa*. Também aqui as mulheres são ainda mais favoráveis à actividade feminina no exterior — 76,9% aderem a esta ideia contra 65,2% dos homens.

Noutro inquérito de nível nacional, aplicado em 1995, a defesa de posições idênticas à simetria e inteiramente favoráveis à ideia das vantagens para as mulheres do trabalho no exterior e da sua realização profissional era, também, largamente preponderante (Vasconcelos, 1998: 362).

A concordância com estas posições aumenta, igualmente, à medida que a idade desce. Na verdade, esta parece ter sido outra mudança que veio para ficar. No inquérito aos jovens de Loures, a que já se fez referência, a adesão ao modelo simétrico sobe no global e continua ainda a ser mais expressiva no caso das mulheres jovens. Aceitam o modelo simétrico 80,8% dos jovens inquiridos. Quanto às mulheres essa, adesão sobe para 87,1%. A assimetria atenuada é defendida por 11,1% dos jovens do sexo feminino e 18,8% dos do masculino e o modelo tradicional assimétrico recolhe apenas a adesão, respectivamente, de 1,5% e 5,5% dos inquiridos (Torres, 1996a: 109-127).

O inquérito à Grande Lisboa permitiu ainda olhar para esta informação de forma mais pormenorizada.³ A proximidade destes inquiridos com parte significativa dos entrevistados deixava também enquadrar a análise das informações obtidas por via qualitativa, ao mesmo tempo que se conseguiam

perceber melhor tendências globais. Os resultados desse inquérito, realizado em 1997, recorde-se, convergem com os anteriores nas respostas a uma pergunta que replicava a formulada para os activos urbanos.

Com efeito, a maioria (58%) afirma a posição simétrica. Dentro destes, são as mulheres quem mais defende esta posição (60%). A posição assimétrica atenuada é defendida por 32% dos inquiridos e apenas 10% sustenta a assimetria. Ainda que a diferença não seja muito significativa, nota-se que são os homens quem mais defende este modelo.

O facto de a adesão à simetria, apesar de ser a resposta maioritária, ter valores menos elevados do que noutros resultados referidos, não pode considerar-se surpreendente, dada a especificidade da população inquirida na Grande Lisboa. Trata-se de uma amostra representativa de homens e mulheres com pelo menos um filho com menos de onze anos e essa específica parentalidade explicará posições mais retraídas perante a questão da simetria. Mesmo assim, e voltando à comparação com outros países, verifica-se que a posição portuguesa, embora seja ainda mais evidente quando se trata das mulheres na sua globalidade é, de todo o modo, extremamente favorável à igualdade entre homens e mulheres. Repare-se no quadro 2.1.

O cruzamento de algumas variáveis traduz-se em diferenciações de posição. Para verificar se a actividade profissional influencia a escolha dos modelos apresentados, ponderou-se a condição perante a actividade profissional e passou a ver-se que entre os inquiridos em exercício profissional continua a ser maioritária a defesa do modelo simétrico (60%); mudança significativa só se verifica no caso das pessoas que respondem na situação de doméstica/o, havendo nesse caso uma maioria (50%) que defende posição assimétrica atenuada. Lembre-se, entretanto, que a condição de "doméstica" apenas diz respeito neste inquérito a 24% das mulheres inquiridas.

Considerando ainda as respostas dos inquiridos que exercem profissão (quadro 2.2), são as mulheres que mais defendem a simetria (67%, homens 55%). Por seu turno, são mais os homens (33%) quem afirma uma posição de assimetria atenuada (mulheres 25%). Apenas 10% do total adere à posição assimétrica, com os homens, uma vez mais, à frente.

Quanto maior é o nível de instrução atingido, maior é a adesão à simetria como modelo ideal. Esta tendência, que se verificará também noutros resultados de forma muito nítida, mostra a insistência na defesa dos chamados valores "modernistas" nas pessoas com níveis de instrução mais elevados,

3 O inquérito por questionário foi aplicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a uma amostra estatística representativa do conjunto da população residente nos sete concelhos da Grande Lisboa: Lisboa, Amadora, Cascais, Sintra, Oeiras, Vila Franca de Xira e Loures. Inquiriram-se 493 grupos domésticos que tinham, até 31 de Março de 1997, pelo menos uma criança menor de 11 anos de idade a seu cargo. Ver outras especificidades técnicas no anexo metodológico (anexo 1).

Quadro 2.1 Modelo de simetria na família, segundo o sexo (Grande Lisboa, 1997)

%	Homens	Mulheres	Total (N=493)
Modelo simétrico	55	60	58
Modelo assimétrico atenuado	33	31	32
Modelo assimétrico	12	9	10
Total	100	100	100

Nota: Modelo simétrico: homens e mulheres devem trabalhar fora de casa e partilhar ambos as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos; modelo assimétrico atenuado: na família o ideal é que a mulher tenha uma actividade profissional menos absorvente do que a do homem de modo que possa assegurar uma grande parte dos cuidados com os filhos e o essencial das tarefas domésticas; modelo assimétrico: na família o ideal é que só o homem exerça actividade profissional e a mulher se ocupe da casa e dos filhos.

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos.

Quadro 2.2 Modelo de simetria na família, segundo a condição perante o trabalho (Grande Lisboa, 1997)

	Modelo simétrico (%)	Modelo assimétrico atenuado (%)	Modelo assimétrico (%)	Total % (N=493)
Exerce profissão	60	30	10	100
Desempregado	70	19	11	100
À procura do 1.º emprego	100	-	-	100
Doméstica/o	37	50	13	100
Reformado/pensionista	60	20	20	100
Incapacitado para o trabalho	100	-	-	100
Total	58	32	10	100

Fonte: Inquérito, *op. cit.*

como o quadro 2.3 confirma. Repare-se, no entanto, que a posição maioritária dos inquiridos do ensino básico ainda é a da simetria. Os desníveis são claramente maiores, sem que isso traga surpresa, entre os que têm ensino médio e superior.

O posicionamento perante um modelo familiar de divisão do trabalho está assim associado a sectores com perfis económicos, escolares e profissionais específicos. A defesa mais expressiva do modelo simétrico pode ser encontrada, no caso das mulheres, nos sectores mais escolarizados (desde o ensino secundário ao médio e superior), com *profissões intelectuais* (89%), *técnicas intermédias* (85%), e nas *trabalhadoras da indústria* (70%); o modelo atenuado é mais defendido em sectores profissionais como *empregadas administrativas* (41%), *empregadas do comércio e serviços pessoais* (32%), *directoras e quadros*

Quadro 2.3 Modelo de simetria na família, segundo o nível de instrução (Grande Lisboa, 1997)

	Até ao 6º ano (%)	7º ano ao 12º ano (%)	Ensino médio e superior (%)	Total % (N=493)
Modelo simétrico	47	60	81	58
Modelo assimétrico atenuado	38	32	16	32
Modelo assimétrico	15	8	3	10
Total	100	100	100	100

Fonte: Inquérito, *op. cit.*

dirigentes (22%), nas *trabalhadoras não qualificadas* (26%) e em sectores com escolaridade básica ou mesmo secundária; finalmente, a defesa do modelo assimétrico tradicional encontra-se, simultaneamente, nos grupos mais desfavorecidos e desprovidos de capitais económicos e culturais, como as *trabalhadoras não qualificadas* (17%), e entre as que detêm capital financeiro mas eventualmente menor capital escolar, como as *directoras e quadros dirigentes* (com 11%), já que estão aqui consideradas em termos de categoria socioprofissional não tanto os quadros superiores de empresa (em geral incluídas nas profissões intelectuais) mas mais os quadros dirigentes, isto é, empresárias de pequenas empresas ou mesmo trabalhadoras por conta própria (Torres e Silva, 1998).

Exemplo ainda mais recente, do mesmo tipo de posições, é o do inquérito realizado em 1999 e em que se procurou avaliar as modalidades de divisão do trabalho pago e não pago entre homens e mulheres, os diversos aspectos relacionados com as redes e os apoios familiares, os valores e representações sobre a família e sobre a relação entre trabalho e vida familiar (Torres e outros, 2000). Aí se concluiu também que a grande maioria dos portugueses defende a participação na actividade profissional tanto das mulheres em geral como das que são mães, ao mesmo tempo que considera da maior importância o maior envolvimento dos homens quer nas responsabilidades familiares e nas tarefas educativas quer nas tarefas domésticas. Vejamos como.

Nas respostas a uma escala de atitudes verificou-se que tanto os homens como as mulheres mostravam uma forte orientação para o trabalho profissional feminino. Mas a adesão a ideias como *uma mulher não deve deixar o trabalho pelo facto de ter uma criança* ou *a vida de uma mulher fica incompleta sem uma actividade profissional* encontravam ainda maior eco junto das mulheres.⁴ O maior envolvimento dos homens na vida familiar e doméstica acolhia de forma também muito expressiva a adesão dos inquiridos. Ideias como *os homens*

4. Numa escala de 1 a 5, em que 3 equivale ao valor positivo, 1 representa o total desacordo e 5 o total acordo, a adesão feminina à primeira e à segunda ideias situava-se nos 3,44 e nos 3,24, respectivamente (Torres e outros, 2000).

devem participar activamente na educação das crianças ou os homens devem fazer metade das tarefas domésticas recolhiam sempre altíssima concordância.⁵

Ainda quanto à relevância da vida profissional para os dois sexos, mais nítidas foram as respostas ao inquérito referido quando se analisavam as posições assumidas por homens activos e por mulheres activas perante a seguinte questão: *eu continuaria a trabalhar mesmo se pudesse receber um salário igual ao que recebo actualmente sem ter que trabalhar para isso*. A adesão positiva a esta ideia, embora situando-se no limiar, não deixa de surpreender, até pelo facto de a distinção entre homens e mulheres ser praticamente nula.⁶

As opiniões expressas neste conjunto de inquéritos, e as que resultam das entrevistas, conduzem-nos a pensar, em relação ao trabalho profissional feminino, que se deseja, acima de tudo, articular plenamente as vertentes profissional e familiar. Na verdade, não encontramos nas respostas dos inquiridos sinais de privilégio de atribuição da função essencialmente materna às mulheres com filhos pequenos, como é possível encontrar noutros países (Kunzler, 1995).

É ainda bem claro, por outro lado, numa leitura diacrónica, que se operou em Portugal uma mudança significativa em relação ao que se considera ser o modelo ideal e adequado de família. Enquanto há 30 anos se sustentava um modelo tradicional envolvendo a clássica divisão de tarefas entre homens e mulheres, defende hoje a larga maioria dos portugueses uma perspectiva inteiramente simétrica. Claro que se trata de uma resposta no domínio do que "deve ser" e não do que realmente se pratica, tendo a pesquisa confirmado, aliás, o que outras investigações já revelaram, isto é, que a partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos entre homens e mulheres não é efectivamente igualitária. Nem por isso perde significado, contudo, que se tenha assistido a uma alteração desta natureza e em registo tão ampliado, no domínio dos valores.

Do mesmo modo, embora não se possa interpretar a defesa maioritária destas opiniões apenas como uma afirmação dos direitos das mulheres, e se saiba que, em Portugal, são também as fracas remunerações dos homens que incitam ao trabalho feminino como meio de garantir condições de vida acima dos limites da sobrevivência, esta posição ultrapassa a mera defesa da ideia da "transformação da necessidade em virtude". As mulheres, como será bem ilustrado nas entrevistas, valorizam de modo significativo a sua actividade profissional também como garante de autonomia e poder no quadro do funcionamento familiar.

5 Posições de concordância, na escala referida na nota anterior e para os dois sexos, na ordem dos 4,01 e 3,53, respectivamente.

6 Lembrando que se está a referir uma escala de concordância de 1 a 5 (posição positiva a partir de 3) as respostas distribuíram-se da seguinte maneira: homens, 3,05; mulheres, 3,04; homens e mulheres, 3,05.

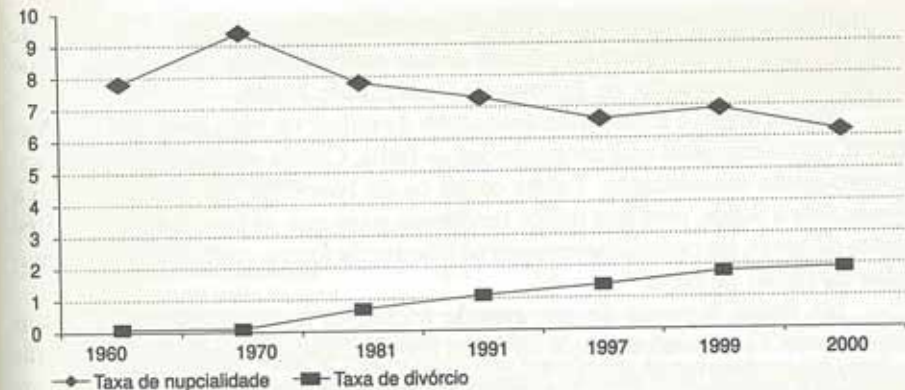


Figura 2.1 Evolução das taxas brutas de nupcialidade e de divórcio entre 1960 e 2000

Prevalência da prática do casamento sobre a união de facto

A descida da taxa de nupcialidade é uma tendência clara desde meados de 70, assinalando o que foi já designado como a passagem à segunda fase da modernização da nupcialidade em Portugal (Bandeira, 1994: 320-413).⁷ Como pode observar-se na figura 2.1, a descida da nupcialidade é em contrapartida acompanhada pela subida do divórcio.

Este movimento de descida da nupcialidade acompanha o que se passa nos outros países da União Europeia, embora essa taxa mantenha aqui valores ligeiramente superiores aos de outros países europeus (Nunes de Almeida e outros, 1998: 55). Portugal segue também outras tendências comuns nos últimos quarenta anos nas sociedades ocidentais, como a subida da média de idade ao 1.º casamento⁸ e ao nascimento do 1.º filho,⁹ da taxa de divórcio, dos nascimentos fora do casamento (quadro 2.5) e a descida do número médio de filhos por mulher.¹⁰

Estas tendências são explicadas por um conjunto de transformações sociodemográficas e de valores que ajudam a compreender as posições dos indivíduos perante a conjugalidade e o casamento, ao mesmo tempo que permitem identificar os contornos específicos da situação portuguesa (Torres, 1996).

Os portugueses parecem de qualquer forma tender também a aumentar

7 Taxa bruta de nupcialidade = casamentos no ano/população média x 1000; ver também a evolução das taxas de nupcialidade no quadro A1 no anexo 2.

8 Ver quadro A2 no anexo 2.

9 Ver figura A1 no anexo 2.

10 Ver figura A2 no anexo 2.

as práticas da coabitação ou de coabitação prévia ao casamento, como se pode ver no quadro 2.4, embora os valores dessas práticas sejam inferiores aos que se registam, sobretudo, na Europa do Centro e do Norte.

Na verdade, o modo mais frequente de entrar na vida conjugal em Portugal, como em geral na Europa do Sul — Itália, Grécia e Espanha — é o casamento e não a coabitação. Países como os do Norte da Europa, ou como a França ou a Suíça, revelam maior tendência para que os jovens vivam juntos antes de casar, ou optem mesmo por se manter de forma continuada em situações de união de facto.

Na Suíça, a partir de um grande inquérito longitudinal iniciado em meados de 70, concluiu-se que 65% dos jovens casados tinham coabitado antes do casamento (Kellerhals e outros, 1982: 75). Em França, considera-se, por outro lado, que se operou nos últimos anos uma viragem significativa no processo de entrada na vida conjugal (Kaufmann, 1993). A união de facto, ou a convivência com grande proximidade,¹¹ surge como uma etapa de selecção de parceiros, só se realizando o casamento quando a relação dá garantias de estabilidade e/ou nasce o primeiro filho.

Para Portugal, os dados preliminares do Recenseamento de 2001, globalmente, vieram mostrar um aumento significativo das pessoas a viver em união de facto (quadro 2.4).

Mas através da análise dos dados por idades, só possível de efectivar para 1991, por indisponibilidade dos resultados do INE para 2001, confirma-se o que já tinha sido mostrado em vários inquéritos realizados. Dos que têm menos de 20 anos, só 0,7% declararam viver em união de facto, enquanto 2,5% tinham já casado, como se pode ver no quadro A3 no anexo 2. Dos 20 aos 24 anos, 2,4% viviam em coabitação e 24,9% eram casados. Finalmente, dos 25 aos 29 anos, 3,7% coabitavam e 60,7% tinham casado. Globalmente, o número de pessoas que afirmavam viver em união de facto chegava a ser mais baixo, no caso das mulheres, do que o número das que se diziam divorciadas.¹² Quando se analisam as idades dos que dizem viver em situação de coabitação nota-se, por outro lado, que há mais coabitantes jovens do que mais velhos.

A união de facto como situação estável e para todo o sempre tem poucos adeptos, no entanto, junto dos jovens portugueses. Quanto aos jovens de Loures, 17,2% eram casados e só 1,6% viviam em união de facto. Por outro lado, os solteiros tendiam a escolher como opção conjugal futura o casamento

11 Por exemplo, passar fins-de-semana e férias juntos.

12 Não se pode levar esta interpretação demasiado longe, até porque ao responder ao recenseador o inquirido, se vivesse em união de facto mas tivesse o estado civil de divorciado, situação que pode bem acontecer, tanto poderia identificar-se numa como noutra categoria. É por essa razão que se tende cada vez mais a desligar o conceito de estado civil — que equivale à situação jurídica — do de situação de conjugalidade. Foi o que se fez, quer no inquérito da Grande Lisboa, quer do Continente, como se verá à frente.

Quadro 2.4 Evolução de alguns indicadores demográficos relativos à natalidade, ao casamento e ao divórcio (1960-2000)

	1960	1970	1981	1991	1999	2000
Taxa bruta de natalidade	24,1	20,1	15,4	11,8	11,6	11,8
Índice sintético de fecundidade ¹	3,2	3,0	2,1	1,6	1,5	-
Taxa bruta de nupcialidade ²	7,8	9,4	7,8	7,3	6,9	6,2
Taxa bruta de divórcio ³	0,1	0,1	0,7	1,1	1,8	1,9
Casamentos católicos	90,7	86,6	74,6	72,0	66,4	65,9
Nascimentos fora do casamento ⁴	9,5	7,3	9,5	15,6	20,8	22,2
Pessoas a viver em união de facto ⁵				2,3		3,6

Nota: 1) Número de filhos por mulher em idade fecunda 15/49 anos; 2) Casamentos x 1000/pop. média; 3) Divórcios x 1000/pop. média; 4) Total de nados vivos nascidos fora do casamento por 100 nados vivos; 5) Dados relativos aos recenseamentos da população de 1991 e 2001 (resultados preliminares).

Fontes: *Estatísticas Demográficas*, 1997; *Recenseamentos da População* de 1981 e 1991; Almeida, Costa e Machado (1994); Torres (1996); Almeida e outros (1998).

(43,2%), e só 7,7% respondiam preferir *viver junto sem casar* (Torres, 1996a). Já a adesão à ideia de *viver junto antes de casar* era mais significativa (19,9%), bem como o número dos que se declaravam *sem projecto* (25,5%).

No plano dos valores, em contrapartida, quer os jovens, quer os portugueses em geral, acabam por adoptar posições que valorizam as qualidades intrínsecas da relação conjugal em detrimento de uma visão institucionalista. Explicou-se esta posição por razões de natureza pragmática, como se verá melhor, quer nos resultados do questionário que permitem captar representações, quer nas entrevistas.

A distribuição regional da união de facto confirma as disparidades regionais que estão constantemente a ser verificadas em vários planos, nomeadamente entre o Norte e o Sul do país, como o quadro 2.5 mostra com clareza. Na verdade, as pessoas que afirmam viver em união de facto em Lisboa e Vale do Tejo (5,5%), no Alentejo (4,8%) e no Algarve (7,2%) representam o dobro ou o triplo das que declaram o mesmo no Norte e Centro do país.

No inquérito aplicado ao nível nacional em 1999 analisou-se também a situação perante a conjugalidade: declararam então viver em união de facto 5,5% dos inquiridos.¹³ A relação entre a situação de conjugalidade e a idade dos inquiridos revelou que é no sector intermédio — o dos 31 aos 40 anos — que, embora por pequena margem, há maior representação de uniões de facto (quadro 2.6).

13 Foi construída uma amostra representativa da população entre os 20 e os 50 anos, tendo sido inquiridos, no Continente, 1700 homens e mulheres. A não aplicação do questionário nas Ilhas deveu-se única e exclusivamente a problemas de limitação orçamental. O inquérito foi aplicado pela empresa Metris em Abril e Maio de 1999. Ver outras especificidades técnicas no anexo 1.

Quadro 2.5 Indicadores demográficos por regiões, 1999 (em percentagem)

NUTS II	Casamentos católicos	Unões de facto/casados sem registo*	Nados vivos fora do casamento	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa bruta de natalidade
Portugal	66,5	3,6	20,8	6,9	1,8	11,6
Continente	68,2	3,7	21,1	6,9	1,8	11,5
Norte	78,2	2,0	12,7	7,6	1,4	12,2
Centro	71,7	2,4	14,8	6,4	1,5	10,3
Lisboa e Vale do Tejo	57,8	5,5	30,7	6,6	2,3	11,8
Alentejo	54,0	4,8	28,4	5,4	1,4	9,2
Algarve	45,7	7,2	37,6	6,0	2,5	11,6
Açores	28,2	1,9	13,3	7,7	1,8	13,7
Madeira	46,3	2,5	19,6	7,2	2,0	12,5

Nota: Proporção de indivíduos que declararam viver em união de facto no recenseamento de 2001.

Fontes: *Estatísticas Demográficas, 1999; Recenseamento da População de 2001* (resultados preliminares).

Para avaliar a extensão da coabitação prévia ao casamento procurou-se saber se os inquiridos que responderam ser casados tinham vivido em união de facto antes do casamento. Foram 12,4% os que responderam afirmativamente, atingindo um valor próximo do que ocorria em França nos anos 60, onde a coabitação atingia os 10%. Valor ainda distante do que aí viria a ocorrer nos anos 80, quando subia para 35% (Bozon, 1992: 411).

As diferenças entre homens e mulheres no que toca a ter coabitado antes do casamento não são muito significativas: são 11,3% os homens que o declararam e 13,2% as mulheres. Entrando em linha de conta com a idade, mais uma vez, é no grupo etário intermédio que há maior representação de pessoas que viveram em união de facto antes do casamento.

Não se tratará então, no fundamental, de uma coabitação juvenil prévia ao casamento, embora também haja necessariamente situações dessa natureza, mas mais da conjugação dessas situações com as que se referem, provavelmente, a coabitações prévias a segundos casamentos. De qualquer modo são situações que dizem respeito a sectores limitados da população. Quando analisadas sob o ponto de vista do nível de instrução, as uniões de facto aumentam à medida que sobe, também, a formação escolar (quadro 2.7).

A variável região interfere também. Tal como já era evidente no quadro 2.5, só nas regiões do Algarve (25%), na Grande Lisboa (22%) e no Vale do Tejo (20%) os valores da coabitação prévia ao casamento se situam claramente acima da média (quadro 2.8).

A leitura conjugada destes resultados mostra, em resumo, que as situações de união de facto têm vindo a aumentar, embora a coabitação prévia ao casamento, continue a ser uma prática minoritária e mais frequente nos sectores mais instruídos, de idades intermédias, localizados a Sul do país, onde

Quadro 2.6 Situação conjugal dos inquiridos, segundo a idade (Nacional, 1999)

Situação conjugal	20-30 anos (%)	31-40 anos (%)	41-50 anos (%)	Total (N=1700)
Nunca viveu em situação conjugal	59	14	5	28
Casado	32	69	73	57
União de facto	6	7	4	5
Separado	2	4	3	3
Divorciado	1	4	7	4
Viúvo	*	2	8	3
Total	100	100	100	100

Nota: * valor abaixo da unidade

Fonte: Inquérito aplicado a uma amostra representativa da população entre os 20 e os 50 anos, tendo sido inquiridos, no Continente, 1700 homens e mulheres.

Quadro 2.7 União de facto anterior ao casamento, segundo o nível de instrução (Nacional, 1999)

	Até ao 6º ano (%)	7º ano ao 12º ano (%)	Ensino médio e superior (%)	Total (N=961)
Viveu em união de facto antes do casamento	12	16	20	12
Não viveu em união de facto antes do casamento	88	84	80	88
Total	100	100	100	100

Fonte: *Inquérito, op. cit.*

Quadro 2.8 União de facto anterior ao casamento, segundo a região (Nacional, 1999)

	Norte Litoral (%)	Porto (%)	Centro Litoral (%)	Interior (%)	Vale Tejo (%)	Lisboa (%)	Alentejo (%)	Algarve (%)	Total (N=961)
Viveu em união de facto antes do casamento	4	11	9	7	20	22	12	25	12
Não viveu em união de facto antes do casamento	96	89	91	93	80	78	88	75	88
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: *Inquérito, op. cit.*

também predominam relativamente mais as práticas não institucionalistas referentes à família e ao casamento.

No Norte e no Centro tende-se a valorizar mais a institucionalização das relações. Aí casa-se mais, menos se coabita, menos filhos há fora do

casamento, mais se insiste no casamento católico e menores são os valores do divórcio. Em Lisboa e Vale do Tejo, bem como no Algarve e um pouco menos no Alentejo, sobem sempre por referência ao Norte e ao Centro os valores que apontam para perspectivas menos tradicionalistas.

Se estas diferenças permanecem ao longo das últimas décadas, a verdade, contudo, é que o sentido global das transformações é o mesmo. Também no Norte e no Centro, com efeito, tendem a descer os indicadores como o casamento católico, a nupcialidade e a natalidade, e a subir os nascimentos fora do casamento e o divórcio.

Todas estas diferenças não impedem a notável convergência de opiniões que se verifica a nível nacional quando analisamos as respostas a inquéritos sobre a família, a conjugalidade, o divórcio e outros aspectos relacionados como a simetria na família e no trabalho. É possível que mais do que serem realmente modernos, muitos portugueses gostem da ideia da modernidade, deixando ainda para trás as práticas correspondentes. Um exemplo do paradoxo é o que se revela em relação à divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, sendo os homens portugueses dos que menos as dividem com as mulheres enquanto simultaneamente estão entre os que mais consideram que estas podem e devem trabalhar fora de casa em paridade com os homens (Nunes de Almeida e outros, 1998).

Perspectiva desinstitucionalizada

As respostas dos inquiridos, quer a nível nacional, quer da Grande Lisboa, a um conjunto de perguntas destinado a captar representações sobre o significado do casamento e sobre as suas formas de celebração, permitem agora completar o quadro das perspectivas contemporâneas sobre a conjugalidade no nosso país. Veremos depois como estas informações ganham com a análise mais aprofundada das respostas dos nossos entrevistados. Aí se compreenderão, de forma muito ilustrativa, os eventuais paradoxos surgidos numa primeira leitura a partir das diferenças entre representações e práticas dos inquiridos, isto é, entre o que eles dizem que pensam e o que eles dizem que fazem.

Antes ainda da realização dos dois inquéritos a que temos feito referência, já era possível captar alguns dos traços fundamentais das perspectivas dos portugueses sobre o casamento e a conjugalidade, vendo-se, por exemplo, na valorização superior das lógicas intrínsecas à relação e menor nas lógicas exteriores à conjugalidade. A partir dos resultados de diferentes inquéritos via-se também que a relação conjugal era valorizada por razões da "realização humana dos cônjuges", percebendo-se que entre os critérios para a felicidade conjugal tendiam a ser salientados os que destacam "o respeito e o apreço mútuo", a "compreensão e tolerância", a "fidelidade", e muito menos,

por exemplo, os que dizem respeito a "ter filhos" (Torres, 1996). Defendiam com particular ênfase estas tendências os mais novos, os que vivem em grandes centros urbanos, os que têm maiores níveis de instrução.

No inquérito à Grande Lisboa de 1997 aplicaram-se algumas perguntas formuladas, inicialmente, como perguntas fechadas para o guião de entrevista que serviu de base à presente pesquisa. Replicaram-se essas mesmas questões, que diziam respeito a representações sobre o casamento em geral e sobre o casamento religioso, no inquérito por questionário a nível nacional em 1999. É sobre as respostas dos inquiridos que iremos agora debruçar a nossa atenção.

Vejamus uma primeira posição sobre o casamento. Pretendia-se que os inquiridos escolhessem uma de duas opções: *só com o casamento é que uma relação a dois se cimeta* ou *o casamento, em si mesmo, tem pouca importância; o que importa é o bom relacionamento entre duas pessoas*. As respostas revelaram uma opção muito clara, assumindo a maioria dos inquiridos uma posição *não institucionalista* (quadro 2.9 e quadro 2.10), quer na Grande Lisboa quer a nível nacional. Aliás, apesar de ser previsível a existência de diferenças entre os dois espaços, a verdade é que elas são muito menos significativas do que seria de esperar, a partir dos indicadores de diferenças nas práticas a que já se fez referência.

Elemento interessante é o facto de, na Grande Lisboa, ser sobretudo o sexo feminino a assumir uma posição *anti-institucionalista*. Se numa lógica tradicionalista se poderia esperar que fossem as mulheres a ter uma posição mais institucional perante o casamento — pelo facto de estarem mais frequentemente em situações de dependência real ou relativa em relação aos cônjuges — a realidade destes resultados desmente essa ideia. Também aqui as posições femininas são mais "modernas", tal como já acontecera com as posições sobre a simetria entre os sexos. A tendência mantém-se para o nível nacional, embora com diferenças menos marcantes.

Ainda para o inquérito ao nível nacional, podemos ver no quadro 2.10 que se faz notar o efeito da variação do nível de instrução dos inquiridos: quanto mais elevado ele é, maior é a defesa da posição *desinstitucionalizada* perante o casamento.

Quanto à idade (quadro 2.11) regista-se, com toda a clareza, a tendência para a maior adesão às perspectivas não institucionais junto dos mais novos. Apesar de a defesa da posição desinstitucionalizada assumir maior relevo junto dos que casaram pelo registo civil (75%), a grande maioria dos que casaram pela igreja continua a defender a mesma posição (61%), como se pode ver no quadro A12 no anexo 2.

Podemos ainda observar no quadro 2.12 a variação das posições dos inquiridos a partir da região em que vivem. Apesar de se notarem as distinções já conhecidas entre o Norte e o Sul, as diferenças em relação à média não são significativas, mantendo-se consistentes as tendências centrais. Também se

Quadro 2.9 Opiniões sobre o casamento, segundo o sexo do inquirido (Grande Lisboa, 1997)

	Masculino	Feminino	Total (N=493)
	(%)	(%)	(%)
Só com o casamento é que uma relação a dois se cimenta	24	16	20
O casamento em si mesmo tem pouca importância, o que importa é o bom relacionamento entre as pessoas	76	84	80
Total	100	100	100

Fontes: *Inquérito, op. cit.*

Quadro 2.10 Opiniões sobre o casamento, segundo o nível instrução (Nacional, 1999)

	Até ao 6º ano (%)	7º ano ao 12º ano (%)	Ensino médio e superior (%)	Total (N=1700)
Só com o casamento é que uma relação a dois se cimenta	31	18	14	26
O casamento em si mesmo tem pouca importância, o que importa é o bom relacionamento entre as pessoas	67	79	83	72
Não sabe/não responde	2	3	3	2
Total	100	100	100	100

Fontes: *Inquérito, op. cit.*

Quadro 2.11 Opiniões sobre o casamento, segundo o escalão etário do inquirido (Nacional, 1999)

	20 a 30 anos (%)	31 aos 40 anos (%)	41 aos 50 anos (%)	Total (N=1700)
Só com o casamento é que uma relação a dois se cimenta	20	27	31	26
O casamento em si mesmo tem pouca importância, o que importa é o bom relacionamento entre as pessoas	77	71	66	72
Não sabe / não responde	3	2	3	2
Total	100	100	100	100

Fonte: *Inquérito, op. cit.*

observa que o estado civil pode interferir na escolha da posição perante o casamento. Assim, são os casados (33,3%) que assumem muito mais do que os solteiros (15,5%) ou do que os divorciados (7,5%) a posição institucionalista perante o casamento como se pode ver no quadro A10 no anexo 2.

O que a defesa destas posições parece mostrar, de forma largamente maioritária e apesar das diferentes variáveis cruzadas, é que se tende a

valorizar no casamento os aspectos intrínsecos da relação — que se referem à relação ela própria e à forma como ela decorre — e não tanto os aspectos extrínsecos ou institucionais — o laço formal em si mesmo. Simultaneamente, e no caso português vimos isso de forma particularmente nítida, muito embora se ache que o que verdadeiramente interessa é a relação entre as pessoas, a maioria continua a assumir o compromisso jurídico do casamento. Estaremos perante um contradição entre o que se pensa e o que se pratica? Ou tratar-se-á apenas de uma combinação específica de valores, práticas e atitudes?

Vejamos mais pormenorizadamente outros dados, como a opinião sobre as formas de celebração do casamento.

Formas de celebração: representações ritualistas e laicas

Já se sabe que a prática do casamento católico não constitui só por si indicador da relação entre religião e valores familiares. Muitos dos casamentos efectuados pela igreja correspondem mais a uma atitude conformista — fazer o que todos fazem — ou tradicionalista e ritualista, do que a pura convicção religiosa. Independentemente de uma apreciação qualitativa, porém, o que é facto é que em Portugal o casamento católico desce 24%, entre 1960 e 2000 (figura 2.2). Trata-se de uma descida sempre regular, passando de valores próximos dos 90%, na globalidade do país, para os 66% (ver também quadro A5 no anexo 2).

A distribuição regional do casamento católico é, como já se pôde ver no quadro 2.5 e se observa nos quadros A6 e A7 no anexo 2, fortemente assimétrica. Em trabalhos anteriores (Torres, 1996) tinha ficado claro que Lisboa, Setúbal e Faro sempre foram distritos em que se registaram menos casamentos católicos do que nos distritos do Norte e Centro do país. Para dar um exemplo, a percentagem de casamentos católicos no distrito de Lisboa, durante os anos 80,¹⁴ andou à volta dos 50% (umas vezes acima deste valor outras abaixo) enquanto no distrito do Porto, e para a mesma década, os valores do casamento católico oscilaram sempre entre os 85% e os 80%, isto é, acima da média nacional (Torres, 1996). Estas distinções no plano regional harmonizam-se, aliás, com as que dizem respeito aos indicadores de comportamento religioso. A Grande Lisboa, quase todo o Alentejo e o Algarve são zonas “menos religiosas, menos praticantes e mais secularizadas” (França, 1993: 178).

Mas o que parece ainda importante perceber é aquilo que muda na

14 Não deixa de ser curioso no entanto verificar, como se pode ver nos quadros A6 e A7 no anexo 2, que a percentagem de casamentos católicos em Lisboa e Vale do Tejo e na Grande Lisboa nos anos 90 aumentou gradualmente (passando da zona dos 50% aos 57% em 1999) enquanto em todas as outras regiões tem tendência a diminuir mais ou menos ligeiramente.

Quadro 2.12 Opiniões sobre o casamento, segundo a região do inquirido (Nacional, 1999)

	Norte Litoral (%)	Porto (%)	Centro Litoral (%)	Interior (%)	Vale do Tejo (%)	Lisboa (%)	Alentejo (%)	Algarve (%)	Total (N=1700)
Só com o casamento é que uma relação a dois se cimenta	33	28	22	29	29	21	23	15	26
O casamento em si mesmo tem pouca importância, o que importa é o bom relacionamento entre as pessoas	65	69	76	69	64	77	77	83	72
Não sabe / não responde	2	3	2	2	7	2	-	2	2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: *Inquérito, op. cit.*

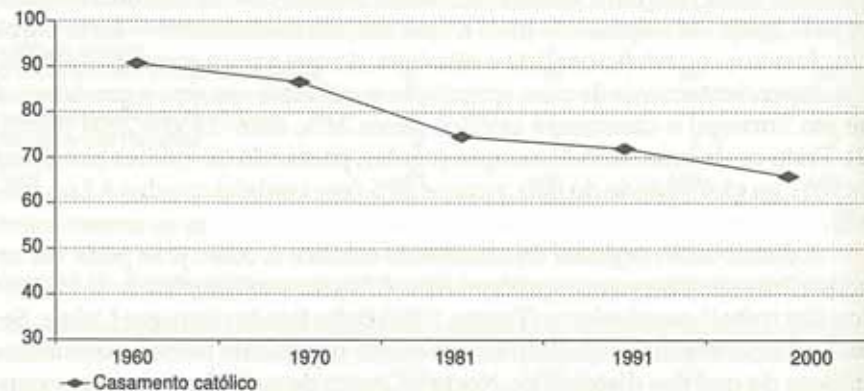


Figura 2.2 Evolução do casamento católico entre 1960 e 2000 (%)

forma como a religião é encarada e, especificamente, na maneira como se articulam representações e valores relativos ao casamento e à família. Já vimos como o casamento católico desce. Tal descida pode estar associada ao crescimento dos sectores mais secularizados da população, que vivem em meio urbano e têm maiores níveis de escolaridade.¹⁵

15 Dos que se consideram "claramente religiosos" só 10% vivem em grandes cidades. Entende-se aqui "claramente religiosos", segundo um "indicador religioso de síntese", os que se afirmam religiosos, atribuem importância a Deus na sua vida e rezam com muita frequência. É de salientar que este indicador não abrange só os católicos mas sim todos os que acreditam numa religião (França, 1993: 113-179).

Mais elucidativa é a descoincidência entre a opção pelo casamento católico e convicção ou prática religiosa. Ela tem sido verificada em resultados de vários inquéritos e é de novo confirmada nos que temos vindo a analisar. Sendo a média nacional de casamentos católicos à volta dos 70%, nos anos 90, como vemos a partir do quadro 2.4, o conjunto dos que se declaravam católicos praticantes era de apenas de 33%.¹⁶ No inquérito a nível nacional (1999) esses números foram confirmados, assumindo-se como católicos praticantes apenas 33,5% dos inquiridos mas tendo casado pela igreja cerca de 81,5%.¹⁷

Há duas tendências que parecem verificar-se. Uma vai no sentido de o casamento religioso ser escolhido por muitos dos que nem sequer se afirmam católicos, como foi constatado nas respostas ao inquérito aos jovens de Loures e se confirma plenamente, como veremos, no inquérito a nível nacional. Outra que se pode consubstanciar também no facto de muitos dos que se consideram católicos casarem pela igreja sem assumir este acto religioso no seu sentido espiritualista mais pleno, ou que, ao fazê-lo, entendam que o casamento não é, no sentido em que a Igreja o entende, um sacramento. Também esta tendência é nítida, quer nas respostas dos inquéritos a que temos feito referência, quer nas entrevistas realizadas. Vejamos os dados quantitativos.

Conclui-se desde logo, no inquérito aplicado ao nível nacional, que, entre os casados, a forma de celebração predominante fora o casamento católico: 81,5% optou pela cerimónia religiosa, enquanto 18,5% celebraram o casamento no registo civil.

Considerando a idade dos inquiridos casados em relação à forma de celebração do casamento, é no grupo etário intermédio (dos 31 aos 40 anos) que encontramos a menor percentagem de casamentos pela igreja e, logicamente, a maior percentagem de casamentos celebrados apenas pelo registo civil. Como já foi sugerido, é provável que o facto de se tratar de uma faixa etária onde já é verosímil a existência de segundos casamentos possa explicar que os valores do casamento católico sejam aqui mais baixos, pela conhecida impossibilidade de realizar duas vezes a cerimónia pela igreja.

Analisando a forma da celebração do casamento tendo em conta o grau de instrução dos inquiridos, foi possível verificar que, quanto mais elevado é nível de instrução atingido, menor é a percentagem de casamentos celebrados pela igreja (quadro 2.13). Neste plano verificam-se, assim, tendências semelhantes às que se registaram quanto à perspectiva desinstitucionalizada do casamento.

A distribuição regional da forma de celebração do casamento segue de perto o que já tinha sido observado para indicadores semelhantes. Maior concentração do casamento católico na zona Norte, mesmo em zonas de maior

16 *Idem, ibidem*, p. 117.

17 Lembre-se, apesar de tudo, que o universo a que se refere este inquérito é ao dos homens e das mulheres entre os 20 e 50 anos, isto é, uma população relativamente jovem.

Quadro 2.13 Forma de celebração do casamento, segundo o nível de instrução (Nacional, 1999)

	Até 6.º ano (%)	7.º ano ao 12.º ano (%)	Ensino médio/superior (%)	Total (N=961)
Igreja	84	75	73	82
Registo civil	16	25	27	18
Total	100	100	100	100

Fonte: *Inquérito, op. cit.*

Quadro 2.14 Forma de celebração do casamento, segundo a região (Nacional, 1999)

	Norte Litoral (%)	Porto (%)	Centro Litoral (%)	Interior (%)	Vale do Tejo (%)	Lisboa (%)	Alentejo (%)	Algarve (%)	Total (N=961)
Igreja	93	91	88	91	81	60	67	75	82
Registo civil	7	9	12	9	19	40	33	25	18
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: *Inquérito op. cit.*

Quadro 2.15 Forma de celebração do casamento, segundo a posição perante a religião (Nacional, 1999)

	Agnóstico (%)	Católico praticante/ (%)	Católico praticante (%)	Protest. (%)	Muçulm. (%)	Ateu (%)	Testem. Jeová (%)	Outra crença (%)	Indiferente (%)	Total (N=961)
Igreja	53	91	78	100		42	40	100	48	82
Registo civil	47	9	22		100	58	60		52	18
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: *Inquérito, op. cit.*

densidade urbana como no Porto (90%). Menor tendência para a realização da cerimónia religiosa na zona da Grande Lisboa (60%), como se pode ver no quadro 2.14.

Quanto à relação entre religião e forma de celebração do casamento, notam-se de maneira muito clara as descoincidências. Percentagem significativa de indiferentes, agnósticos e ateus dizem ter casado pela igreja católica (quadro 2.15).

Relacionando ainda o facto de ter vivido ou não em união de facto com a forma de celebração do casamento, podemos concluir também que, entre os casados pelo registo civil a percentagem daqueles que tinham vivido em

Quadro 2.16 União de facto anterior ao casamento, segundo a forma de celebração do casamento (Nacional, 1999)

	Igreja (%)	Registo civil (%)	Total (N=961)
Viveu em união de facto antes de casar	7	37	12
Não viveu em união de facto antes de casar	93	63	88
Total	100	100	100

Fonte: *Inquérito, op. cit.*

união de facto (37,1%) é superior ao valor dos que, tendo casado pela igreja, viverem juntos antes de casar (6,8%), como se pode ver no quadro 2.16.

Estes resultados aproximam-se de dados disponíveis para a França. A partir do inquérito *Formation des Couples* e em relação às formas de celebração do casamento Bozon conclui que, em meados dos anos 80, o casamento religioso continuava a ser, apesar de um recuo relativo, a forma de celebração mais frequente em França.

Entre os que não viveram juntos antes de casar, 90% escolheram casar pela igreja, descendo esse valor para os 68% no caso dos que coabitaram antes do casamento (Bozon, 1992: 415). Ou seja, a esmagadora maioria dos que coabitam antes do casamento acabam por casar pela igreja. Verifica-se ainda em França que, ao relacionar categorias de pertença socioprofissional e forma de celebração do casamento, no caso das mulheres que ocupam posições de "quadro superior" e que coabitaram antes do casamento, a propensão para a realização de um casamento religioso é claramente abaixo da média.

Assim, quer em França, quer em Portugal, a opção de vida em conjunto antes de casar não representa de forma alguma recusa da instituição, mas antes uma modalidade específica de transitar para o casamento e para a vida adulta. Modalidade transitória, experimentalista, dando azo, antes de um passo definitivo, a mais escolhas. Não se trata assim de uma opção em alternativa ao casamento, como se poderia pensar há alguns anos atrás, ou de uma atitude militante contra a instituição, mas antes de uma forma diferente de encarar esta. São os indivíduos que procuram tirar partido da instituição, aumentando ao máximo a sua margem de manobra e minimizando os constrangimentos ou as lógicas de submissão.

Não se trata pois da desinstitucionalização do casamento — os indivíduos acabam por casar, embora mais tarde — mas de uma desvalorização da instituição no plano das representações e dos valores, a favor de uma posição perante ela mais pragmática e utilitária. Voltaremos a este assunto.

Interessa agora olhar para os dados de opinião referentes à forma de celebração do casamento, a partir dos quais é possível chegar a conclusões semelhantes às que têm sido já avançadas (quadro 2.17).

Quadro 2.17 Opiniões sobre o casamento, segundo o nível instrução (Grande Lisboa, 1997)

	Até ao 6º ano (%)	7º ano ao 12º ano (%)	Ensino médio e superior (%)	Total (N=493)
O casamento pela igreja é o que consagra de forma plena a união entre duas pessoas	21	18	27	22
O casamento pela igreja é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante	30	35	16	28
O casamento pela igreja acontece porque as pessoas são pressionadas pelos pais ou pelas circunstâncias	6	5	8	6
O casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas	43	42	48	44
Total	100	100	100	100

Fonte: Inquérito, *op. cit.*

No inquérito à Grande Lisboa, na verdade, verificou-se que a maioria dos inquiridos (44%) afirma uma posição completamente *laica* quanto ao casamento pela Igreja, aderindo à ideia segundo a qual *o casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas* (quadro 2.17).

A uma distância já considerável segue-se a posição ritualista (28%), que afirmava: *o casamento pela igreja é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante*. Só depois aparecem defendidas as posições religiosas convictas (22%), que associam formas de celebração do casamento à ideia de sacramento: *o casamento pela igreja é o que consagra de forma plena a união entre duas pessoas*. A posição mais conformista — *o casamento pela igreja acontece porque as pessoas são pressionadas pelos pais ou pelas circunstâncias* — é escolhida apenas por 6% dos inquiridos.

A variação segundo o nível de instrução confirma a mesma tendência já revelada a partir de outros indicadores: à medida que ele aumenta sobe também a defesa da posição laica perante o casamento (quadro 2.17). Note-se, no entanto, que as posições convictas — as que afirmam o casamento como sacramento — também aparecem com valores relativamente mais elevados do que a média quando os inquiridos têm nível de instrução médio e superior, sendo no mesmo grupo, em contrapartida, mais baixa a adesão às posições ritualistas.

É provável que se trate aqui de um efeito de convicção, podendo supor-se que os indivíduos com maiores níveis de instrução sejam também aqueles que assumem maior coerência de argumentos e posições — ora fundamentando as suas opiniões laicas, ora assumindo uma posição espiritualista mais convicta e afastando-se de explicações circunstanciais, menos relacionadas com os conteúdos intrínsecos da celebração do casamento. As posições

Quadro 2.18 Opiniões sobre o casamento religioso, segundo a região (Nacional, 1999)

	Norte Litoral (%)	Porto (%)	Centro Litoral (%)	Interior (%)	Vale do Tejo (%)	Lisboa (%)	Alentejo (%)	Algarve (%)	Total (N=1700)
O casamento pela igreja é o que consagra de forma plena a união entre duas pessoas	35	24	24	29	22	14	22	20	24
O casamento pela igreja é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante	32	27	28	39	45	36	24	22	33
O casamento pela igreja acontece porque as pessoas são pressionadas pelos pais ou pelas circunstâncias	8	10	6	6	8	12	16	12	9
O casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas	23	35	41	22	23	35	36	44	31
Não sabe/não responde	2	4	1	4	1	3	2	2	3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito, *op. cit.*

ritualistas, em contrapartida, têm maior expressão junto dos indivíduos com o ensino secundário. Nas entrevistas, de forma viva, através do discurso na primeira pessoa, vemos surgir estas diferentes opiniões e os argumentos que as fundamentam.

Ao nível nacional, no inquérito realizado em 1999, em que se replicava a mesma pergunta (quadro 2.18), concluiu-se que as posições ritualistas assumem a dianteira (33%), logo seguidas da posição laica (31%) e só depois da posição religiosa (24%) e da conformista (9%).

A distribuição regional da defesa das posições sobre o casamento religioso mostra uma forma bem mais matizada da tradicional divisão Norte/Sul. Assim, temos posições muito mais laicas e claramente acima da média, no Algarve (44%), no Centro Litoral (41%), no Alentejo (36%), no Porto (35%) e em Lisboa (35%). Em contrapartida, a posição ritualista situa-se acima dos valores médios e é modal no Interior (39%), no Vale do Tejo (45%) e em Lisboa (36%).

Assim, em Lisboa a posição laica está muito próxima da ritualista, havendo ainda de específico ser nesta região que a defesa da posição espiritualista convicta assume os valores mais baixos (14%) de todo o Continente. Especificidade que não é estranha ao facto, já referido, de os níveis de religiosidade serem aqui também dos mais baixos do país. A posição espiritualista convicta só se configura como modal no Norte Litoral (35%) e fica próxima dos 20% em todas as outras regiões, excepto no Interior, onde se aproxima mais dos 30%, e em Lisboa já que desce para 14%.

O Porto conhece a maior descoincidência entre realização da cerimónia religiosa do casamento e atribuição do sentido espiritualista e convicto a essa celebração. Na verdade, assumindo aí o casamento pela igreja católica valores altíssimos (91%, como se vê no quadro 2.14), é também no Porto que a posição *o casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas* assume o valor modal (35%).

Dado convergente com este, e interessante de registar, é o que se refere à auto-identificação como católico praticante, que assume no Porto valores muito abaixo da média (26%) e próximos da declaração das regiões do Sul, como o Algarve (24%), o Alentejo (22%) e finalmente Lisboa, apenas com 20% a declararem ser praticantes (quadro 2.19). Estas regiões opõem-se ao Norte Litoral, em que se registam 51% de católicos praticantes, ao Centro Litoral, com 41%, e ao Interior, com 47%. À luz destes resultados a descoincidência assinalada quanto ao Porto pode ser lida de outra forma: os 90% de casamentos católicos nesta região corresponderão na sua grande maioria, a posições ritualistas e laicas e não tanto de crença ou convicção.

Não deixa de ser curioso notar, aliás, ao abordar a problemática da declaração da crença religiosa, que Portugal assume no panorama europeu alguma especificidade, como se verificou num inquérito realizado aos europeus e aplicado em 1990. Dos países tradicionalmente católicos Portugal é aquele "onde há menos pessoas dizendo pertencer a uma religião" (França, 1993: 114), afirmando-se 70% como católicos. O país é também aquele em que a percentagem dos que se assumem como não praticantes (47%) ultrapassa a média europeia (França, 1993: 117). Calculava-se assim, na análise dos resultados deste inquérito, que apenas 33% dos maiores de dezoito anos em 1990 eram católicos praticantes.

Uma análise dos mesmos dados realizada por outra equipa responsável pelo *European Values Systems Study Group* (Ester, Halman e de Moor, 1994: 43-45) revela também que só 9% dos portugueses que pertencem a uma religião participam nos serviços religiosos pelo menos uma vez por mês e se envolvem nas actividades da igreja (*core member*), valores de envolvimento religioso que são também baixos nos outros países da Europa do Sul. Outro grupo de 32% para Portugal é constituído pelos que participam em serviços religiosos pelo menos uma vez por mês mas não têm qualquer outro tipo de actividade (*modal member*); os valores desse grupo são relativamente mais elevados nos países da Europa do Sul. Finalmente os membros "marginais", aqueles que raramente assistem a serviços religiosos mas continuam a considerar-se membros da igreja, constituem também 32% em Portugal e são a maioria em quase todos os países, excepto na Holanda (onde um número muito elevado não tem qualquer religião, 48%), Itália, nas duas Irlandas e nos Estados Unidos da América. Ainda de acordo com esta análise são 28% em Portugal os que não pertencem a qualquer religião (Ester, Halman e de Moor, 1994).

Quadro 2.19 Posição perante a religião, segundo a região (Nacional, 1999)

	Norte Litoral (%)	Porto (%)	Centro Litoral (%)	Interior (%)	Vale do Tejo (%)	Lisboa (%)	Alentejo (%)	Algarve (%)	Total (N=1700)
Agnóstico	1,2	1,3	0,6	1,5	2,2	5,0	5,8	1,7	2,6
Católico praticante	51,3	26,1	40,8	46,8	30,9	20,3	22,1	23,7	33,5
Católico não praticante	44,8	67,1	52,0	47,7	52,5	60,7	48,8	69,5	55,0
Protestante	0,3	-	1,8	-	0,7	2,5	1,2	1,7	1,1
Muçulmano	-	-	-	-	-	0,4	-	-	0,1
Ateu	0,6	1,7	3,0	1,5	2,9	2,3	-	1,7	1,8
Testemunha de Jeová	-	0,4	0,6	-	0,7	1,0	-	-	0,5
Outra crença	0,3	0,4	-	-	-	0,2	-	-	0,2
Indiferente	1,2	2,6	1,2	2,0	7,2	6,3	16,3	-	4,1
Não sabe/não responde	0,3	0,4	-	0,5	2,9	1,3	5,8	1,7	1,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito, *op. cit.*

Se a própria afirmação de pertença religiosa é descoincidente com as declarações de prática, o desfasamento entre essa pertença e o casamento religioso é também significativo, como vimos e podemos agora observar melhor. Interessa analisar a opinião dos inquiridos casados a partir da forma de celebração que escolheram para o seu casamento.

O quadro 2.20 mostra que, entre os que casaram pela igreja, 34% afirmam que o casamento religioso é um sacramento, assumindo assim uma posição espiritualista, em coincidência, aliás, com o número de católicos praticantes que era, lembre-se, de 33,5%. Mas outros 34% assumem uma posição ritualista, e 21% dos que casaram pela igreja escolhem a posição laica. O que quer dizer que a larga maioria dos que casaram catolicamente não o fizeram fundamentalmente por convicção. Já os casados pelo registo civil assumem maioritariamente uma posição laica perante o casamento (49%), o que não é, evidentemente, de estranhar, seguindo-se os que afirmam uma posição ritualista (31%).

Quanto às posições dos dois sexos vale a pena assinalar algumas diferenças, visíveis no quadro 2.21. As mulheres são, quanto ao casamento, simultaneamente um pouco menos espiritualistas, mais ritualistas e mais laicas do que os homens. A interpretação destas diferenças deve beneficiar de informação suplementar. Com efeito, o número de mulheres que se auto-identificam na categoria de católico praticante (41%) é sensivelmente o dobro do dos homens (25%), como se pode ver no quadro A14 no anexo 2. Como explicar que, por um lado, as mulheres sejam mais espiritualistas e convictas na prática religiosa geral, mas considerem o casamento religioso segundo uma lógica ritualista e até laica?

Quadro 2.20 Opiniões sobre o casamento religioso dos casados, segundo a forma de celebração do casamento (Nacional, 1999)

	Igreja (%)	Registo civil (%)	Total (N=961)
O casamento pela igreja é o que consagra de forma plena a união entre duas pessoas	34	10	30
O casamento pela igreja é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante	34	31	33
O casamento pela igreja acontece porque as pessoas são pressionadas pelos pais ou pelas circunstâncias	9	7	9
O casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas	21	49	26
Não sabe/não responde	2	3	2
Total	100	100	100

Fonte: Inquérito, *op. cit.*

Hipóteses explicativas eventuais serão a existência da separação entre o que é considerado como assunto terreno, categoria na qual cabe o casamento, a relação entre as pessoas, a vida quotidiana, e o que é considerado como dependendo de outras lógicas, como as espirituais ou sagradas, e que se podem relacionar com a prática religiosa. Trata-se no fundo do afloramento do que tem sido designado por processo de secularização. O facto de as mulheres estarem mais envolvidas no casamento, quer nos seus aspectos simbólicos quer nos práticos, pode traduzir-se em maior desencantamento do matrimónio, em maior sensibilidade na percepção destas distinções entre o sacro e o profano. Além de que, como vimos, elas tendem a ter sempre posições um pouco mais “modernas” do que os homens a propósito dos aspectos relacionados com a família e com o casamento, com vimos até aqui. Voltaremos a este assunto.

Quanto à idade, indicador relevante para antever tendências futuras, o quadro 2.22 mostra que desce com a idade a posição convicta, aumentando claramente a ritualista e a laica. Curiosamente, o grupo dos 31 aos 40 anos apresenta uma posição específica, como já se tinha visto atrás a propósito de outras opiniões. Eles são mais laicos, relativamente menos ritualistas do que os mais novos e menos espiritualistas do que os mais velhos. Posição intermédia que pode corresponder a factores geracionais relacionados com a vivência próxima de atitudes de convicção ideológica, mais frequentes nas gerações que viveram a sua juventude no período do 25 de Abril.

Junto dos jovens predominam ainda mais do que as posições laicas (31,8%), as ritualistas (36,5%). Trata-se de uma espécie de pragmatismo que teremos ocasião de ver bem ilustrado nas entrevistas. Junto dos mais velhos,

Quadro 2.21 Opiniões sobre o casamento religioso, segundo o sexo (Nacional, 1999)

	Masculino (%)	Feminino (%)	Total (N=1700)
O casamento pela igreja é o que consagra de forma plena a união entre duas pessoas	25	23	24
O casamento pela igreja é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante	31	35	33
O casamento pela igreja acontece porque as pessoas são pressionadas pelos pais ou pelas circunstâncias	10	8	9
O casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas	31	32	31
Não sabe/não responde	3	2	3
Total	100	100	100

Fonte: Inquérito, *op. cit.*

Quadro 2.22 Opiniões sobre o casamento religioso, segundo a idade (Nacional, 1999)

	20 aos 30 anos (%)	31 aos 40 anos (%)	41 aos 50 anos (%)	Total (N=1700)
O casamento pela igreja é o que consagra de forma plena a união entre duas pessoas	21	22	29	24
O casamento pela igreja é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante	36	31	33	33
O casamento pela igreja acontece porque as pessoas são pressionadas pelos pais ou pelas circunstâncias	9	11	8	9
O casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas	32	33	28	31
Não sabe/não responde	2	3	2	3
Total	100	100	100	100

Fonte: Inquérito, *op. cit.*

por sua vez, a moda situa-se também na posição ritualista (33%), mas são também estes que, de longe, assumem no conjunto mais posições convictas espiritualistas (28,5%) e logo depois posições laicas (28%).

A análise da variável estado civil, como se pode ver no quadro A13 e no anexo 2, permitiu ainda avaliar algumas diferenças. São de longe os solteiros e os divorciados os mais laicos, dividindo-se os casados entre a posição ritualista e a espiritualista. Os viúvos assumem mais o ritualismo e a posição laica, mas são também os que, curiosamente, menos defendem a posição espiritualista convicta — só 14% sustentam esta posição. Não se pode esquecer, no entanto, que os viúvos na amostra são relativamente “jovens”, já que ela se refere, recorde-se, a um universo de homens e mulheres entre os 20 e os 50 anos.

Em trabalhos anteriores sobre o divórcio (Torres, 1996) tínhamos

Quadro 2.23 Opiniões sobre o divórcio, segundo a região (Nacional, 1999)

	Norte Litoral (%)	Porto (%)	Centro Litoral (%)	Interior (%)	Vale Tejo (%)	Lisboa (%)	Alentejo (%)	Algarve (%)	Total (N=1700)
Mesmo que haja razões fortes para um divórcio o casamento deve manter-se para que a família não se desagregue	16	18	10	14	11	13	16	7	14
Mesmo tendo casado com a noção de que o casamento é para toda a vida e ainda que haja filhos, há problemas graves na vida do casal que podem justificar o divórcio	32	14	33	41	40	36	29	20	32
O divórcio é a melhor solução para um mau casamento	49	63	50	39	46	50	51	68	51
Não sabe / não responde	3	5	7	6	3	1	4	5	3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: *Inquérito, op. cit.*

encontrado também a tendência clara, no plano das representações e valores, para uma visão dessacralizada do casamento, que aliás não distinguia os que se declaravam católicos de todos os outros. A aceitação da possível dissolução do casamento pelo divórcio, bem como de um conjunto de práticas que a hierarquia da igreja condena, é a posição da grande maioria. Novamente ao aplicar uma pergunta sobre o divórcio nos dois questionários se confirmaram estas tendências, como mostra o quadro 2.23.¹⁸

Também foi possível apreciar, a respeito quer das práticas, quer das representações sobre o divórcio, as significativas mudanças operadas em Portugal. Nos inquéritos já referidos em que se procura comparar as respostas de jovens universitários inquiridos em 1964 com respostas de universitários de hoje, a tendência para a aceitação do divórcio e a rejeição da ideia do casamento indissolúvel pôde ser largamente confirmada (Figueiredo, 1988: 51). Embora fosse já significativo o número de jovens que frequentavam a universidade em 1964 e que aceitavam o divórcio (49,3%), esse número cresce hoje

18 As opiniões sobre o divórcio segundo o sexo e a idade do inquirido podem ser observadas nos quadros A15 e A16 no anexo 2.

para 77,6%.¹⁹ A francamente menor adesão juvenil à lógica da indissolubilidade do casamento (quadro A15 no anexo 2) parece demonstrar que os valores implícitos nesta atitude vieram para ficar.

Conclui-se, assim, que há dissociação entre a forma de celebração do casamento e convicção religiosa. Na verdade, a maioria dos inquiridos ou consideram que o casamento religioso consagra um momento importante, valorizando os aspectos extrínsecos como a cerimónia e o ritual, ou que não acrescenta nada à relação conjugal. Tudo aponta no sentido de dissociar vida conjugal de vida espiritual, como se se considerasse que são lógicas diferentes que as regem. Desta forma, torna-se ainda lícito concluir que os inquiridos consideram que o facto de terem casado pela igreja, como foi o caso da maioria, pouca interferência terá tido ou virá a ter no decurso da própria vida conjugal. Em suma, só um núcleo reduzido assume o casamento religioso de forma convicta, isto é, presumindo uma relação efectiva entre conjugalidade e forma de celebração do casamento.

Tudo parece indicar que mais do que uma desvinculação pura e simples das prescrições da hierarquia religiosa, são os conteúdos, a maneira de encarar o religioso e a sua relação com a conjugalidade, os papéis na família e a vida no dia-a-dia, que foram mudando. A tendência mais frequente hoje, quando se tem fé, é para a ela atribuir um lugar mais íntimo, mais personalizado, menos prescritor de comportamentos quotidianos.²⁰ O facto de se participar pouco nos rituais religiosos colectivos e regulares, participando-se, em contrapartida, ocasional e esporadicamente, conduz no mesmo sentido. A perspectiva ritualista que muitos jovens assumem quando escolhem o casamento religioso, dizendo-se ou não católicos, emite sinais do mesmo tipo.

Por outras palavras, tende-se, nas sociedades contemporâneas, e também em Portugal, a dessacralizar o casamento. O que antes era um empreendimento de regulação religiosa e colectiva passa hoje a ser entendido como um assunto que diz estritamente respeito ao foro terreno e pessoal. O que era, em contrapartida, uma prática circunscrita a alguns sectores laicos da sociedade portuguesa, alarga-se a muitos outros sectores. Tal tendência, obviamente, não significa que desapareceram, por um lado, formas tradicionalistas e conformistas de encarar o casamento, ou que, por outro lado, já não haja grupos fortemente espiritualistas e convictos nas suas opções matrimoniais. Mas as primeiras estão em perda e os segundos são minoritários.

19 Estes números, no entanto, só indirectamente podem ser comparados com os resultantes do inquérito aos jovens do concelho de Loures, porque a formulação das perguntas é ligeiramente diferente.

20 Cf J. Ferreira de Almeida, "Evoluções recentes e valores na sociedade" (1995). Af se propõe, numa perspectiva mais alargada sobre tendências contemporâneas no plano dos valores e da posição relativamente às ideologias, a ideia da prevalência do "por medida" em relação ao "pronto a pensar", que o autor designa sinteticamente por "artesanato das ideias".

Para além dos aspectos referentes à relação entre forma de celebração do casamento e religiosidade, desde o início deste capítulo, a propósito de práticas e representações, encontramos um conjunto, pelo menos aparente, de paradoxos.

Na verdade, os inquiridos defendem a simetria entre homens e mulheres, quer no plano da inserção no mundo do trabalho, quer na divisão dos cuidados com os filhos e das tarefas domésticas. Na prática, porém, essa simetria não se verifica. Teremos ocasião de discutir essas realidades a propósito da análise das entrevistas, em particular, no capítulo 3.²¹

Um último eventual paradoxo é o que se observa ao verificar que, por um lado, os inquiridos afirmam que o casamento em si mesmo tem pouca importância mas, por outro, não dispensam a formalização na prática desse acto jurídico. A análise das entrevistas que se segue permitirá avaliar melhor essa contradição, bem como aprofundar um pouco mais as razões pelas quais as declarações sobre o casamento religioso se distanciam da prática da sua celebração.

Namoro, iniciação sexual, sentimento amoroso

O discurso dos entrevistados sobre a forma como decorreram os relacionamentos afectivos e sexuais, as formas de controlo parental na adolescência, o namoro com o cônjuge desde o seu período inicial até ao casamento fornece informações interessantes sobre representações e práticas. Vamos analisá-lo agora à luz das hipóteses de pesquisa e das interrogações avançadas no início, começando pelos aspectos que implicam, numa leitura diacrónica, mudança intergeracional.

As jovens do sexo feminino, quanto à experiência sexual antes do casamento, dividem-se por três situações possíveis — terem tido parceiros sexuais antes do futuro cônjuge; terem tido relações sexuais pré-matrimoniais apenas com o futuro cônjuge; conservarem-se virgens até ao casamento.

A primeira situação aparece de forma expressiva nas mais jovens, casadas há menos de 9 anos e é inexistente nas que casaram há mais de 20 anos. Dentro do grupo das mais jovens, são as que têm formação universitária, ou que pertencem aos sectores intermédios, que de forma mais frequente afirmam ter tido parceiros sexuais outros que não os futuros cônjuges. As operárias jovens, por exemplo, incluem-se sobretudo na categoria das que tiveram relações sexuais pré-matrimoniais com o futuro cônjuge ou das que eram virgens.

21 Também se desenvolve uma análise mais aprofundada da divisão do trabalho no casal em *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade: Assimetrias Sociais e de Género no Casamento* (Torres, 2000), e está no prelo um livro inteiramente dedicado à temática *Vida Conjugal e Trabalho*.

Comparando as que partilham idênticas condições de existência, verifica-se que o contraste mais forte ocorre entre as que estão casadas há menos de 9 anos e há mais de 20 anos, contraste notório, em especial, nos grupos que têm formação universitária. Na verdade, as mais velhas deste grupo, ou eram virgens antes do casamento ou, quando muito, tinham tido relações sexuais pré-matrimoniais. A situação de ter mais do que um parceiro nunca é referida.

A conclusão evidente, aqui, é que houve uma mudança intergeracional em relação aos comportamentos sexuais das mulheres. O controlo sexual das raparigas foi conhecendo, ao longo do tempo, um certo abrandamento. Essa tendência para uma socialização mais liberal afecta particularmente, em todo o caso, as raparigas que frequentaram a universidade. Não sendo esse o único factor a ter em conta, essa frequência parece, com efeito, desempenhar papel importante na relativa “libertação” feminina. As raparigas teriam ganho, com ela, maior espaço de circulação, maior autonomia, e até maior poder negocial no quadro familiar, para poder usar a sua liberdade no domínio sexual.

A tendência global, sobretudo em certos sectores sociais, vai no sentido da maior proximidade de experiências nas trajectórias anteriores ao casamento entre rapazes e raparigas. Quando comparamos essa proximidade dos mais jovens com a distância que se verificava nas sociabilidades masculinas e femininas 20 anos ou mais atrás, confirmam-se, inequivocamente, os sinais da mudança.

Todas estas transformações não deixam de produzir efeitos na própria conjugalidade, como revelavam as entrevistas, tanto das mais jovens como das mais velhas. Nas primeiras, verifica-se maior paridade de experiências entre os membros do par conjugal, reconhecida por ambos. Quanto às mais velhas, aparece por vezes a lamentação pela ausência de experiências anteriores, que outras tiveram, impedir algum aferimento da sua própria relação conjugal. Não são, em todo o caso, situações sentidas de modo a pôr em causa o casamento. Voltaremos ao tema no capítulo 3.

Apesar da efectiva mudança intergeracional, não desaparece em circunstância alguma o controlo sobre as raparigas. Ele é referido, com efeito, em praticamente todas as entrevistas, mesmo junto das mais jovens, sendo claro que os pais tendem a cercear muito mais a liberdade das raparigas do que a dos rapazes. A capacidade de fugir a tal controlo é que pode ser diferente, e neste sentido, além das idiosincrasias pessoais, o facto de se frequentar a universidade parece permitir maior margem de resistência e autonomia. A efectividade do controlo é certamente maior quando as jovens são operárias ou de origem operária. Um dos sintomas de isso mesmo é a frequência com que, nestes grupos, se afirma que o casamento se impôs sobretudo como forma de libertação do controlo dos pais, mais do que por urgência amorosa ou sentimental.

O controlo exercido sobre as jovens reveste diversas formas. Um

exemplo diz respeito ao que pais e mães exercem em relação às saídas, ou à forma como decorre o namoro. Os exemplos são inúmeros, mas basta lembrar o de Suzete Soares, de 35 anos, ao relatar o namoro com o marido, que durou três anos: "ia a casa namorar, ficávamos ali aquele serãozinho, a minha mãe vinha espreitar.". O mesmo se passou com Antónia Neno, também com 35 anos, que nunca saía à noite sozinha com o futuro marido, só acompanhada da mãe.²² Em comum, estas duas entrevistadas têm o facto de os pais serem ambos operários e também o de as duas afirmarem desejar imenso casar para ganhar mais "liberdade".

Outras formas de controlo mostram também as especificidades de género. A ideia da manutenção da virgindade nestes meios estava, pelo menos ainda em início dos anos 80, perfeitamente incorporada. Lurdes Oliveira, com 35 anos e mãe de cinco filhos, operária, diz-nos que teve imensos pretendentes — o que não é difícil de imaginar dada a sua beleza física —, mas diz com orgulho que se "guardou", até aos 20 anos, para o marido. Neste caso, aliás, não estamos perante um namoro clássico.

Paulo Oliveira e Lurdes viviam no mesmo bairro de barracas onde residiam outros operários, muitos deles filhos de alentejanos chegados a Lisboa por volta dos anos 60. Ela passava e ele, às vezes, dizia ao pai dela que um dia a roubava. E, na verdade, "roubou", já que pôs em acção uma espécie de rapto à alentejana em meio urbano. Encontraram-se no baile, saíram e passaram juntos a noite. A partir daí ela passa a viver com ele, que resolve ir falar com o pai de Lurdes e pô-lo perante o facto consumado. Casaram já o primeiro filho tinha nove meses. Paulo diz que tinha atracção sexual por ela e que os sentimentos vieram depois. Ela, por sua vez, afirma que nem chegou bem a namorar e que na altura não sentia nada por ele, a não ser "o corpo a agitar-se quando ele chegava perto".

A questão da virgindade atravessa ainda outras histórias. A de Margarida Teixeira confronta-nos com o outro lado do controlo sexual — o que é exercido pelo candidato a marido. Na verdade, Vítor Teixeira diz que tentou verificar se ela era virgem e que, depois disso, não tocou mais no assunto e tiveram relações completas só depois de casar. A questão da preservação da virgindade aparece aqui pelo seu lado estranho de certificação da segurança do "produto". Em contraponto à atitude do marido, Margarida Teixeira, pelo seu lado, diz que "ele tem orgulho de eu não ter tido nenhum namorico (casou com 24 anos...) era filha única de uma senhora que enviuvou muito cedo e que controlava muito os seus passos. Trata-se neste caso de pessoas que

22 Como se entrevistaram mulheres e homens já casados e com filhos é sempre por referência a alguns anos atrás (às vezes mais de 10) que os nossos entrevistados, mesmo os mais jovens se referem. Como as entrevistas foram realizadas em 1992 e 1993, teremos de nos reportar sempre, no caso dos jovens, aos anos 80, e no caso dos outros, aos anos 70, 60 e até 50.

teriam à volta de dezasseis anos no 25 de Abril e que viviam em meio operário.

Outras declarações avançadas por entrevistados mais velhos revelam porventura ainda maior rigidez. Ilídio Ventura, operário qualificado de 54 anos, conta as partidas que os rapazes pregavam às raparigas para ver se elas "resistiam". Quem estava interessado numa rapariga e queria certificar-se do interesse dela por ele, combinava com os amigos o seguinte esquema: ele nunca a convidava para dançar, mas em contrapartida os amigos passavam a vida a convidá-la. Se ela fosse dançar com eles, Ilídio achava que ela já não prestava porque tinha dado corda a outros. Nada mais elucidativo dos dois pesos e duas medidas sobre o comportamento "adequado" dos dois sexos nessas dimensões de sociabilidade juvenil e do namoro. O que para uns é saudável brincadeira e lógica de experimentação para outros é mau porte.

Nas jovens do mesmo meio social mas mais novas, tendo, no momento da entrevista, à volta de 25/26 anos, continua a notar-se a referência ao controlo por parte dos pais, mas tudo indica que há um certo esbatimento da lógica tradicionalista em relação à preservação da virgindade. Considera-se hoje normal haver relações sexuais pré-matrimoniais. Mas será certamente ainda mal visto, nestes meios sociais, que a jovem com quem se vai casar seja "experimentada".

Para atestar melhor desta evolução vale a pena fazer algumas comparações com resultados obtidos por Ana Nunes de Almeida (1986), que numa das suas pesquisas se debruçou sobre a situação de mulheres recém-chegadas do meio rural, a viver num bairro degradado dos arredores de Lisboa. Um dos exemplos que a autora evoca para sublinhar a descoincidência entre *dizer e fazer* é a forma como é relatado o "engano" das raparigas durante o namoro. Isto é, o facto de estas terem relações sexuais com os namorados, engravidarem e seguir-se depois a reparação do "engano", com a família da jovem a impor aos pais do jovem que este case com ela. Apesar de aparecer para o exterior, como um problema da honra reparada da rapariga ingénua, tratava-se aqui, de facto, muito mais de um processo de claras cumplicidades do par, o qual, conhecendo as regras do jogo, parecia submeter-se a uma imposição que era, na verdade, do agrado dos dois (Nunes de Almeida, 1986: 496-499).

Não é possível, a partir destas observações, propor comparações rigorosas, até porque o número de entrevistadas das classes populares é mais limitado. Mas as situações descritas por Ana Nunes de Almeida ter-se-ão esbatido no presente, embora continue a haver relações sexuais no período do namoro. É que, por um lado, as mulheres que entrevistámos conhecem melhor as técnicas contraceptivas do que as entrevistadas de Ana Nunes de Almeida, as quais se diziam muito ingénuas a esse respeito. Por outro lado, haverá maior naturalização das relações sexuais pré-matrimoniais, o que terá também contribuído para cair em desuso a lógica do engano e da reparação. Na verdade, os dez anos que separam as duas pesquisas levam a que até

algumas das nossas entrevistadas mais jovens representem a geração das filhas das mulheres entrevistadas por Ana Nunes de Almeida.

Em todo o caso, nos meios populares, e apesar da necessidade de distinguir entre o que é dito e o que é feito, a assimetria entre os sexos continua a prevalecer numa espécie de atavismo, como se fosse o domínio conjugal aquele em que os homens dos sectores sociais mais desfavorecidos e desposuídos de reconhecimento social pudessem ainda assumir alguma supremacia. Schwartz (1990) confirma essa hipótese.

Junto dos profissionais intelectuais e científicos, onde, em contrapartida, os trajectos de rapazes e raparigas são mais semelhantes, não se assiste ao mesmo tipo de situação. Beatriz Martins, Manuela Leitão, Isabel Dias, entre outras, todas na casa dos 20 e tendo passado pela universidade, tiveram a sua iniciação sexual com jovens amigos e com toda a "naturalidade", como elas afirmam, no contexto de namoros ou de relações de amizade que se processaram antes de terem conhecido o cônjuge e casado. Todas consideram a experiência anterior importante, porque, como diz Beatriz Martins, "quando as pessoas casam com a primeira pessoa com quem namoram é um bocado negativo; podem ficar com a sensação de que talvez devessem ter conhecido mais alguém e vivido um pouco mais antes. Eu não vivi de mais nem de menos, vivi o suficiente. Tenho boas recordações desse tempo".

A sexualidade é aqui encarada como uma das várias dimensões relacionais, experiência importante, entre muitas outras, do relacionamento entre as pessoas. Ela não é nem excessivamente valorizada, rodeada de mistérios e segredos, nem banalizada.

Olhando agora, numa perspectiva diacrónica e intergeracional para o grupo dos homens, verifica-se também uma transformação interessante e, de resto, já previsível. Tende a desaparecer nos mais novos uma forma de iniciação sexual, muito referida pelos mais velhos, que ocorria com prostitutas. As iniciações sexuais dos jovens parecem hoje efectuar-se, sobretudo, com colegas da escola secundária ou com amigas. A figura da ida com um homem mais velho, tio, primo, irmão, a uma casa de "meninas", invocada por alguns, de forma discreta, nunca surge nos mais novos.

Tal como as jovens com formação universitária, os homens mais jovens referem que começaram a sua vida sexual aos 15, 16, 17 ou 18 anos, com "naturalidade", tendo por parceira uma namorada, uma amiga da escola secundária, ou com uma jovem pela qual na altura se apaixonaram. Chegam até a ser referidas algumas inseguranças, quer em relação ao corpo — problema mais referido pelas mulheres — quer em relação à sexualidade, como podemos deduzir das palavras de José Martins, 29 anos: "Inseguranças? Com certeza! Quase todo esse menu, receio de agradar ou não agradar esteticamente (...) ejaculações precoces (...) um rosário de receios."

Não são problemas do mesmo tipo os que Paulo Jorge Oliveira, operário

de 41 anos na altura da entrevista, refere ter tido quando era mais novo e começou a namorar. Teve a clássica iniciação à vida sexual com uma prostituta e descreve pormenorizadamente aventuras do mesmo género, revelando também outro tipo de limitação ao namoro.²³ Na verdade, foi o facto de viver numa barraca que para ele mais pesou nessa fase da vida. O sentimento de vergonha e de exclusão que para ele daí resultava "ia ao ponto de limitar amizades; a gente não podia dizer onde morava; as amizades ficavam mais limitadas".

Assim, se podemos ver os efeitos dos condicionamentos de género no controlo sobre as jovens mulheres dos meios operários, os homens que viviam em bairros degradados sentiam igualmente constrangimentos sob outra forma: o homem adequado para namorar e casar é alguém que tem de mostrar capacidade para dar uma "casa" e sustentar a mulher. É exactamente o que decorre das palavras de Vítor Teixeira, que vivia no mesmo bairro e sentia os mesmos problemas de Paulo Jorge Oliveira: "não me queria comprometer com ninguém enquanto não tivesse uma casa para mim (e não uma barraca). Então nunca quis namorar". Este sentimento de vergonha faz parte dos sofrimentos menos visíveis das pessoas que estão submetidas a duras condições de vida.

As diferenças entre homens e mulheres nesta fase da adolescência e dos namoros antes do casamento também se fazem sentir nas relações de sociabilidade. Elas podem ser e são efectivamente mais intensas e diversificadas no caso masculino. As saídas à noite, a frequência de discotecas, o espaço de circulação dos rapazes, não só é muito mais alargado do que o das raparigas, como parece ser incentivado pelos pais. Trata-se aqui de um efeito transversal em termos das diferentes faixas etárias e grupos de duração do casamento. Nos jovens sem formação universitária torna-se por isso ainda mais notória a diferença de experiências entre rapazes e raparigas, elas muito controladas pelos pais, desejando o casamento como forma de libertação desse controlo e como território de usufruto de uma liberdade até aí cerceada; eles mais "experientes", desejando o casamento como nova etapa, como espaço de tranquilidade depois da agitação anterior.

Casar porquê e para quê?

A análise das entrevistas, entre outros objectivos, podia também contribuir para decifrar alguns paradoxos. Desde logo, aquele que consistia em insistir

23 Uma das vantagens que se esperava ter, e que de facto se obteve, de utilizar entrevistadores masculinos para entrevistar homens e femininos para as mulheres, é que este tipo de informações circulasse com muito mais facilidade, como ocorreu, já que se beneficiava da cumplicidade de "género" entre entrevistador e entrevistado.

numa representação *desinstitucionalizada* do casamento e em continuar a casar. Ou outro semelhante, como o que representa realizar a cerimónia religiosa do casamento, considerando porém que ela se faz pelo ritual e que não acrescenta nada à união entre duas pessoas.

No guião de entrevista pedira-se aos entrevistados que explicassem as razões pelas quais tinham escolhido a forma de celebração do seu casamento e que justificassem também a razão pela qual se tinham casado e não tinham preferido a união de facto. A partir da análise das respectivas respostas foi possível caracterizar os diferentes tipos de posições e avançar hipóteses explicativas.

Como seria de esperar, e tinha já resultado dos dados extensivos, é reduzido o número de casais que coabitaram antes do casamento no conjunto dos entrevistados, tendo apenas surgido três casos de verdadeira coabitação prévia ao casamento. Na justificação das posições foram encontrados fundamentalmente quatro tipos de razões, que se designaram por *pragmáticas, estatutárias, ritualistas e espiritualistas*.²⁴

Num primeiro grupo, junto dos mais jovens, em que são dominantes as profissões intelectuais e científicas, surgem as razões de natureza *pragmática*. O casamento é mais cómodo, para não levantar problemas com a família. O que quer dizer que a geração dos pais, de um ou de outro cônjuge, ainda suspeita da "união de facto", invocando motivos genericamente relacionados com o controlo social (parece mal). Para os jovens, por outro lado, não parece constituir grande problema ceder a esse desejo. Rapidamente se conformam ao que aparece mais como "vontade" do que como verdadeira pressão. É uma sugestão mansa a que os jovens cedem mansamente. A ideia de que ao fazê-lo estão também a marcar o seu território aparece porém, curiosamente, associada a este argumento. Cedendo, os jovens estão também a dizer que não querem interferências e que os devem deixar seguir a sua vida em paz.

Um único casal, neste grupo, conheceu a experiência da coabitação. Diz-nos Manuela Leitão, de 26 anos, com formação universitária: "(...) ele tem por trás uma família convencional e eu tenho exactamente o contrário; portanto, para mim o casamento estava muito longe, nunca tinha pensado nisso, e pronto, achei que devíamos viver juntos para ver se a experiência dava certo ou não; realmente deu certo e depois comecei a ceder um bocado às pressões da família dele e a pensar: porque não? porque não legalizamos a situação? o casamento foi mais no decorrer disso (...) já estávamos como se estivéssemos casados; vivíamos os dois juntos".

Neste grupo ainda, onde se notou maior capacidade de afirmação da

24 No inquérito por questionário realizado na Suíça (Kellerhals e outros, 1982) foram utilizadas algumas categorias semelhantes a estas. No entanto, o facto de na presente pesquisa se utilizar a técnica da entrevista em profundidade permitiu criar outras categorizações, já que elas foram efectuadas *a posteriori* a partir do discurso dos entrevistados.

vontade dos jovens foi nos casos em que os pais, de um ou do outro cônjuge, desejavam que os filhos casassem pela igreja católica. Nestas situações o compromisso residiu no casamento pelo registo civil. Novamente aqui foi o pragmatismo que se impôs: "para nós era mais cómodo o casamento; a família dela era mais conservadora, mais tradicional e ela é muito assustada com essas coisas; por mim a formalização do casamento não era necessária (...); também nunca sofri desses complexos 'anos 60' de que o casamento é uma aberração; o compromisso que se assume é antes de se assinar o papel, não é depois; o papel foi um pró-forma para pagar menos impostos e para formalizar as coisas perante a família dela; se não tivéssemos casado esses traumas da família duravam seis meses, até aparecer o primeiro neto...; mas também não há necessidade de estar com esses dramas todos o mais cómodo possível..."; estas são as palavras de José Martins, com 29 anos, técnico superior da função pública.

Pormenor ainda interessante a propósito da coabitação e deste jogo entre a vontade dos pais e o desejo de afirmação dos jovens é o que se passa com as relações sexuais pré-matrimoniais. É sob a égide do "não dito", do subentendido, que se actua. Assim, todos os entrevistados deste grupo etário tinham tido relações sexuais com os seus parceiros antes de casar, mas isso era escondido dos pais nalguns casos, noutros era pura e simplesmente um não dito.

Se pensarmos um pouco e comparamos esta situação com o facto de a coabitação antes do casamento ser muito expressiva noutros países, talvez se encontre aqui uma das chaves para o mistério. Coabitar antes do casamento já é reconhecer claramente que se partilha a vida com alguém de forma integral. Ora o que parece ser difícil para os jovens é dar o passo de romper uma ambiguidade cómoda, explicitando inequivocamente o relacionamento sexual e afectivo mais profundo.

O tabu da sexualidade parece assim mais presente do que à partida se poderia esperar. Vive-se numa espécie de jogo cuja regra parece ser a de manter implícita a situação, ou seja, de guardar sobre ela o silêncio. Coabitar estragaria o jogo, era afirmar o que todos sabem mas não querem dizer. Como se considera que não vale a pena correr esse risco, cede-se ao casamento.

Do lado dos pais, o que parece preocupar ainda alguns deles é a reputação das raparigas, eventualmente comprometida se o relacionamento de coabitação se vier a quebrar. Casando, tal imagem negativa será esbatida, mesmo que depois as coisas não venham a correr como se deseja. E se o divórcio for a resposta, ele parece preferível, em certos meios sociais, para manter a imagem feminina, já que mais vale ser divorciada a não ter estatuto de espécie nenhuma. Assim o carácter experimental que, num certo sentido, toda a relação do tipo conjugal comporta, transfere-se de facto, em Portugal, para o casamento.

O pragmatismo destas posições merece ainda um comentário. Como

parece claro, estes jovens não fazem do casamento uma questão de combate ou de afirmação de valores. Nos anos 60, pelo contrário, a tendência em alguns sectores com formação universitária ia no sentido de combater as ideias tradicionais a propósito do casamento e da família, afirmando o amor como único fundamento legítimo para o casamento ou defendendo também a união de facto como garantia de manter a relação apenas segundo os critérios afectivos.

Mas esta diferença não nos pode conduzir à conclusão de que os jovens de hoje são conservadores ou que voltaram a padrões tradicionais. Primeiro, eles vivem num contexto em que boa parte dos valores pelos quais a geração de 60 lutou se tornaram valores dominantes, pelo menos ao nível do discurso. Depois, quanto às realidades práticas, a legislação sobre o divórcio criou condições inteiramente diferentes das que dantes existiam. Hoje o carácter reversível, em caso de insucesso da relação conjugal, está assegurado e não merece batalhas. O casamento pode tornar-se uma opção pragmática, que dependerá, para os que o desejem realizar, apenas das maiores ou menores vantagens que apresente. Nessas maiores ou menores vantagens incluem-se os problemas com terceiros (família, contexto social ou profissional), os impostos e benefícios fiscais, etc. De qualquer forma, prevalece a ideia de que o laço conjugal juridicamente confirmado é mais forte do que a união de facto.

Num segundo grupo identificado, onde encontramos mais entrevistados sem formação universitária, essa ideia tem ainda mais força. O desejo de casar funciona aqui também como garantia de estabilidade, forma mais evidente de ganhar um *estatuto* e a respeitabilidade respectiva. É este ponto de vista que deixámos identificado como *estatutário*: “quando assinamos os papéis de casamento estamos a assinar um contrato, influencia um pouco a relação entre duas pessoas; (...) ela é minha, ele é meu; o viver a dois sem papel assinado há sempre algo em aberto, há sempre uma porta aberta, de um momento para o outro há um que pode sair”. Era este o ponto de vista de José Peixoto, com 38 anos, com o ensino básico, trabalhando como formador numa área tecnicoprofissional.

Nestes casos, mesmo sem ter em conta a vontade dos pais, o casamento seria a opção a tomar. Ele aparece de forma “naturalizada”, como a sequência lógica de um projecto de relação amorosa e afectiva estável.

A perspectiva ritualista, por seu turno, revela-se quando os entrevistados casaram pela igreja embora sem convicção religiosa. Nestes casos pode haver uma mistura entre os argumentos de tipo estatutário, pragmático, e os de carácter propriamente ritualista. Por um lado, o casamento é considerado como um marco importante, um compromisso, um meio de adquirir estatuto. Por outro, a cerimónia religiosa acentua o valor do rito de passagem e é sinal mais evidente para indicar o desejo de respeitabilidade e conformidade. Isso mesmo se conclui das palavras de João Lopes, de 35 anos, encarregado numa loja: “a hipótese foi sempre de casar; (...) penso que nunca me passou pela

cabeça ser só pelo registo; porquê? talvez porque perante a sociedade o casamento pela igreja é que vale, não é? mas acho que é diferente; no registo é só assinar o papel, não tem piada; e o casamento pela igreja tem um pouco mais de espectáculo, não é só o espectáculo, um bocado mais de pompa; mas também é um dia que uma pessoa gosta de recordar”.

Argumentos caracterizando a posição espiritualista, como também já se referiu, são menos frequentes, mas também aparecem. Encontramos aqui uma versão “modernizada” da ideia do casamento como sacramento. E dizemos modernizada porque também nestes casos se fazem curiosas combinações com a visão católica tradicional. Serve de exemplo o caso frequente de os cônjuges terem tido relações sexuais antes do casamento e não seguirem as indicações da igreja quanto à contracepção. Mas, e são mais as mulheres a afirmá-lo do que os homens, foi por convicção que se casaram pela igreja: “(casei pela igreja) porque sou católica praticante e acredito que a presença de Deus no nosso casamento é uma fase importante na vida do casal (...) foi uma opção mais minha do que dele”, estas são as palavras convictas de Helena Peixoto, de 33 anos, técnica de contas.

Vejam agora as posições perante o casamento religioso. Duas delas, entre outras possíveis, foram já identificadas: as ritualistas e as espiritualistas. Os ritualistas são os que afirmam ter casado pela Igreja não tanto porque acreditavam plenamente no significado religioso do acto mas, sobretudo, porque o consideravam uma cerimónia bonita que assinalava um momento importante. Além da posição de João Lopes, já identificada, temos ainda o exemplo de Ana Maria Antunes, de 26 anos, empregada administrativa com um curso médio, que afirma: “casei pela igreja, porque gosto do ritual da igreja e se eu tomasse a decisão de não casar pela igreja isso não iria ser muito bem encarado pelos meus pais mas fiz as coisas de acordo com a minha vontade, e se casei pela igreja foi porque quis”. Nota-se bem aqui a ambiguidade entre o conformismo — fazer a vontade aos pais — e o desejo próprio que se fundamenta na lógica ritualista.

Os *convictos espiritualistas*, como Helena Peixoto, são os que consideram, ao contrário dos primeiros, que o valor primordial da cerimónia religiosa se encontra no seu significado intrínseco de acto sagrado. É também esta a posição de Rita Tavares, de 54 anos: “porque sou católica e ele também é, nunca pusemos a hipótese de ser doutra maneira; era muito importante, de maneira que nem pusemos outra hipótese”.

Mas há também os que, não sendo católicos convictos, consideravam uma incoerência o acto de casar pela Igreja, posição que é mais frequente nalguns sectores com mais instrução e que casaram há mais de 20 anos. Eles optaram pelo casamento civil porque o consideravam mais adequado às suas convicções. Foram os que classificámos no grupo dos convictos laicos. Exemplo desta atitude é o que afirma Lília Vasconcelos, quadro superior numa empresa, de 46 anos: “na altura não acreditava em Deus, e ainda hoje não

acredito, embora tivesse sido educada catolicamente. Podia ser normal casar pela igreja, ir de branco e fazer aquelas festas todas, mas eu não ia fazer essa concessão que eu achava que era uma estupidez, só para os meus pais ou os meus sogros ficarem mais contentes ... não, era a minha vida que estava ali a começar de novo”.

Há ainda os que consideram que, na altura em que realizaram o casamento, a cerimónia religiosa era a que mais se adequava à época em que viviam. Evocam assim a tradição ou razões que podem também ser consideradas como conformistas. É o caso de Graciete Gomes, quadro técnico da função pública, de 47 anos: “eu suponho que é por ser tradição ... pelo civil chega muito bem. Mas, na altura, havia muito aquelas convenções e o casamento tinha que ser pela igreja. Por acaso eu hoje até sou contra todas essas coisas”.

Para finalizar encontramos ainda um outro tipo de razões, que classificamos como “de transigência”. É o caso dos entrevistados que acederam à vontade, expressa de forma mais convicta, do futuro cônjuge. Nesta situação os entrevistados chegam a afirmar que por vontade própria não se casariam pela igreja, mas que cederam à vontade do cônjuge ou da sua família. Encontram-se nesta situação sobretudo os homens. O caso de Mário Rocha, engenheiro, de 41 anos, é ilustrativo: “isso (o casamento religioso) foi uma das coisas em que eu condescendi (...) havia um desejo muito grande pela parte dos meus sogros do casamento pela igreja ... está bem não me vou chatear por causa dessa porcaria”.

Se olharmos agora para o conjunto dos entrevistados, seguindo a ordem dos que casaram há mais anos para os que casaram há menos, conclui-se que se opera uma deslocação interessante. Os casados há mais tempo não são ritualistas e dividem-se entre espiritualistas, tradicionalistas, laicos ou transigentes. E os casados há menos anos, e mais jovens, em contrapartida, não são, em geral, tradicionalistas. Por outro lado, há muito mais transigentes jovens do que transigentes mais velhos (dos 20 anos de duração de casamento e mais). O que pode ser também explicado pelo facto de os mais velhos se terem casado numa época em que as consequências do casamento católico eram outras, já que, como se sabe, até 1974 o casamento católico não podia ser dissolvido pelo divórcio. As entrevistas mostraram, de facto, que a forma de celebração do casamento escolhida não era apenas compatível com uma posição de mera transigência. Havia que tomar uma posição. Daí que, muitas vezes, seja em nome da coerência ideológica que alguns entrevistados, casados apenas civilmente, assumam a posição que consideramos convicta “laica”.

Excluindo os poucos convictos espiritualistas pode assim dizer-se que as tendências dominantes nos mais jovens são para considerarem o casamento religioso como um acto dessacralizado, escolhido porque se trata de uma cerimónia bonita sem consequências de maior. Lembre-se, aliás, que o conjunto dos entrevistados, mais jovens ou mais velhos, consideravam hoje, de

resto, que o casamento pela igreja não acrescentava nada à união entre duas pessoas, tal como já se verificava para a maioria dos inquiridos da Grande Lisboa e para muitos a nível nacional.

São essencialmente os homens, por outro lado, que assumem uma posição de transigência, o que significa, e ficou bastante claro nas entrevistas, serem sobretudo as mulheres a decidir de facto a forma de celebração do casamento.

Duas palavras finais sobre esta questão do casamento religioso. Em primeiro lugar, convém dizer que é no grupo dos casados há cerca de 20 ou mais anos que encontramos aqueles que se casaram apenas pelo registo civil, como forma de contestação à norma dominante da época, o casamento religioso indissolúvel. Trata-se exactamente de alguns dos protagonistas da geração de 60, para quem a atitude relativa ao casamento constituía também uma demonstração ética de rebeldia.

Mas não faz sentido, sem introduzir as mediações necessárias, comparar os jovens de então com os de agora. O contexto era totalmente diferente. As posições ritualistas só podem ser entendidas no quadro das referências valorativas, e até jurídicas, actuais. Isto é, no contexto em que sem constrangimentos de maior se possa assumir “a beleza” do ritual sem pagar a factura de ter de ficar comprometido definitivamente.

A tendência para encarar o casamento como um rito de passagem ao qual se deve associar alguma pompa e circunstância pode ainda ser explicada de outra forma. Não se pretenderá também, através da publicitação e da afirmação exterior, o reforço simbólico de um laço que se sabe ser de certo modo mais frágil, ou mais ameaçado de dissolução, do que no passado? Não será esta também uma maneira subtil de esconjurar fantasmas e de reforçar a convicção de positividade sempre associada ao início de uma etapa da vida que se quer diferente? E não será também que, para efeitos de afirmação simbólica, a cerimónia do casamento civil, tal como ela é realizada em Portugal, aparece como demasiado prosaica e desprovida de solenidade?

Sentimento amoroso e conjugalidade: da lógica institucional ao amor-construção

A questão do sentimento amoroso, e a forma como ele é encarado no contexto da conjugalidade, foi também objecto de interrogação na pesquisa, através da formulação de um conjunto específico de perguntas constantes do guião de entrevista. Perguntava-se sobre o tipo de sentimentos e de emoções que se tinha pelo cônjuge na fase inicial do conhecimento e do namoro, com a preocupação adicional de saber como haviam eles evoluído já em plena vivência conjugal.

Veremos as posições dos entrevistados, de forma genérica, para depois voltar a abordar o tema, no capítulo 3, beneficiando já de outras informações sobre os casais e a sua história conjugal.

Vale a pena retomar, sinteticamente, alguns aspectos do que noutra local se desenvolveu mais aprofundadamente sobre a conjugalidade e o sentimento amoroso, numa perspectiva diacrónica (Torres, 2001).

Ideia convergente num conjunto significativo de autores é a de que terá havido passagem de uma visão institucionalizada do casamento, em que o amor está secundarizado, para a perspectiva do casamento-romântico, através da qual o sentimento amoroso ganha centralidade como pretexto legítimo e fundamental para a relação. Acrescenta-se depois, nos anos mais recentes, a transformação deste modelo de amor-romântico para um modelo de amor-confluyente ou, segundo a proposta que temos elaborado, de amor-construção. Cada mudança inaugura e se associa a uma perspectiva diferenciada de relação entre os sexos.

A visão do casamento como instituição, dominante do século XIX aos inícios do século XX, está associada também a uma concepção específica sobre a vida amorosa e a liberdade dos dois sexos. O romance e o erotismo localizavam-se fora do casamento e eram para ser vividos no masculino, não no feminino. É um tempo de assimetrias acentuadas entre homens e mulheres, diferenciação total de papéis.

Para ambos o sexos, contudo, o casamento impõe-se aos indivíduos como destino e deve manter-se, quer por questões de alargamento ou manutenção do património, no caso dos sectores burgueses, quer pela necessidade de sobrevivência económica e pela lógica das responsabilidades contraídas, nos sectores sociais mais desfavorecidos. Embora com contornos já matizados, esse modelo ainda persiste, sobretudo nas representações e nas práticas dos nossos entrevistados mais velhos e, sobretudo, do sexo masculino e dos sectores operários.

As dificuldades e disfuncionalidades deste modo de viver a conjugalidade ligam-se ao sentimento de prisão, de constrangimento, de imposição de comportamentos rígidos. Tais dificuldades, num contexto de profundas transformações sociais, que envolvem também fenómenos como o crescimento das chamadas classes médias e as mudanças de valores, irão dar origem à passagem a outra "semântica", como Luhmann (1986) nos mostrou.

Aparece, em luta contra a visão anterior, a ideia segundo a qual o pretexto legítimo para o casamento deve ser o amor. Assume-se então que, se o amor está no centro da escolha conjugal, os problemas que existiam anteriormente, por exemplo, desentendimentos conjugais devido à estranheza entre os cônjuges, estariam automaticamente superados. Esta visão está ainda associada a outras ideias, por vezes contraditórias entre si. Defende-se o amor como suspensão do tempo e do espaço, como "estado" que vence todos os

obstáculos e supera todas as dificuldades. Mas o romance acaba muitas vezes quando a vida conjugal começa.

Neste modelo há sobreposição entre amor, paixão, atracção física, impulso sexual, erotismo e assimetrias entre homens e mulheres. As mulheres são mais responsáveis pelo "trabalho" do amor do que os homens, na medida em que estariam especialmente vocacionadas para as emoções, a domesticidade, as relações familiares. Assim, se as coisas correm mal, também se lhes pode atribuir a elas a responsabilidade, por não terem tido a "arte" de saber guardar o seu par.

A visão romântica do casamento também surge frequentemente nos discursos dos entrevistados. À medida que a idade e a duração do casamento aumentam, as referências românticas ao sentimento amoroso inicial tendem porém a ceder o passo às do companheirismo e da solidariedade.

As contradições inerentes ao modelo parecem evidentes. Por um lado, o amor é menos um estado que suspende o tempo e o espaço, assumindo mais facilmente as características de um processo. Depois do casamento é que tudo verdadeiramente começa. E sendo assim, se a escolha amorosa é condição necessária ao casamento, ela não é suficiente. Fundamental é que o amor persista ao longo da relação. O aumento dos divórcios depois dos anos 60 liga-se, pelo seu lado, às novas expectativas e às novas representações sobre o casamento. A relação conjugal continua a revelar todo o seu poder atractivo, reparador, regenerador, e até transcendente como promessa, mas é preciso que o amor persista e que a relação tenha qualidade.

Chega-se assim ao modelo do amor-construção. Frequente nos discursos dos mais jovens, esta perspectiva caracteriza-se por ter logo à partida em conta que, se o amor e a paixão foram o pretexto inicial para o casamento, rapidamente eles se vão transformando num sentimento mais estável, mais "construído". Descobriram-se aspectos novos e até outros sentimentos — a forma como ele se preocupa com a criança, a descoberta dela no papel de mãe — ao mesmo tempo que se desidealiza o parceiro e ele cai do pedestal para se tornar mais falível, menos entusiasmante, mais previsível e, possivelmente, mais próximo. Ou, em alternativa, começam a definir-se distâncias, cristalizam-se conflitos, aumentam as tensões em torno de projectos individuais que se revelam incompatíveis. Embora menos frequentemente, encontramos também em casais mais jovens sinais de destruição do sentimento inicial, situações conflituais de desfecho futuro incerto.

Este modelo de amor-construção implica maior paridade entre homens e mulheres, mas conserva assimetrias. Nesta contradição entre interesses que são agora reconhecidos como paritários ao nível das ideias e as práticas ainda assimétricas, residem algumas das disfuncionalidades e contradições. Mas não só. Como mostra Illouz (1998), se há muito de construído, de familiar e de rotina quotidiana, pode haver a nostalgia da espontaneidade, do imprevisível, do extraordinário. As forças centrípetas podem ser mais fracas do que as

centrífugas. Perante a energia que se parece desgastar ao "construir" a relação pode instalar-se a nostalgia do amor incondicional. O que não traduz senão as contradições dos valores contemporâneos. O direito à felicidade parece ser para hoje, encontrar-se ao dobrar da esquina, ao mesmo tempo que cresce a liberdade individual. Mas também há mais risco, mais incerteza, mais ameaças.

À frente se voltará ainda à temática do amor e ao seu papel no quadro da conjugalidade, para tentar compreender melhor qual é o seu lugar específico na cadeia mais vasta de motivações e de condições com as quais se relaciona o casamento.

Casamento laico, relacional e simétrico

Já se mencionou e fundamentou o facto de se ter incluído no final do guião de entrevista, essencialmente constituído por perguntas abertas, um conjunto de perguntas fechadas. É a análise das respostas a essas perguntas que a seguir se desenvolve, não sem um prévio e breve esclarecimento metodológico.

Relembre-se que se tinha por objectivo, ao formular estas perguntas, captar algumas tendências centrais e explorar as eventuais descoincidências entre o que é dito sobre o que se pensa e o que se faz, em contexto de resposta a pergunta aberta, e o que se afirma em contexto de resposta a pergunta fechada. Também se esclareceu, no capítulo 1, que não se trata aqui de explorar representatividade, mas sim de ilustrar um conjunto de representações e posições.

Muito embora o objectivo das entrevistas em profundidade seja captar e explorar universos de sentido para que remetem os discursos sobre os diferentes aspectos da vida conjugal dos entrevistados, a análise dos resultados das perguntas fechadas, mais utilizadas em inquéritos de natureza extensiva, trouxe também informação relevante acrescida. Por um lado, tomaram-se certas providências — comparações de diferente tipo com inquéritos aplicados a populações mais extensas, perguntas de controlo, exploração limitada de variáveis —, havendo sempre o cuidado, por outro lado, de tratar apenas as tendências mais expressivas, pondo de parte ou assinalando apenas os valores mais dispersos e inconclusivos.

A análise que se segue beneficia já de uma interpretação qualitativa das respostas às perguntas abertas que ajuda, por vezes, a esclarecer o sentido de respostas pouco expressivas. Além disso, as perguntas fechadas elaboradas destinavam-se a captar opiniões sobre o casamento e aspectos da conjugalidade em geral e não propriamente sobre a história conjugal de cada um dos entrevistados.

A pergunta que pretendia dar conta das posições de simetria entre os sexos na família, aplicada em vários questionários e com resultados atrás

referidos, foi também formulada aos entrevistados. Como seria de esperar, a adesão ao modelo simétrico de família, segundo o qual, recorde-se, *o homem e a mulher devem os dois trabalhar fora de casa e partilhar os cuidados com os filhos e as tarefas domésticas*, é bastante significativa e largamente maioritária. As escolhas do modelo assimétrico atenuado são pouco significativas e verificam-se junto dos homens casados há mais de dez anos e, nas mulheres, no grupo até aos dez anos de duração de casamento. Quanto ao modelo assimétrico, ele só foi escolhido por um homem mais velho e por uma mulher, de 35 anos, operária.

Na tentativa de interpretação destas respostas, pouco expressivas, conta-se com factores de explicação atribuíveis quer a informações complementares (ocupação, escolaridade, idade) quer à análise das respostas às perguntas abertas. Assim, são sobretudo as operárias que tendem a escolher o modelo assimétrico ou assimétrico atenuado. Não será alheia a tal posição a enorme sobreposição de tarefas a que estas mulheres estão submetidas, bem como um efeito de tradição, que tende a conservar ainda esse modelo ideal nos sectores operários, embora ele esteja também aí globalmente em perda.

No entanto, uma abordagem mais aprofundada desta questão só ganha verdadeiro sentido na análise das respostas às perguntas abertas sobre o trabalho e a vida conjugal. Aí se verá, aliás, que as conclusões a retirar de uma leitura cruzada destas informações são parcialmente contraditórias com o que poderia ser concluído apenas a partir destas perguntas, que tendem a "convidar" os entrevistados a responder segundo o que acham que é a norma social no grupo a que pertencem.

Quanto aos homens, não se encontrou qualquer tendência específica a partir das diferentes condições de existência. Recorde-se que, nos inquéritos já referidos, os homens tendem sempre a aderir menos ao modelo simétrico do que as mulheres. Nada mais esperável, de resto, que a defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres na família seja mais activamente defendida por quem dela julga poder beneficiar mais directamente. As mulheres vão sempre assumindo, assim, posições mais modernas do que os homens. Foi o que já se viu atrás e o que se concluiu também noutros inquéritos à escala nacional (Vasconcelos, 1998: 362).

Com esta pergunta tivemos o primeiro exemplo do interesse e utilidade de aferir o que se diz em contexto de pergunta aberta e o que se responde em pergunta fechada. Lurdes Oliveira, operária de 35 anos, mãe de cinco filhos, assume nas perguntas fechadas a defesa da assimetria de papéis sexuais na família. Ao longo da sua entrevista, porém, explica muito pormenorizadamente que, no caso dela, nem pensar em ficar fechada em casa, assegurando que "é no trabalho que eu descanso a cabeça..." Como explicar esta contradição?

Tudo indica que, para a entrevistada, as respostas às perguntas fechadas remetem para um universo de sentido aplicável aos outros, ao mundo em

geral, e que isso se distingue do que se aplica a si própria. Parece assim que quando se confronta Lurdes Oliveira com um questionamento do tipo pergunta fechada ele faz apelo a uma declaração geral e abstracta — a que respeita ao que “deve ser” —, respondendo ela nesse plano, reproduzindo o que considera ser a norma adequada. Quando se trata de explicar o que faz, porque faz, quais são as suas escolhas, ela situa-se noutra plano simbólico, sem considerar, de todo, que haja qualquer contradição. Há um conjunto de razões específicas que confluem para explicar porque ela trabalha fora de casa e até que essa situação seja avaliada como mais positiva do que a que seria normativamente adequada. O que se passa é muito simples: a norma que ela própria considera boa, não serve os seus interesses, nem a sua realidade.

Ora esta verificação dá origem a três reflexões. Por um lado, permite confirmar o que já muitas vezes se tem salientado: a necessidade de usar de prudência na interpretação dos resultados de inquéritos por questionário. Eles remetem, como vemos aqui claramente, para universos de sentido que dizem respeito às normas, ao que se considera ser adequado numa época, num sector social, num determinado contexto, muito mais do que para aquilo que verdadeiramente se pensa ou se pratica. O facto de no contexto desta investigação se ter feito a experiência de combinar os dois tipos de questionamento, ter-se-á assim traduzido em claro acréscimo de informação.

Em segundo lugar, as discrepâncias, os paradoxos, as contradições ao nível do discurso dos actores sociais, entre o que se responde ao mesmo ou a diferentes tipos de questionamento, só traduzem a complexidade da realidade e dos diferentes planos que se cruzam ao procurar captá-la através das técnicas que temos disponíveis. Não se trata de um problema dos actores, ou da sua maior coerência ou incoerência, trata-se mais de um problema de pesquisa. Daí que o cruzamento das diferentes técnicas disponíveis não possa senão constituir vantagem, a que deve acrescentar-se a sistematização das informações assim disponibilizadas, no sentido de contribuir para o que tem sido proposto como *teorias auxiliares de observação* (Pinto, 1985; Almeida e Pinto, 1986).

Em terceiro lugar, e voltando a Lurdes Oliveira, o que também aqui surpreende é que as discrepâncias se podiam traduzir de forma diferente. Seria natural que alguém que acha que o normativamente adequado seria estar em casa a cuidar dos filhos, sentisse a sua situação de não doméstica como um problema, ou que, pelo menos, a justificasse pelas necessidades económicas. Mas não é o caso. Lurdes, que é mãe de cinco filhos, sente-se muito melhor a trabalhar no exterior do que em casa.

A margem de manobra em relação à norma, a adequação às circunstâncias entre o que se considera adequado e o que se faz, são assim muito mais comuns do que seria de esperar. Discrepâncias não inteiramente iguais mas aproximadas das que foram já detectadas sobre a diferença entre declarações sobre o casamento e as suas formas de celebração.

A maior adesão das mulheres a uma atitude perante a vida conjugal que

valoriza os aspectos quotidianos, em oposição a uma lógica de investimento a longo prazo, não deixa de se revelar curiosa. Com efeito, solicitadas a optar por uma de duas modalidades consubstanciada na escolha entre — *embora o projecto de longa duração possa ser importante, o que mais interessa no casamento é que se viva o melhor possível no dia-a-dia* — em alternativa a — *embora seja importante estar bem no dia-a-dia, o que mais interessa no casamento é o facto de ele ser um projecto de longa duração* — as mulheres escolhem a primeira opção, mais do que os homens, dividindo-se estes mais significativamente entre as duas possibilidades.

Interpretação plausível das respostas a esta pergunta, que não constava aliás nas entrevistas iniciais, é a de que as mulheres valorizem o próprio decurso do casamento, em vez de o encarar como um facto consumado, um investimento do qual se tira benefícios a longo prazo, uma instituição, um dado adquirido.²⁵ Centradas nas tarefas de garantir o bem-estar conjugal, que é considerado, pelo menos ao nível implícito, como seu dever e obrigação, bem como seu território, é no quotidiano que consideram ser garantido esse bem-estar. Os homens sentir-se-ão menos implicados no quotidiano. A divisão de posições encontrada será sinal de uma certa ambiguidade que não lhes permite escolher com clareza entre as duas opções.

Note-se ainda que, no caso das mulheres, é sobretudo nas que estão casadas há mais de 20 anos que a noção de “projecto” acolhe mais adesões. Aí se encontrará explicação para uma visão mais institucionalizada da relação conjugal que, nas gerações mais velhas, tende a ser mais valorizada, como já se viu atrás e outras pesquisas confirmam (Vasconcelos, 1998: 320-404).

Uma outra opção proposta aos entrevistados pedia-lhes que escolhessem entre uma lógica conjugal que podia implicar sacrifício individual — *embora o bem-estar de cada um seja importante, para haver harmonia no casal é, por vezes, necessário que um dos cônjuges se sacrifique* — e outra em que o bem-estar pessoal deveria ter sempre a primazia sobre o sacrifício — *não pode haver harmonia no casal quando qualquer dos cônjuges se sacrifica renunciando ao seu bem-estar pessoal*.

A tendência central vai no sentido de existir discriminação mais significativa nas escolhas femininas, revelando maior adesão à possibilidade do sacrifício do que ao critério primordial do bem-estar pessoal. Os homens, tal como já tinha acontecido na pergunta anterior, dividem-se entre as duas opções. Se as mulheres aceitam maioritariamente o “sacrifício”, a ventilação dos resultados pelas durações do casamento proporciona uma leitura diferente. Com efeito, enquanto nos grupos que estão casados há menos anos (até 10 anos) e há mais anos (20 e mais) a escolha maioritária é a já indicada, as

²⁵ Esta pergunta só foi introduzida, por sugestão aliás do consultor da pesquisa, professor doutor Jean Kellerhals, na segunda fase de entrevistas.

mulheres entre os 10 e os 19 anos de duração do casamento optam exactamente ao contrário, isto é, consideram que é o bem-estar pessoal que se deve sobrepor ao sacrifício. Ainda aqui interessa, para entender esta divergência ter também em conta as respostas às perguntas abertas.

Por um lado, verifica-se que nos primeiros anos de casamento os casais com filhos pequenos, exigências profissionais e situações financeiras pouco confortáveis, confrontam-se mais frequentemente com situações em que o "sacrifício" se impõe. Aderir à ideia de que o sacrifício é, por vezes, necessário pode não significar senão a confirmação de uma realidade que, embora indesejada, se verifica como situação de facto. Neste grupo, a maioria defende a ideia de sacrifício, mas ainda assim, um número significativo de mulheres privilegia a ideia de bem-estar pessoal. Olhando mais de perto, verifica-se que estas se encontram no grupo das que têm formação universitária. Mesmo em situações complexas, portanto, há quem defenda que para haver harmonia no casal não deve haver sacrifício. Assim se confirma também, como em outras situações, já descritas, serem os indivíduos com níveis de instrução mais elevados que tendem a defender o primado do indivíduo sobre o "nós-conjugal" ou sobre o "nós-família" (Kellerhals e outros, 1982).

Nas gerações mais velhas, em contrapartida, é a defesa de outro conjunto de valores que parece conduzir a uma maior aceitação da ideia de que o sacrifício se deve sobrepor ao bem-estar pessoal. Com efeito, a tendência para, em abstracto, valorizar a realização ou o bem-estar pessoal, ou em geral para assumir posições mais modernizantes, é mais frequente também nas gerações mais novas, como diversos inquéritos revelaram. No caso dos nossos entrevistados, aliás, o efeito formação universitária parece esbater-se e tende a ser ultrapassado pelo factor idade ou geração. Não será tanto aqui a pressão da situação de facto da vida conjugal — em princípio nestas idades os filhos são já menos dependentes — que poderá justificar a defesa do "sacrifício", mas mais o específico sistema de valores. Não será de excluir igualmente a hipótese de os entrevistados, depois de ultrapassados os vinte anos de vida conjugal e olhando-a à distância, valorizarem certos custos e sacrifícios que ela envolveu.

Para todos os efeitos, a ideia de que para haver harmonia conjugal o bem-estar pessoal não pode ser sacrificado só mais recentemente vai prevalecendo, em associação com um quadro mais vasto de valores, o qual põe o acento tónico na realização e satisfação pessoais como critério central das opções de vida dos actores sociais.

A inversão da tendência geral que significa a escolha maioritária do bem-estar pessoal, das mulheres com casamentos entre os 10 e os 19 anos de duração, não deixa de se revelar também curiosa. Como hipóteses explicativas, e novamente aqui a análise qualitativa das entrevistas dá o seu contributo, considerou-se o facto de estas mulheres se encontrarem já em fases do ciclo de vida conjugal que as podem deixar mais libertas para a realização de

aspirações pessoais — o que não é válido logicamente para todos os grupos sociais. Os filhos já estão em idades de menor dependência e torna-se mais exequível pôr em prática projectos de realização porventura adiados. É o que acontece, aliás, com algumas entrevistadas que decidiram voltar a estudar, ou com outras que realizaram mudanças no campo da sua actividade profissional, como veremos melhor no capítulo 3. Por outro lado, ainda, é neste grupo que se encontra a defesa mais expressiva dos valores da igualdade feminina, tratando-se de uma geração de pessoas que tinha à volta dos 20 anos no 25 de Abril. Não é de estranhar, assim, que da conjugação destes factores possa surgir a defesa mais significativa dos valores do bem-estar pessoal e menos da ideia do sacrifício.

As respostas a uma pergunta que procurava avaliar a relevância do casamento como instituição, depois também aplicada, quer no inquérito à Grande Lisboa quer no nacional, revelam uma opção muito clara. Recorde-se que a ideia não institucionalizada do casamento era a escolha esmagadoramente maioritária dos entrevistados. Novamente aqui são alguns dos mais velhos que tendem a aderir à visão mais "tradicional" do casamento.

Esta escolha tão significativa dos valores intrínsecos da relação conjugal em oposição aos aspectos extrínsecos ou institucionais é bem reveladora. Viu-se também, por outro lado, que, mesmo achando-se que o que verdadeiramente interessa é a relação entre as pessoas, a maioria tende a assumir o compromisso jurídico do casamento. Alinharam-se já atrás algumas razões que podiam fundamentar este aparente paradoxo.

Também a pergunta já referida sobre o que levava à opção pelo casamento religioso foi aplicada aos entrevistados. Lembre-se que se pretendia com ela saber se esta forma de celebração do casamento era encarada como um sacramento, ou se era considerada essencialmente como um ritual, se se achava que era apenas uma cedência à tradição ou, por último, se este tipo de cerimónia não acrescentava nada à união entre duas pessoas.

É maioritária a adesão à posição laica, segundo a qual o casamento religioso não acrescenta nada à união entre duas pessoas. Escolhem-na a maioria dos homens e das mulheres, mas, talvez surpreendentemente, estas aderem a essa posição ainda de forma mais inequívoca. No caso das mulheres, ainda, a escolha seguinte é a que identifica razões de carácter ritualista e de seguida a de que o casamento religioso é o que consagra verdadeiramente a união entre duas pessoas. No caso dos homens, a divisão é um pouco mais igualitária quanto às três outras opções indicadas.

A tendência maioritária de escolha da posição laica é independente do facto de as pessoas se terem casado pela igreja, também como já se tinha verificado nos resultados dos nossos inquéritos. Na verdade, cerca de metade dos entrevistados celebraram o seu casamento de forma religiosa, sendo esta sua posição fundamentada de diversas maneiras. As outras opiniões expressas,

além da já indicada, permitem compreender melhor alguns desses fundamentos.

A posição perante religião, por exemplo, ajuda a compreender as escolhas minoritárias. Só as pessoas que se afirmam católicas praticantes, ou para quem a religião tem um papel importante na vida quotidiana, é que aderem à posição espiritualista. Muitas outras terão casado pela igreja apenas para seguir a tradição, ou por conformismo, outras por razões de natureza ritualista. E qualquer destas razões é compatível com a ideia segundo a qual o casamento religioso não acrescenta nada à união entre duas pessoas. Como se viu atrás, são as gerações mais novas que tendem a preferir a posição ritualista.

A posição perante o divórcio foi objecto de análise junto dos entrevistados através de uma pergunta também utilizada nos inquéritos à Grande Lisboa, e ao nível nacional, de cujos resultados já se deu conta. É claramente prevalecte a aceitação sem reservas do divórcio, no caso dos homens, ou a sua aceitação condicional, no caso das mulheres. As diferenças entre a aceitação incondicional e a aceitação com condições não são, no entanto, muito significativas. Mais clara é a rejeição da impossibilidade do divórcio, apenas escolhida por dois entrevistados.

A diferença que existe entre homens e mulheres a respeito da aceitação total ou condicional do divórcio pode ser explicada pelo efeito de género. Na verdade, as mulheres tendem a ter posições de maior dependência perante o casamento, que resultam de diferentes factores de discriminação — salários mais baixos, maior responsabilização pela educação dos filhos, etc. Tudo isso contribuirá para a aceitação do divórcio apenas nas situações em que ele se torna inequivocamente incontornável, pela persistência de problemas irresolúveis e graves. A opinião que apelidámos de “aceitação sem reservas”, dizendo do divórcio que ele é *uma solução para um mau casamento*, corresponde à posição que coloca menos obstáculos à ruptura conjugal.

Mas também esta última posição é escolhida por um conjunto significativo de mulheres. Aliás, curiosamente, no grupo das que estão casadas há mais de 10 anos mas há menos de 19, essa aceitação total é claramente maioritária. Como tínhamos visto, também para a escolha do bem-estar pessoal e da rejeição da ideia de sacrifício este mesmo grupo revelava uma posição diferente da maioria, aceitando de forma mais clara o bem-estar pessoal. Estaremos aqui perante o efeito do próprio ciclo de vida conjugal? É que, tal como já se referiu, estas mulheres estão provavelmente numa fase, com os filhos mais crescidos e com trajectos profissionais mais definidos, que lhes proporciona um sentimento de menor dependência relativamente à vida conjugal e familiar. No caso das mais novas, com filhos muito pequenos, ou das mais velhas, com menores possibilidades de entrar de novo no mercado matrimonial, o divórcio pode aparecer, em contrapartida, como uma ameaça mais sensível.

Surtem aqui os primeiros sinais da ideia, que se foi tornando ao longo da pesquisa mais consistente, do importante papel desempenhado pelos

diferentes tipos de constrangimentos que a duração do casamento e o próprio ciclo de vida conjugal impõem e que se traduzem em diferentes percepções das possibilidades de acção e das margens de manobra dos actores sociais. Voltaremos a este assunto no capítulo 3.

A partir das respostas a este primeiro conjunto de seis perguntas é possível fazer uma síntese dos seus traços mais marcantes. Vale a pena lembrar, desde já, que estamos perante um tipo de declarações que remetem para uma perspectiva “normativa” — o que é que se considera hoje adequado pensar sobre o casamento, o que é que ele “deve ser” mais do que o que ele é —, perspectiva esta, aliás, que decorre dos procedimentos metodológicos implicados na utilização de perguntas fechadas, tais como as que são usadas no inquérito por questionário.

De forma genérica verificou-se uma configuração normativa central que aponta para a visão desinstitucionalizada, dessacralizada e democrática do casamento. São os valores intrínsecos e relacionais que prevalecem sobre os valores da instituição ou da tradição. Por isso se admite que o laço conjugal se possa quebrar “de dentro para fora”, isto é, sempre que os valores intrínsecos sejam postos em causa. É a simetria, entre homens e mulheres, que é considerada parte integrante e regra no jogo relacional. A análise dos resultados de outras duas perguntas reforça ainda, e amplia, o que esta síntese desde já revela.

Partilha, autonomia, empenhamento, algum sacrifício: não basta a existência de amor no casamento

A pergunta de que se desenvolveram indicadores e dimensões no quadro 2.24, foi elaborada para restituir diversas opiniões e atitudes sobre o casamento, propondo a adesão ou rejeição a algumas condições que lhe permitem êxito. Por um lado, insistiu-se em aspectos já abordados, embora as perguntas fossem, para efeitos de controlo, formuladas de outra maneira. Foi o caso de duas questões que referiam novamente, quer a ideia de “sacramento”, quer a temática do “sacrifício” (quadro 2.24, frases 1 e 4). Por outro lado, houve o objectivo de captar, mais especificamente, certas atitudes.

Propôs-se a identificação do papel do empenhamento na relação conjugal, da solidariedade e da responsabilidade, da partilha e da autonomia, do amor (quadro 2.24, frases 2, 3, 6, 7 e 8), e procurou-se perceber se os entrevistados teriam uma posição mais ou menos céptica a propósito do casamento (quadro 2.24, frase 5).

Este conjunto de condições para o sucesso do casamento tinha sido formulado também no inquérito por questionário aplicado aos jovens de Loures, embora numa ou noutra questão com ligeiras diferenças (Torres, 1996a). É assim possível comparar algumas respostas obtidas nas entrevistas com as que se obtiveram nesse concelho.

Quadro 2.24 Síntese de opiniões sobre condições e requisitos para o sucesso do casamento

1. O casamento é um sacramento que impõe o dever do empenhamento na relação	Sacramento
2. Para que um casamento resulte basta que haja empenhamento na relação ao longo da vida	Voluntarismo total
3. Embora seja necessário empenhamento ele só por si não garante o sucesso do casamento	Voluntarismo insuficiente
4. Para que o casamento tenha sucesso é necessária dedicação e, por vezes mesmo, que um dos cônjuges sacrifique o seu bem-estar em função do outro ou da família	Sacrifício
5. Embora tenha vantagens o casamento tende sempre a cair na rotina e depois mantém-se por hábito e sem verdadeiro amor	Cepticismo
6. Para que o casamento resulte é preciso que seja um projecto de vida a dois em que a partilha e a autonomia tenham ambas lugar	Partilha e autonomia
7. Para que o casamento resulte basta que haja solidariedade e responsabilidade	Voluntarismo solidário
8. Para que o casamento resulte basta que haja Amor	Voluntarismo romântico

Começando pelas dimensões “sacrifício” (frase 4, quadro 2.24) e “sacramento” (frase 1, quadro 2.24), verifica-se alguma convergência nos resultados obtidos. A formulação diferente das perguntas permite agora uma apreciação mais contrastada e clara.

No caso da dimensão “sacramento” observa-se, aliás, uma ampliação da tendência já identificada nas respostas à pergunta que pretendia avaliar as razões para a celebração do casamento religioso. Se antes se observava que as mulheres tendiam a ser mais laicas, apoiando de forma mais nítida do que os homens a ideia de que *o casamento religioso não acrescenta nada à união entre duas pessoas*, a diferença entre homens e mulheres vem agora ainda acentuar-se consideravelmente. São muito poucas as mulheres que aderem à perspectiva segundo a qual *o casamento é um sacramento que impõe o dever do empenhamento na relação*, havendo mais homens que a apoiam. Mais uma vez aqui se revela a tendência maioritária de rejeição dos critérios externos à relação e às pessoas nela envolvidas, incluindo os de dimensão religiosa.

Mas será que os homens têm uma visão mais religiosa do casamento do que as mulheres? É de duvidar. Na realidade, e como vimos no inquérito a nível nacional, os homens tendem a ser menos católicos praticantes do que as mulheres e a expressar também menores preocupações de ordem religiosa. Embora seja necessário não esquecer igualmente que se trata de resultados da Grande Lisboa, zona globalmente mais laica, talvez se esteja então aqui perante a “boa vontade” masculina de responder de acordo com uma suposta norma, num assunto sobre o qual, em princípio, os homens ou se sentem menos

competentes para falar, ou acham lugar menos legítimo de discurso “masculino”.

Um efeito do mesmo tipo pode também explicar porque é que os homens respondem, de forma genérica, com posições menos contrastadas, ou tendem a ter um número mais expressivo de “não respostas” do que as mulheres. Tudo leva a crer que as mulheres se sentem “competentes” no domínio da conjugalidade e da família, podendo assim afirmar inequivocamente as suas posições, enquanto para os homens este será um território de formulações mais ambíguas, onde a vontade de responder “certo” pode por vezes sobrepor-se a convicções elas mesmas pouco afirmadas.

Quanto à ideia da necessidade da *dedicação e até por vezes do sacrifício em função do outro ou da família*, os resultados apontam sensivelmente no mesmo sentido das respostas à pergunta que opunha “sacrifício” a “bem-estar pessoal” para haver harmonia conjugal. Note-se, no entanto, que a forma como está elaborada a questão que agora nos ocupa, tende a esbater um pouco, por um lado, a própria ideia de sacrifício (referindo primeiro dedicação e só depois “por vezes até sacrifício”) e, por outro lado, a ideia alarga-se da relação conjugal à família. Os resultados, porém, são bastante semelhantes aos que se obtiveram na pergunta referida anteriormente. Apenas cerca de 1/3 dos entrevistados rejeita a ideia da dedicação e do sacrifício, não se registando variações em função do sexo, mas apenas, como antes, em função da variável duração do casamento. São os mais novos, que casaram há menos tempo e que têm formação universitária, que tendem a aderir menos a esta ideia.

Com duas questões se pretendia avaliar o grau de voluntarismo dos entrevistados relativamente ao casamento. Queria-se saber até que ponto se considerava o esforço, a vontade e o empenhamento pessoal como critérios decisivos para o sucesso do matrimónio. As duas perguntas foram formuladas no sentido de servirem de controlo uma da outra. Na primeira propunha-se: *para que um casamento resulte basta que haja empenhamento na relação ao longo da vida*. Os resultados indicam uma grande divisão por parte dos entrevistados.

A questão seguinte, que contraditava a anterior, afirmando que *o empenhamento embora seja necessário só por si não garante o sucesso do casamento*, suscita, à primeira vista surpreendentemente, uma clareza de posições muito maior. A esmagadora maioria dos homens e das mulheres aderem a esta ideia, isto é, consideram na verdade que o empenhamento por si só não é suficiente. Como interpretar esta aparente contradição? Talvez a explicação se encontre na força de atracção e simpatia que a palavra empenhamento suscita na primeira formulação proposta. De tal maneira que, a palavra *basta*, que noutro contexto semântico terá um valor mais forte, parece aqui esbatida pelo efeito da palavra *empenhamento*. Resulta então que, embora considerem que há outros critérios a ter em conta, pelo menos metade dos entrevistados consideram o

empenhamento, a vontade individual, como um critério muito importante para o êxito do casamento.

Notou-se exactamente o mesmo efeito, que não deixou de causar certa perplexidade numa análise inicial, nos resultados obtidos no inquérito aos jovens de Loures. Também aí as perguntas se sucediam na mesma ordem, e também aí um pouco mais de metade dos entrevistados — 55,7% — aderiam à ideia de que o “empenhamento e a vontade” bastavam, para logo depois afirmarem que ele só por si não garantia o sucesso do casamento — 89,7% (Torres, 1996a).

A perspectiva céptica sobre o casamento, por outro lado, é rejeitada pela maioria dos entrevistados. A ideia segunda a qual a *rotina* exerce um desgaste praticamente inevitável sobre o amor, é mais claramente recusada pelas mulheres do que pelos homens. São ainda os homens mais velhos que tendem um pouco mais para o cepticismo do que os mais novos. A mesma tendência geral se verifica igualmente nos resultados do inquérito aos jovens de Loures — 67,8% dos jovens rejeitam a posição céptica e apenas 27,8% aderem a ela.

Conclui-se assim que a imagem do casamento, da relação conjugal amorosa, não está tendencialmente desgastada, nem é objecto de desinvestimento, mesmo a longo prazo. O que, por outras palavras, significa que, quer os mais novos, quer os mais velhos consideram que o casamento não está condenado a ser, ou a tornar-se, uma relação estagnada e rotineira.

Neste conjunto, a opinião que suscitou a maior adesão, aliás quase total, foi a que considerava que para o casamento resultar ele teria de ser *um projecto de vida a dois em que a partilha e a autonomia têm ambas lugar*. Todas as entrevistadas concordam com esta ideia e apenas dois entrevistados a rejeitam. O sentido das respostas dos jovens de Loures é o mesmo — 94,2% concordam e só 4,2% discordam desta perspectiva.

Se é verdade que uma concordância tão esmagadora numa resposta deve levar a considerar-se a hipótese de a pergunta ela própria ser heurística-mente fraca e, porventura, inútil, também é verdade que poderemos considerar essa concordância não tanto pelo seu valor facial — isto é, válida em todos os referentes de conteúdo para que remete — mas mais pelo que representa em termos de adesão comparativamente a outras perguntas, e bem como pelo que representa numa perspectiva normativa. Por outras palavras, o que parece evidente é que a ideia de “projecto” e sobretudo a mensagem “partilha e autonomia” representam as palavras-chave, o *must*, o *sensocomum* contemporâneo, a propósito da conjugalidade. Não é evidentemente despreciando que sejam estas palavras e não outras, como sacramento, sacrifício, empenhamento, e como veremos também adiante, solidariedade e responsabilidade, e até mesmo amor, que suscitam uma concordância tão esmagadora.

As duas questões finais foram elaboradas segundo uma lógica semelhante à de outras, questionando os entrevistados sobre, na primeira, se achavam que a solidariedade e responsabilidade bastavam para o sucesso do

casamento e, na seguinte, se o amor bastava. As respostas foram também aqui bastante concludentes. Nem a solidariedade e a responsabilidade, por si sós, nem o amor, por si só, bastam para garantir o êxito do casamento.

Quanto à *responsabilidade e solidariedade*, quer as mulheres quer os homens rejeitam maioritariamente que ela baste, não havendo distinção por sexos nas respostas. Nota-se, apenas, que a adesão minoritária a esta ideia ocorre nos grupos de duração de casamento mais elevada. No que respeita ao que se pode considerar uma adesão essencialmente romântica, que tenderia a considerar o amor como critério único e exclusivo para garantir o sucesso do casamento,²⁶ ela também não se verifica, já que a grande maioria rejeita esta ideia. Curiosamente, nem os mais jovens ou casados há menos de dez anos, aderem a esta posição. Na verdade, até é neste grupo que a rejeição parece ser mais liminar. Querirá isto dizer que afinal o ideal romântico não assume uma proeminência tão decisiva como seria provavelmente de supor?

A questão é interessante. A interpretação das respostas às perguntas abertas que se referiam, nomeadamente, ao sentimento amoroso e à sua evolução ao longo do processo de conjugalidade, vai no sentido de se verificar uma certa transformação. De início, mais ou menos apaixonados — e são os mais jovens que mais frequentemente referem a paixão como sentimento que presidiu ao período do namoro — muitos parecem apontar para a evolução desse sentimento inicial para uma perspectiva de amor conjugal como processo, construção, com outras componentes que podem não estar apenas directamente ligadas ao sentimento na sua perspectiva mais “pura” ou romantizada. Há quem fale em companheirismo, sentido de proximidade e partilha, solidariedade, amor parental, como outro tipo de sentimentos que foram surgindo ou se aprofundaram ao longo do casamento. Isto é, os entrevistados entenderam pela questão *para que o casamento resulte basta que haja amor* que se pretendia isolar a dimensão exclusivamente “amorosa” no sentido mais passional do termo e rejeitaram a exclusividade deste critério para o bom funcionamento conjugal. Trata-se de uma interpretação legitimada pelo facto de a pergunta incluir factores alternativos para o êxito do casamento.

Mas *per se*, e independentemente do que pode ser avaliado a partir das respostas às questões abertas, este resultado merece realce. Na verdade, ele indica-nos e, provavelmente, ao contrário de um certo senso comum e de certas abordagens teóricas, que os actores sociais têm do casamento uma visão que não é exclusivamente romântica e têm clara consciência de que a conjugalidade envolve várias dimensões de interacção e entrelaçada, várias gradações de sentimento e emoção.

26 Este item só foi introduzido, por sugestão da orientadora, professora doutora Maria de Lurdes Lima dos Santos, depois de realizadas as primeiras entrevistas da primeira fase da pesquisa. Também no inquérito aos jovens de Loures esta frase não foi incluída.

Factores para o sucesso do casamento: respeito e apreço mútuo, compreensão e tolerância, fidelidade, partilha das tarefas domésticas, relações sexuais felizes

Para terminar, importa agora comparar as respostas dos entrevistados a uma pergunta replicada, para efeitos de comparação, de um inquérito internacional sobre os valores dos europeus realizado no início dos anos 80 (Harding e Phillips, 1986).²⁷ Também ela se dirige à avaliação das condições de sucesso do casamento, embora tenha uma formulação simplificada, supondo mais valores do que atitudes. Eram atitudes, em contrapartida, que se procurava essencialmente avaliar através da pergunta atrás indicada.

Analisaram-se as posições dos entrevistados a partir de uma escala de importância. Por um lado, existe uma clara demarcação entre o que é considerado muito importante, o que é importante, pouco importante ou nada importante. Uma primeira análise mostra que só têm adesão significativa, de forma muito distanciada dos outros, itens como *respeito e apreço mútuos, compreensão e tolerância, fidelidade e relações sexuais felizes*. Tudo o que diga respeito a condições materiais — *bons rendimentos, boa casa* — ou a factores ideológicos — *concordância política e concordância religiosa* — não é, definitivamente, considerado muito importante.

Esta tendência é também a que se verifica no inquérito realizado aos europeus. Os autores indicam que aí se nota uma mudança em relação ao passado, já que nos anos 50 e para o caso de Inglaterra, as respostas se centravam mais nas chamadas condições materiais (Harding e Phillips, 1986: 113).

De novo são os valores intrínsecos ou os valores associados a comportamentos e atitudes que dependem dos indivíduos que aqui se privilegiam e não tanto os que se referem a uma padronização prévia ou a um condicionamento externo. Mas sendo esta a tendência global, não deixam de se observar algumas distinções interessantes.

Se no caso dos itens *fidelidade e respeito e apreço mútuos* é sensivelmente o mesmo número de homens e de mulheres que os consideram muito importantes, no caso da *compreensão e tolerância* e das *relações sexuais felizes* são mais as mulheres que os escolhem. Distinção mais marcante entre os sexos diz respeito à escolha *ter filhos e partilhar as tarefas domésticas*, factores escassamente escolhidos pelos homens, em comparação com as mulheres.

Em relação aos filhos, a diferença entre os sexos é facilmente explicável,

27 As perguntas, idênticas, propunham 13 condições para o sucesso do casamento: respeito e apreço mútuos, compreensão e tolerância, fidelidade, relações sexuais felizes, ter filhos, ter uma boa casa, concordância política, concordância religiosa, partilhar as tarefas domésticas, viver à parte dos sogros, ter gostos e interesses comuns, ser da mesma classe social, ter bons rendimentos. Era pedido aos inquiridos que indicassem os factores que fossem muito importantes, importantes, pouco importantes e nada importantes.

já que é conhecida a relevância identitária da função maternal para muitas mulheres. A ideia de que o casamento possa beneficiar também com o exercício das funções parentais não é, por isso, de estranhar.

No caso das tarefas domésticas, porém, vale a pena deter um pouco mais a atenção, até porque a distância entre homens e mulheres a este respeito é mais significativa. Na verdade, são poucos os homens que consideram este factor sequer “importante”. Por outro lado, a análise das respostas às perguntas abertas faz supor que os homens participam pouco, ou quase nada, na partilha das tarefas domésticas, o que de resto se confirma a nível nacional e europeu (Torres, 2000).

O que as mulheres parecem assim estar a dizer, apontando para uma norma ideal, é que a situação de não partilha das tarefas domésticas lhes desagradava, ou, de outro modo, que se ela existisse o casamento correria melhor. Isso mesmo resultava também dos inquéritos analisados por A. Michel nos anos 70 (Michel, 1974 e 1983).

O mesmo se conclui, ainda, a partir dos resultados de um inquérito recente às mulheres açorianas.²⁸ Nas respostas a uma pergunta idêntica, 58,2% consideram muito importante *partilhar as tarefas domésticas* para a felicidade do casal, apenas um pouco abaixo, quase ao mesmo nível, de *ter filhos* (63,9%). Somando as escolhas importante e muito importante, a diferença entre estes dois itens esbate-se ainda mais (Rocha e outros, 1999: 48)

Tudo aponta, assim, para a valorização específica desta condição para a felicidade conjugal no caso português. Na verdade, no inquérito a nível europeu as tarefas domésticas não são consideradas, nem por homens, nem por mulheres, como factores muito importantes para o sucesso do casamento. Contribuirá para explicar esta específica preocupação das mulheres portuguesas o facto de a taxa de actividade feminina em Portugal ser muito alta e a partilha das tarefas muito baixa quando nos comparamos com outros países europeus?

Por outro lado, a resposta significativa das mulheres, bem mais elevada do que a masculina, quanto à muita importância para o êxito do casamento de haver *relações sexuais felizes*, é bem interessante, sobretudo por contrariar o estereótipo segundo o qual seria o sexo masculino a dar mais ênfase a estes aspectos. Por que considerarão as mulheres esta condição muito importante? Como veremos melhor no capítulo 3, onde o tema da sexualidade é de forma breve abordado, haverá eventualmente razões diferentes para esta afirmação para grupos de mulheres também diferentes. Nas mais novas, pode corresponder a uma confirmação da prática; nas mais velhas, é possível que ela passe mais pela expressão de um desejo, pelo confronto com uma realidade que

28 Estes resultados dos Açores são ainda mais significativos do valor que se atribui a este item, visto que a maioria das mulheres nestas ilhas se afirmam domésticas, ao contrário do que acontece no Continente.

se distancia da expectativa. Aliás, já a atribuição de muita importância à partilha das tarefas domésticas parece também expressar um desejo e não uma realidade. Teríamos aqui outro exemplo do efeito das respostas a perguntas fechadas, o qual consistiria em afirmar uma norma ideal que se distancia da prática. E, neste sentido, mais uma vez as mulheres estariam a mostrar ser mais "modernas" do que os homens no domínio da identificação e da defesa do ideal.

Até nos sectores habitualmente mais conotados com certas lógicas tradicionalistas, como é o caso dos Açores, estas ideias parecem ter acolhimento, revelando também o referido inquérito às mulheres açorianas forte relevo na valorização da satisfação sexual. Escolhiam, com efeito, a *satisfação sexual* como muito importante 54,2%, ligeiramente abaixo do *ter filhos* e da *partilha das tarefas domésticas*, como vimos, mas claramente acima de *bom rendimento* (37,1%) e de *a mesma religião* (39,1%) (Rocha e outros, 1999: 48). Aqui não é possível logicamente comparar o que dizem os homens açorianos, mas é bem notória outra convergência com os nossos resultados.

Respostas deste tipo terão ainda relação com um efeito de género. É verosímil que se pense passarem muito por essa dimensão a manutenção da fidelidade masculina no casamento e a conservação do parceiro. Teríamos então aqui, sendo correcta a interpretação, mais um exemplo da atribuição de responsabilidade assimétrica para os dois sexos, continuando a assumir as mulheres papel de maior relevo no chamado "trabalho do amor". Seria necessário, noutros contextos de pesquisa, aprofundar um pouco mais estas pistas de interpretação, sabendo-se que o domínio da sexualidade, por ser pouco transparente à pesquisa, impõe a convocação de protocolos de investigação específicos (Torres, 1996).

Uma última nota, neste conjunto de questões, para voltar ao jogo das coincidências entre respostas a perguntas abertas e a perguntas fechadas. Efeito extremamente curioso observou-se na comparação das respostas dos dois membros do casal Antunes às perguntas fechadas. Se esta comparação foi sendo sistematicamente feita e revelou, não raras vezes, diferenças significativas entre os cônjuges, melhor analisadas no capítulo 3, este caso pareceu especial e merece desde já referência.

Com efeito, este casal revelava várias discordâncias, ora queixando-se Manuel do que ele achava ser a grande dependência dela em relação aos ascendentes, ora Ana da ligação dele, que ela considerava excessiva, com a sua mãe divorciada. Ana tinha, no momento da entrevista, 26 anos e Manuel 31, estavam casados há cerca de seis anos e não tinham filhos, situação excepcional no conjunto dos entrevistados. O assunto de ter ou não ter filhos nunca surgiu ao longo das duas entrevistas. Nem ela nem ele o abordaram nunca, embora houvesse vários pretextos possíveis para o fazer, dado que se referiam várias vezes a diferenças explícitas entre eles e mesmo a alguns conflitos.

Enquanto Ana, por exemplo, tinha sido muito controlada pelos pais e

encarava o casamento como a sua "libertação", desejando o mais possível fazer o que tinha sido impedida em adolescente — ir a discotecas e a bares, sem limite de horas, por exemplo — Manuel estava mais voltado para o sossego da casa, considerando que essa vida exterior era para si um percurso sem novidade. Destas diferenças nasciam discussões com alguma frequência.

A análise das respostas às perguntas fechadas mostrou outra diferença até aí insuspeita. Na verdade, para Manuel Antunes *ter filhos* é um dos aspectos muito importantes do casamento, enquanto, para Ana, ele é *pouco importante*. Talvez esteja aqui a expressão de um não dito, que distingue os dois membros do casal, podendo contribuir para explicar também algumas das tensões e conflitos mencionados.

A conjugação de várias técnicas permitiu assim configurar uma imagem mais completa das práticas e das representações dos portugueses sobre a conjugalidade. Vale a pena agora traçar algumas conclusões.

Combinações e arranjos: tendências de mudança

As interrogações do início dirigiam-se à identificação de práticas e representações sobre o casamento, bem como à de mudanças, quer em termos de tendências globais, quer numa lógica intergeracional.

Que respostas foi possível encontrar, em grandes linhas, ignorando agora a diversidade de posições explanada ao longo do capítulo, nas representações associadas ao casamento?

Surgiu uma imagem compósita com múltiplos elementos. Para o êxito do casamento não basta solidariedade e responsabilidade, não basta amor, não basta empenhamento. É da articulação de todos estes elementos, temperando-lhes as doses em função dos referentes culturais e sociais, que se constrói a configuração específica do êxito da conjugalidade. Confirma-se que o casamento precisa também de algum sacrifício e de algum empenhamento. Pouco pesam, em contrapartida, as lógicas institucionais e sagradas.

Tudo se vai gerando nos próprios processos de conjugalidade, que não aparecem condenados à rotina e que dão mostras de conseguir maiores garantias de sucesso quando a partilha e a autonomia estão presentes. O que resultou, no conjunto, é uma visão simultaneamente confiante e prudente, positiva mas não cega, afectiva mas não exclusivamente romântica ou aventureira.

No plano das representações, os portugueses têm uma visão simétrica, laica e relacional do casamento. Já no que respeita às práticas, são relativamente diferentes as conclusões, em contraste com fortes convergências de representações, revelando estas um quase unanimismo a propósito de certas visões sobre a família e a conjugalidade, como noutra pesquisa também se verifica (Vasconcelos, 1998: 322).

Recordem-se, então, algumas das tendências principais. A simetria entre homens e mulheres, valor extremamente popular, não chega à divisão igualitária no plano das tarefas domésticas, embora no que respeita à divisão do trabalho pago as mulheres portuguesas estejam mais próximas dos homens do que noutros países europeus. Se bem que não se atribua grande significado real ao laço formal do casamento, por outro lado, poucos são os portugueses que dispensam a formalização dessa união. Embora assumam posições essencialmente ritualistas e laicas perante a forma de celebração do casamento, a maioria acaba por não dispensar a realização da cerimónia religiosa, isto ainda que se tenha também verificado a progressiva descida do casamento católico nos últimos 40 anos em todo o país e se conserve significativa diversidade de práticas, a este respeito, nas diferentes regiões de Portugal.

A procura de explicações para as discrepâncias entre representações e práticas constitui desafio interessante. Importa agora retomar e fundamentar melhor algumas hipóteses explicativas já esboçadas.

Uma das explicações talvez se encontre num efeito que poderíamos chamar sede de modernidade. A abertura da sociedade portuguesa no pós 25 de Abril e os processos de mutação e de recomposição social, como o crescimento das classes médias, portadoras de valores mais modernos, em particular nos planos focados, estarão porventura entre os factores que geraram esse desejo de modernidade, expresso mais em certas opiniões do que nos correspondentes comportamentos (Torres, 1996). Ficou claro que a defesa das opiniões modernas em Portugal, no domínio da conjugalidade e da família, representava ela própria uma forte transformação em relação ao passado. A comparação intergeracional não fez senão confirmar tal mudança. Transformações operadas noutros países no espaço de quarenta anos, desenrolaram-se no nosso em tempo comprimido, coincidindo ainda, no início desse processo de mudança, com alguma radicalização ideológica em esbatimento progressivo. Neste contexto específico, a concretização de algumas das ideias assumidas ao nível do discurso exige outro tipo de condições e de circunstâncias e de espaçamento temporal. Por isso se propôs que mais do que serem modernos, os portugueses gostam da ideia de ser moderno.

As explicações dos entrevistados lançaram alguma luz sobre a razão das descoincidências verificadas. A decisão de casar pela igreja ou simplesmente de casar, sobretudo junto dos mais jovens, surgia muitas vezes como consequência lógica e não problemática de um conjunto de circunstâncias. Por razões estatutárias ou meramente ritualistas, para não entrar em conflito com a família, para não criar e não ter problemas, em suma, era um certo pragmatismo que imperava nas escolhas.

Talvez nem seja legítimo sequer dizer que se trata de ter representações modernas e ser tradicionalista na prática. Na verdade, enquanto a escolha ao nível da representação está colada às ideias, o fundamento da escolha e da decisão prática não radica numa opção ideológica, mas numa base pragmática.

Assim, se no plano ideológico se verifica, com efeito, a defesa das versões desinstitucionalizadas, no das práticas o que aparece é uma mudança de posição perante a instituição: ela passa a ser usada conforme a conveniência dos indivíduos, ao contrário do tempo em que eram os indivíduos a conformarem-se sem latitude à instituição.

E porque é que os indivíduos não só se sentem no direito de utilizar as instituições como o podem efectivamente fazer? Porque na realidade também as instituições não lhes aparecem já como dotadas de absoluta rigidez ou de carácter imutável e intransponível. Elas também já não são o que eram. O contexto valorativo actual exerceu sobre elas um efeito de erosão. Assim, não só as representações sobre as instituições são modernas, como os comportamentos perante elas não podem ser meramente reconduzidos aos comportamentos tradicionalistas do passado, porque se trata das instituições de hoje, de carácter mais maleável e flexível. Entre as implicações do casamento pela igreja de hoje e as que existiam nos anos 60, em Portugal, há todo um abismo de diferenças.

Retomando a noção pragmática das conveniências, vale a pena também dizer que ela envolve um leque variado de domínios, do prático ao simbólico. Pode pensar-se pura e simplesmente em efeitos simbólicos demonstrativos, como os que estão associados à lógica estatutária perante a forma de celebração do casamento, ou em lógicas mais imediatas, como a cedência em relação à família de origem para garantir depois autonomia e maior espaço de manobra, ou ainda em ganhos de segurança e pecuniários acrescidos.

Também é verdade que, se em todos os países da União Europeia se verifica a tendência para o crescimento da coabitação prévia ao casamento ou mesmo das situações de não formalização das relações conjugais, quando se analisam mais de perto as diferentes "ofertas" legislativas e quando se relacionam essas ofertas com a incidência da coabitação nesses países, é impossível ignorar algumas relações de co-ocorrência. Isto é, em toda a parte se tende para um ajuste que relaciona contextos culturais específicos com legislação existente e práticas perante a coabitação ou a forma de celebração do casamento. O fenómeno do pragmatismo, neste plano, é assim muito generalizado.

A distância que se estabelece entre discurso desinstitucionalizado e permanência do recurso à instituição é extremamente visível igualmente no caso da França. Com efeito, mostrou-se atrás que o casamento religioso continuava a ser em meados dos anos 80 a forma de celebração do casamento mais escolhida pela maioria dos franceses, ao mesmo tempo que a coabitação prévia chegava aos 30% e que a maioria dos coabitantes (68%) escolhia o casamento católico como forma de formalizar a sua união. Ora o que isto significa é exactamente a combinação de duas lógicas, à partida, aparentemente contraditórias.

Bozon não deixa de registar alguma perplexidade exactamente ao

mostrar que o recuo da prática religiosa, em França — tal como em Portugal —, é muito mais acentuado do que a descida do casamento religioso, apontando como explicação possível a manifestação de desejo de integração na comunidade por parte dos que coabitaram e casam depois pela igreja. Em todo o caso, os argumentos utilizados pelos que casam hoje, e que coabitaram previamente, para justificar essa forma de celebração do casamento, são diferentes dos invocados pelos que casaram nos anos 60 (Bozon, 1992).

Este fenómeno exige alguma atenção. A demasiada insistência na ideia de “desinstitucionalização”, sem distinguir entre ideias e práticas e sem entender a relação entre uma vertente e outra, parece, de certa forma, precipitada. É fundamental também, como mostra Kaufmann (1993), não se confundir a desistência da realização do laço formal do casamento com modalidades diferentes de entrar na vida conjugal. Ao ignorar esta distinção esquece-se pura e simplesmente essa realidade que consiste na insistência em França na prática do casamento formal e na clara prevalência da celebração da cerimónia religiosa. Moderno ou tradicional?

Mas será talvez de pôr de parte, exactamente, a visão demasiado maniqueísta e simplista que associa, de um lado, como um pacote, o moderno, e do outro lado, como outro pacote, o tradicional. O que existe, fundamentalmente, são lógicas de combinações, arranjos e estratégias individuais, à medida do interesse e daquilo a que se chamou conveniências dos actores. Trata-se, então, de perceber que se vão gerando lógicas do *por medida*, a partir das circunstâncias individuais, em alternativa ao antigo seguir obrigatório de normas de *pronto a pensar* e a praticar. Ou seja, os actores vão tornando dominante um certo *artesanato* de ideias e de práticas, como João Ferreira de Almeida (1990; 1995) tem proposto, recusando aderir em bloco a um conjunto pré-fixado de valores e prescrições.

São propostas que não se adequarão só à realidade portuguesa, como se viu no caso da França, mas que, de qualquer modo, se tornam particularmente fecundas nestas paragens de transições particularmente rápidas. Tudo o que se relaciona com a problemática da mudança social, com as correlativas discussões sobre modernidade e tradição, atravessa de resto, directa ou indirectamente, muitas das pesquisas realizadas nos últimos anos em Portugal.

Ideias do mesmo tipo, embora formuladas com outra linguagem, foram avançadas, recentemente, por Martine Segalen (1998). Ao analisar o ritual do casamento em França, a autora mostra como se trata de uma combinação personalizada de recurso à tradição e à modernidade, ou, por outras palavras, como os casamentos no final do século demonstram a polissemia e a plasticidade de um ritual e a utilização que dele fazem os actores sociais contemporâneos.

Na verdade, a autora revela que os significados ou sentidos atribuídos ao ritual mudaram radicalmente. Já não se trata de passagem para a vida adulta, visto que em França a maior parte dessas etapas já foram

ultrapassadas quando o par celebra o casamento — co-residência, sexualidade e procriação — significando mais a expressão de um compromisso entre o casal e a “constelação familiar”. Outra mudança significativa é a que ocorre com os protagonistas da cerimónia. Eles deixam de ser os pais dos noivos, como ocorria ainda nos anos 60, para passarem a ser os próprios jovens (ou menos jovens) que casam e que, em conjunto, com os seus amigos, decidem da lista dos convidados e preparam com todos os pormenores como vai decorrer a festa, com os seus diferentes episódios.

Dá-se também um alargamento e desmultiplicação dos momentos de celebração, que se desencadeiam em várias fases, desde as “despedidas de solteiro”, para eles e para elas, que simbolizam o fim da anterior disponibilidade sexual e afectiva, até à cerimónia, transformada numa espécie de casamento espectáculo, preparado e registado para marcar de forma indelével um dia muito especial. Mas a gestão pelos noivos e seus amigos de todos os pormenores da cerimónia é extremamente personalizada, sendo em cada caso decidido o que se diz e quando, quais os jogos e as brincadeiras a efectuar e em que momento. Precisamente como se a partir de um grande texto, esboçado em linhas gerais pelas interpretações que se vão fazendo de qual é a tradição, se fosse retirando e compondo de forma individual o que se julgue mais adequado àquele específico caso. Assim “invenção e inflação de rituais, emergência de novos actores sociais, desenvolvimento da dimensão festiva que aparenta o casamento à criação de um espectáculo, tais são as características salientes dos rituais matrimoniais na viragem do século XXI” (Segalen, 1998: 103-104).

Combinações e arranjos onde sabiamente se misturam lógicas diferentes nos processos de transformação social são abordados também por vários autores portugueses. Nelson Lourenço, como já se viu, mostra no plano teórico as dificuldades que se colocam à análise da mudança social e a sua complexidade analítica. E dá exemplos expressivos dessas combinações de lógicas distintas.

A persistência do prestígio associado à posse da terra, por exemplo, mesmo quando o rendimento que dela se aufer se torna cada vez mais diminuto, combina-se com a penetração da indústria no universo rural. Neste universo, e através da pluriactividade dos diferentes membros do grupo doméstico, tudo indica que “(...) a implantação local das indústrias parece estar na base da permanência dos elementos tradicionais na sociedade rural” (Lourenço, 1991: 142). Permanece assim a tradição à custa da entrada da indústria que habitualmente está associada à ideia de modernidade. O que não obsta a que as sociabilidades e outros efeitos sugeridos pela ocupação nas novas profissões da indústria não venham igualmente introduzir, pelo seu lado, novos elementos e combinações de outro tipo, como também já tinha sido mostrado na região estudada por Ferreira de Almeida (1986).

Karin Wall, recorde-se, dava excelente exemplo de distância entre

práticas e representações, mostrando como certas circunstâncias, como a necessidade de definir a sucessão ou a troca de serviços entre gerações nas famílias de lavradores, faziam pressão sobre a família conjugal, impondo práticas familistas que estavam em desacordo com os valores igualitários, os quais, apesar de tudo, tendiam a ser afirmados como norma (Wall, 1998: 341).

Ana Nunes de Almeida (1986) confronta-nos com outro tipo de desencontro, desta vez com a prática "à frente" do discurso. Embora se trate também de diferenças entre *maneiras de dizer* e *maneiras de fazer*, desta vez é para salientar que as mulheres de um bairro degradado afirmavam muito menos do que na prática eram e faziam. Tendo um discurso que reservava para si próprias o segundo plano, o lugar na sombra, dando, em palavras, a primazia aos homens e definindo para si a imagem da mulher conformada com o destino, passiva e submissa ao marido, elas assumiam, na prática, uma atitude oposta. A pesquisa revelou que, na verdade, se tratava de mulheres activas, decididas, cujo salário, em geral, assumia papel central no equilíbrio do orçamento familiar, situação que lhes conferia um "poder de facto" (Nunes de Almeida, 1986: 493-520).

O que os diferentes exemplos sugerem, em todo o caso, é que haveria porventura um ponto forte de convergência interpretativa. Na verdade, o que se passa é que ao nível do discurso se tende muito mais a reproduzir aquilo que se considera "adequado", num dado contexto, numa dada época. Moderno, como se verificou para o conjunto dos portugueses por nós inquiridos recentemente ao nível nacional e na Grande Lisboa a propósito do casamento. Menos moderno, se se quiser tradicional, em contextos anteriores, não sendo de estranhar que mulheres migrantes para a cidade, nos anos 60, vindas de um cenário rural, achem, no início dos anos 80, que o "dizer adequado" seja o de dar ainda a imagem da mulher submissa e secundarizada relativamente ao marido.

Na prática, como constantemente foi confirmado, um conjunto de circunstâncias impõem-se e constroem a acção, levando a que se faça quase sempre o que *tem de ser feito*. E este *fazer*, como se viu, entre muitos outros exemplos, no caso das formas de celebração do casamento ou da formalização da relação conjugal, se tem também por referência o que é dito, obedece, em última análise, a esses diversos constrangimentos.

Os vários casos apontados constituem exemplos, com pontos de aplicação empírica diferentes, da complexidade analítica dos processos de transformação social. Ao mesmo tempo que mostram paradoxos, que exibem discordâncias entre dizer e fazer, exigem que se convoque, em cada caso, o cruzamento de diferentes olhares — de perto, de longe, o que é feito e o que é dito — para que os contornos específicos dos processos sociais da mudança se tornem mais claros.

Voltando à nossa pesquisa, outro exemplo de contraste estará na coexistência do discurso moderno igualitário em relação às mulheres, regendo-se

pelas lógicas intrínsecas em relação ao laço conjugal, com o tradicionalismo patente nas questões do controlo da sexualidade feminina. Apesar das mudanças intergeracionais reveladas, a sexualidade permanece numa espécie de zona cinzenta, de mistérios e sussurros, onde ainda se mantêm sinais da presença do chamado duplo padrão. Será esta outra forte zona de resistência masculina ao protagonismo feminino em áreas como o trabalho exterior e o desempenho em paridade do papel instrumental por parte das mulheres portuguesas?

De todo o modo, pareceu ser possível relacionar algum deste tradicionalismo com o pragmatismo expresso na formalização da relação conjugal. Casar ou coabitar constitui uma opção comandada, também, pelo que se considera serem os comportamentos adequados ao género. Para muitos pais, ser divorciada pode ser, por exemplo, menos ameaçador para a reputação das filhas do que ter saído de uma mera coabitação. Situações de grande controlo paterno em relação a jovens mulheres, como vimos, transformam o casamento, por sua vez, no passaporte para adquirir outra liberdade.

Não será por acaso, também, que quase sempre são as mulheres as principais protagonistas de uma visão moderna. Mostram-na, quer quando se referem ao seu papel na sociedade numa base de inteira paridade com os homens, quer quando exprimem uma perspectiva mais laica, mais voltada para o quotidiano, inteiramente empenhada tanto na família como no trabalho. Dão a imagem de querer a libertação pessoal pela qual estão dispostas a pagar o preço do trabalho exterior. Procuram autonomia financeira e paridade de poder, não qualquer benesse, excepção ou protecção particular. Estamos longe da imagem de uma mulher dependente do casamento e vitimizada. Esta parece ser mudança fundamental.

Capítulo 3 TRAJECTÓRIAS, DINÂMICAS E FORMAS DE CONJUGALIDADE

Dedicar-se-á agora atenção a temas que cobrem diversas áreas da vida conjugal e que contribuíram para a caracterização das *formas de conjugalidade* e dos *tipos de centramento*, bem como para captar as trajectórias e dinâmicas conjugais. Constituem critérios de referência as interrogações e as formulações avançadas no capítulo 1, onde se conceptualizaram as formas de conjugalidade e os tipos de centramento e se avançaram as hipóteses referentes a este núcleo problemático da investigação. Organizou-se a exposição a partir das diferentes durações de casamento ou tempos da conjugalidade, começando pelos casais mais jovens.

O tempo da instalação: os primeiros anos

Nos primeiros dez anos joga-se a fase inicial do casamento, do nascimento dos filhos, dos primeiros conflitos e dos primeiros embates e exigências profissionais. São momentos decisivos, em que se começa a esboçar a "longa conversa" que é o casamento, segundo a expressão de Berger e Kellner. Confrontam-se expectativas e realidades, processam-se adaptações e reformulações identitárias, desenvolvem-se ou adiam-se projectos. Começamos a análise das trajectórias, das dinâmicas e das formas de conjugalidade com este grupo de duração do casamento. Encontraremos, a partir da análise de conteúdo das entrevistas, sinais claros desses processos nas descrições dos diferentes aspectos da vida conjugal feitas pelos dois membros do casal.

Tal com veremos similitude e proximidade nessas descrições, fazendo crer que estamos perante cônjuges com convergência de ideias, objectivos e modalidades semelhantes de viver e encarar a relação conjugal, detectaremos também divergências, nalguns casos de tal modo consistentes que fazem supor uma espécie de cristalização do desentendimento. Entre estes dois pólos estão aqueles que, tendo desejos distintos e leituras diferentes perante a

conjugalidade, acabam por se acomodar, ou por se submeter, à visão e às formas de fazer do outro.

As diferenças de classe e de género, além de contribuírem igualmente, entre outros factores, para explicar as distinções referidas, e a maior ou menor convergência entre os cônjuges, têm outras influências decisivas. Com efeito, desde a trajectória até ao casamento, às expectativas que relativamente a ele se alimentam, aos receios e projecções no futuro, às modalidades de centramento e investimento nas diferentes dimensões da vida, vamos encontrar diferenças entre os casais, de acordo com a hipótese inicialmente formulada, e que nos conduziram à identificação de diversas formas de conjugalidade. Essa diferenciação que se sustenta e constrói a partir, de forma conjugada, quer das condições de existência quer do género, conduziu, algumas vezes, à atribuição de formas de conjugalidade diferentes para os dois membros do casal e, outras vezes, à classificação na mesma forma de conjugalidade, mas assumindo esta, por vezes, contornos diferenciados fortemente marcados pela diferença sexual. Veremos também que, por comparação com as entrevistas dos casados há mais de dez anos, se faz sentir nos discursos dos casados há menos anos o que designámos por efeitos de contexto e de conjuntura, nomeadamente através da expressão de certas práticas ou da adesão e rejeição de certos valores.

Companheirismo e fusão

O namoro de Ermelinda com Augusto começou quando ela tinha 14 anos. No início, tudo se passava quando ela ia levar o leite ao posto, às cinco ou às seis da tarde, conforme a estação do ano. Muito controlada pelos pais, dizia que naquela altura, no Verão, era uma alegria porque "a hora era já tarde mas o dia continuava" e enquanto houvesse luz podia andar na rua. Depois, mais oficialmente, passaram a namorar à porta de casa "sentados nos caixotes da fruta". Mais de três anos depois, casaram.

Ermelinda Barreto tem agora 26 anos e do casamento que se realizou há nove nasceram duas filhas, uma que tem hoje seis anos e outra com dois meses. Trabalha actualmente como mulher-a-dias, mas é uma ex-operária que tem saudades da fábrica, que fechou, e do trabalho que lá desenvolvia. Augusto, o marido, tem 28 anos e é operário mecânico de camiões numa grande empresa. Têm os dois origens rurais e mantêm essa proximidade, já que Augusto trabalha ao fim-de-semana nas terras do sogro.

Dizem ambos que a fase do namoro e dos primeiros tempos de casados foi muito conflituosa: "era mesmo péssima..." Implicavam imenso um com o outro, atribuindo ela essa implicância ao facto de serem muito novos e de não se aceitarem mutuamente. Ermelinda diz, também, e ele não desmentiu, que Augusto tinha tendência para de tudo fazer uma tempestade. Ela confessa,

por sua vez, que não estava preparada para ser mãe — "eu queria mas não estava preparada..." — e que só com a segunda filha se sentiu perfeitamente capaz e feliz. Com o passar dos anos e o "aceitarem-se mutuamente" ambos dizem que acalmaram e amadureceram.

O casamento, apesar das pequenas guerras, surgia aos dois como uma boa coisa. Ele exprimia a vontade de estar mais tempo com ela. Por sua vez, os receios dela apenas se situavam no plano do desempenho das tarefas domésticas que ela já sabia ser o que lhe era exigido: "eu nunca tive medo do casamento. Só tinha medo de fazer o comer todos os dias para lhe mandar para o trabalho. Que seca! Como é que eu vou descalçar esta bota? Depois lá consegui..."

Ambos acham que o que sentem agora é muito mais forte do que sentiam na altura do namoro. As palavras de Augusto ilustram mesmo muito bem a perspectiva fusional: "naquela altura (namoro) não estávamos unidos, se houvesse problemas estávamos mais desligados um do outro. E agora não, estamos como seja uma só pessoa, se houver um problema, o outro também sente". Ermelinda também traduz claramente o que sente: "agora tenho medo que o que eu sinto acabe depressa. Percebe? Agora tenho medo que este momento escape. A gente agora dá-se tão bem, tão bem que até é bom demais. Que nunca acabe..."

Augusto afirma ainda que já se "revolta" menos com os problemas na empresa. Mas, sempre que eles surgem, pede suporte emocional à mulher: "quando chego a casa digo-lhe, não me digas nada (...) depois quando me vou deitar converso com ela, desabafamos, é uma maravilha". Contrariando totalmente o estereótipo masculino, ele acha, igualmente, que a "conversa" é a melhor maneira de ultrapassar o mal-estar. Ermelinda, pelo seu lado, prefere fazer compras para desanuviar. Quanto a conflitos eles esbateram-se muitíssimo nos últimos anos, mas quando acontecem, tendem a tematizar as compras de Ermelinda e o dinheiro: Augusto acha que, por vezes, ela se excede.

Quanto à partilha das tarefas domésticas, Ermelinda, que agora tem estado em casa por causa da criança que nasceu há dois meses, diz que é ela que faz quase tudo. É ajudada pela sogra, em casa de quem vivem, mas que também trabalha a dias. Augusto, sempre que é preciso e quando a mulher está a trabalhar fora de casa, dá o seu contributo. Diz ela: "se tivéssemos a nossa casa, com outras condições, eu acho que ele ainda ajudava mais. Ele com o comer é uma maravilha. Tomara eu que ele o faça. Ele desenrasca-se bem. É só dizer como é que ele faz (...)". O que estas palavras significam é que existe um modelo assimétrico de divisão do trabalho doméstico perfeitamente incorporado, que consiste na atribuição à mulher da execução e responsabilidade das tarefas, quer ela trabalhe no exterior quer não. Neste caso, como veremos noutros nos mesmos sectores sociais, e quando funciona bem a lógica "fusional", parece haver uma predisposição masculina para a colaboração, que não

significa nem que ela se efective muitas vezes, nem que ela se traduza numa inversão das "responsabilidades", mas que tende a ser valorizada pela mulher. Veremos que essa valorização pode justamente ser um efeito da mudança social e de valores: por comparação com o passado, ou com a ideia que se tinha do passado sobre a figura masculina patriarcal, autoritária e repressiva, a perspectiva actual sugere uma imagem masculina colaborante, embora, por vezes, mais fictícia do que real. As mulheres tenderão a salientar o que lhes parece ser — e o que, em parte, também é, como vimos no caso de Ermelinda — a tradução de maior respeito por si próprias e pelo seu maior poder no contexto da relação conjugal. Veremos outras entrevistadas dos mesmos sectores sociais fazerem a comparação directa entre os seus pais e os maridos e concluir que melhoraram muito significativamente de estatuto e de situação em relação às suas mães.

As características que temos vindo a apontar contribuem para classificar este casal na forma de conjugalidade fusional. O casamento e a família para além de conferirem sentido à existência, na acepção de Berger e Kellner, representam uma aposta fundamental de conjunto. Ao contrário da forma de conjugalidade institucional, que tenderá a sublinhar os aspectos das responsabilidades contraídas através do casamento e dos sacrifícios que ele exige, impondo-se mesmo ao desejo dos indivíduos, como acontece no caso de outros entrevistados, o que este casal destaca são os aspectos mais relacionais e companheiristas do casamento. Recorde-se que as ideias e os sentimentos fusionais foram extremamente bem exemplificados por Augusto quando refere a transformação dos dois num ser único.

Mas a perspectiva fusional, apesar de fortemente sublinhada por ambos, não se traduz necessariamente no apagamento de qualquer traço de autonomia. É Ermelinda, aliás, que revela um pouco mais esse desejo, circunscrevendo-o, no entanto, à lógica de conjunto. Ela conta-nos a forma como resolveu uma zona de tensão no seu casamento. "O meu marido era muito agarrado ao dinheiro (...) quando casámos ele tinha que me dar o dinheiro que eu precisava (...)". Mas havia sempre muitos problemas, continua ela, "eu tinha de explicar que nem sempre se conseguia gastar o mesmo (...) e então, depois o que é que eu comecei a fazer? Comecei a trabalhar. Foi a melhor solução que eu arranjei. E agora ele mudou muito. Tanto que, agora, é preciso isto é preciso aquilo, toma lá...!" Ela decidiu fazer o que muitas outras entrevistadas, como iremos ver, fizeram, explícita ou implicitamente: trabalhar no exterior também como forma de ganhar poder no contexto da relação conjugal.

Analisando as perspectivas de cada membro do casal para tentar avaliar diferenças, nota-se que é igualmente Ermelinda que tem representações mais "modernas" e abertas sobre a conjugalidade e outros aspectos com ela relacionados. Ela acha que as mudanças introduzidas pelo 25 de Abril no que toca aos direitos das mulheres, ao direito ao divórcio e a outras liberdades foram, no essencial, positivas. Ele, pelo contrário, tem tendência para

pensar que as pessoas hoje só se preocupam com "sexo e dinheiro" e faz uma avaliação fundamentalmente negativa dessas transformações sociais. Mas essas diferenças não são de modo nenhum suficientes para considerar que cada um deles deveria ser classificado numa forma de conjugalidade distinta.

Vale a pena ainda salientar outras especificidades deste casal. São os únicos operários entrevistados católicos praticantes, mais do que isso, para quem a religião desempenha papel importante no quotidiano. Exemplo dessa importância é o facto de Augusto afirmar que a prática regular o ajuda a aceitar melhor as situações, inclusive as dificuldades que enfrenta no dia-a-dia na empresa, isto é, nas suas palavras, "ajuda-me a revoltar-me menos e a aceitar". Não é difícil encontrar aqui o tradicional papel de conformação social desempenhado por instituições como a igreja.

No caso de Ermelinda, que valoriza igualmente o que ela considera ser o papel de Deus na sua vida, a aceitação de certas orientações da igreja já é mais condicionada. Assim, as posições oficiais sobre a contracepção parecem-lhe mais difíceis de aceitar globalmente: "Por exemplo, ter filhos... é... eu sou contra isso. Não quer dizer não ter... mas não é ter de ter e não pensar..." Como já atrás se tinha visto, Ermelinda assume posições de certa maneira autónomas em relação ao cônjuge, revelando uma abordagem mais pessoalizada das situações.

A especificidade deste casal perante a religião pode estar também relacionada com outra particularidade. Na verdade, são também os únicos operários entrevistados que mantêm uma ligação forte à agricultura. Para confirmar esta hipótese seria necessário, no entanto, conhecer melhor outros aspectos do contexto local que estão fora do alcance da pesquisa.

É evidente o centramento dos dois membros do casal, quer no projecto parental, quer no conjugal, coisa que nem sempre nestes sectores sociais acontece. Quanto à profissão, vimos atrás que Augusto está bastante desiludido e não se realiza pessoalmente no trabalho, encarando-o basicamente como uma forma de subsistência. Em contrapartida, Ermelinda mostrou identificação total e mesmo "gosto" pelo trabalho que realizava no passado na fábrica, numa linha de montagem. Perante a situação actual, como empregada de limpeza, não se mostra particularmente entusiasmada. Actualmente, os cônjuges estão em situações parecidas, embora as diferenças de género persistam numa lógica de complementaridade: é ela que tem a responsabilidade da casa e da educação das filhas, é ele que ao trabalhar na fazenda do sogro e ao fazer horas ao fim-de-semana trabalha mais para poupar dinheiro com o objectivo de construir a casa deles.

Foi interessante verificar também que este casal contraria alguns estereótipos. É ela que decide, no início, trabalhar no exterior para não ter mais discussões a propósito do dinheiro, é ela que se mostra entusiasmada e pessoalmente realizada pelo trabalho na fábrica, é ela que explicita um discurso mais moderno e que adapta as dimensões religiosas às suas opiniões

próprias. São práticas e atitudes que revelam protagonismo e uma orientação pessoal determinada que habitualmente se considera caracterizarem o estereótipo masculino. Em contrapartida, é ele que mais sublinha os aspectos do bem-estar relacional, que salienta a importância da comunicação no casal e que pede explicitamente o suporte emocional da mulher através da conversa e do desabafo. Trata-se aqui de representações e práticas que põem mais acento tónico na relação e na comunicação, habitualmente atribuídas ao estereótipo feminino. A realidade, como se vê, é bem mais complexa do que os estereótipos.

Custódio tem 40 anos, é operário qualificado numa grande empresa, fez o antigo curso industrial de electricista e é casado há nove anos com Alexandra Vital, de 33 anos, doméstica. Têm três filhos, de oito, quatro e três anos. Namoraram pouco tempo, não chegou a um ano. Custódio tinha 30 anos e já estava com alguma vontade de casar e ter filhos quando conheceu Alexandra e ficou "apanhado". Trabalhava ela, nessa altura, na cantina de uma empresa onde ele também trabalhou numa certa fase. "Eu não casei por benefícios económicos, as coisas foram acontecendo. Queria acabar com este problema da separação, de cada um ir para seu lado. Queria ter uma vida mais apoiada, queria ter filhos (...)". Embora soubesse, como outros operários afirmam, que ia perder a liberdade, já que defendia que "não se pode ser casado e fazer vida de solteiro", estava disposto a fazer essa aposta.

Alexandra, bem mais nova, tímida, muito controlada pelos pais, achava que casando só podia melhorar a sua situação. É o que se depreende claramente das suas palavras. "Não nos deixavam sair (...) O meu pai era um bocado severo e batia-nos muito. A mim torturava-me muito. Talvez não gostasse do meu feitio... (casando) iria sempre melhorar... era sempre melhor do que estar fechada em casa".

Entre expectativas e realidades houve, no entanto, sobretudo no caso de Custódio, algum desajustamento. "Os momentos melhores, para mim, foram no dia em que me casei e quando nasceram os filhos... mas o primeiro foi programado, os outros já não foram e embora eu goste deles na mesma, eu achava que não estávamos em condições de os ter. Mas o corpo é dela e ela decidiu ter (...) nessas alturas em que eu soube que ela tinha ficado grávida foram um bocado más..." As responsabilidades acrescidas tornaram-se demasiado pesadas e a situação económica agravou-se.

Parece assim que a ideia inicial dele não foi possível de concretizar, como que pela "força das coisas". Percebe-se que esta perda de controlo sobre a situação lhe produziu uma certa frustração. Alexandra, por sua vez, parece muito insegura, provavelmente sentindo parte da frustração dele, e manifesta alguns dos sintomas que nos habituámos a conhecer como o síndrome da dona-de-casa — tendências depressivas, perturbação até ao longo da entrevista, forte insegurança, fragilidade emocional. Mas não explicita as coisas verbalmente. Quando fala de momentos mais difíceis, por exemplo, refere-se

à presença de um irmão de Custódio na casa onde todos vivem, situação que ela diz ser fonte de conflitos. Ela, como também o marido, preferiam viver com a sua família nuclear, objectivo que poderá vir a alcançar-se, mas não para já.

Quanto a mudanças pressentidas no decurso do casamento, ela acha que amadureceu e ele acha que ela está cada vez mais possessiva e ciumenta. Alexandra queixa-se ainda de que Custódio, desde que ela só trabalha em casa, não participa quase nada nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos. Quanto ao que desejariam mudar na sua vida, de forma genérica, concentram-se os dois na ideia de passar a viver apenas com a família mais restrita em casa, acrescentando ele a vontade de ter mais dinheiro para não andar sempre nos limites.

Para Custódio, e como de resto vamos ver que acontece com outros operários mais velhos, os filhos são fonte de grande satisfação. Embora este entrevistado acrescente, "que (os filhos) têm também o lado contrário, mas quando eu penso na vida, penso sempre em nós, no conjunto, sempre com este grupo, esta equipa. O que me satisfaz menos são as dificuldades económicas". Quanto ao trabalho, ele sente-se realizado com o que faz e tem identificação com a profissão, acha apenas que ganha pouco.

Em termos globais, Custódio centra os seus investimentos basicamente na profissão e na relação parental, sendo menos saliente o centramento relacional que vimos no caso de Augusto. Poderíamos também classificar este entrevistado na forma de conjugalidade fusional — o colectivo a comandar as opções individuais. Mas os traços fundamentais parecem ser os da forma de conjugalidade "institucional" com o correlativo peso da obrigação de assumir, independentemente do que se sente, as responsabilidades. A relação conjugal em si mesma é pouco valorizada. O facto, aliás, de ele ser sensivelmente mais velho do que todos os operários que considerámos neste grupo pode também contribuir para explicar essas diferenças, já que todos os outros são muito mais "fusionais". Por outro lado, parece haver maior proximidade nas representações do entrevistado com os operários do grupo de duração do casamento entre os 10 e os 20 anos, que são também mais "institucionais". Custódio aproxima-se deles em termos de idade e, portanto, geracionais, já que rondam todos o final dos trinta ou os primeiros quarenta.

Quanto a Alexandra, percebe-se que estando numa fase difícil mobiliza a sua atenção centralmente para os cuidados com os filhos. Sente-se fechada, cansada, e tem saudades do tempo em que trabalhava fora de casa. Simplesmente, acha que com o que teria de pagar a alguém para tomar conta dos filhos o que iria virtualmente ganhar não compensaria os custos. E assim sempre é ela própria que cuida da família. Compreende-se, em todo o caso, que não haja propriamente um discurso glorificador acerca da opção pela maternidade. As crianças são muito pequenas, ela tem de fazer tudo e é muito pouco ajudada. Trata-se exactamente do tal síndrome da mãe dona-de-casa —

insegurança, excesso de trabalho não reconhecido nem valorizado. Poderíamos, talvez, em termos de forma de conjugalidade, adivinhar aqui uma projecção mais fusional: desejava mais companheirismo da parte dele e que ele ajudasse mais, desejava o centramento no seu núcleo conjugal, como forma de melhorar o relacionamento em casa. Mas como o mal-estar é, de certa forma, dominante, torna-se difícil de definir com maior exactidão em que sentido apontam as representações e práticas da entrevistada.

Vitória Ribeiro tem 24 anos, é empregada de limpeza numa empresa, está casada há dois anos e tem um filho de sete meses e meio. O marido, José Manuel, de 27 anos, é operador de máquinas (operário) numa grande empresa e tem o 11.º ano incompleto.

O namoro deles também não foi longo e, ao contrário das outras entrevistadas, Vitória não foi muito controlada pelos pais, visto que o pai era emigrante e foi basicamente a mãe, deixando-a "andar à vontade", que a educou. O casamento com José Ribeiro foi muito desejado mas sem aquele sentido de "libertação" que notámos nos casos anteriores. O marido, por sua vez, e como outros entrevistados operários, sublinha: "eu gosto muito de estar casado, sinto-me muito bem assim", fazendo supor que, além da componente relacional, também o próprio estatuto de casado lhe agrada.

Vitória, pelo seu lado, sente-se também muito bem na relação conjugal, acentuando os aspectos afectivos, quer no que se refere à relação conjugal quer à parental. Confessa não ter tido receios relativamente ao casamento: "gosto muito dele, tenho é medo de o perder", e afirma que, a existirem medos da parte do marido, eles não se relacionavam com o casamento em si mesmo e apenas com o nascimento do filho. Ela acha que José Ribeiro teve medo que ela se ligasse mais ao filho do que a ele, embora depois esses receios se desvanecessem. Na verdade, José Manuel diz que uma das coisas que considerou mais importantes na sua vida foi ter assistido ao nascimento do filho, apesar de, no início, estar muito receoso. Vitória admite ainda que deveria ter mais tempo para o marido do que de facto agora tem. Os dois mostram assim estar centrados quer na relação parental, quer na relação conjugal. Deste modo, esboçam-se, também aqui, as características da forma de conjugalidade fusional.

A existência de conflitos é assumida por ambos mas atribuída ao facto de viverem em casa dos pais de Vitória. O desejo de viver na sua própria casa, e sem a interferência de outros familiares, é revelado pelos dois, mas é mais ainda José Manuel que insiste nessa tecla e acha que seriam "mais felizes" se assim acontecesse. Um dos focos da disputa relaciona-se com a educação do filho, considerando José Manuel que os sogros interferem demasiado e que a criança deve ser educada como ele acha e não como os sogros pensam.

A comunicação no casal funciona bem, na opinião dos dois. Falam muito um com o outro e mesmo os atritos, como os que foram referidos, são objecto de conversa, procurando apesar de tudo José Manuel não melindrar

excessivamente a mulher. Vitória, por sua vez, acha que ele às vezes tem razão e outras não tanto. Considerando-se tímida, diz que não fala com ninguém, nem com a mãe, mas que com o marido não tem qualquer tipo de problemas, conversando sobre todos os assuntos. Consideram ambos, e tal como o casal Barreto, que é através da conversa que se podem e devem resolver os problemas surgidos no casal e na família.

Ambos referem que há grande interajuda e partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. Ele trabalha por turnos e quando entra às 4 horas da tarde deixa a casa arrumada e limpa. Ela diz que ele toma conta do filho, enquanto ela faz outras coisas, ou ao contrário, "andamos sempre ou um ou outro", embora a mãe dela também participe. Para José Manuel isto não parece fazer diferença nenhuma, já que em casa dos pais, e porque a mãe também trabalhava na fábrica, ele fazia tudo o que era preciso, "desde limpar a casa a fazer o comer".

Passam muito tempo em casa, sendo as saídas para visitar os pais dele ou os irmãos e cunhados. Parece assim, e até agora, uma relação marcadamente fusional. Tal como vimos com o casal Barreto.

Luís Filipe Salgado tem 30 anos, é operário numa grande empresa e tem como formação escolar o 11.º ano incompleto. Elsa, 32 anos, está actualmente desempregada, tendo trabalhado anteriormente num escritório de advogados. Está agora a procurar retomar a formação superior em direito, que interrompeu. Casados há apenas um ano, têm um filho de três meses, mas com eles vive também outro filho do primeiro casamento de Elsa, de 13 anos.

O facto de se tratar de uma situação de recomposição familiar implica alguma especificidade nas posições assumidas pelos cônjuges. Assim, por exemplo, quando se fala de receios perante o casamento, Luís Filipe afirma que o facto de Elsa ter um filho implicou alguns temores iniciais da parte dele e mesmo um certo "receio de não saber se me ia dar com ele ou não". O nascimento do seu próprio filho tranquilizou-o e considera, de resto, que essa foi a coisa mais importante que lhe aconteceu na vida. Também Elsa afirma que no namoro e no início do casamento Luís Filipe era muito inseguro, e acrescenta, noutra parte da entrevista, que o próprio pai de Luís Filipe não teria simpatizado nada com a escolha do filho, preferindo que ele se casasse com uma mulher solteira, sem filhos. Reconhecemos nestas narrativas sinais do que outras pesquisas sobre a temática da recomposição familiar revelam (Lobo, 1994).

Os sistemas de assimetria referentes ao sexo estão também aqui articulados com a assimetria social, revelando combinações específicas: por um lado, no meio operário, Elsa pode aparecer como parceira menos desejável pela discriminação de género e de classe combinadas — ela já foi mulher de outro homem e, para acrescentar, ainda tem um filho. Mas, por outro lado, Luís Filipe casa-se com uma mulher manifestamente acima no plano do nível de instrução, embora não tanto em termos de origem social, e que pode ainda vir a conhecer um trajecto de mobilidade social ascendente no futuro.

Estamos perante uma troca que terá talvez contribuído para o ajustamento conjugal. Mas haverá decerto outros factores, fora do âmbito da análise sociológica, a contribuir para a escolha dos cônjuges. Não deixa de ser curioso notar, no entanto, como as inseguranças pessoais podem nascer de desajustamentos que se geram na esfera social. Certo tipo de sofrimentos, como Bourdieu aliás mostrou (Bourdieu e outros, 1993), geram-se sem dúvida também nesse sistema complexo de relações entre o psicológico e o social que constituem o indivíduo. O casamento é um excelente revelador desse entrelaçamento entre o pessoal e social. Nas nossas escolhas sentimentais estamos nós enquanto seres únicos e irrepetíveis, mas também nós com a nossa história familiar e social, as nossas expectativas e as que julgamos que os outros alimentam em relação a nós, geradas num tempo, numa época, num contexto social e cultural específicos.

Mas voltando a Luís Filipe Salgado e Elsa, vale a pena assinalar que o desejo de casar tendo partido dos dois, foi mais urgente para Luís Filipe. Vivendo sozinho em Lisboa, durante seis anos, ele sentia necessidade de companhia e desejava poder chegar a casa e ter alguém com quem falar. Não era só a falta da companhia. Na verdade, Luís Filipe afirma que tinha ficado "apanhado" por Elsa e não queria perder muito tempo sem viver com ela. Ele tinha uma "prometida" na terra, de quem desistiu, situação que explica de forma curiosa: "eu sempre fui 'morcão' e ela também, portanto aquilo não ia dar em nada...". Elsa, por sua vez, diz que não sentia propriamente paixão por ele, mas que foi um sentimento que foi crescendo, e hoje admite que há grande companheirismo na relação.

Quanto às mudanças pressentidas no decurso do casamento — que é ainda muito curto, é preciso notar — ele acha que ela está mais meiga, menos autoritária, e ela julga-o menos inseguro. Em matéria de comunicação entre os dois diz Luís Filipe, pelo seu lado, que há grande abertura entre eles, porque falam à vontade da vida dela como divorciada, dizendo ele que "é natural, ela teve os seus namorados". Mas Elsa, por sua vez, afirma que há algumas zonas de reserva íntima da sua parte.

Os conflitos existentes, acha Luís Filipe, são sobretudo em torno do comportamento do filho dela e da educação que ela lhe dá. Depois de algumas tentativas de entendimento a este respeito, ele diz que desistiu de interferir. Elsa não refere estes aspectos e não salienta a existência de conflitos especiais, a não ser os que se relacionam com o facto de ele participar muito mais nas tarefas domésticas quando ela estava a trabalhar. De resto, o facto de Luís Filipe antes de casar ter vivido sozinho teve como consequência a obrigação de ele fazer tudo em casa, desde aspirar, fazer as refeições, fazer camas, limpar, etc.: "tudo menos passar a ferro...!" Elsa, aliás, diz que quando trabalhava no exterior e ele entrava às 4 horas, era ele quem fazia o almoço todos os dias para si próprio e para o enteado.

Quanto a saídas e visitas, saem muito pouco, e quando o fazem é sempre

juntos. Recebem a irmã dele e um casal amigo e mais ninguém. As mudanças desejadas, no caso dela, traduzem-se no desejo de estar empregada — também para melhorar a situação financeira — e na preferência de morar no Porto, onde tem o essencial das suas amizades. Ele refere a necessidade de ter mais dinheiro.

Faz sentido agora, olhando para este subconjunto de casais do meio operário, sintetizar algumas das suas características.

Vemos que tanto os homens como as mulheres estão envolvidos no projecto parental. Embora sejam claramente elas a assumir maior responsabilidade, surge com grande nitidez a figura do homem colaborante, que assiste ao parto, que não esconde a sua efectiva participação em casa.

Apesar de serem mães de filhos muito pequenos nota-se com todas o desejo de manter os empregos que têm ou a ambição de terem um trabalho melhor. A actividade profissional é valorizada segundo diferentes lógicas: autonomia na relação, pragmatismo, sociabilidade, rejeição do fechamento doméstico e até pelas suas qualidades intrínsecas. Pelo contrário, com os homens, em relação aos quais se advinha a possível existência de expectativas profissionais de maior realização e identificação, o trabalho que desempenham actualmente parece claramente ficar abaixo do que desejariam, desiludindo-os.

Não vemos assim uma mulher vítima apenas voltada para a maternidade e a trabalhar no exterior por obrigação, nem um homem muito projectado "masculinamente no trabalho" deixando os assuntos da família para as mulheres. As projecções de homens e de mulheres não são tão díspares como seria de esperar, não deixando, no entanto, de estar marcadas pelo género. É a elas que cabe em última instância a gestão dos filhos e da família, são eles os responsáveis principais por trazer mais dinheiro para casa. Mas há uma filosofia companheirista, de interajuda, fusional, e a domesticidade das mulheres não só não aparece como desejo como, quando existe, parece ser mal vivida.

O investimento relacional — conjugal, amoroso — parece esbater-se mais na projecção parental, mas também há casos que denotam que ele detém alguma autonomia. Esta conclusão parece coincidir, aliás, com a de Kellerhals, que conclui também que o carácter de quase exclusividade do projecto familiar poderia traduzir-se, no começo do casamento pelo menos, por uma "acentuação das atitudes fusionais nos meios operários qualificados e de empregados subalternos" (Kellerhals e outros, 1982: 94). O papel das trajectórias intergeracionais, sociais e de género parece igualmente contribuir de forma decisiva para as avaliações que se fazem sobre o bem-estar familiar e conjugal.

Conjugalidade fusional e cooperação conflitual

Considerou-se no início desta análise que os dez primeiros anos de duração do casamento constituíam o *tempo da instalação*: do nascimento dos filhos, do começo dos conflitos e dos ajustamentos consequentes. Vamos analisar agora dois casos que se incluem, no plano da pertença social e na terminologia que temos vindo a utilizar, em sectores intermédios. Iremos também tomar contacto com uma forma de conjugalidade que ainda se não identificou antes: a cooperação conflitual. Mas veja-se primeiro o caso, exemplo de forma de conjugalidade fusional, do casal Lopes.

João, 35 anos, encarregado de loja num centro comercial, com o ensino secundário completo e de origem operária, é casado com Teresa Lopes, 30 anos, empregada de uma loja de artigos de vestuário para senhora. Também de origem operária, ela não terminou o 12.º ano, tendo vivido em Luanda até aos 12 anos. O casamento dura há seis anos e dele nasceu uma filha com dois anos e meio.

Teresa teve muitos namorados, apesar de ser controlada pelo pai e de ter enormes brigas em casa como forma de conquistar a sua liberdade. É a primeira entrevistada até agora que teve as primeiras relações sexuais com 19 anos e com outra pessoa que não o marido. Embora todas as outras — Ermelinda, Alexandra, Vitória e Elsa — tenham tido relações sexuais antes de casar com o marido, eram virgens até terem começado a namorar com eles. Vimos aliás que todas, excepto Vitória, e porque o pai não estava presente, se queixavam de terem sido excessivamente controladas. Ao ponto de algumas desejarem intensamente o casamento para conquistar a liberdade.

Temos aqui bem evidenciado o tradicional controlo sobre a sexualidade feminina, ainda de forma tão acentuada neste conjunto de mulheres jovens. Este tipo de controlo, que se esbaterá um pouco noutros sectores sociais, revela mais uma vez o efeito cruzado das assimetrias de classe e de género. Com efeito, o que parece estar em jogo ainda na cabeça dos pais destas jovens, a maioria dos quais eram operários, é a ideia de que nesse meio o objectivo central para uma rapariga deveria ser o de preservar a sua reputação moral, referida principalmente ao comportamento sexual. Esse seria o seu "bem mais precioso" num contexto em que o casamento é o destino fundamental. A "honra" e a virilidade masculinas medir-se-iam também pela capacidade de submeter as mulheres e de controlar o seu comportamento sexual, peça fundamental para garantir "filhos legítimos". Tal imposição patriarcal, nestes meios sociais, sempre feita com a melhor das intenções, era completada pelos efeitos do contexto da convivência nos grupos de jovens onde se incorporava e actualizava o comportamento adequado. Vemos assim que, nos meios operários, nos finais dos anos 80 — os entrevistados deste grupo de duração de casamento namoraram, quase todos, por essa altura —, ainda pesava esta forma de controlo. E, podemos dizer, com resultados. O único avanço existente

em relação a tempos anteriores e à norma absoluta da virgindade para as mulheres prévia ao casamento — norma que como sabemos, apesar de tudo, nem sempre era cumprida — foi que se passou nestes grupos mais jovens para a permissão, ainda não explicitada abertamente como norma, de manter relações sexuais com aquele que oferece garantias de vir a ser o futuro marido. Foi isso que aconteceu com todas as operárias, ou de origem operária, entrevistadas neste grupo de duração do casamento, a julgar pelo que elas afirmam nas entrevistas.

Mas voltemos a Teresa. Ela é precisamente o contra-exemplo da tendência apontada. Embora controlada, era "rebelde" como afirma, vivia num bairro de Lisboa interclassista e o convívio, as características pessoais, levaram-na a adoptar para si própria maiores margens de liberdade. O que, em sua opinião, só lhe trouxe vantagens. Tal como ela diz, quando decidiu casar tinha feito todas as experiências necessárias: "já vivi tanto, já namorei tanto, quando casei era mesmo aquilo que eu queria"; e acrescenta mais à frente: "estabilidade, uma vida calma, família". Como qualquer jovem do sexo masculino poderia afirmar, decidiu "assentar", o que mostra que é possível conjugar este verbo tanto no feminino como no masculino. Quanto às relações pai/filha, e para exemplificar o que atrás dissemos sobre o controlo dos operários, em especial, sobre as suas filhas, não deixa de ser curioso assinalar o que diz Teresa Lopes: "ia mostrar-lhe (ao pai) que era isso que eu queria, estabilizar. E isso eu ganhei, porque a partir do casamento a relação com o meu pai melhorou muito..."

O namoro de Teresa com João teve duas fases, tendo sido na primeira João a acabar. Quando, anos, depois reataram já foi de outra forma e passado pouco tempo Teresa decidiu avançar com a ideia do casamento com a qual ele concordou. Ela não teve receios relativamente ao casamento visto que, como já ficou claro, era aquilo que queria. Já ele afirma não ter tido propriamente grande medo, mas apenas algum temor. Por um lado, não sabia se ia durar muito tempo, mas, por outro lado, também sem experimentar não podia saber. Resolvido o dilema através do casamento, confessa que, até agora, não está arrependido.

João Lopes considera, como outros entrevistados do sexo masculino, que há uma distinção clara entre estar casado e ser solteiro, e não entende o estar casado como "ter uma mulher lá em casa para lhe tratar da roupa e fazer a comida". Considera que certo tipo de liberdades acabam, e bem, acha ele, com o casamento. Com ele e com a mulher, afirma, o processo de transformação foi gradual. Mesmo antes de terem a filha deixaram de ir a discotecas e de fazer a vida que faziam em solteiros. Quase sem dar por isso os seus gostos começaram a mudar: "gostava muito da noite, desde que casei deixei de gostar". Por sua vez a mulher, diz ainda João, para quem o momento imediato é que contava, "já não vive tão intensamente o presente, já pensa mais no futuro".

Mudança de gostos, mudança de papéis, mudança identitária, processos imbricados nos sistemas de disposições que passam a fazer com que se goste do que se deve fazer e que se tire prazer do dever cumprido. Também a nova imagem de si próprio noutra papel pode surgir como positiva e ajudar a apreciar os lados positivos e a relativizar os negativos de novas situações e experiências. O nascimento da filha introduziu, na perspectiva de João, uma alteração na relação “se para pior, ou para melhor, não sei...” Na verdade, ele sublinha a falta de tempo para os dois, a necessidade de o dividir mais ainda agora e o facto de “mesmo sem queremos, tudo aquilo que fazemos tem intenção de ser para ela (filha)”. O que não implica que não esteja contente com a filha e diga, e a mulher confirma, que é um pai babado. O facto de não ter horário e de ter que fazer de manhã à tarde e à noite — trabalha num centro comercial — agrava esta sensação de sobrecarga. Ele desejaria aliás ter um trabalho mais técnico, não apreciando o trabalho que faz neste momento.

Teresa refere-se menos do que João à falta de tempo, como consequência do nascimento da filha. Do ponto de vista dos horários e da actividade profissional, a sua vida não mudou muito. Gosta muito de trabalhar naquela loja — “as minhas clientes são minhas amigas” — e tem de resto a ambição de vir a ter uma loja sua. Acha que com o casamento “mudei nas responsabilidades, estou mais calma em certos aspectos e mais ambiciosa noutros”, e também pensa que João mudou para melhor, já que parece mais activo e a assumir maiores responsabilidades.

Teresa centra-se, pois, na relação conjugal mas também no trabalho, de forma muito empenhada, e na família. Quanto a João, notando-se o mesmo tipo de disposições, elas surgem mais claras no seu discurso pela negativa: lamenta ter pouco tempo para a relação conjugal, gostaria de ter outro tipo de trabalho. O investimento parental, por seu turno, parece processar-se pelo lado relacional e menos pelo da prestação de cuidados.

Os conflitos existentes são considerados, pelos dois, normais — “birras porque se acordou mal disposto, amuos, coisas que passam...” Quanto à partilha das tarefas domésticas, têm uma empregada que limpa a casa uma vez por semana (há poucos meses) e de resto, é basicamente, Teresa que faz a comida e trata da criança. Fazem as compras juntos. Ela acha que em termos de interajuda ele não pode fazer mais, por causa do horário que tem. Temos aqui um dos exemplos claros da “naturalização” — através da existência de um factor externo — das diferenças de contributos entre o homem e a mulher nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos.

Quanto ao tipo de mudanças desejadas, João considera que seria importante terem uma vida monetariamente mais desafogada e preferiria outro tipo de trabalho. Teresa considera, por um lado, que a sogra lhes presta grande ajuda porque vai buscar a criança ao jardim de infância (e quando ela era mais pequena ficava lá em casa o dia todo) mas, por outro, afirma: “custa-me um bocado dividir a minha filha com ela...” De facto a entrevistada, sem

considerar que há propriamente conflitos a este nível, implicitamente parece querer dizer que, pelo facto de ter um papel tão activo, a sogra excede-se em protagonismo em relação à educação da sua filha. Fazendo lembrar o que explicitamente José Manuel Ribeiro afirmava atrás, isto é, um desconforto do mesmo tipo em relação à família da mulher.

Mais um sinal da necessidade de independência em relação aos ascendentes (aqui provavelmente agravado por não se tratar de laços de sangue mas de laços de afinidade), mesmo quando eles desempenham papel importante de prestação de cuidados. Tudo aponta para o que já se concluiu nalgumas investigações realizadas em Portugal e noutros países europeus: tende-se a privilegiar cada vez mais a separação entre os aspectos afectivos da troca entre ascendentes e descendentes — que é, de resto, muito valorizada — e a prestação de serviços e cuidados que podem ser efectuados por outros meios (Torres e Silva, 1998).

Pensando agora de forma mais global em relação ao casal Lopes, verifica-se, neste grupo de duração do casamento, a primeira situação de fronteira entre a forma de conjugalidade fusional e a autonómica. Por um lado, os centramentos dos cônjuges são diversificados e polivalentes — mais ainda no caso de Teresa do que no de João —, fazendo supor alguma autonomia. Não parece prevalecer a dimensão colectiva da família sobre a dimensão individual, nem surge um discurso justificador do casamento como instituição ou referindo-se à conformação e ao sacrifício.

Por outro lado, no entanto, também não há sinais indicadores de decisões autónomas que se sobreponham aos interesses do colectivo. Mesmo perante situações que correm menos bem, das quais se deram alguns exemplos — a insatisfação dele em relação ao emprego, a suave referência dela ao papel da sogra — não se lhes atribui ameaça à identidade pessoal e parecem suscitar apenas o realismo pragmático e a necessidade de adaptação à situação. Neste sentido pode afirmar-se que se trata de uma visão mais fusional e menos autonómica. Trata-se, assim, de uma situação de fronteira, que se encontra mais frequentemente nos sectores intermédios, como veremos noutros grupos de duração do casamento.

Manuel Antunes tem 31 anos, trabalha como empregado de comércio (e tem uma quota muito minoritária na loja), obteve formação de ensino secundário e é casado com Ana Maria, de 26 anos, secretária numa grande empresa e que, além do 12.º ano, possui diploma de um curso médio de secretária de direcção. Estão casados há seis anos e não têm filhos.

Tal como a maioria das jovens referidas até aqui, Ana Maria sentia-se muito controlada pelos pais e em especial pelo pai que era dono de uma mercearia: “o meu pai foi uma pessoa que viveu muitos anos na província e tem uma mentalidade diferente da nossa (...) fui sempre muito reprimida e se eu queria ir a um baile ou a uma festa com as minhas amigas, muitas vezes tinha de mentir, tinha de dizer que ia para a catequese, para a igreja...” Como

resultado deste excesso de controlo Ana Maria diz que se sentia revoltada. O que parece ter tido algum efeito sobre a forma como vive a situação conjugal. Tudo se parece centrar agora na vontade de “gozar a vida, de ter aquilo que não tive (...) e agora ninguém me pode impedir”.

A experiência de Manuel em matéria de liberdade e de convivência antes do casamento é exactamente contrária à de Ana Maria. Desde os 14 anos que tinha a chave de casa e uma boa relação com a mãe, divorciada já desde a altura em que ele era muito pequeno e que confiava inteiramente no filho. Como resultado, Manuel diz que antigamente “conhecia tudo” e que agora já tem suficiente experiência da vida. Agora, diz ele, “é ela que quer sair e eu não quero”.

Começa desde logo aqui a notar-se alguma dissociação de interesses e de experiências entre os cônjuges. Ela regista-se ainda a propósito de outros aspectos. Namoraram quatro anos, referindo Manuel que o pai dela sempre se opusera ao casamento — desejava que a filha casasse com um rapaz rico lá da terra. Mas Manuel, que estava mais envolvido emocionalmente, foi sempre insistindo e ela, que diz que não estava nada interessada ao princípio, lentamente começou a “gostar” dele. Depois, é Manuel que afirma, ela própria já estava farta do controlo que tinha em casa e por isso decidiram casar. Receios relativamente ao casamento não existiram, assim, de parte a parte.

Mas já quanto ao confronto entre expectativas e realidades as diferenças entre os cônjuges reaparecem. Ele diz que não esperava que os problemas com a família dela pesassem tanto no casamento deles. Se antes de casarem ela “desabafava” imenso com ele a propósito do hipercontrolo que sentia, ele afirma que agora a mulher passou a compreender mais o ponto de vista dos pais do que o dele próprio. Por sua vez, Ana Maria afirma-se um pouco desiludida, porque acha que ele não é o parceiro ideal e que embora tenha mais liberdade “esperava mais (do casamento) do que, no fundo, tenho...”

Falam ambos de momentos conflituais no passado. Mas para Manuel o desconforto e a conflitualidade parecem persistir, enquanto Ana Maria os descreve sobretudo como tendo ocorrido nos primeiros anos de casados e quando, afirma, não aceitava bem o marido e a sua família. Manuel considera que ainda hoje ela tem tendência para querer meter a família em tudo o que fazem, e diz que quando estão os dois sozinhos estão muito bem, sem problemas alguns. Na avaliação das mudanças de cada um no contexto conjugal também se notam diferenças. Ele diz que ela se tornou muito mais rabugenta e muito agarrada aos pais, ela, em contrapartida, acha que ele melhorou e que está menos egoísta.

Outra divergência de fundo manifesta-se a propósito do uso do tempo livre. Ela diz que sempre adorou ir a discotecas e, como antes de casar não o podia fazer, quer aproveitar agora. Ele diz que neste momento já lhe passou a vontade, prefere ir a acontecimentos desportivos de que ela não gosta. Ana

Maria vai a discotecas com amigas e ele ao futebol com os amigos. Mas ambos preferiam que o outro partilhasse os seus gostos.

Quanto a partilha e interajuda em casa, ela assume a responsabilidade de gerir as coisas porque acha que tem mais “jeito” — decisões de compras e de refeições, etc. — e ele adopta uma atitude mais de execução prática, colaborando em tarefas como lavar a loiça. Já quanto à limpeza da casa, têm uma senhora que a faz uma vez por semana, mas Ana Maria desejaria que ela pudesse vir a fazer mais coisas. Este não parece ser, em todo o caso, um domínio que produza grande conflito ou insatisfação no casal. Já ao nível da comunicação, ela afirma que preferia que se conversasse mais sobre os aspectos da relação conjugal e os dois consideram que há importantes zonas de reserva íntima, domínios mais secretos que cada um mantém para si ou que partilha com outras pessoas (ele, por exemplo, com um padrinho e com a mãe).

Em relação a desejos de mudança, ela gostaria de ter mais tempo para si — para os seus tempos livres, para tirar um curso de línguas, para fazer ginástica —, enquanto ele desejava que Ana Maria estivesse menos preocupada com a família dela. Ela não exprime, quando responde ao que quereria mudar na sua vida, o desejo de ter filhos, mas Manuel, ao responder a uma pergunta fechada, revela considerar que os filhos são uma razão importante para a felicidade conjugal. Poderemos encontrar aqui mais um sinal de dissociação entre os cônjuges.

Pensando nas dimensões de centramento, verifica-se que para ela é importante, em termos de realização pessoal, quer o trabalho, quer a família ao nível dos ascendentes. Parece pouco empenhada na relação conjugal, não tanto porque não estivesse disponível para isso, mas talvez mais porque considera que o cônjuge não corresponde aos requisitos de parceiro ideal — o par romântico? — que ela terá imaginado.

Ele não parece investir grande coisa no emprego e dá ideia de que desejaria uma partilha conjugal mais intensa e talvez até o compromisso parental, embora nunca o afirme explicitamente em resposta a perguntas abertas. Mas Manuel não encontra da parte de Ana Maria correspondência em relação a esses seus objectivos. Tudo isto revela significativa descoincidência entre os cônjuges, traços que se decidiu caracterizar como de uma “cooperação-conflitual”. De facto, não se adequam as suas características à forma de conjugalidade fusional, nem à associativa. E embora quer um quer outro demonstrem que não estão, de modo algum a pôr a hipótese da ruptura conjugal, a verdade é que essa questão já tinha sido colocada noutras fases mais conflituais da relação e não é nada que achem completamente impensável.

Tudo parece estar, assim, em aberto. Tanto pode acontecer que esta fase inicial de instalação e conflito, que foi referida por outros entrevistados, seja ultrapassada sem rupturas e com outro tipo de adaptações, como pode acontecer que as diferenças se aprofundem.

Autonomia e realização pessoal: mais para eles do que para elas

José Martins tem 29 anos, é licenciado e trabalha como técnico superior num departamento da função pública. Casou há quatro anos com Beatriz, de 28 anos, professora do ciclo preparatório. Têm um filho de dois anos.

Ambos tiveram outras experiências relacionais antes de namorarem e de casarem e ambos avaliam essa experiência como positiva. Para ela as primeiras relações sexuais surgiram com "toda a naturalidade" com um dos namorados que teve antes de José. Embora as palavras utilizadas e o tom sejam um pouco diferente do de Teresa Lopes, a avaliação dessa maior experiência é semelhante: "quando as pessoas casam com a primeira pessoa com quem namoram é um bocado negativo; podem ficar com a sensação de que talvez devessem ter conhecido mais alguém e vivido um pouco mais antes. Eu não vivi demais nem de menos, vivi o suficiente. Tenho boas recordações desse tempo".

Apesar de referir que a família de origem é bastante conservadora e que há certas conversas que não ousaria nunca ter com a mãe, Beatriz parece ser o exemplo típico da jovem que ao frequentar a universidade aumenta significativamente o espaço de manobra e as margens de liberdade, sem entrar em confronto com a família. E, como vamos ver, à excepção do caso de Teresa, para as jovens da mesma geração e da mesma idade é só neste núcleo das que frequentaram a universidade que encontramos menor controlo parental sobre a sexualidade feminina, mais capacidade de decidir e escolher por si próprias, maior experiência relacional antes do casamento.

José diz: "sempre dormi com as minhas namoradas em minha casa (casa dos pais), forneciam-se os preservativos e sempre foi tudo muito natural, mas a Beatriz veio de uma família tradicional..." O casamento foi assumido pelos dois de forma completamente pragmática, para não assustar, como dizia José, os pais de Beatriz, que embora preferissem vê-la casada pela igreja, sempre se conformaram com o casamento civil. Essa era a maior cedência que José achava possível fazer.

Consideram os dois que o casamento foi factor de transformação. José Martins acha que a mudança importante não se refere tanto ao acto formal em si mesmo mas sim a: "viver juntos, viver e partilhar o mesmo espaço, partilhar as mesmas preocupações, discutir os tostões, (...) e há um compromisso de solidariedade, há uma certa limitação da liberdade, uma auto-restrição muito forte, mais isto do que imposição." Ele acha ainda que, embora só se conheça de facto o parceiro quando se vive com ele, há mudanças nesta fase da vida, como o nascimento da criança — o surgimento do "ditador", nas suas palavras —, a fase inicial do emprego, etc., que são transformações importantes, envolvendo crescimento, mas não se relacionam directamente com o casamento.

Beatriz tende a sublinhar os aspectos da maior responsabilidade, desde

as responsabilidades práticas, como pagar contas e menos o facto de se sentirem "presos" um ao outro: "se ele precisar de sair, ir ter com amigos, vamos ou ele vai... mas eu sou muito mais agarrada do que ele". Ela acha também que ele amadureceu e que se tornou menos "irreverente". Quanto a si própria afirma: "eu se calhar estou mais chata..." Agora sente mais responsabilidade e menos liberdade depois de a criança nascer. Mas "adora" tratar do filho e sair com ele.

Quanto às transformações introduzidas pelo nascimento da criança, José é bastante peremptório: "É uma ruptura completa com os ritmos anteriores. Um putito é um ditador em potência. Acaba de vez com a nossa liberdade em todos os aspectos. Se na nossa economia do dia-a-dia já há tão pouco espaço de liberdade (por causa do emprego, das refeições), os poucos que restavam nos dias úteis foram torpedeados pela criança. Embora tente fugir a essas responsabilidades [com a criança], fica sempre o complexo de culpa; portanto a gente tem que partilhar essas responsabilidades todas e essa ditadura da criança. Isso rompeu completamente com os nossos ritmos. Financeiramente foi um desastre, arruinou-nos o espaço, os programas de férias. É uma ruptura completa na convivência do casal".

Para Beatriz a avaliação desta mudança é diferente: "É uma coisa ótima. Mas tem aspectos negativos. É uma prisão muito maior, dão imenso trabalho. Muda muito a vida das pessoas. Nos primeiros tempos afecta mesmo a vida do casal, mesmo a vida sexual. Hoje em dia não".

As palavras do marido espelham de forma muito evidente a "ruptura" que implica a chegada de uma criança na vida do casal. Mas nenhum dos nossos entrevistados homens, até agora, tinha formulado essa vivência desta forma e tinha usado expressões e alegorias — a chegada do ditador! — de tal modo fortes. Claro que poderíamos simplesmente concluir que a projecção parental de José Martins seria significativamente menor do que a dos outros entrevistados, o que é perfeitamente possível. Mas isso não explica tudo.

A verdade é que este é um dos bons exemplos de expressão da diversidade de perspectivas e de expectativas em relação à família e à conjugalidade que fundamenta de forma muito clara a identificação de diferentes formas de conjugalidade. Enquanto os homens dos sectores operários e intermédios, entrevistados até agora, pareciam ter encarado o nascimento dos filhos e a fundação da família como um dos momentos mais importantes da sua vida, esbatendo sempre os aspectos de maior dificuldade, ou não os sentindo como tal, nos sectores da pequena burguesia intelectual e científica a perspectiva parece ser um pouco diferente. Embora, como iremos ver, no interior deste grupo se façam sentir algumas diferenças entre os entrevistados — explicáveis ou pelas trajectórias, ou por razões de natureza ideológica ou de "cultura familiar" — a verdade é que as dificuldades são aqui expressas de forma muito mais clara.

Uma das razões possíveis para explicar essa mais forte expressão das

dificuldades prende-se certamente com o facto de nestes sectores com formação universitária encontrarmos homens com uma diversidade de projectos identitários — investimento na profissão, na conjugalidade, na família — que os faz viver esta fase de múltiplos inícios de forma muito intensa, por vezes mesmo desgastante e cansativa. Por isso mesmo, mais claramente tendente a sentimentos de natureza contraditória. Enquanto, como vimos, os jovens operários e os dos sectores intermédios não pareciam de modo nenhum particularmente empenhados na profissão nem noutras dimensões da existência que se lhes deparem como concorrentes do investimento familiar. Aliás, pelo contrário, a ideia de serem “pais” aparece fortemente associada a um projecto identitário e de “masculinidade” que não parece assumir a mesma centralidade nos sectores com formação universitária. Nestes provavelmente não se investe menos nos filhos, o que se passa é que esse investimento parece ser assumido de modo diferente. Aqui, a “masculinidade” pode ser demonstrada também de outras formas e noutras esferas de actividade, diminuindo a dependência de uma só esfera de investimento como parece acontecer nos jovens operários. Voltaremos a este assunto, e veremos através de outros exemplos como estas situações podem ser vividas, especificamente, no feminino.

A identificação dos aborrecimentos e conflitos parece também ilustrar as dificuldades de que se falou. José afirma que “às vezes apetece a pessoa romper; mas também apetece em relação ao trabalho... e àquilo que eu gosto de fazer fora do trabalho. Só que há o ‘ditador’ e se calhar romper tudo não era bem aceite pelo outro. Esse autocontrolo às vezes chateia-me um bocado. Mas também ainda não encontrei nenhuma forma para resolver isso de uma forma pacífica, quer para mim, quer para o outro. Portanto, enquanto não descobrir também não vou romper com nada”. Surgem aqui, de forma clara, as contradições entre a consciência do peso das responsabilidades assumidas e a vontade individual de libertação desses constrangimentos, numa espécie de conversa para dentro que se vai processando no quotidiano. Outro bom exemplo do que temos chamado forma de conjugalidade “associativa”, a que outros chamam modelo associativo ou modernista (Kellerhals, 1987).

Na verdade, enquanto noutras formas de conjugalidade como a fusional ou a institucional, o casamento é considerado como um dado adquirido, uma realidade colectiva a que ambos os membros do casal devem quase automaticamente submeter os seus interesses individuais, na forma de conjugalidade associativa ou no modelo modernista o casamento é encarado como processo e também é mais assumida a procura de equilíbrio entre o bem-estar individual e o colectivo. De tal forma que passa a ser pensável ou equacionável a possibilidade de ruptura conjugal.

Para Beatriz, os conflitos e os aborrecimentos situam-se noutros domínios. Queixa-se da “desarrumação” de José, dizendo que lhe faz impressão porque foi educada de forma muito tradicional. Ela diz também que ele se irrita muito com as “inseguranças” dela. Percebe-se depois, pelo que ele diz,

que evita falar de amizades com outras mulheres, colegas de trabalho ou amigas, porque tem medo que isso contribua para a fazer sentir insegura.

Quanto ao trabalho, como já vimos, Beatriz não se sente de todo realizada na escola preparatória onde dá aulas, ao contrário de José, que se sente plenamente bem a esse nível, embora deseje, a prazo, voltar a estudar para fazer um mestrado. Mas Beatriz, em matéria de mudanças, o que verdadeiramente gostava era de melhorar a situação financeira: “as mudanças que queria fazer passam todas por mais dinheiro; estar a viver noutra sítio, estudar outras coisas, aprender alemão, aprender música; ter uma empregada todo o dia”.

As afirmações dos entrevistados acerca da partilha das tarefas domésticas lembram de imediato as análises de Jean Claude Kaufmann (1992; 1997). Ela diz que há partilha e que às vezes é injusta. Ele tem complexos de culpa, porque acha que “ajuda” mas nem sempre o suficiente. Trata-se de um exemplar quase perfeito da figura do “homem-culpado” que nos aparece retratado pelo autor francês (Kaufmann, 1992). Diz José: “(quem faz o essencial) indiscutivelmente é ela; é uma coisa que nos atormenta porque ela se queixa sempre... Eu uso aquela atitude comodista e interesseira de tentar fazer mais vezes aquilo de que eu gosto de fazer. Aqui há o caso de serem as duas coisas desiguais, não só eu faço mais vezes aquilo que gosto, como, em termos de contabilidade meramente horária, ela atribui mais tempo à casa do que eu”. Trata-se de uma espécie de constatação da realidade da assimetria e o assumir de uma “culpa” do homem que, pelo menos nas gerações mais jovens, como vimos, vai passando a existir.

Quanto a desejos de mudança, ele acha que há um défice entre “aquilo que se deseja e aquilo que se faz, quer por questões de falta de tempo, quer por questões financeiras”. Opinião, como vimos atrás, partilhada por Beatriz.

Finalmente, e para salientar aspectos da conjugalidade que ainda não tinham sido focados, refira-se a opinião dos entrevistados sobre a questão da fidelidade conjugal, que era também abordada no guião de entrevista. Adiante-se que, até aqui, a posição da maioria dos entrevistados em relação à fidelidade conjugal, e no que toca ao relacionamento sexual com outras pessoas, seguia um padrão relativamente conhecido. Afirma-se, nos sectores operários e nos sectores intermédios, que a infidelidade conjugal tende a pôr em causa o casamento e condena-se, em absoluto, todas as situações de tipo paralelo, pelo que elas traduzem de duplicidade e falta de honestidade entre os cônjuges.

Mas se, de forma genérica, esta é a posição mais frequentemente assumida ao nível discursivo, percebe-se que os homens são relativamente mais tolerantes — sobretudo em relação a si próprios — no que toca a possibilidade de que uma situação passageira pudesse alguma vez vir a acontecer-lhes na vida. Todos, no entanto, tendem a sublinhar que uma coisa é estar casado e outra é estar solteiro e que, por isso mesmo, não se deve brincar com essas coisas... Também se percebe ambivalência em relação ao que esperam das suas

mulheres. Por um lado, assumem desde logo teoricamente que também a elas isso pode acontecer e que acham que elas rejeitariam essa situação, mas também parecem achar que essas coisas acontecem "naturalmente" mais aos homens do que às mulheres... Esta convicção será desde logo alimentada pelo facto de, na maior parte dos casos, eles saberem que as suas mulheres têm menos experiência relacional do que eles, facto que, mostrámos atrás, é sinónimo do maior controlo sobre a sexualidade feminina sobretudo ainda nesses sectores sociais.

As mulheres, em contrapartida, parecem ser também bastante rigorosas na avaliação da eventual quebra da fidelidade conjugal. E se, em relação aos seus maridos, julgam poder contar com sinceridade e autenticidade, em relação a si próprias assumem a eventualidade de uma situação dessa natureza como bastante improvável ou distante. Vemos assim alguma compatibilidade entre perspectivas de homens e de mulheres sobre a fidelidade conjugal, apesar das ligeiras distinções assinaladas, que são apesar de tudo muito mais esbatidas do que quando comparamos este grupo das gerações mais jovens com as gerações mais velhas. De facto, aí, as diferenças entre homens e mulheres revelam-se mais acentuadas.

Voltando a Beatriz e José Martins, vamos encontrar uma perspectiva globalmente semelhante, mas com algumas diferenças. Enquanto nalguns dos casais anteriores se fundamentava a manutenção da fidelidade conjugal ora nas responsabilidades institucionais, contraídas, ora em preceitos morais, aqui a manutenção da fidelidade surge fundamentada por razões, no essencial, de natureza relacional. A posição perante uma situação pontual e de impulso imediato é relativamente desculpabilizada. Como se uma relação e o projecto conjugal envolvessem um conjunto de dimensões tão amplo, para além da fidelidade sexual, que não devessem ser postos em causa por uma situação de impulso sexual momentâneo e sem mais consequências. Também parece considerar-se normal a existência de atracções passageiras por outras pessoas que não chegam a ser concretizadas.

Na verdade, José Martins considera que "uma pulsão pode acontecer, mas uma relação mais prolongada não (...) Fidelidade é perante si próprio. É tudo também uma questão de economia da liberdade. Porque se nós já temos tanta falta de espaço de liberdade, se aqueles que nos sobram são maus... não faz sentido nenhum. O compromisso das pessoas viverem juntas é uma coisa muito séria. Tem que ser alguma coisa profunda senão não vale a pena. O que não quer dizer que esteja totalmente estanque para que aconteça ... uma pulsão".

O mesmo tipo de lógica parece surgir nas palavras de Beatriz, que aflora ainda a necessidade de explicitar esse tipo de situação, o que não parece fundamental a José Martins: "A honestidade e a sinceridade são fundamentais, sim. Se há outra pessoa isso deve ser falado abertamente. Até pode ser resolvido sem ser preciso acabar com o casamento."

Em síntese, José e Beatriz, enquanto casal, aparecem aqui como os primeiros representantes de uma perspectiva diferente sobre o casamento, que se caracterizou como forma de conjugalidade associativa. Parecem procurar sempre o equilíbrio entre as suas ambições pessoais e o projecto familiar colectivo. Ambos se projectam, ou pretendem projectar, simultaneamente no trabalho, na conjugalidade e na relação parental, como formas de realização pessoal. A ideia de casamento como aquisição de um estatuto, ou a perspectiva de cumprimento de um papel desejado e esperado, parecem estar aqui totalmente esbatidas ou serem mesmo inexistentes. O casamento aparece explicitamente como relação, como processo em aberto, com as suas dificuldades e mesmo situações contraditórias, as quais revelam tensões nessa tentativa de equilibrar interesse individual e colectivo.

Se esta é a tónica global dos dois membros do casal, notam-se também, claramente, os efeitos de género. Na verdade é José Martins que mostra estar mais próximo do que Beatriz de afirmar a sua realização pessoal e a sua lógica individual. Afirmando a ruptura introduzida pelo "ditador" e as consequentes dificuldades, ele não deixa de revelar igualmente que procura "fugir a essas responsabilidades", concentrando-se no seu trabalho e alimentando projectos de futuro, aliás, de maior investimento pessoal (mestrado).

Beatriz, em contrapartida, parece sentir-se, sem o afirmar explicitamente, numa situação armadilhada. Sente enorme satisfação na relação com o filho e no seu papel de mãe, mas isso, simultaneamente, traduz-se em custos elevados, quer financeiros, quer pela impossibilidade de estar disponível para ter mais formação e para poder mudar para um emprego compatível com as suas aspirações. Por outro lado, tendo por origem uma família relativamente desafogada em termos económicos, com padrões tradicionais, ela está habituada a ter a casa cuidada. Manifestamente não consegue que o seu marido partilhe suficientemente as tarefas domésticas para o conseguir. Daí talvez uma das suas grandes aspirações estar relacionada com o conseguir mais dinheiro para poder ter uma empregada doméstica o dia inteiro.

Este é um dos exemplos claros das dificuldades femininas nestas fases do ciclo de vida e nestes meios sociais. Em termos de trajectória social, a passagem pela universidade, onde Beatriz conheceu, de resto, o marido, só veio reforçar as aspirações de realização pessoal e profissional que já alimentava. As expectativas futuras no plano dos investimentos e do centramento são perfeitamente idênticas para os dois membros do casal: esperavam investir na relação conjugal, na relação parental e na realização profissional. Mas a situação "objectiva" da maternidade impõe-se para Beatriz de forma diferente: é ela que se sente mais directamente implicada na relação parental, é dela que também é esperada maior retracção perante outras áreas de investimento. José Martins, mesmo com um discurso de reflexividade autocrítica, não deixa de cumprir o destino "naturalizado" dos homens: centra-se mais na realização pessoal e profissional.

O casal Martins constitui, de entre os nossos casais jovens com formação universitária, um caso exemplar do discurso associativo e das assimetrias de sexo indicadas. O que aqui parece ser definitivamente evidente não deixa de se verificar também noutros casais, apesar de haver situações em que as assimetrias, por circunstâncias várias, parecem mais esbatidas, ou em que os discursos dos entrevistados não são tão exemplarmente *associativos*.

Manuela Leitão tem 26 anos e é estudante finalista de uma licenciatura. Pedro, de 27 anos, arquitecto, está actualmente a trabalhar por conta própria. Estão casados há quase cinco e tem dois filhos de quatro e dois anos. Viveram juntos alguns meses antes de casar e só casaram depois pelo civil, porque Manuela não é católica, ao contrário de Pedro e da sua família de origem.

Temos com o casal Leitão uma situação simétrica à do casal Martins. O casamento pelo civil surge como acerto mínimo entre duas lógicas diferentes, como já vimos atrás. Mas neste caso é o elemento feminino que é menos convencional, mais "modernista" nas suas posições. Aliás, em muitas respostas a perguntas abertas e fechadas, é curioso notar que se verifica maior proximidade entre o que diz Manuela Leitão e José Martins do que entre eles e os seus respectivos cônjuges.

Através da análise das respostas do casal Leitão encontramos talvez um dos casos mais exemplares da ideia de casamento como construção, como processo de aprendizagem de papéis e de refundação identitária. Este é também talvez o caso que mostra a adequação da ideia de casamento como longa conversa a dois, que reformula o sentido existencial e cria novas realidades através dessa conversação, como Berger e Kellner propõem.

Depois de uma relação muito intensa e apaixonada, que começara com o fantasma de alguns interditos, nomeadamente, o de Manuela ter sido namorada por muito tempo de um grande amigo de Pedro, a vivência em comum e depois o casamento instauraram alguma tranquilidade de sentimentos. Mas rapidamente e com o facto de Manuela ter ficado grávida, eclodiram outras mudanças. Os dois pensam que foi o nascimento dos filhos que produziu maiores transformações.

Tal como os outros casais entrevistados, Pedro e Manuela consideram que o nascimento dos filhos implica maiores responsabilidades e que também cria situações de certa dificuldade — noites perdidas, ansiedades, medos — tal como o casal Martins também tinha apontado. Mas o factor novo é que tanto Manuela como Pedro sublinham muito igualmente o crescimento e o aprofundamento dos seus sentimentos pelo cônjuge a partir de cada um observar o outro a desempenhar bem as suas funções parentais. Vejamos o que diz Pedro Leitão: "cada vez tenho mais respeito e mais gosto pela Manuela; nós nunca tínhamos falado de filhos, nem nada disso, foi tudo tão depressa e de repente, ver como ela tem prazer em estar com os filhos e em estar comigo, isso dá-me muito prazer a mim." Manuela, por sua vez, diz que gosta muito mais de Pedro: "Agora o centro das atenções são eles (filhos)

mas como nós nos gostamos muito, esta fase um bocado difícil passa-se bem e... se ele às vezes tem de sair em trabalho eu sinto muito a falta, custa-me imenso a adormecer; é o amadurecer da relação, estamos num estágio diferente, mas gosto mais dele agora do que quando começámos a namorar".

O casamento e os filhos foram assim, neste caso, um valor acrescentado ao próprio sentimento pelo cônjuge. E este acréscimo surge também porque não se tinha desde o início, como noutros casais, projectado o aparecimento dos filhos, e tudo decorreu como progressão não programada. Talvez por isso esse novo olhar sobre o outro os tenha surpreendido tão agradavelmente. Isso associado certamente, como afirmam, ao facto de se "gostarem muito".

Parece igualmente peculiar e ilustrativa, dentro da mesma linha de ideias, a forma como Pedro revela a sua mudança identitária com o nascimento dos filhos. "A mim tornou-me mais sensível, talvez mais fraco, já não sou tão seguro porque sinto-me muito mais vulnerável, emocionno-me bastante se acontece alguma coisa com algum deles. Houve grandes transformações comigo. Por exemplo, eu gostava muito de viajar e fazia tudo isso com base em conceitos que eu admirava bastante como a coragem (...) neste momento sinto que tenho menos coragem para fazer as coisas a nível individual. Tenho mais medos, começo a ter pavores de que me aconteça alguma coisa ou que aconteça alguma coisa a eles". Revela-se aqui bem a mudança pessoal suscitada pela responsabilidade do desempenho de novos papéis, mas também muito bem traduzida ao nível das emoções. Mais um exemplo que contraria o estereótipo masculino, mostrando que, tal como se considera que acontece frequentemente com as mulheres — julgando-se até por vezes que se trata sobretudo de características inatas e não relacionais e aprendidas —, é também o próprio desempenho da função parental suscitando o sentido da responsabilidade, a vontade de "cuidar", que pode alimentar o nascimento de novos sentimentos e emoções e também de medos e angústias. É a "moleza" de sentimentos que contraria o clássico estereótipo masculino e que, como se vê, não se conjuga apenas no feminino. Pedro Leitão é um bom exemplo da perda de significado, nas gerações mais novas, desse tipo de velhos preconceitos e divisões.

Quanto a investimentos, Pedro parece muito projectado na profissão, mas inclui nessa projecção a lógica conjugal e familiar, ao contrário de José Martins, com a sua perspectiva mais individualizada. Assim, em termos de aspirações e mudança, Pedro deseja trabalhar menos, ter mais tempo para a família, mas sobretudo transferir o seu local de trabalho para uma casa fora de Lisboa, numa zona em que esteja em contacto com a natureza, para os seus filhos poderem crescer à vontade. A explicar esta menor tónica na lógica individual — embora, obviamente, ela persista bem mais no caso de Pedro Leitão do que nos outros entrevistados que incluímos na forma de conjugalidade fusional — podemos talvez encontrar factores como as referências ideológicas e religiosas.

Na verdade, pelo que transparece da entrevista, a família de origem de

Pedro é muito coesa e unida e parece valorizar os aspectos religiosos, tendo por exemplo insistido com o baptismo das crianças do casal. Mas pode ser também o que se decidiu designar aqui, de forma ainda relativamente imprecisa, por "cultura familiar": um conjunto de hábitos, de formas de interagir e de funcionar que se aprendem ou se interiorizam nos processos de socialização com a família de origem e que poderão servir também a Pedro Leitão como modelo de referência.¹ O que quer dizer que, ainda que pertencendo aos mesmos sectores sociais, e como Berger e Kellner mostram, a união entre dois jovens oriundos de famílias socialmente próximas não deixa de constituir um "encontro dramático entre estranhos". Até ali, foram habituados a considerar adequados, normais, e até universais, comportamentos e regras que, vão descobri-lo depois, teriam por referente apenas o contexto da sua própria família de origem. Por isso, o casamento tende a significar a criação de uma nova realidade — daí o seu carácter ontológico —, de novas regras que vão sendo construídas pelos dois membros do casal através da tal "longa conversa".

No caso de Manuela e Pedro Leitão já se exemplificaram algumas dessas transformações implicadas no desempenho de novos papéis. Também se referiram as cedências, as adaptações, de que é exemplo, como vimos, a questão do baptismo das crianças. Mas não sabemos se isso representa alguma assimetria ou submissão de um dos membros do casal ao outro — aspecto que Berger e Kellner nunca abordam — e que se tem procurado nesta análise ter em conta através da utilização do conceito de género. Se se tornavam evidentes, no caso de Beatriz Martins, diferenças entre os membros do casal atribuíveis às assimetrias de género, no caso do casal Leitão é mais difícil fazer essa análise, na medida em que as assimetrias residem, desde logo, na própria inserção objectiva de cada membro do casal na vida activa.

Manuela não está a trabalhar no exterior, apesar de ocupar tempo significativo com os estudos, visto estar na recta final da licenciatura. Projecta, aliás, vir a encontrar emprego compatível com a sua licenciatura e quer começar a trabalhar o mais rapidamente possível. Outro factor específico a ter em conta na caracterização deste casal, é o facto de eles serem bastante apoiados financeiramente, desta vez pela parte da família de Manuela, sendo a mãe desta que paga o infantário onde estão as crianças. Estas ajudas suavizam, evidentemente, as dificuldades que notámos noutros casais nesta fase da vida.

Os focos de tensão e conflito estão relativamente esbatidos. Pedro diz que, sendo em geral tímida, Manuela "levanta a voz com ele", o que

1 Martine Segalen, num colóquio recente (*Famille et Individualisation*, Sorbonne, Paris, Outubro de 1999), apresentou uma comunicação que se intitulava "O choque das culturas familiares". Aí se abordava precisamente esta temática.

interpreta também como um sinal "de que ela tem uma grande abertura comigo e pode estar completamente à vontade". De resto, o tema da religião, não chegando a provocar conflitos directos, é palco por vezes de alguma tensão.

Estando os dois muito centrados na educação dos filhos, é apesar de tudo Manuela que assume mais as tarefas domésticas e os cuidados com eles. Isto faz com que ela afirme que tem pena da época em que era melhor estudante e que lhe desagradava fazer os trabalhos da universidade de forma mais despachada do que gostaria. Mas assume isso como uma abdicação do seu "eu" em função do bem-estar dos filhos e, embora gostasse que as coisas fossem de outra maneira, não parece viver a situação de forma dramática. Do exterior, podemos ver de qualquer forma que, tal como acontecia com Beatriz, são as mulheres que tendem a abdicar de ambições pessoais em função do interesse dos filhos.

Outras especificidades do casal Leitão podem ainda ser referidas. O suporte emocional — apoio quando se está triste ou aborrecido com alguma coisa — é feito pelo cônjuge e não com pessoas exteriores ao casal, como acontece noutros casos. Não significa essa intimidade e apoio, em todo o caso, que haja exigência de transparência total, considerando, por exemplo, Manuela Leitão, que certos tópicos, como os que se referem às suas relações íntimas anteriores ao casamento, são por ela evitados, assumindo em relação a eles alguma reserva.

Diferenças entre os cônjuges, detectadas nas respostas a perguntas fechadas, revelam-se também curiosas. Tal como José Martins, com uma família de origem nada convencional, Manuela Leitão afirma, ao contrário do marido, que os filhos não são nada importantes no casamento, parecendo assim ter uma visão mais relacional da conjugalidade do que Pedro, para quem os filhos são decisivos para a felicidade conjugal. Mas, vimos no decurso da entrevista, que finalmente ela acaba por aderir à visão mais parental dele.

Considerou-se assim que este casal, tal como o anterior, pode ser incluído na forma de conjugalidade *associativa*. Com efeito, eles investem nos diferentes domínios — projecto parental, relação conjugal, profissão — numa perspectiva de realização pessoal e não numa lógica de obtenção de estatuto. E se Pedro Leitão exprime uma visão mais colectiva e menos individualizada do que José Martins, a verdade é que também Manuela parece sentir menos desconforto do que Beatriz em relação às suas abdições. A situação objectiva de ambas parece, em todo o caso, ser mais favorável para a primeira do que para a segunda.

Tiago Varela tem 29 anos, possui um diploma do ensino superior, trabalha numa câmara municipal e está casado há três anos com Marta. Esta tem 28 anos e é professora do ensino secundário. Já tinham um filho de ano e meio e Marta estava grávida na altura da entrevista.

Conheceram-se na faculdade, apaixonaram-se e namoraram seis anos.

A perspectiva desde o início era para uma "coisa muito séria", para o casamento. Não houve, assim, qualquer tipo de receios nem hesitações. Casaram quando acharam que era o momento oportuno. Tiveram relações sexuais antes de casar. Era um tema abordado entre eles com plena naturalidade, embora Marta Varela se assumia como católica e muito reservada em relação a certas matérias. Não era assunto que, por exemplo, abordasse com as amigas.

No plano dos sentimentos as mudanças que sentiram com o casamento foram no essencial para melhor. Ambos afirmam ter atingido maior estabilidade, maior tranquilidade de sentimentos. Verdadeiras transformações ocorreram, no entanto, com o nascimento do filho. Considerado pelos dois como um dos momentos mais positivos e marcantes das suas vidas, ele também significou maior intensidade no ritmo de vida. Tiago, sobretudo, que além de trabalhar na câmara está a tirar um mestrado, sente muitíssima falta de tempo livre (para o casal e para ele próprio). Marta, que dá aulas em dois sítios geograficamente distantes, gosta imenso do trabalho que faz e de estar com o seu filho. O que lhe pesa, no cansaço quotidiano inevitável, são, sobretudo, as tarefas de casa: "Lavar a loiça, fazer a comida... depois de um dia de trabalho é realmente horrível..."

Para ele, que também acha desgastante esse tipo de tarefas, parece haver, no entanto, uma espécie de expectativa secreta de que seja ela a ter maiores obrigações nesse campo. Marta diz que é mais desorganizada em casa do que Tiago (às vezes ele queixa-se de que as coisas não estão arrumadas) mas reage a isto de forma curiosa. Quando fala dos aborrecimentos que há na vida do casal, acha que o conhecimento de muitos anos tende a tudo superar: "o meu marido é muito organizado, eu não sou muito... talvez me pudesse aborrecer quando ele diz assim: *fica tudo por todo o lado*, mas não, pronto, já não há problema com isso..." Parece tratar-se aqui de uma situação típica retratada por Kaufmann (1992): o homem que teve uma mãe doméstica, totalmente dedicada à casa e à família, embora saiba que não tem condições de exigir idêntica dedicação à sua própria mulher, não deixa, por outro lado, de sentir diferenças que o incomodam... E como não está em casa, ocupado com o trabalho e com o mestrado, também não se sentirá directamente implicado numa melhor arrumação.

Se as dificuldades na gestão doméstica se traduzem em cansaço e num desejo de mudança, que passa, para Tiago, por ter mais tempo e, para Marta, por poder vir a delegar o mais possível as tarefas domésticas, estas não chegam, assim, a ser áreas de tensão no casal. Na verdade, quanto a conflitos, os dois acabam por referir que o único campo que suscita alguns conflitos é o das relações com as respectivas famílias de origem. Notam-se, de facto, algumas diferenças em termos de origem social, sendo Marta originária de uma família burguesa tradicionalista, com altas qualificações académicas, e Tiago filho de um funcionário público com qualificações intermédias e mãe doméstica.

Os dois parecem procurar que esse tipo de diferenças não interfira demasiado na relação conjugal.

Quanto ao tipo de investimentos, já se referiu que ambos estão muito projectados na profissão. Marta não abdica da actividade que desenvolve como professora, com a qual considera completar-se como pessoa e ser-lhe indispensável para conservar o equilíbrio. Tiago, pelo seu lado, procura através do mestrado aprofundar os seus conhecimentos e ganhar outro estatuto na câmara em que trabalha. Mas o projecto parental também não é desprezado, já que esperam uma nova criança. Marta parece também muito projectada na sua vertente maternal. Em termos da relação conjugal, ambos desejam que ela seja mais efectiva e desejam mais tempo para se dedicarem um ao outro, embora seja Tiago quem mais vinca este aspecto. A não se verificarem outras mudanças e com a chegada do novo bebé, essa será certamente ideia de concretização imediata difícil.

Considerou-se este casal como podendo ser incluído também na forma de conjugalidade associativa. O casamento fundamenta-se numa lógica basicamente relacional, a realização individual dos dois transcende a vida da família. Mas não há, tal como aconteceu com os casais anteriores, uma perspectiva da fase anterior ao casamento como processo, ou fase experimental. A ideia de desde logo "namorar para casar" remete-nos para uma lógica mais institucional, apesar de essa não vir a constituir a resultante final.

Do mesmo modo, se há um acento tónico a salientar, tanto o casal Varela como o casal Leitão parecem globalmente mais projectados na dimensão parental do que o casal Martins. Na verdade, enquanto os dois primeiros parecem fazer grandes esforços para manter os diferentes tipos de investimento equilibrados, no caso do casal Martins, e sobretudo no de José Martins, a perspectiva mais individual tende a sobrepor-se à lógica de conjunto. Ainda que, na prática e perante as circunstâncias, também no caso deste entrevistado acabem por ser os constrangimentos a levar a melhor. Mas as queixas de José Martins surgem também mais sonoras...

Augusto Teodoro, de 29 anos, trabalha num banco e tem um diploma de ensino superior. Está casado há nove anos com Manuela Teodoro, de 37 anos, que é arquitecta e trabalha numa câmara municipal. Têm um casal de gémeos com oito anos.

Apesar da diferença de idade, já que quando se conheceram ela tinha 26 e ele 18 anos, tiveram os dois muito poucas experiências relacionais antes de namorarem. Manuela Teodoro era muito controlada pelos pais e insegura. Os rapazes que conhecia, e foi o caso de Augusto, eram amigos dos irmãos. Aproximaram-se, afirmam ambos, porque estavam, cada um deles, em fases críticas da vida. Manuela Teodoro estava a acabar o curso e com problemas familiares. Augusto fazia o luto por uma irmã tragicamente morta num acidente de automóvel e tinha no horizonte próximo a obrigação de ir para a tropa.

Namoraram dois anos. Foi “um reboiço” para Manuela, que até aí levava uma vida muito mais calma, na versão de Augusto. O casamento aconteceu, ou seja, decidiram casar, quando ela engravidou. Passaram então a viver em casa da mãe de Manuela. A descrição da primeira fase do casamento volta a ilustrar, de forma exemplar, as dificuldades dos processos de adaptação, os necessários acertos implicados nas interações conjugais. Também se revelam, com toda a clareza, os constrangimentos exteriores, as dificuldades impostas por circunstâncias que resultam das diferentes origens sociais e dos efeitos de género. É de forma associada que vemos esses efeitos cruzados a manifestarem-se.

Numa primeira fase de dois anos, que coincide com o nascimento das crianças e com a época em que Augusto está na tropa, o encantamento inicial e o total centramento nos filhos funciona, por assim dizer, como amortecedor dos conflitos. Mas quando Augusto acaba a tropa e começa à procura de trabalho — e só consegue arranjar empregos fracos — as pressões e os conflitos sobem. Por um lado, aparecem as discussões à volta “de hábitos muito diferentes, hábitos adquiridos nas respectivas famílias”, e surgem as acusações: “porque é que fazes isto assim, por que é que sujias tanto a casa de banho quando tomas banho?” Manuela afirma acerca desta fase, quando os gémeos tinham dois anos, que andava muito cansada e que “houve assim um bocado de desrespeito entre nós os dois, ainda não tínhamos acertado bem as agulhas...”

Augusto, pelo seu lado, sente grande necessidade de mostrar à família dela que não quer depender deles: “queria provar que a filha casou com uma pessoa que lutava, então tinha de lutar, tinha de me agarrar a qualquer coisa, tinha que trabalhar, e arranjei qualquer coisa para trabalhar, empregos desgraçados... É que Augusto, além de ser oito anos mais novo do que a mulher, que já era licenciada quando eles casaram, ainda sente o peso das diferenças de classe, as quais parecem aqui reforçar-se com o efeito de género. Ele tem de mostrar que é um verdadeiro “homem”, isto é, numa interpretação de acordo com os papéis sexuais tradicionais, capaz de sustentar, de forma adequada e ao nível a que ela estaria habituada no passado, a sua mulher. Tarefa difícil, tendo em conta os seus *handicaps* sociais e de idade.

Esses momentos mais difíceis e conflituais vêm a conhecer um interregno e uma nova fase quando Manuela decide sair de Lisboa para poder deixar de dar aulas, situação que a frustrava no domínio profissional, e exercer a sua profissão numa câmara indo para mais longe. Levou com ela os gémeos, mas às vezes trocavam, e cada um ficava com um deles. É Augusto que afirma: “Quando houve esse distanciamento, acho que ele... nos aproximou (...). Quando nos víamos ao fim-de-semana era porreiro, a distância uniu-nos muito. E a partir daí entrou-se noutra fase, numa relação mais estável”. Mais tarde Manuela regressou para Lisboa, para trabalhar noutra câmara, e Augusto decide ingressar no ensino superior, mantendo de dia uma actividade profissional pouco estimulante.

Consideram os dois, numa avaliação completamente convergente, que mudaram no decurso do casamento. Ele acha que ela é menos crítica em relação a ele e que o aceita melhor. Manuela, pelo seu lado, afirma: “aprendi a não estar sempre a querer que ele não fosse assim, porque era melhor que ele fosse de outra maneira...”, e acha também que ele está muito mais seguro de si próprio.

Quanto a desejos de mudança, Augusto insiste na necessidade de ter mais dinheiro. Por agora está muito centrado na dimensão profissional, trabalha muitas vezes fora de horas e espera algumas melhorias financeiras quando no seu contexto profissional reconhecerem as suas habilitações, visto que já terminou a licenciatura. Mas o desejo de ter dinheiro associa-se igualmente à resolução de problemas de ordem prática. Respondendo a uma pergunta sobre o tipo de actividades que desenvolve depois de estar casado e de que não gosta, Augusto diz com toda a clareza: “detesto lavar a loiça, mas lavo... E detesto nos fins-de-semana estar sempre a pensar o que é o almoço, o que é o jantar... Queria ter mais dinheiro para pôr tudo isso de parte”. Como consequência natural é esta a dimensão da vida doméstica e familiar que refere quando fala de “aborrecimentos”.

Os desejos de mudança para Manuela Teodoro centram-se também na necessidade de mais dinheiro para ter uma casa própria, uma empregada mais vezes por semana, mais tempo livre para saídas de fim-de-semana. Ela faz uma avaliação positiva do seu desempenho como mãe, mas acha que hoje em dia as mudanças são muito aceleradas e que é preciso estar atenta para acompanhar melhor os filhos. No plano profissional, desejava fazer mais planeamento e passar a efectiva na câmara em que trabalha.

Os dois estão assim centrados no projecto parental e na profissão. Mas enquanto para Augusto o centramento profissional parece monopolizar a sua atenção para cumprir projectos identitários e talvez, finalmente, reequilibrar as diferenças de partida entre eles, Manuela, embora mobilizada pela dimensão profissional, parece no plano identitário mais preocupada com o seu desempenho maternal. De qualquer forma as diferenças entre os dois estão longe de assumir a lógica tradicional de divisão radical de tarefas e interesses. Trata-se apenas de acentuar e valorizar mais esta ou aquela dimensão, no momento presente. Aliás, vimos como no passado o facto de Manuela sentir grandes níveis de frustração no trabalho como professora, a julgar pelo que foi relatado, a conduziram, na altura em que os gémeos tinham apenas dois anos, a sair de Lisboa para arranjar trabalho mais compatível com a sua formação de arquitecta. Ou seja, nada nos indica que estas dimensões de reinvestimento profissional não venham de novo a acentuar-se. Até mesmo Augusto, embora no momento presente esteja muito centrado no trabalho, já revelou noutras fases do crescimento dos gémeos, como nos refere Manuela, que estava próximo deles e que eles recorriam até mais a ele do que à mãe quando havia algum problema. Pode também acontecer que, atingidos os

objectivos profissionais que se propôs, o investimento parental de Augusto seja de novo acentuado.

Quanto à dimensão mais conjugal da relação, ambos parecem sublinhá-la pouco nesta fase. Para além de especificidades próprias, temos visto que esta é uma tendência que ocorre noutros casais deste grupo de duração do casamento com formação universitária. Não tanto porque o investimento na relação conjugal seja indesejado mas porque, por manifesto esgotamento com o trabalho e com a atenção permanentemente mobilizada em relação aos filhos mais pequenos, essa dimensão mais íntima do casal fica quase "inelutavelmente" subsumida. A forma de conjugalidade *associativa* é também aqui a forma de conjugalidade adequada para caracterizar o casal Teodoro.

Luísa Pereira tem 35 anos, é arquitecta numa câmara e está casada com Artur, que tem 35 anos, é desenhador numa empresa de construção civil e não chegou a completar o 10.º ano. Estão casados há oito anos, têm um filho de cinco e Luísa estava grávida no momento da entrevista. Os dois membros deste casal são significativamente mais "velhos" do que os que temos analisado até agora. Tal facto deve-se a terem casado mais tarde (28, 29 anos) do que os que já analisámos. Veremos que daí decorrem ligeiras diferenças como, por exemplo, referências na descrição dos seus trajectos de vida a acontecimentos que estão completamente ausentes das histórias dos outros, casados há menos de dez anos. É o caso do regresso das ex-colónias portuguesas, que parece ter marcado Artur, referência que só vai ressurgir nos que estão casados há mais de dez anos.

Namoraram, de forma interrompida, mas na última fase o namoro durou cerca de quatro anos. Depois de um primeiro tempo em que saíram juntos, deixaram de se ver e Luísa apaixonou-se por outra pessoa. Mais tarde reencontram-se e o namoro reata-se. Artur diz que estava apaixonado pela mulher e que sempre teve admiração por ela. Considerava-a invulgar, com bom gosto, nada banal: "eu sempre vi na minha mulher aquilo que eu procurava há muito tempo". Ela descreve os seus sentimentos acentuando mais o lado da grande amizade que foi sentindo por ele, ainda na fase do namoro: "eu acho que não podia passar sem ele. Fim-de-semana que passasse sem ele sentia falta de qualquer coisa".

Quanto a receios relativamente ao casamento parece que era, no essencial, do lado de Artur que eles existiam, tendo posteriormente sido dissipados. O que conta em relação à decisão da compra da casa é elucidativo: "achava que ela era muito 'prá-frentex', no fundo achava que ela era capaz de... e como ao mesmo tempo tinha uma atracção pela coisa tradicional, pelo casamento e achava assim que a coisa era capaz de não dar certo, não é? Era esse receio de estar a cometer uma loucura! Inclusivamente, fiz a escritura um mês antes de me casar e fiquei todo contente porque pensei assim: 'Bem a casa é minha...' se um dia isto der para o torto... (...) depois de me casar até já fui tratar de pôr as coisas em nome dela, mas agora não pode ser... Fiquei

chateado comigo próprio por na altura ter pensado assim, mas foi o receio que eu senti". Os receios de Luísa, por seu turno, consistiam basicamente na ideia de entrar num mundo relativamente desconhecido, mas que era ao mesmo tempo atraente: "por acaso nunca pensei que pudesse dar para o torto..."

Para Artur Pereira, o nascimento da filha implicou mudanças significativas. Diz mesmo que inicialmente viveu muito mal a situação, porque sentiu que a mulher o pôs em segundo plano. Passada esta fase, que ele classificou como "dura", os ciúmes atenuaram-se. Para Luísa, pelo contrário, o nascimento da criança constituiu um dos momentos mais positivos da vida conjugal, e o facto de a criança implicar maior "prisão" foi encarado como consequência natural da opção parental.

Quanto a mudanças que pressentiram em si próprios ou no cônjuge no decurso da vida conjugal, Artur sublinha que, na verdade, o que mudou resultou do nascimento da criança, já que implicou deixarem de sair, serem obrigados a uma vida diária mais rotineira e abdicarem de viagens mais exóticas, até por razões de natureza financeira. Luísa acha que Artur está mais "impaciente", mas em contrapartida acha-se a si própria mais calma e mais segura, embora acrescenta que também "mais acomodada e passiva; depois não penso... deixo passar um bocado o tempo. Parece que estou bem assim mas falta qualquer coisa..." O que gosta mais de fazer é de estar com a filha ou de passearem os três: "sinto que somos um grupinho de três e que está tudo muito bem". O que passou a fazer depois de casada e que mais lhe desagradava, como à maior parte dos entrevistados deste grupo, é a rotina doméstica: "cozinhar todos os dias... isso, às vezes, é um verdadeiro martírio".

Quanto à profissão é claramente também Luísa que se sente melhor do que Artur. Ele diz que detesta o trabalho que faz e a profissão que tem. Viveu em África e tem enorme nostalgia dos grandes espaços. Canaliza os seus interesses para o *hobby* da jardinagem, que pratica no terreno atrás da vivenda em que residem. Luísa gosta de ser arquitecta, gosta do ambiente de trabalho que tem na câmara onde trabalha e que tem ainda a vantagem de ser perto de casa. Mas diz que não se sente totalmente realizada, ou seja, provavelmente, visto que não é muito explícita, ambiciona projectos mais aliciantes dentro da sua própria actividade.

Quanto a aborrecimentos, ambos se queixam das rotinas domésticas. Em relação a estas tarefas, Artur tem aliás alguma percepção autocrítica, já que considera que às vezes se absorve demasiado com o seu *hobby* e, quando se lembra, já Luísa fez tudo o que havia a fazer. Também sente que há sábados em que fica trancado na sua estufa e em que devia ter estado em alternativa a brincar com a filha. No que respeita a conflitos, também é Artur que pormenoriza mais, embora tenda a esbater a intensidade desses conflitos, tal como Luísa, de resto. Mas Artur assume também aqui uma perspectiva autocrítica, dizendo que às vezes é muito perfeccionista com as coisas de casa e que é demasiado crítico em relação a pequenos pormenores de arrumação e limpeza

que reconhece serem exagerados. Sente-se que se trata de uma certa compulsão, tal como quando afirma que se tenta controlar para não falar demasiado dos problemas do emprego em casa, acabando por não conseguir, porque sente que "aquilo (a necessidade de falar) é mais forte do que ele".

Olhando para os diferentes tipos de investimento dos dois membros do casal notam-se algumas diferenças. Luísa parece razoavelmente investida no projecto parental, na profissão e talvez até na relação conjugal. Artur, em contrapartida, concentra-se mais na relação com a mulher. Com ela desabafa a respeito de todos os problemas que lhe surgem no emprego, que detesta, e onde parece ter igualmente dificuldades de relacionamento com os colegas. Centra-se também muito no seu *hobby*.

É razoável incluir este casal na forma de conjugalidade associativa, já que, e para além do que foi dito, ambos assumem uma perspectiva autonomizada de realização pessoal no contexto da conjugalidade e da família. Não deixam contudo de se notar diferenças, sendo os investimentos de Luísa mais diversificados e, ao que parece, compensadores, enquanto os de Artur surgem mais defensivos, menos diversificados.

Com o casal Simões, vamos reencontrar um caso de assimetria de idades entre homem e mulher, pois José Pedro Simões é, tal como no caso do casal Teodoro, oito anos mais novo do que a mulher. Neste caso, a idade mais tardia em que se dá o encontro e o posterior casamento, bem como o facto de esse casamento não ter "acontecido por imposição das circunstâncias", como no casal atrás referido, antes ter resultado de escolha sequente a uma experiência de vida em comum, torna a história deste casal diferente da do anterior. Outro factor diferenciador adicional é o facto de as idades dos entrevistados nos remeterem, tal como acontece com o casal Pereira, para acontecimentos e referências geracionais que só veremos aparecer em casados há mais anos. Mais um efeito da necessidade de distinguir entre duração do casamento e idade ao casamento e de salientar a importância da trajectória anterior ao casamento como factor condicionante de expectativas e formas de encarar e de viver a experiência conjugal. Mas vejamos os contornos mais precisos desta história.

José Pedro tem 35 anos, é arquitecto, trabalha num gabinete de projectos. Gabriela tem 43 anos e é médica. Viveram juntos antes de casar durante cerca de dois anos. Têm agora sete anos de casamento e dois filhos, um de cinco e outro de dois anos.

A entrada no casamento foi gradual, mas relativamente inesperada para Gabriela, que começou a viver com José Pedro numa altura da sua vida (à volta dos 33/34 anos) em que pensava que já não iria casar e ter filhos. Dedicava-se, até aí, quase inteiramente à profissão e no plano afectivo estava negativamente marcada por uma relação "perturbada", pouco compensatória para ela. Tinha, por outro lado, alguns receios em relação ao casamento em geral — medo de perder espaço próprio, medo que a família dele se

impusesse demasiado — e o facto particular de o marido ser mais novo acrescentava ainda outros receios: "tive algum medo que a diferença de idade se viesse a notar com o tempo (...) que ele quisesse fazer uma vida que eu já achasse que não queria fazer". Os receios vêm depois a ser dissipados.

Assim foi José Pedro que mais insistiu quer em relação à ideia de casar — podiam ter continuado a viver juntos sem papéis — quer mesmo à de ter filhos. Considerava que não havia mal nenhum em ceder a uma certa pressão da família e ao que julgava ser uma melhor imagem de conformidade social perante os outros. Por outro lado, desejava ter filhos. Foi ele que, lentamente, foi fazendo Gabriela vencer as suas resistências. Casaram quando ela já estava grávida de seis meses.

O factor talvez mais importante que contribui para Gabriela ganhar cada vez mais confiança em José Pedro e vencer certos mecanismos de defesa foi a reacção deste à doença grave da mãe de Gabriela, poucos meses depois de eles terem começado a viver juntos. É que a senhora passou a viver com eles desde essa altura, em que teve um acidente vascular cerebral, até ao seu falecimento cinco anos depois. Gabriela afirma que foi um período muito difícil, mas que acabou por solidificar a relação: "tivemos dificuldades porque nos sentíamos diminuídos na nossa intimidade; de qualquer forma eu senti-me muito apoiada por ele, senti que ele colaborou e não me abandonou nessa altura difícil e acho que isso cimentou a nossa relação... criou a tal confiança (...)".

O nascimento dos filhos foi para José Pedro o marco de mudança essencial na sua vida de casado: "é uma coisa única (...) os filhos alteram completamente a relação entre duas pessoas, deixa-se de fazer muitas coisas porque há outras que têm prioridade... mas não é um bicho-de-sete-cabeças, é facilmente contornável... há uma grande cumplicidade entre os quatro". Vê-se aqui o reconhecimento das dificuldades mas também a disponibilidade para as contornar, atitude que se se destaca das que tendem apenas a sublinhar os aspectos positivos da filiação e que também se distingue da de José Martins, recorde-se, que se percebe ter sentido de forma enfática o que nas suas palavras designa como "a chegada do ditador".

Para Gabriela Simões, as mudanças mais importantes relacionaram-se com a própria situação de estar casada e de ter filhos, perspectiva que tinha descartado do seu horizonte: "eu própria mudei porque eu não acreditava ser capaz de viver com alguém, de viver casada (...) ter começado a viver com ele fez reverter isso tudo e agora acho que é bom viver a dois, viver acompanhada (...) agora o que eu sinto é o peso da carga doméstica... (...) acho que às vezes fico um bocado prejudicada, mesmo profissionalmente estou a apostar muito menos do que apostaria se estivesse sozinha, teria outro caminho profissional (...) mas acho que não é possível ser de outra maneira, pelo menos em relação aos filhos (...) eu sinto falta dessas coisas (profissionais), mas sinto que é também uma escolha..."

Confrontamo-nos aqui com a explicitação, sob a forma de dúvidas, hesitações, "escolhas" que mais parecem imposições das circunstâncias, do que muitas outras mulheres deste grupo de duração do casamento e da pequena burguesia intelectual e científica já exprimiram. No caso de Gabriela, essas observações provavelmente surgem de maneira mais explícita e evidente porque houve um referente, uma situação profissional anterior ao casamento e outra depois, o que tornou eventualmente a comparação mais óbvia.

Se houvesse dúvidas acerca do facto de as mulheres destes sectores e ao mesmo tempo mães de crianças pequenas, desejarem, na verdade, conciliar as duas zonas de investimento elas ficariam aqui dissipadas.

O que se passa não é tanto que a situação de maternidade faça "nascer", por segundo parto, uma outra mulher que deixa de desejar afirmar-se também profissionalmente. O que se passa é que as mulheres são obrigadas pelas diversas circunstâncias a retrair-se profissionalmente. Por que circunstâncias? Por um lado, pelas da própria conjugalidade e pela divisão "implícita" de deveres e obrigações a ela associada, que impõe às mulheres mães maior sacrifício em relação a outras aspirações. Funciona aí o sentido incorporado do dever, de modo muito diferente do dos homens na mesma situação. Haverá também no plano psicológico, decerto, como pudemos ver nas respostas das nossas entrevistadas mais jovens que nos falam do "prazer" e da recompensa de ser mãe, sentimentos positivos compensadores desse sacrifício relativo.

Mas porque será que todas — e aqui foram mesmo todas as jovens mães com formação universitária — se queixaram dos trabalhos pesados, da falta de tempo e de dinheiro para delegar mais tarefas domésticas — e muitas, como Gabriela, associavam a essas queixas a insatisfação ligada ao facto de não poderem corresponder inteiramente no domínio profissional? Porque será que embora os homens se queixem também, por vezes, do trabalho doméstico e da falta de tempo, nunca dizem que não dão suficiente atenção ao seu trabalho? Certamente porque no sistema de disposições no masculino, para usar a linguagem de Bourdieu, não estão incorporados os mesmos tipos de obrigações e deveres implícitos e, eventualmente, também as correspondentes recompensas. Por sua vez, a inserção no mundo profissional reforça através de um sistema de mensagens directas e indirectas o que já decorre do lugar nos sistemas de disposições incorporados.

Na verdade, como atrás se notou, o que é esperado de um homem jovem pai a trabalhar numa empresa, por exemplo, é que se dedique ainda mais ao trabalho para obter recompensas profissionais e monetárias. O que se espera de uma jovem mãe é exactamente o contrário, ou seja, que se retraia no campo profissional. No plano conjugal e do lado das mulheres, esta conjunção pode ser desastrosa. Justamente quando se torna necessário mobilizar mais atenção e cuidados para a nova função e quando mais prováveis são as incertezas e inseguranças quanto às exigências do novo papel, mais afastado — por

"boas razões" — está o cônjuge masculino. É a própria relação conjugal que fica eventualmente vulnerabilizada e esta pode ainda ser a fase em que se começa a instalar a distância entre o pai e a criança. Relembre-se o que dizia Margarida Teixeira desses seus primeiros momentos "de noite ela (a bebé) chorava e ele (o marido) dormia e eu sentia-me numa solidão..."

São, aliás, estes mesmos sentimentos ambivalentes e ambíguos, que se fazem sentir tão bem nas palavras de Beatriz Martins e em Gabriela, que podem contribuir para explicar os resultados, à primeira vista estranhos, dos inquéritos realizados nos Estados Unidos, que mostravam que para as mulheres casadas os níveis de insatisfação conjugal eram maiores justamente na fase consequente ao nascimento dos filhos (Michel, 1972, 1983: 231-243).

Estudos mais recentes sublinham e reforçam ainda estas conclusões de há 30 anos. Numa investigação que utilizou a entrevista em profundidade a mulheres francesas e inglesas com filhos pequenos e com formação de ensino superior, Linda Hantrais (1990), concluiu que as mulheres inglesas sentem esta fase das suas vidas de forma complexa e difícil. Tratando-se, em geral, de mulheres que até ao nascimento dos filhos estiveram a trabalhar como quadros em empresas ou se dedicaram, tal como os seus companheiros, à actividade profissional, o surgimento da maternidade e a ideologia a ela associada no caso inglês, força-as a desistir de trabalhar no exterior e a ficarem em casa até os filhos terem seis anos de idade. Esta interrupção de um percurso que era de reconhecimento de competências e de realização pessoal, mas se traduzia também em ganho económico para o casal, tem várias consequências negativas.

No plano económico, as despesas do casal aumentam, mas as entradas financeiras diminuem drasticamente. Nesta situação, o cônjuge masculino vê-se forçado muitas vezes a trabalhar mais horas para procurar equilibrar um pouco a situação económica. No plano relacional e psicológico, esta medida acaba, em todo o caso, por se traduzir em afastamento e distância entre os cônjuges. As jovens mulheres tendem até a começar a sentir o síndrome de isolamento e insegurança que, por vezes, caracteriza a situação da mulher doméstica (Hantrais, 1990: 139-172).

Tratando-se aqui de um estudo comparativo entre mulheres francesas e inglesas, curioso é notar como a autora sublinha, de forma muito enfática, que as mulheres francesas entrevistadas não parecem apresentar o mesmo tipo de queixas, embora também revelem cansaço pela acumulação de tarefas. A explicação avançada por Linda Hantrais consiste no facto de as mulheres francesas não só não interromperem as suas carreiras profissionais, como não se sentem ideologicamente pressionadas a fazê-lo, situação que é ainda complementada pela existência de um conjunto de equipamentos e de políticas sociais que permitem conciliar a vida profissional com a vida familiar um pouco melhor, no caso da França, do que no caso de Inglaterra. Outro aspecto a sublinhar, convergente com os que já forma referidos, é o facto de as poucas mães inglesas de crianças pequenas que optam por manter o seu trabalho

profissional encontrarem em geral alguma resistência, quer por parte dos familiares próximos, quer no emprego, bem como sentirem falta de estruturas de apoio (Hantrais, 1990: 150).

O caso português, como se sabe, aproxima-se, por um lado, do francês quanto ao perfil relativamente à actividade profissional, geralmente não interrompida com a maternidade, e quanto à dimensão ideológica. Mas, por outro lado, no plano das políticas sociais e dos equipamentos de apoio à primeira e segunda infâncias, estamos próximos da Inglaterra e muito longe da França. Numa versão pessimista, e se exceptuarmos as perspectivas simbólicas dos valores prevalentes, dir-se-ia que no caso de Portugal se tem o pior dos dois mundos. Situação que, como se viu noutra pesquisa, se paga com sobretaxa, cansaço e culpabilização das mulheres (Torres e Silva, 1998). São traços que encontram eco, pelo lado da incerteza e da insegurança, nas palavras de Gabriela.

Voltando agora ao caso do casal Simões, vale a pena ainda notar que se para Gabriela o casamento e a maternidade implicaram menor investimento relativo na actividade profissional, já com José Pedro se passou exactamente o contrário. É a própria Gabriela que o afirma: "acho que ele começou profissionalmente a interessar-se muito mais pelo trabalho, acho que o casamento e uma melhor relação comigo foram factores positivos para ele no campo profissional". Ora vemos aqui novamente um efeito de género, que iremos reencontrar em entrevistados homens noutras durações de casamento. Tudo se passa com alguns homens, situação que é de resto também confirmada em diversas pesquisas (Hantrais, 1990; Singly, 1987) como se casamento e família funcionassem como um pano de fundo, uma base de apoio fundamental para a sua promoção profissional e para a realização pessoal, enquanto para as mulheres os diversos investimentos são paralelos e podem, muitas vezes, ser pressentidos como concorrenciais entre si. Como se verá melhor, é nesta primeira fase da duração do casamento que, no caso feminino, tais pressões são sentidas de forma mais acentuada, podendo vir a atenuar-se noutros períodos.

O casal Simões é também um bom exemplo do que se designou por amor-construção. Aliás, são mesmo essas as palavras usadas para designar os sentimentos pelo cônjuge e a sua respectiva evolução. Para Gabriela: "hoje há muita confiança um no outro, há o sentimento de que podemos ser ajudados um pelo outro; a relação foi-se construindo, foi-se ganhando confiança". José Pedro, pelo seu lado, afirma que desde o início "estava muito interessado na relação" e que as coisas depois se foram construindo a pouco e pouco. Nota-se assim uma insistência maior na ideia de processo e um certo distanciamento em relação a uma visão mágica da relação.

Para finalizar esta abordagem do *tempo de instalação*, dos primeiros dez anos de duração do casamento, vamos agora ao encontro de um casal que repõe o tema da dificuldade do entendimento na "conversa" conjugal. Na verdade, o casal Dias é identificável, tal como o casal Antunes, no grupo da

cooperação-conflitual. Joaquim Dias, de 31 anos, é técnico de vídeo e tem o 11.º ano. Casou-se há três anos com Isabel, de 32 anos, que é professora do ensino secundário. Não têm filhos.

É na descrição das mudanças que se pressentiram ao longo da relação que se notam de forma mais clara as divergências no casal. Joaquim, ao contrário de outros entrevistados, sobretudo os que tal como ele têm origem operária e que marcam de forma nítida um antes e um depois da vida de solteiro, não estabelece essa distinção. Diz que faz quase tudo o que fazia antes, sendo exactamente disso que se queixa Isabel. Tudo se agravou, aliás, com a mudança de emprego de Joaquim, que se empenha agora a cem por cento neste novo trabalho, com horários pouco compatíveis com a vida conjugal. O convívio com os colegas do mesmo grupo, prolonga-se também, por vezes, até altas horas: "Dantes dava satisfações a mais agora dá a menos... é muito levantado, passa noites fora sem dizer nada" — afirma Isabel. Pelo seu lado, Joaquim confirma: "há muito poucas coisas que não faço agora (que fazia quando era solteiro), vou para os copos, apenas um pouco menos; temos a nossa liberdade individual, há um espaço que cada um tem direito a usar conscientemente".

Isabel diz que deixou de andar tão obcecada com almoços e jantares, mas sente ainda que as coisas da casa lhe ocupam muito tempo, "pedem de mim uma disponibilidade que eu não tenho e isto é um bocado escravizante". Em torno do desempenho das tarefas domésticas, Isabel nota também que antes ele era "muito exigente com as horas" e não compreendia que o trabalho dela como professora era esgotante e que levava muito tempo a chegar a casa. Agora as coisas mudaram e ela sente que tem de se dedicar mais à profissão, a actividades extracurriculares, para voltar a encontrar mais estímulo no trabalho. Mas também deseja ter filhos.

Afirmam os dois que os conflitos, ultimamente, têm sido frequentes. Isabel considera que ele tem amizades que ela desaprova completamente, acrescentando que ele não gozou a adolescência no seu tempo próprio e por isso faz agora coisas que já devia ter feito antes. Joaquim diz que há divergências à volta do uso do tempo disponível e do dinheiro. Ele quer sair e fazer viagens, ela quer comprar um móvel... rematando: "se eu tenho ideias fixas sobre o que quero fazer na minha vida, a outra pessoa tem que me acompanhar... até aqui ela não tem acompanhado, daqui para a frente não sei... o que é facto é que isto se tem arrastado". Isabel, pelo seu lado, diz que discutem muito as coisas, mas que não sabe se isso tem na verdade efeitos sobre ele. Exemplos de outras divergências passam pela utilização dos tempos livres, dizendo ela não abdicar do seu descanso ao fim-de-semana enquanto ele não desiste de sair e das paródias com os amigos até às tantas.

Sobre a partilha e interajuda em casa, as queixas de Isabel em relação a Joaquim esbatem-se, considerando que ele faz o que pode. Mas quanto a desejos de mudança ambos são claríssimos: querem ter mais dinheiro para ter uma empregada doméstica a tempo inteiro.

Vemos assim que, tal como com o casal Antunes, com o casal Dias está tudo em aberto. Reforçarão as suas divergências ou pelo contrário irão superá-las? Só o tempo o dirá. Mas não parecem restar dúvidas quanto às dificuldades deste tempo de instalação, do início da vida em conjunto. Se muitos dos casais entrevistados falam dessas dificuldades como etapas já ultrapassadas, ou que se encontram em fase de superação, nos que incluímos na cooperação-conflitual os problemas parecem manter-se ou agravar-se e as soluções e ajustamentos, tanto quanto a possibilidade de ruptura, surgem como hipóteses futuras.

O tempo da instalação: comparação e balanço

Olhando para o conjunto dos que vivem os primeiros dez anos de casamento podemos procurar elementos de síntese e estabelecer algumas comparações.

Aspecto marcante deste subconjunto é, tal como se disse no início, a percepção dos processos de transformação — identitários, relacionais — que a vida conjugal e o projecto familiar implicam. Todos os entrevistados se referem a esta fase como sendo de adaptação, dando conta de problemas iniciais de ajustamento, de acertos e cedências necessárias às mudanças que envolvem os novos desempenhos e papéis. Ao nível dos próprios sentimentos são referidas as mudanças mais decisivas: para uns o despertar para formas de afecto e de amor até aí não experimentadas, como o amor pelos filhos, associando-se a esta mudança para outros a de um olhar diferente para o cônjuge, um sentimento mais tranquilo, menos o sobressalto da paixão e mais a desidealização do outro numa perspectiva construtiva da relação. Mas alguns permanecem mesmo em fase conflitual, com acertos que se revelam difíceis, como vimos em dois casos.

A partir destes aspectos comuns podemos estabelecer algumas diferenciações quanto às formas de conjugalidade, os tipos de centramento. Assim, os operários parecem encarar o casamento como uma etapa importante, que se traduz sobretudo em estabilidade, estatuto, meta que se atingiu com um conjunto de papéis a cumprir, que se revelam decisivos para a identidade social e pessoal. Estamos perante a forma de conjugalidade fusional e os dois membros do casal estão muito mobilizados pelo projecto parental. Nos sectores intermédios também parece ser dominante a forma de conjugalidade fusional mas surgem já dois elementos distintivos: maior autonomização da relação conjugal em relação à parental, maior definição de projectos pessoais ligados à profissão.

Nos sectores da pequena burguesia intelectual e científica o casamento tende a ser vivido mais como processo e construção do que como estatuto ou meta a atingir. Estão presentes, e são muito claros, os traços que conferem uma perspectiva modernista de maior autonomia dos projectos pessoais no contexto conjugal e familiar. Mas o género vai estabelecer uma distinção: enquanto os

projectos de realização pessoal são afirmados como legítimos para os dois, na verdade, são os homens e não as mulheres que acabam por os levar à prática. Assim, estando ambos muito assoberbados com o trabalho profissional e com os cuidados com os filhos pequenos, são eles que apesar de tudo conseguem lavar à prática “naturalmente” projectos autónomos — fazer o mestrado, investir em mais formação, gastar tempo em *hobbies*. As mulheres, embora interessadas na actividade profissional, consideram-se em *stand-by*, assumindo mais directamente as responsabilidades familiares. Quando formulam desejos eles passam mais nitidamente pelo alívio da carga doméstica e não é invulgar queixarem-se da falta de dinheiro para poder contratar uma empregada doméstica mais horas. Em conclusão, só eles praticam o “associativismo” que ambos defendem. As mulheres podem sentir-se em situações armadilhadas, de incerteza e dificuldade e, muitas vezes, retraem-se, nos seus projectos mais personalizados, à espera de melhores dias. O forte investimento maternal e familiar funciona aqui, também, como factor de compensação por outros projectos adiados para mais tarde.

Foi neste sector das profissões intelectuais e científicas, aliás, que se sublinharam mais as dificuldades e os constrangimentos desta fase da vida conjugal que é, ao mesmo tempo, cheia de promessas e de novidades e também de conciliação difícil entre as diferentes dimensões da vida, como a relacional, parental, profissional. Interpretou-se esta maior expressão das dificuldades, mais clara ainda no caso das mulheres, como a percepção do contraste entre expectativas anteriores de realização no plano parental e profissional e de grande simetria entre homens e mulheres e a situação objectiva posterior.

Nos outros sectores sociais as expectativas, e particularmente as femininas, poderiam ser de outro tipo, mais centradas no projecto parental, mais desejosas da respeitabilidade do estatuto de mulher casada e de mãe. Notou-se, aliás, que os efeitos de trajectória social podem contribuir para que se faça uma avaliação positiva em relação à sua vida de mulheres casadas, por comparação com a das suas mães. O facto de estas mulheres trabalharem no exterior contribui para as fazer sentir mais respeitadas até pela participação financeira que dão para a casa, transparecendo um clima de solidariedade e companheirismo entre os cônjuges.

Desde logo, podemos identificar um contraste. Os operários entrevistados partilham muito mais (as tarefas domésticas, as limpezas, os cuidados com os filhos) do que provavelmente o assumem e os universitários têm um discurso igualitário, sentem-se “culpados” por não contribuir mais, mas na prática estão a concretizar os seus projectos pessoais. Situação que parece corresponder totalmente a uma conclusão de William Goode (Torres, 2001).²

² Lembremos o que Goode concluía: “os homens da classe inferior concedem, ideologicamente, menos direitos do que suas mulheres realmente obtêm e os mais instruídos provavelmente admitem mais direitos, ideologicamente, do que os que concedem” (Goode, 1963, 1969: 31).

Vemos assim desenharem-se os efeitos de género que começam a distinguir percursos femininos e masculinos. Como vão eles funcionar nos anos seguintes? Este e outros aspectos da análise serão desenvolvidos de seguida no próximo grupo de duração do casamento que designámos por “tempo das mudanças e das transições”.

O tempo das mudanças e das transições: entre os dez e os vinte anos

Entre a visão institucional e a fusional do casamento

Vejamos como encaram a conjugalidade os que estão casados há mais de dez anos e há menos de vinte, começando pelos que exercem profissões operárias. Comparando com os mais novos, vamos encontrar outra linguagem, outras referências discursivas, sem deixar, no entanto, de reencontrar certos fios condutores.

“O casamento para mim foi uma prisão (...) os filhos prenderam-me... eu tinha que ter a noção da responsabilidade e do dever”. Paulo Oliveira, operário metalúrgico de 43 anos, casado aos 29 e pai de cinco filhos, diz que a sua vida depois do casamento mudou radicalmente. Lamenta ter perdido “a liberdade que amava”, referindo-se a um conjunto de vivências que teve antes de casar e a que não pôde dar continuidade.

Com intensa experiência no campo associativo, quer ao nível local, quer ao nível sindical e político, Paulo viveu intensamente o 25 de Abril, mas hoje sente-se muito mal com a situação de ameaça de desemprego que vive na empresa e que o desiludiu profundamente. Parece também olhar o casamento como uma partida do destino, uma armadilha em que, apesar de tudo, foi ele que se deixou apanhar, por ter tomado a iniciativa. Mas a única razão pela qual afirma manter a situação de casado — a responsabilidade contraída ao tornar-se pai de cinco filhos — é igualmente aquela que lhe traz mais satisfação: “(aspectos positivos do casamento) foram os filhos que apareceram, gosto deles, tenho alegria de ter os filhos que tenho... quanto mais eles vão crescendo mais eu vou gostando deles”.

Paulo afirma, também, que se não fossem os filhos, não estaria hoje decerto casado com a mulher, muito embora alimente sentimentos positivos em relação a ela. Acha, aliás, que esses sentimentos evoluíram: “hoje já há qualquer coisa... houve proximidade entre nós”.

Não parece haver dúvidas de que o casamento é encarado aqui como uma instituição a preservar, em obediência às responsabilidades contraídas, independentemente da vontade e dos desejos mais íntimos das pessoas. A aposta é mais familiarista do que conjugalista ou relacional, verificando-se

fraco investimento amoroso. Curioso é ainda notar que o casamento é vivido pelo homem, em relação ao passado, como perda, enquanto no caso da mulher — cuja perspectiva é também predominantemente institucional — o casamento é sentido como ganho de estatuto. Aparece aqui um exemplo mais da relação que temos tentado estabelecer entre os efeitos de trajectória marcados pelo género e expectativas em relação ao casamento. Vejamos como.

Lurdes Oliveira tem 35 anos e avalia a sua vida de casada de forma positiva em relação à de solteira. Considera, contudo, que hoje tem mais responsabilidades e que, como tem muitos filhos, ficou aquém do nível de vida que desejava: “no meu caso, enchi-me logo de cinco filhos... Há raparigas hoje que não vão querer isso...” Sinais de um rumor reflexivo, do pensar e repensar no que é e no que poderia ter sido, sem deixar também de revelar, em todo o caso, a sua perspectiva de valorização do estatuto que adquiriu com o casamento. “A minha vida mudou, mudou sim. Carinho, tenho muito, tenho um bom marido, tenho os filhos que são óptimos, são saudáveis... tenho uma vida diferente, sou senhora daquilo que quero e que me apetece...”

Esta perspectiva de um certa “soberania” — num contexto que para o observador exterior é de grande constrangimento — revela-se ainda noutras afirmações. Apesar das dificuldades financeiras actuais, a verdade é que considera que hoje está mais à vontade para comprar o que quiser, porque antes tinha de entregar o dinheiro todo que ganhava aos pais: “sou senhora do dinheiro, sou senhora de comprar aquilo que quero, quando posso...” Em resposta à pergunta sobre o tipo de coisas que faz hoje que não fazia antes de casar e de que gosta, diz-nos logo: “comprar roupa que eu gosto (...) sinto-me bem por fazer isso”.

Certamente que o que pesa aqui, na comparação entre o presente e o passado, não é uma contabilidade estritamente financeira, mas a sensação, que ela nos devolve mais de uma vez, de ter poder, controlo sobre a sua vida, ainda que esse poder até possa ser, sobretudo, “simbólico”. O pouco dinheiro que lhe resta para compras pessoais é ela que gere e decide o que fazer com ele. Ganho de estatuto, ganho de poder, ganho de identidade, assim parece configurar-se o casamento para Lurdes Oliveira.

Quando avalia as mudanças que se registaram na vida do marido, não deixa de confirmar as “queixas” de Paulo Oliveira: “O meu marido, em solteiro, era muito galdério... gostava da paródia, gostava de conviver com os amigos... é diferente de agora, coitado, para ele mudou muito. Ele podia ter uma vida muito melhor do que a que tem, teve azar...” Não deixa de ser curiosa esta apreciação do “azar”. Na verdade, tudo se passa como se o destino, incontornável, tivesse imposto um modo de vida que ela avalia, por referência ao passado, como sendo manifestamente mais prejudicial para ele do que para ela.

Assim, parece ser também a partir de uma lógica institucional que Lurdes Oliveira encara o casamento. São as situações que surgem e impõem às

peças deveres, responsabilidades, que depois — com azar ou sem ele — têm de ser assumidos. Também não é aparente um forte investimento na relação conjugal, mas antes na relação parental, embora Lurdes afirme ter grande admiração pelo marido e considerar que ele é “muito melhor” do que ela. Os aspectos afectivos são mais sublinhados por ela do que por Paulo. Mas aqui pesam igualmente as referências passadas. Lurdes tem memórias familiares negativas, de conflito, agressões do pai em relação à mãe, que a traumatizaram bastante. Este é outro aspecto que ela valoriza na sua vida presente, considerada bem mais positiva do que a da sua mãe.

Vimos que há diferenças entre Lurdes e Paulo mas que, mesmo assim, os recursos, as representações e as orientações normativas, conduzem a classificar os dois na forma de conjugalidade “institucional”. Vale a pena dizer, contudo, que só não se incluiu Lurdes na forma de conjugalidade fusional porque ela não parece ter a perspectiva romantizada, conjugalista ou relacional, que outras operárias claramente demonstram. Importa lembrar, por outro lado, que a sua projecção identitária no trabalho é muito importante, o que revela, ao contrário provavelmente do que seria de esperar numa visão idealizada da vida familiar e do papel tradicional da mãe, que o número de filhos não significa necessariamente ser definida a vida pessoal como um projecto organizado fundamentalmente à volta deles. Tudo se passa, na situação descrita, como se os filhos tivessem aparecido por obra do destino, obrigando a assumir, depois, responsabilidades. Há poucas margens para opção ou para uma projecção glorificada na maternidade e na família. E é também uma situação muito diferente da que se verifica com outros operários, os quais tendem a desenvolver estratégias de concentração numa família pequena, como forma privilegiada de procura de mobilidade social ascendente.

Mas as diferenças de género fazem-se sentir. Com efeito, surgiram completamente distintas as avaliações centradas sobre certos aspectos do casamento — o casamento como ganho de estatuto, no caso dela, ou o casamento como perda de liberdade, no caso dele —, avaliações que podem ser explicadas pela conjugação dos efeitos de trajectória e de género. Na verdade, o projecto percorrido por homens e mulheres antes do casamento e depois dele, implica diferenciações na forma de viver a conjugalidade, bem ilustradas neste caso. Se elas não chegam para classificar os dois membros do casal em formas de conjugalidade diferentes, torna-se ainda assim necessário fazer certas distinções. Estaremos perante um caso singular? Passar-se-á isto noutros casais? No caso dos operários as assimetrias entre homens e mulheres serão mais acentuadas? E será que a duração do casamento implica outras especificidades? Vejamos outras situações.

Margarida Teixeira, operária, 35 anos, dois filhos de oito e de cinco anos, sonha com o dia em que não tenha de viver com a sogra, embora saiba que não é isso que o marido deseja. Trata-se da aspiração simples, que Durkheim assinalava há já um século, de viver segundo a modalidade da família conjugal

moderna, isto é, sem co-residir com os ascendentes. Esta aspiração, quando não concretizada, traduz-se quase sempre em frustração, para um ou para outro dos membros do casal, como mostraram as entrevistas aos operários mais novos. Não se trata de desvalorizar as relações com a família — sob a forma de afecto, apoio e interajuda — mas de desejar simplesmente que cada núcleo familiar tenha habitação própria, seguindo a velha sabedoria popular do “quem casa quer casa”.

Vítor Teixeira, marido de Margarida, operário e igualmente com 35 anos, não expressa o mesmo desejo. Sendo filho único e órfão de pai há muitos anos, a sua relação com a mãe é muito intensa. De resto, quando nomeia os conflitos existentes, ou os aspectos que o aborrecem no casamento, sublinha os desentendimentos entre a mulher e a mãe. Não pensa deixar de residir com ela. Embora Margarida se conforme com a situação, ela constitui um claro constrangimento.

Mas as diferenças entre os cônjuges não se ficam por aqui. Confrontamo-nos, neste caso, com uma situação em que eles se distinguem quanto à forma de conjugalidade, pendendo a mulher para uma perspectiva fusional, enquanto ele se inclina para a institucional.

“Quando a minha filha nasceu senti muito a diferença... Ele dormia e ela chorava... E eu sentia-me numa solidão... Eu estava habituada àqueles carinhos, àqueles mimosos e agora de volta dela a passeá-la e ter de me levantar às cinco da manhã e ele a dormir...” Margarida diz-nos mesmo que se não tivesse casado tão tarde — repare-se que ela considera tarde casar aos 24 anos — tinha esperado mais tempo até ter os filhos. Ela sentiu muito a diferença depois de os ter. Ter os filhos mudou muito as coisas. Ela precisava dum investimento relacional e íntimo que exclui, de resto, a presença da sogra, para se sentir pessoalmente mais realizada. Esta forma de encarar o casamento, por parte de Margarida, aproxima-se mais da visão fusional do que da institucional. Não há só responsabilidades a assumir, mas também sentimentos, desejos, emoções, investimento romântico. Vítor não se referencia da mesma forma à situação.

Com efeito, além de afirmar que não sabe se estaria casado com a mulher se não tivesse os filhos, diz que ela mudou depois do casamento e que o sentimento que agora nutre por ela não é bem idêntico ao que tinha no início da conjugalidade. Margarida confirma indirectamente a avaliação, ao reconhecer que, nessa altura, ele era “muito mais agarrado”. O marido não adianta muitos pormenores para explicar porque sente essas diferenças, embora admita o mal-estar gerado pelos conflitos que existem — tudo sempre dentro de limites razoáveis — entre a mulher e a mãe. Ou seja, não parece partilhar o desejo de intimidade, privacidade e investimento romântico que ela reclama tão claramente. Tal como Paulo, Vítor parece encarar o casamento e as responsabilidades familiares como decorrentes de deveres contraídos. Refere também, embora de forma menos intensa do que o outro entrevistado, que,

com o casamento, a novidade essencial é a afeição que se passa a sentir em relação aos filhos.

Os dois membros do casal divergem claramente, portanto, na forma de encarar a conjugalidade. Em relação à questão do género, vale ainda a pena avançar que, embora de forma menos evidente do que no caso do casal anterior, também neste se nota diferença entre homem e mulher quanto ao modo de avaliar o casamento numa perspectiva de trajectória. Margarida afirma: "eu tenho mais liberdade hoje do que quando era solteira (não posso dizer isto à minha mãe...), sinto muito mais liberdade do que sentia antes". Ela refere-se ao grande controlo que no passado sobre si era exercido, tendo em conta que era filha única e que o pai morrera muito cedo. No presente, já casada, ela sente, tal como Lurdes, mais margem de manobra, maior capacidade de decidir, à parte os constrangimentos a que fez referência. Apesar de sublinhar o gosto que tem pela vida doméstica e pelos cuidados com os filhos — gosto, de resto, visível na forma como tem a casa bem arranjada — Margarida salienta igualmente a importância que atribui a "ganhar para comer, para não ter de lhes (aos homens) aturar tudo...". Não há contradição, assim, entre querer ser autónoma financeiramente e desempenhar o melhor que pode, e com gosto, as suas responsabilidades familiares e maternas. Claro que com algum preço...

Dos exemplos relatados resulta claro que a cada um dos membros do casal se podem atribuir formas de conjugalidade diferentes. Para classificar essas formas tem de se ter em conta o conjunto de representações e orientações normativas de cada um, as quais podem contrariar efeitos eventualmente homogeneizadores provenientes dos recursos em diferentes tipos de capital e da própria vida em comum. Em condições de existência idênticas, tendo os dois actividade profissional, o que contou para diferenciar Margarida e Vítor foram precisamente, no essencial, as representações sobre o que foi, o que é e o que se desejaria que fosse a vida conjugal. Mas também se notou, tal como aconteceu no caso de Paulo e de Lurdes Oliveira, que o género e a trajectória produzem os seus efeitos específicos. Para Margarida, embora de forma menos enfatizada do que para Lurdes, o casamento significou ganho de liberdade e de autonomia. Com Vítor, o encanto dos primeiros tempos, a afectividade inicial, parece — e dizemos parece porque, apesar dos vários sinais que dá ao longo da entrevista, ele é bem menos loquaz do que a mulher — ter-se progressivamente desvanecido no meio de alguns conflitos de Margarida com a sua mãe. Dupla lealdade, difícil para ele de manter compatibilizada e em igual nível de investimento.

Acrescente-se ainda que a "longa conversa" que é o casamento, segundo a expressão de Berger e Kellner, pode traduzir-se ou não, como eles dizem, numa perspectiva individual que ao longo do tempo se vai integrando e tornando em perspectiva comum — do eu para o nós-casal ou o nós-família. Pode igualmente tornar-se numa espécie de silêncio partilhado. O que um

quer não é o que o outro deseja, aquilo que um impõe implica que o outro se conforme. Conversa que, cheia de rumores e de intermináveis silêncios, nas situações relatadas, não chega a degenerar em verdadeiro conflito nem a pôr em causa a vida familiar conjunta.

Luís, 39 anos, operário, controlador de qualidade numa empresa de alumínio, ex-operário metalúrgico (com formação na antiga escola industrial), é casado com Suzete Soares, 35 anos, ex-operária têxtil que tem hoje o 12.º ano (variante de contabilidade e administração), escriturária numa empresa há 18 anos e com um filho de 16 anos. Filho de pai operário e mãe doméstica, teve nove irmãos, começou a trabalhar aos 14 anos, tendo continuado a estudar à noite. Esta descrição poderia conduzir à conclusão de que estaríamos perante um operário com posições perante a conjugalidade idênticas às dos homens entrevistados anteriores. Mas não é bem isso que se passa. Na verdade, apesar de a inserção social em termos das condições objectivas parecer idêntica, as perspectivas de Luís Soares sobre o casamento aproximam-no mais da forma de conjugalidade "fusional", muito embora haja sinais também de compromisso com a forma de conjugalidade institucional. Exemplos desse compromisso são, de certa maneira, as representações que acentuam mais a vertente da parentalidade do que a relacional ou conjugalista.

Em primeiro lugar, aparece com Luís um discurso de preocupação com a falta de assistência que considera prestar à família, ausente dos discursos masculinos anteriores. A situação que é de certa maneira forçado a aceitar por imperativos da empresa em que trabalha — embora também diga que gosta de se dedicar ao trabalho — é vivida de forma contraditória, chegando a ser fonte de algum conflito em casa. Mas o primeiro a sublinhar descontentamento com a situação é o próprio Luís, que insiste na necessidade de alterar a situação.

Quanto às suas posições sobre as mudanças que introduz o casamento, acentua também a tónica da responsabilidade: "a nossa vida tem sido sempre pautada por uma responsabilidade..." Ao explicar como surge o casamento reforça a ideia da necessidade de independência, associada à necessidade de mudança, mas também de aliviar a situação doméstica e familiar dos pais: "tínhamos que fazer pela vida e havia a intenção da gente se libertar, de tentar uma certa independência, não era fugir de nada, era simplesmente tentar outro tipo de vida". E continua invocando a vida de sacrifício dos pais — e em especial da mãe — para concluir: "e nós, a nossa ideia penso que era sair de casa para os libertar a eles, para desanuviar um bocadinho e termos a nossa vida". O facto de o casal ter apenas um filho, sem nunca ao longo da entrevista se ter falado em qualquer impedimento objectivo, mas também eventual vontade de ter mais, pode ser entendido como o desejo de uma vida diferente e de romper com a situação da família de origem.

Vemos, assim, que a ideia de casar com o objectivo de ganhar mais autonomia e liberdade também surge, tal como já a tínhamos visto ser defendida

por algumas mulheres, embora se possa perceber aqui um sentido de libertação um pouco distinto do que observámos anteriormente. É que as mulheres tendiam a falar de casar como forma de se libertarem do controlo dos pais, controlo sobre a sua liberdade de movimentação, de saídas — onde estava implícito o controlo sexual, no sentido de preservar “honra e reputação” — enquanto para Luís o que parece estar em causa é a libertação de um conjunto de condições sociais e económicas difíceis. O casamento parece nestes casos apresentar-se como uma etapa muito importante da vida, um verdadeiro passaporte para a vida adulta, mas cuja configuração assume formas ligeiramente diferenciadas de acordo com o género e por antecipação dos papéis a desempenhar. Elas desejando que o casamento seja finalmente um grito de liberdade. Eles aspirando a criar condições de vida para a sua nova família mais favoráveis do que as que conheceram no passado.

Disse-se que as representações de Luís representavam um certo compromisso entre a forma de conjugalidade institucional e a fusional. Vejamos um dos sinais que contribuiu para essa conclusão. Na verdade, tal como acontecia com Paulo Oliveira e Vítor Teixeira, Luís acentua mais, quando fala de sentimentos, os que se referem ao filho do que os que dizem respeito à relação conjugal. Isso mesmo se depreende das suas palavras: “acima de tudo penso que gosto muito da minha mulher, adoro o meu filho, penso que talvez seja a coisa que eu mais gosto no mundo, e a minha mulher, é evidente, tem sido uma companheira nos bons e nos maus momentos e penso que é para continuar”.

Esses bons momentos estão associados no caso de Luís ao período inicial do casamento, quando o filho era ainda pequeno. Depois tudo parece ter ficado marcado pelos problemas com o trabalho. O facto de ter saído de uma firma para se meter numa sociedade que não resultou — e que a mulher teria desaconselhado — e de as coisas agora também correrem mal pelo excesso de trabalho e pelo que ele considera ser má organização da empresa, parecem ser invasores da vida conjugal e familiar. Mas o essencial reside aparentemente no facto de os dois membros do casal terem certas divergências de sensibilidade quanto à atitude a tomar perante esta situação de trabalho dele. Luís afirma-se pessimista, na sua óptica por ser conhecedor das dificuldades do mercado, parecendo assim não ver outra solução senão a de se conformar à situação laboral que vive. Suzete parece mais disposta à mudança, atribui grande relevância a essa possibilidade: “em relação ao trabalho dele gostava (que houvesse mudança). Não tem um sábado, não tem um domingo... sim, acho que sim, que era mesmo muito importante...”

Ambos parecem estar conscientes desses aspectos de mal-estar e com vontade de que eles se transformem. A confirmar a convergência estão outras afirmações que fazem sobre o que mudou em si próprios e no outro com o casamento. Luís diz que “mudou para pior”, porque está a tirar tempo à família. Suzete diz que ele está mais “rabugento”, mas afirma também sobre si

própria que, talvez por causa do excesso de *stress* e de trabalho, chega a casa e dá respostas que não quer e que caem mal... (tal como ela acha que acontece com ele): “fico revoltada ao mesmo tempo... penso: mas porque é que isto é assim?”

Vemos, mesmo que seja pela negativa, que ambos desejam uma relação conjugal e familiar mais harmoniosa e liberta dos constrangimentos e das pressões que eles dizem estar fundamentalmente relacionadas com o trabalho. Para Luís o modelo de fusão, de harmonia conjugal e familiar, existe como desejo e nem sequer aparecem as referências negativas à conjugalidade, ou a ideia de perda com o casamento, que vimos nas entrevistas masculinas anteriores.

Também resulta claro que, em termos de prática efectiva, é Suzete que mais aproxima as vertentes do desejo com as da realidade. Na verdade, vemos que, talvez pelo próprio percurso anterior, talvez também pela nítida relevância que dá ao seu empenhamento profissional, Luís exprime vontade de se centrar mais na vida familiar sem parecer estar em condições objectivas para o fazer. Ele valoriza as condições de segurança económica e essas implicam maior empenhamento no emprego. Contradição que o futuro se encarregará de esclarecer. Mas foram estas especificidades — expressão do desejo “fusional” mas simultaneamente menor centramento no conjugal e maior no parental, maior relevância prática do empenhamento no exterior — que se combinaram para avaliar a posição de Luís Soares como mais ambígua do que a de Suzete.

Esta, por sua vez, dizendo que gosta do seu trabalho, afirma não se sentir realizada e desejaria ter mais responsabilidade. Mas é, claramente, em torno da vida familiar — a importância que atribui a o marido ter menos carga profissional, as preocupações com a educação do filho — que se centram de forma relevante as suas atenções. Em relação ao desempenho das tarefas domésticas, tal como as entrevistadas anteriores, ela não conta, praticamente, com a participação masculina. Suzete, no entanto, é muito ajudada pela mãe. Este constitui, assim, outro domínio que mostra os limites de uma partilha fusional no casal. E é também outra dimensão da relação conjugal que Suzete gostaria de ver alterada. A força desse desejo, o silêncio e a insatisfação, não são em todo o caso, aqui, nem de longe nem de perto, tão sublinhados como os de Margarida Teixeira.

Temos assim três casais operários com posições comuns perante o casamento, mas também com algumas diferenças entre si. No primeiro caso — os Oliveira — os dois são facilmente reconduzíveis à forma de conjugalidade institucional, embora haja gradações de posição entre a parte feminina e masculina do casal e o casamento seja considerado por ele como uma “perda” e por ela como um “ganho”. No segundo — Margarida e Vítor Teixeira — temos um exemplo muito nítido de total descoincidência de perspectivas e de formas de encarar a conjugalidade entre a parte feminina e masculina do

casal. Ele familiarista e institucionalista, ela desejando uma vida em casal centrada, simultaneamente, sobre a relação conjugal e parental, mais romantizada e fusional. Na terceira situação temos o marido, Luís, numa posição de compromisso entre uma visão institucional e fusional, mas expressando-se no plano do desejo pela segunda, enquanto a mulher aposta mais decididamente nessa última modalidade de relação.

Vale a pena ainda, e por comparação com resultados de outras pesquisas, sublinhar o que se pode considerar ser a apropriação masculina da vida familiar nos sectores operários. Schwartz (1990: 379-421) propõe que, nestes contextos sociais, os homens tendem a encarar a vida familiar e, particularmente, os filhos como "obra" sua, como se fosse através do prolongamento físico que se exprimisse também a sua capacidade de ser e de fazer. A masculinidade, avançamos nós, pode assim ser medida também pelo valor da obra e daí que a não existência de filhos biológicos possa ser altamente perturbadora. Talvez se possam explicar desta forma as atitudes, quer de Paulo Oliveira quer de Luís Soares, que denotam maior investimento afectivo em relação aos filhos do que em relação às próprias mulheres.

José Manuel Peixoto tem 38 anos, é actualmente formador, tendo sido antes mecânico bate-chapa. É casado há dez anos com Helena, 33 anos, técnica de contas (com formação média em contabilidade) e têm ambos um filho de três anos.

Este casal constitui um bom exemplo da perspectiva combinada de investimento familiar (parental), conjugal, estatutário e institucional. Em termos de formas de conjugalidade parece novamente, em todo o caso, um compromisso entre a fusional e a institucional.

O discurso sobre o casamento de José Manuel — o que ele diz sobre o desejo ou os receios de casar, os momentos maus e bons, os conflitos e aborrecimentos, a perspectiva sobre as mudanças identitárias — aponta com lucidez para uma visão da conjugalidade entendida como importante etapa de passagem para a vida adulta, traduzindo uma vontade de estabilidade, de maturidade e de estatuto. A perspectiva segundo a qual o casamento implica "necessariamente" sacrifício do bem-estar pessoal ao projecto colectivo, é partilhada por José Manuel e Helena. Diz-nos ele: "Eu gosto de estar casado, gosto da Helena, gosto do meu filho. Uma coisa é gostar da Helena e gostar do meu filho, outra coisa é gostar de ser casado. Eu podia gostar dela mas não conseguir viver casado, portanto não gostava do casamento. Como quando estava solteiro gostava de estar solteiro. As coisas que eu fazia quando estava solteiro, rompi com todas elas. Discotecas, noite, mulheres, rompi..." Na óptica de José Manuel existem fronteiras bem marcadas nas etapas da vida, sendo agora o tempo da respeitabilidade e do casamento. E apesar de uma visão aparentemente compósita — o casamento é a relação com a pessoa mas é também a situação de estar casado, ele gosta também do casamento que é, curiosamente, a instituição que suscita reticências em tantos outros — o que parece

ser mais realçado é, apesar de tudo, a lógica contratual e institucional. De facto, quer quando justifica a razão de ser do casamento, quer quando se posiciona perante o carácter institucional da conjugalidade, insiste precisamente nessas tónicas e sublinha-as.

Quanto à visão contratual do casamento, ela confirma-se ao afirmar que quando as pessoas casam assinam um contrato que dá segurança, comprometem-se e passam a pensar: "pronto, já tenho um bocadinho de poder, de domínio sobre ti". Esta visão, considerada por F. de Singly (1987a) mais frequente no caso das mulheres dos sectores populares, em virtude da sua situação de dependência, pode também, no caso de José Manuel, ser explicada pelo facto de a sua mulher deter mais capital económico e escolar e até os sogros terem contrariado o casamento no início — "achavam que a filha devia casar com um doutor". Por outras palavras, a necessidade da formalização de um laço relacional como o casamento pode estar relacionada com um problema de situação — estar mais ou menos dependente, sentir-se com menos recursos e competências do que o outro(a) — e não referir-se a uma qualquer característica intrínseca feminina. Só que, na verdade, são as mulheres que, com frequência, se encontram em situações desse tipo, ainda que no plano das ideias elas já tenham tendência a defender outras perspectivas. Curiosamente, não só são mais as mulheres do que os homens a defender a perspectiva não institucional do casamento, como José Manuel é dos poucos que contrariam a tendência global de rejeição dessa forma institucional da conjugalidade.

A mulher de José Manuel, Helena, defende uma perspectiva um pouco diferente, embora se possa reconduzir a uma lógica institucional. Na verdade, ela tem uma posição espiritualista relativamente ao casamento e considera que Deus tem um papel importante na sua vida, mas acentua também o papel da responsabilidade, do compromisso e da respeitabilidade do casamento.

Outros factores apontam, porém, no caso dele como no dela, para uma perspectiva menos institucional. A divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos não segue os cânones tradicionais de estrita diferenciação entre homens e mulheres, verificada noutros casos, participando José Manuel bastante quer num quer noutro plano. Ele tem aliás uma expressão interessante, quando sublinha que é capaz de desempenhar, e desempenha habitualmente, qualquer tarefa doméstica, desde passar camisas a ferro a tratar das refeições diárias: "eu não dependo de uma mulher, eu dependo é de uma companheira".

Por outro lado, Helena, que antes do nascimento do filho se implicava profissionalmente sem reticências, considera agora que a função materna e familiar lhe exige muito e acha necessário sacrificar o seu interesse profissional ao interesse da família. Ou seja, assume uma perspectiva mais fusional.

Outro aspecto de certa maneira sintomático da adequação entre expectativas relativamente ao casamento e situação efectivamente vivida é o facto

de no plano do desejo de mudança essas expectativas não apareceram salientadas. Apenas Helena considera que gostaria de ter mais tempo para poder fazer ginástica. Temos assim um casal que, tal como o casal Soares, parece representar um compromisso entre a forma de conjugalidade fusional e a institucional. Será que o facto de se situarem entre a condição operária e a não operária explicará tal lógica de compromisso, como no caso do outro casal? Será que o maior capital escolar das mulheres destes dois casais contribuirá para explicar também esta combinatória específica?

Octávio, 39 anos, actualmente desenhador orçamentista, é casado há 17 anos com Antónia Neno, 35 anos, ex-operária têxtil (profissão quando casou) e agora escriturária. Têm um filho de 15 anos. São exemplo de trajetórias, que adiante reencontraremos, representando formas atenuadas de mobilidade ascendente através da escolaridade. Ela passa de uma profissão operária desqualificada para empregada executante, mas num trabalho de escritório. Ele transita de um trabalho técnico pouco qualificado para um trabalho mais qualificado e com alguma responsabilidade de chefia.

Como já se tinha verificado quando se abordou a relação entre trabalho e vida conjugal, a classificação em termos de classe social suscitou aqui algumas dúvidas, já que é grande a proximidade da condição operária. O mesmo acontece, aliás, com outro casal que analisaremos de seguida. Trata-se, na verdade, de situações de transição, típicas de fases intermédias em que se está ainda num momento do ciclo de vida em processo de consolidação. De todo o modo, quanto às representações, vamos ver que elas se distinguem até certo ponto das dos dois casais de operários, os Teixeira e os Oliveira, lembrando que aí a condição social de maridos e mulheres era partilhada. Em processos de mobilidade ascendente é frequente, de resto, que os grupos de referência, no sentido de Merton (1968), sejam os grupos sociais para que estrategicamente se tende, o que não deixa de ter efeitos significativos nas representações e nos valores.

Em primeiro lugar, o que salta de imediato à vista é que Octávio e Antónia partilham a mesma forma de conjugalidade que se considerou ser a "fusional", com investimento muito claro no plano da relação conjugal, bem como no plano da relação familiar. A relevância maior vai para o nós-família e para o nós-casal, em detrimento dos projectos estritamente pessoais. A visão sobre o casamento de Octávio, de certo modo é também estatutária, com a ideia de que as idades da vida são bem demarcadas, mas não aparece, como no caso de Paulo ou de Vítor, qualquer perspectiva de "perda" com o casamento. Pelo contrário, afirma ele, ganhou estabilidade, procurou cumprir adequadamente o "compromisso": "Eu adaptei-me facilmente ao casamento. Eu não pensei que fosse assim uma vida sacrificada, não. Foi uma coisa natural, adaptei-me facilmente".

Se alguma diferença introduzida pelo género existe entre Octávio e Antónia, é apenas uma questão de ênfase. Para ela, com efeito, e tal como para

Margarida e Lurdes, o casamento foi também uma libertação: "Não tinha receios absolutamente nenhuns, eu queria era casar. Queria passear, queria coisas que nunca tinha visto, queria ser um bocado mais livre, não ser tão pressionada". A trajetória até ao casamento, marcada pelo género, confere algumas particularidades às representações de Antónia, aproximando a sua experiência daquelas que já tínhamos observado no caso de outras mulheres — filhas de operários — sem contudo implicar grandes fissuras.

De resto, a valorização pragmática de ganho de "poder" com o casamento também se sente em Antónia, embora essencialmente ligada à importância de ganhar dinheiro. A propósito da evolução dos direitos das mulheres, aliás, não deixa de assumir uma posição que revela de forma lúcida a própria ambiguidade e dificuldade da situação feminina. "As mulheres pensam que estão mais espertas do que eram antes, mas não estão, porque se esfalfam a trabalhar fora e dentro de casa... Apesar de terem mais liberdade... Hoje em dia nós temos voz activa, ganhamos os nossos ordenados, temos o nosso poder. Eu penso que dinheiro é poder. Eu ganho o meu ordenado, tenho o meu poder". Este tipo de ambiguidades já foi encontrado e vamos vê-lo repetido, por estas ou por outras palavras, em muitas entrevistas femininas.

Quanto à percepção das mudanças — de práticas, identitárias, etc. — ao longo do percurso conjugal, ambos coincidem na ideia do amadurecimento dos dois ("éramos uns miúdos quando casámos"), mas sem que a perspectiva romântica se tenha alterado muito. Acham que se manteve o sentimento amoroso, tal como existia nos primeiros tempos. Ele insiste que não se esquece nunca das datas importantes, que lhe oferece sempre, entre outras coisas, ramos de flores. Ela não só confirma tudo isso como, ao comentar a participação do marido nas tarefas domésticas — ele faz o jantar praticamente todos os dias porque chega mais cedo — e outro tipo de interajudas, remata: "ele é mesmo a minha outra metade!"

A visão sobre o casamento de Octávio não se limita, contudo, à dimensão romântica: "A gente assume um compromisso, eu assumi este compromisso e tenho que fazer por ter uma vida estável; eu tentei e consegui, não tenho um vida muito boa, mas tenho uma vida estável". O casamento é assim, um compromisso onde estão claros os deveres e as responsabilidades, mas com a necessária e suficiente conotação romântica. Combinação fundamental, que algumas das jovens divorciadas operárias, entrevistadas em anterior pesquisa, justamente desejavam que os seus ex-maridos tivessem praticado!³ Parece que Antónia Neno terá tido, até ver, mais sorte do que elas.

Na verdade, ela acha que, apesar "das brigas e zangas normais entre os casais", são um casal "quase perfeito". E as diferenças entre eles parecem, de certo modo, compatibilizar-se. Nada disso impede que ela se declare insatisfeita com muitas coisas e diga que, se pudesse, mudava quase tudo. Afirma que poderia ter sido melhor mãe, considerando que foi demasiado

permissiva, gostava de se sentir mais realizada profissionalmente, gostaria de ganhar mais dinheiro para ter "oportunidade de ter mulher-a-dias", de modo a não se cansar tanto.

Octávio parece mais conformado. Embora queira progredir e ganhar mais dinheiro, não sublinha esse desejo porque está receoso e na defensiva com a sua situação no emprego, já que a empresa ameaça fechar. Mas estamos longe da visão de desilusão total, e quase desespero, que Paulo Oliveira exprime atrás. Octávio não deixa de sublinhar que a dimensão profissional, como realidade ou como apreensão futura, lhe ocupa demasiado a vida, porque considera seu dever dar mais tempo à família. Isto é, parece incorporar, de forma muito diferente da de Paulo, valores colectivistas e familiares fusionais.

As actividades de lazer e de convívio do casal também apontam no sentido da sua classificação na forma de conjugalidade fusional. Fazem uma vida social restrita e esporádica, centrada na visita a alguns familiares muito próximos. Praticamente não estão com amigos e também não têm actividades separadas. Não se aproximam assim do modelo de que falava Schwartz (1990) quando aludia à existência nos sectores operários de uma contradição entre um discurso colectivista e fusional no seio do casal a propósito das actividades que desenvolviam em comum e uma prática que era na verdade de grande dissociação. Poderá o facto de Octávio e Antónia Neno estarem em situação de transição para uma condição não operária explicar esta diferença? Veremos que noutros casos deste grupo que classificámos como *tempo das transições* se observam características semelhantes.

Entre a forma de conjugalidade fusional e a associativa

Lurdes Pessoa tem 31 anos, é secretária numa grande empresa e frequentava o 1.º ano de um curso superior quando casou com José Pessoa, 35 anos, programador informático num banco. Estão casados há onze anos e têm dois filhos de dez e de sete anos. Ao contrário dos casais anteriores, nestes não se sente qualquer proximidade com a condição operária e se alguma tentativa existe é no sentido ainda de uma certa promoção social. Lurdes decidiu retomar os estudos superiores em regime nocturno, que tinha interrompido quando nasceu o primeiro filho, apesar de estar a trabalhar numa empresa de

3 É quase inevitável que a memória voe para estes casos que ficaram tão bem gravados. Na verdade, as divorciadas que incluímos na forma de conjugalidade "fusional" queixavam-se da falta de sentido de responsabilidade e dos compromissos dos seus ex-maridos, mas também diziam sentir falta de companheirismo e de um relacionamento mais romântico. Qualidades essas que Octávio, em contrapartida, parece reunir (Torres, 1996).

que gosta e onde tem uma situação estável. Mesmo assim não se sentia realizada com o trabalho que faz e pretende mais. Esta sua decisão, já que os filhos são ainda pequenos, fez com que José Pessoa passasse a ocupar-se muito mais dos filhos do que ela. Trabalho que ele não enjeita, porque considera que para Lurdes é importante a realização do objectivo de finalizar o curso que se tinha proposto. Aliás, o facto de estar sempre com os filhos à noite enquanto a mulher está na faculdade e de ter de ser "pai e mãe", como ele diz, levam-no a afirmar que tem menos paciência com eles do que a mulher — que acaba por desculpar mais os filhos, tal como o homem tradicional, porque não tem de fazer o papel de "mau" e está menos tempo com eles. Exemplo adicional de que, mais importante do que qualquer característica intrínseca — do "feminino" ou do "masculino" — o que pesa, na verdade, são as condições objectivas da situação em que se está envolvido e o papel efectivamente desempenhado, independentemente do sexo.

A "inversão" do esquema tradicional é um dos exemplos de que o casal de que estamos a falar se posiciona de forma muito diferente dos que analisámos até aqui. Houve uma fase em que ela desistiu de estudar, logo no início e quando do nascimento do primeiro filho. Mais tarde, e quando ela sentia um pouco mais de disponibilidade, foi a vez de ele se retirar para ela poder dedicar mais tempo ao cumprimento de um projecto pessoal. O que aqui aparece implicitamente é uma concepção do projecto de conjugalidade que admite depender o bem-estar do casal do bem-estar pessoal de cada um dos seus membros, concepção que neste grupo de duração do casamento ainda não tinha surgido. Podemos então aqui identificar uma forma de centramento que conjuga o projecto pessoal com o relacional, o conjugal e o parental. Em termos da forma de conjugalidade, pelo menos da parte de Lurdes Pessoa, estamos, certamente, perante a modalidade associativa. O marido também aderirá a ela, já que nada na entrevista faz supor que a situação se tenha tornado ou esteja a tornar conflitual.

Quanto à forma como se encara o casamento e a mudança, se é verdade que José Pessoa sublinha igualmente que o casamento trouxe um ganho de maturidade e de responsabilidade, como outros entrevistados fizeram, a verdade é que ele e ela exprimem um discurso mais relacional e afectivo, sem salientar, como outros fizeram, aspectos formais ou institucionais da relação.

Tudo se centra na ideia de um crescimento em conjunto que solidificou e aprofundou muito os laços amorosos que os uniam no início, constituindo exemplo da ideia de amor-construção de que se falou atrás. Não só as expectativas perante o casamento eram sobretudo relacionais — um companheiro/a para a vida, um projecto onde estavam incluídos os filhos mas sem que esses ocupassem excessiva centralidade — como não se encaixavam naquele tipo de posições que relacionavam, sobretudo, como vimos noutros casos, o casamento com respeitabilidade ou estatuto. As expectativas relacionais

foram e têm sido cumpridas e terão até sido excedidas, na medida em que os sentimentos se aprofundaram na tal lógica construtiva.

No que respeita a aborrecimentos e conflitos, falam os dois de um fase difícil, quatro anos depois do casamento, em que houve alguma conflitualidade. Não fazem diagnósticos definitivos, admitindo ele que, como nunca tinham tido problemas durante o namoro, eles teriam eclodido numa época em que surgiram algumas dificuldades económicas. Lurdes, pelo seu lado, põe a hipótese de uma crise pessoal e de crescimento. Lembram-se também de que, pela mesma altura, surgiram problemas a propósito da divisão das tarefas domésticas, quando tinham os dois de fazer aquilo que não apetecia a nenhum deles. Os conflitos cessaram quando, com mais meios financeiros, contrataram uma empregada que faz o trabalho fundamental de limpeza e arrumação dois dias inteiros por semana.

Quanto aos aspectos da sociabilidade é ainda preciso distinguir este casal em relação a outros. Embora a maior parte dos lazeres sejam passados em conjunto, a verdade é que ela, por vezes, vai a discotecas com amigas, já que José Pessoa não aprecia esse tipo de divertimento. Exemplo assim, também, de alguma autonomia de cada um dos membros do casal.

Aspectos semelhantes aos do casal Pessoa, simultaneamente com algumas diferenças, caracterizam as posições do casal Sousa perante a conjugalidade. António tem 45 anos e é desde há alguns anos dirigente sindical, tendo sido anteriormente operário; está casado há 17 anos com Teresa Sousa, de 40 anos, e têm dois filhos de 14 e de 11 anos. Ela trabalha como empregada de escritório mas está a tirar um curso universitário à noite.

Depois de uma experiência de vida em conjunto, a pressão dos pais dela conduziu-os ao casamento, que os dois encaravam como possível perda de autonomia individual. Teresa explica a forma como conceptualmente resolveram estes receios: "sim, tinha muitos (receios quanto ao casamento). Não tinha nada a ver com a pessoa (...) era em relação à instituição casamento (...) a expectativa que se cria de que aquelas pessoas a partir daquele momento têm a obrigação de partilhar tudo, em princípio viverem o resto da vida juntos... e eu para isso não estava preparada (...) neste momento, como nós costumamos brincar, a nossa experiência dura há 17 anos, resolvemos dar a volta por este lado". António Sousa, por sua vez, também refere a perda de autonomia e de liberdade como uma das características da instituição casamento.

As afirmações de Teresa suscitam desde já dois comentários. O primeiro, para lembrar as diferenças que separam este tipo de discurso do de José Manuel Peixoto, por exemplo, e só para referir um caso, para quem a instituição conjugal — com o seu lado contratual e previsível — representava algo que acrescentava algo de positivo à relação. São exactamente esses os aspectos que "assustam" Teresa e que a fazem definir a sua vida conjugal como experiência permanente e aberta a qualquer revisão, que se vai mantendo pelo que vai valendo e pelo que se vai construindo. O segundo comentário, para

lembrar também que as afirmações desta entrevistada constituem excelente exemplo do que autores como Kellerhals designaram por "modelo modernista" — precisamente essa ideia de rejeição da instituição e a defesa da lógica da submissão da relação ao bem-estar de cada um, como condição necessária para o bem-estar do colectivo conjugal e familiar.

Mas vejamos outros aspectos específicos da vida deste casal. Para começar, desde logo ao contrário do que acontecera com os Pessoa, que tiveram um namoro clássico, neste caso a aproximação ao casamento passa pela experiência de vida em conjunto e a decisão de casar é inteiramente pragmática. A instituição aparece mais como ameaçadora do que protectora e não é valorizada na sua dimensão estatutária, como acontecia no caso de outros entrevistados dos sectores operários. O casamento, para Teresa, também não representa ganho de estatuto, ao contrário do que acontecia com outras mulheres. Temos, assim, uma visão da conjugalidade mais centrada sobre o relacional, uma perspectiva de "experiência" que se mantém pela sua própria qualidade intrínseca. Por outro lado, os cônjuges preservam alguma autonomia pessoal, tendo Teresa assumido opções, como a de retomar os estudos na universidade, que à primeira vista demonstram capacidade de protagonismo da parte dela, já que são decisões que obviamente introduzem alterações significativas na vida da família. Por tudo isto, adequa-se aqui a forma de conjugalidade associativa e, apesar de alguns matizes que diferenciam ligeiramente as perspectivas dele e dela, poderemos assumir para já que os dois partilham essa mesma forma de conjugalidade.

Outra especificidade deste casal em relação a outros é o facto de se terem conhecido num contexto de participação sindical e política. Nasceu daí a consciência de cumplicidades ideológicas que estiveram presentes na decisão de viverem juntos e depois casarem. Não se trata aqui tanto da mera concordância política, mas mais de uma opção por um estilo de vida que afecta claramente a conjugalidade e a família. Para Teresa, o facto de António sacrificar, em certas ocasiões, a vida familiar à vida sindical e política pode não ser, num determinado momento, bem recebido, mas trata-se, no plano global, de um compromisso que ela acaba por aceitar, já que a relação, desde o início, foi marcada por este tipo de escolhas ideológicas. Num certo sentido, trata-se também de aceitar a autonomia do outro, tal como ela espera que ele faça em relação às opções que tomou mais recentemente.

O companheirismo, o sentido da partilha da solidariedade e da interajuda são, no plano relacional e amoroso, os aspectos mais valorizados, quer por Teresa quer por António Sousa. Não temos assim uma super valorização romântica, mas também não estamos perante o pragmatismo mais evidente. No plano das mudanças pressentidas no decurso da vida conjugal, os dois salientam a maior responsabilidade e maturidade.

Pudemos detectar, no entanto, algumas diferenças entre a parte

feminina e a masculina do casal, que não chegam para os classificar em diferentes formas de conjugalidade. O discurso, e em certos aspectos a prática de Teresa, revelam protagonismo na procura da afirmação de projectos pessoais autónomos e independentes e apoiam-se mesmo numa retórica da igualdade entre homens e mulheres reivindicativa e fortemente marcada. As suas afirmações a propósito da partilha das tarefas domésticas são lapidares, demonstrando uma consciência feminista aguda, atenta aos pormenores do dia-a-dia. Contestando a ideia de "ajuda", contra a ideia de "partilha" das tarefas, de forma muito clara ela afirmava: "Tu ajudaste-me a quê? Ajudaste-me a vestir? Ajudaste-me a lavar? Isto é que podia ser uma ajuda a mim. Fizeste coisas de casa que é onde tu vives e eu vivo também, portanto, a mim não me ajudaste nada".

Por outro lado, e no plano mais subjectivo, é também ela que afirma em relação às fronteiras da intimidade e da partilha com o outro uma perspectiva de sinceridade, sem falsos moralismos, exemplar da perspectiva que classificamos aqui de "amor-construção". Quando interrogada sobre a "atração" por outras pessoas ao longo da vida conjugal responde — como aliás outra(o)s entrevistada(o)s — mas com muito mais clareza, que essas atrações existiram — "estranho seria se não existissem, pois é um dos sinais de que estou viva!" — mas que elas foram situações passageiras, nunca concretizadas, porque sempre prevaleceu para ela a opção de fundo, a fidelidade em relação ao projecto conjugal.

A visão de independência e autonomia de Teresa revela-se também de forma muito evidente, por outro lado, nas suas escolhas perante a actividade profissional. Na verdade, apesar de dizer que gosta do trabalho que faz, decidiu tirar um curso universitário, como Lurdes Pessoa, para se valorizar e eventualmente vir a desempenhar outro tipo de actividades no plano profissional. Esta opção introduziu uma certa dificuldade em gerir as responsabilidades familiares e mesmo alguma conflitualidade no início. O marido de Teresa também tem uma profissão que o obriga a sair do país e, às vezes, a trabalhar ao fim-de-semana e a desenvolver actividades associativas. Mas, ao contrário de José Pessoa, não foi António Sousa a responsabilizar-se mais pelos cuidados com os filhos para permitir que a mulher estudasse à noite. O que aconteceu foi que a mãe de Teresa, que mora no mesmo prédio da filha, toma conta dos netos quando saem da escola secundária e chega a adiantar o jantar — que, às vezes, é António a terminar —, acabando o auxílio materno por ter papel decisivo na concretização desse desejo de realização pessoal por parte da entrevistada.

Tudo aponta, assim, no sentido de o protagonismo feminino se desenvolver apenas quando as mulheres sentem que têm condições para pôr em prática as suas ambições pessoais sem prejudicar, pelo menos excessivamente, a vida familiar. Ou porque sabem que podem contar com o marido para as substituir junto dos filhos — situação que por várias razões, objectivas e

subjectivas, é pouco frequente — ou quando sentem que têm apoio de familiares próximos. As opções de realização pessoal dos homens são muito menos dependentes dos condicionalismos familiares.

Olhando agora para o grupo dos sectores intermédios no seu conjunto, é possível destacar alguns aspectos interessantes. Por um lado, no plano da mobilidade social, vemos que se trata de um sector que funciona como ponto de chegada — para os de condição operária, como foi o caso dos casais Peixoto e Neno — e como ponto de partida, como é susceptível de acontecer com os Pessoa e os Sousa.

Pode aliás avançar-se a hipótese de que a própria escolha do cônjuge, a posição perante o controlo da fecundidade e os valores a propósito da família e do casamento façam parte de uma "estratégia" inconsciente, como lhe chamaria Bourdieu, que tenha exactamente como consequência a mobilidade ascendente.

O facto de as mulheres casadas com operários, ou ex-operários, terem níveis de instrução mais elevados do que outras mulheres casadas com operários que analisámos, como era o caso dos Oliveira e dos Teixeira, contribui certamente também para explicar os processos de mobilidade e as diferenças em termos das formas de conjugalidade entre estes casais dos sectores intermédios e os operários.

Acresce, aliás, que várias dessas mulheres procuraram juntar aos níveis de instrução de partida outras formas complementares de formação, enquanto outras continuam a estudar para aumentar, ainda, os níveis já adquiridos. Mais um exemplo do interesse em utilizar o grupo doméstico como unidade de análise, tal como fazem alguns investigadores portugueses (Ferreira de Almeida e outros, 1984; Nunes de Almeida, 1993, entre outros), dando visibilidade ao estatuto e à inserção social das mulheres, não as deixando na sombra, como outros fazem ao identificar apenas a pertença social do marido, como referimos atrás.

Também é verdade que, por comparação com outros grupos de duração do casamento, é neste sector dos 10 aos 20 anos que encontramos de forma mais marcante as transições e os processos de mudança. Ou seja, como se sugeriu no capítulo 1, o facto de a conjugalidade e a vida familiar terem ritmos que configuram fases de maior ou menor constrangimento e de maiores ou menores margens de manobra individual dos cônjuges — a idade dos filhos e os respectivos graus de dependência são exemplo dessas fases — tem em si mesmo efeitos específicos.

Assim, quando os filhos ficam mais autónomos, como acontece neste grupo de duração do casamento, passa a ser possível repensar projectos individuais noutras fases anteriormente abandonados e dar-lhes eventualmente sequência. Claro que, como temos sugerido, porque esses efeitos são também mediados pelo género e pela diferença sexual, eles são mais constrangedores para as mulheres do que para os homens. Em todo o caso, mesmo a maior

margem de manobra dessas entrevistadas não deixava de ser "permitida" por condições familiares de apoio favoráveis que tornavam possíveis, sem grandes rupturas, tais opções individuais. É na conjugação destes diferentes factores — opções conjugais e familiares, valores, nível de instrução, momento no ciclo de vida conjugal — que se devem procurar explicações sobre a especificidade dos sectores intermédios, em relação a outros com a mesma duração de casamento.

Autonomia e realização pessoal: a prevalência do "eu" no masculino

No plano das referências discursivas, vamos encontrar algumas novidades nos casos que se seguem, os quais têm em comum o facto de os entrevistados pertencerem à burguesia ou pequena burguesia técnica e de enquadramento e exercerem profissões como as de engenheiro(a)s, advogado(a)s, economistas, professores. Certo tipo de representações, posições e mesmo de práticas, já tinham aliás surgido, em esboço, nos sectores intermédios, sobretudo nos que se encontravam em trajectória ascendente para o sector social de que falamos. Mas o que já se antevia torna-se agora mais evidente: uma perspectiva sobre a conjugalidade muito mais individualizada e autonómica, menos dependente da lógica de conjunto, mais pragmática em certos casos, mais relacional noutros.

Estamos assim muito longe das visões institucionalistas ou fusionais: a instituição serve o indivíduo, acomoda-se aos seus anseios e desejos. Se surge alguma ameaça de ruptura da relação, a justificação para a impedir localiza-se, também, no interesse do indivíduo: porque lhe pareceu mais vantajoso nos diferentes planos, incluindo o afectivo, manter a relação conjugal e familiar sem alterações de morfologia. Tal como no chamado modelo "modernista", é a harmonia individual que comanda o bem-estar do conjunto.

Simplemente, também aqui vamos observar, com alguma clareza, os efeitos de género. Assim, a prevalência do "eu", pelo menos nos casais entrevistados, conjuga-se muito mais no masculino do que no feminino. Tudo se passa como se o casamento fosse para os homens uma espécie de pano de fundo que é necessário manter em funcionamento de forma relativamente harmónica e sem problemas, para que lhes seja possível pôr em prática as suas capacidades e investir nos seus projectos pessoais. São projectos centrados essencialmente na profissão, como forma decisiva de realização pessoal. No caso dos homens, não sendo inexistente o investimento noutras esferas, como a conjugal ou a parental, elas aparecem geralmente secundarizadas. Pode admitir-se, em todo o caso, que a articulação de investimentos tenha eventualmente uma geometria variável noutras situações, com homens dos mesmos sectores sociais, e que essa variação seja explicável por factores como a ideologia, a trajectória social, o momento do trajecto profissional e do ciclo de

vida, a influência das lógicas familiares de origem, as expectativas iniciais relativas à divisão dos papéis sexuais e ao casamento.

Na verdade, como vimos atrás no caso dos homens mais novos com a mesma pertença social, há perspectivas sobre a vida conjugal e familiar muito menos pragmáticas e autonómicas, que não se adequam a esta visão da vida familiar como "pano de fundo" e que traduzem um verdadeiro investimento afectivo e relacional em esferas além da profissional. Trata-se de casos susceptíveis de ser explicados, entre outras razões, exactamente pelo que temos sugerido, isto é, por efeitos de contextos anteriores em que já houve uma socialização masculina mais moderna e mais sensível às dimensões afectivas e amorosas da vida familiar e conjugal. Mas o que é facto é que encontramos também "em potência", noutros entrevistados mais novos, o tipo de discurso que vamos encontrar sistematizados, nos homens casados há mais anos, como os do grupo de duração de casamento que agora analisamos. Como se sabe, os graus de modernidade das aprendizagens sociais são diversificados em cada temporalidade histórica, variando, designadamente, com os meios de origem.

Por sua vez, também nos mais velhos vamos encontrar, por maioria de razão e mais frequentemente, este tipo de visão da família — o tal "pano de fundo" protector e defensivo, mas secundarizado em termos de valorização e de investimento. O que não traduzirá senão a representação um pouco mais sofisticada da versão tradicional, que reservava aos homens o intelecto e a realização pessoal no exterior e às mulheres o afecto e a realização familiar e doméstica.

Quanto às mulheres, tudo indica que, embora surja a formulação de projectos pessoais profissionais, eles podem funcionar com o mesmo nível de relevância do que os familiares e conjugais, sem se observar a hierarquização implícita que se consegue perceber nos projectos masculinos. Não se trata para elas de cumprir o mínimo, no plano familiar, para assegurar esse tal "pano de fundo", mas antes de assumir verdadeiramente a máxima responsabilidade pela família e, além disso, realizar-se profissionalmente se for possível, se houver condições para isso, se se estiver disponível para fazer um esforço suplementar. A ideia de prevalência do "eu" no feminino, nesta forma de conjugalidade, assume assim aspectos particulares. As mulheres não "delegam" em ninguém a família — também não teriam a quem —, assumem-na, investem nela, procuram realizar-se através dela, tal como noutras esferas da vida social.

A ideia e a prática da prevalência do "eu", que assume a harmonia conjugal como decorrente, no fundamental, do bem-estar de cada membro do casal, e que é de facto mais comum nestes sectores sociais, é mais evidente no feminino numa afirmação pela negativa. Isto é, ela parece surgir mais frequentemente quando a relação conjugal em que as mulheres investem — e precisamente porque esta é uma dimensão de investimento tão importante como as

outras — é avaliada como consistentemente insatisfatória e podendo implicar por isso decisões dolorosas, como vimos nas situações de divórcio (Torres, 1996). Isso não significa, claro está, que a afirmação do eu feminino nestes sectores se restrinja às situações de pós-ruptura conjugal.

Com os homens, tudo parece apontar para a tal ideia do casamento como um “adquirido” que permite bem-estar e projecção no exterior. Só em situação em que o tal mínimo não é, manifestamente, assegurado, é que surge algum questionamento. Claro que também analisámos inúmeros casos de divórcio, nestes sectores sociais, de iniciativa inteiramente masculina. Mas não será por acaso que, igualmente com frequência, os homens tendiam a explicar a ruptura a partir de um mal-estar pessoal (deles próprios), por vezes mesmo difícil de definir ou de se lhe poder localizar a origem. Encontrámos também os que, por razões ideológicas, por socialização menos tradicionalista em relação à divisão dos papéis sexuais, ou por outros motivos, apostavam tanto na conjugalidade como na família e na esfera profissional. Não eram, no entanto, estes os casos mais frequentes, tal como acontece agora com os casados.

Rosa Silva, 42 anos, é advogada numa empresa e também sócia minoritária numa firma de advocacia. Está casada com João Luís, de 41 anos, há 18. Ele é economista, director-geral de uma empresa de que é também o principal accionista. Têm duas filhas de 14 e 16 anos.

As afirmações de João Luís remetem-nos, de forma clara, para a forma de conjugalidade que designámos por associativa. Rosa, em virtude da própria trajectória conjugal, parece ter sido forçada a adaptar-se a essa forma de conjugalidade quando, na verdade, e provavelmente desde o início, desejaria uma modalidade mais “fusional” de casamento. Vejamos como.

Conheceram-se num liceu do interior e começaram a namorar, ainda que com alguma contrariedade dos pais de João Luís, os quais consideravam que ele poderia vir a fazer “melhor casamento”. Há, na verdade, diferença em termos de origem social entre os dois, sendo este caso um dos exemplos de hipergamia feminina. A pressão dos pais levou, de resto, a uma interrupção do namoro. Mais tarde retomam a ligação e já em Lisboa, para onde ambos se tinham deslocado para frequentarem a universidade no início dos anos 70, começam a viver juntos de forma relativamente encoberta. Acabam, mais tarde, por convencer a família e casam de forma pragmática pela igreja, para não ferir susceptibilidades. A entrada na vida conjugal foi progressiva, assemelhando-se apenas aos poucos casos de entrevistados que coabitaram antes de casar, como aconteceu neste grupo de duração do casamento, com os Sousa. Casar não representou assim, nem para ela nem para ele, perspectiva de ganho de estatuto ou de perda, mas foi o simples prolongamento da relação, que por critérios estritamente pragmáticos julgaram necessário oficializar e formalizar.

Quanto ao decurso da vida conjugal, João Luís identifica algumas das

suas fases da seguinte maneira: primeiro havia entendimento sem perturbação, depois apatia, depois conflitualidade, depois a superação e a sucessão de algumas situações de conflitualidade e de entendimento. Os períodos turbulentos no casamento estiveram relacionados com ligações extraconjugais do João Luís e surgiram também porque, na opinião dele, a mulher, ao dar-se conta dessas situações de infidelidade, teve atitudes de grande desconfiança e de controlo.

A descrição deste faseamento é pautada por lógicas internas à relação. Mas já a identificação dos momentos positivos e negativos se faz em função, também, de outros critérios: “se não houvesse muitos momentos de entendimento e prazer... as coisas não se mantinham (...) há essencialmente coisas boas que foram acontecendo... quer no trabalho, quer na relação com os filhos, quer nas férias que se programam”. É assim uma perspectiva relacional, autocentrada, hedonista, que não faz uso nem de normas exteriores à relação, como a ideia de deveres e responsabilidades que é preciso cumprir, nem da perspectiva institucional. Até ao nível do vocabulário utilizado — “prazer”, “entendimento” — se notam diferenças em relação aos entrevistados anteriores.

O centramento na profissão e no êxito da empresa que dirige como forma de realização pessoal parece bem patente quando João Luís afirma que “há uma grande identificação entre a minha personalidade e a responsabilidade que tenho na empresa”. E acrescenta um conjunto de termos e referências sobre a vida empresarial, em que estão presentes emoções — entusiasmo, motivação, prazer, realização pessoal — e sentimentos. Por outro lado, o casamento aparece como “pano de fundo” de conforto e de bem-estar, sendo esses os parâmetros que marcam, actualmente, a sua perspectiva sobre a vida pessoal e familiar. A partir daí, aliás, justifica o facto de não ter havido ruptura conjugal como corolário da fase de conflitualidade já referida. O casamento manteve-se, na opinião do entrevistado, “porque no fundo foi mais forte a vontade de manter a família, manter a relação que vinha de trás, porque condizia mais com aquilo que faz sentido na vida, pelo menos até agora”. Além do sentido, é também possível que esta escolha tenha sido igualmente fruto de uma opção por exclusão de partes, já que o entrevistado sugere que, pelo que conhece da vida, todas as situações que conhece — estar divorciado, casado ou solteiro — têm os seus “momentos de tédio”.

A perspectiva de Rosa é relativamente diferente. Aquilo que para o marido foi um momento de conflitualidade duro mas que passou, constituiu para ela uma autêntica revolução interior. Descrevendo a sua ligação com João Luís, desde a fase do namoro, como de intensa paixão — “apaixonada, sempre!” — as situações de infidelidade que surgiram implicaram para ela um questionamento identitário total. Nunca até aí tinha pensado a sua vida de outra forma que não a de ser e estar casada com ele, não sentia da mesma forma que ele a apatia, num certo sentido sentia-se dependente do projecto

conjugal e familiar. Apesar de trabalhar na empresa como advogada, as suas energias estavam também muito canalizadas para a educação das duas filhas, tarefa em relação à qual ele estava mais distante. A sua projecção era idêntica nas diversas áreas — família, conjugalidade, emprego.

A crise obrigou-a a definir prioridades, a pensar em si enquanto ser "autónomo" em relação ao casamento e à família. Além de ter concluído, em conjunto como o marido, que valia a pena manter o casamento, é nessa altura que ela decide desenvolver uma iniciativa autónoma em termos profissionais — associou-se a outros colegas advogados num escritório. O facto de manterem algumas diferenças quer na forma como avaliam a situação de infidelidade que surgiu, quer na forma como apresentam algumas opiniões, merece em todo o caso ainda alguma atenção.

Enquanto ela, como se disse, continua a afirmar-se apaixonada por ele, ele considera: "hoje há amor, há respeito, há consideração, há uma grande amizade, há todas essas coisas, mas não há uma situação passional". Ele diz que gostaria de acompanhar mais as filhas, para imediatamente afirmar, desde logo, que o trabalho não o deixa, comentando que seria mais fácil acompanhá-las se vivesse na província. Mas não insiste demasiado nessa necessidade, já que nem sequer a apresenta como uma situação alterável, quando é questionado sobre as mudanças a introduzir nos diferentes domínios da vida. Ela, em contrapartida, assume muito mais a educação das filhas, revelando, aliás, como outras entrevistadas, certa distância crítica em relação a si própria, dizendo que sente que tem tendência a controlá-las demais. Também em relação à partilha das tarefas domésticas e embora tenham empregada a tempo inteiro, Rosa diz que tem a certeza de que não haveria qualquer partilha caso não tivessem quem fizesse as coisas.

A reacção de cada um perante as situações de infidelidade sexual "em abstracto" também parece ser diferente. Ele considera que o mais importante é que as pessoas se entendam sobre a forma de estar e de sentir e que, no fundo, a infidelidade poder ser uma coisa pontual, não suficiente para pôr em causa o casamento, desde que não seja uma duradoura situação paralela. Acha também que as situações pontuais de infidelidade são hoje muito frequentes entre os amigos e pessoas com quem se dá. E considera ainda que há espaços reservados, próprios do "eu", que não devem ser partilhados com o outro.

Ela acha que tudo depende do tipo de casamento e reconhece que há pessoas que conseguem ter um casamento interessante sem fidelidade sexual. Mas, no caso dela, acha que a fidelidade sexual é importante. Também considera que, hoje em dia, essas situações de infidelidade são frequentes, achando que os homens falam mais, e provavelmente também serão mais activos nessa prática do que as mulheres, mas pensa que a principal diferença é que elas tendem a esconder as situações. Também tem uma posição mais ambígua do que a dele a propósito das áreas de reserva, achando que esse espaço próprio não deve ser demasiado grande para não dar lugar à indiferença.

A referência à sexualidade sugere igualmente algumas diferenças entre os cônjuges. Rosa acha que João Luís atribuiu sempre mais importância a essa dimensão da vida, confessando ela, neste domínio, ter sentido alguma apatia e desinteresse, em especial, em certas fases da vida em conjunto. As posições relativamente ao amor revelam, por seu turno, ligeiras distinções. Pare ele amor é "prazer e entendimento". Para ela há uma componente menos hedonista e mais de "troca, relacionamento, bem-estar, algo que envolve as duas pessoas e cria o espaço e uma intensidade diferente".

Quanto à identificação dos conflitos existentes também parece haver diferenças. Na opinião de João Luís, eles geram-se à volta da desconfiança dela e do que ele chama um excessivo "controlo". As relações extraconjugais que manteve considera-as "situações transitórias e sem significado". Ela refere-se antes a conflitos que atribui e que são resultantes de discussões com amigos, que reputa desnecessários e produto de afirmatividade excessiva do marido.

Mas além destas assimetrias que podemos classificar de "objectivas", porque se manifestam através de opiniões, há outras que se fazem sentir mais a partir do relato das emoções e dos sentimentos que envolveram a crise conjugal a que já fizemos referência. Enquanto João Luís tem um relato relativamente distendido, já exemplificado mais de uma vez, Rosa conta vários pormenores dos seus pensamentos e da sua revolução interior. E mostra-nos exactamente os sintomas dos efeitos condicionantes do género. Com efeito, ela relata que na altura em que soube da situação de infidelidade do marido sentiu-se "culpada": "senti que não tinha conseguido realizar o parceiro (...) e evitar que ele se relacionasse com outras pessoas (...) há uma situação de falha, não é ele que falhou, é a mulher que falha completamente... penso que ainda vi isso nessa perspectiva e por isso foi um bocado mais violento para mim".

Parece assim que as mulheres se podem sentir responsabilizadas quer pelos seus actos quer por aqueles que as agridem mas não são, ao menos directamente, provocados por elas. Mais uma vez se revela aqui essa espécie de superlugar e de super-responsabilidade, que era (é) atribuído às mulheres pelo trabalho do "amor", com as suas correlativas e terríveis assimetrias e ambiguidades, como até Parsons (1949) se deu conta. "Trabalho" que as obriga a serem sedutoras e sexualmente disponíveis, mas também maternais; *glamorous*, mas também submissas; dependentes e também autónomas; senhoras, mas também criadas.

Encontrámos neste caso um conjunto variado de diferenças entre os dois membros do casal, que parecem sugerir a hipótese de estarmos perante um modelo conjugal que, tal como na lógica "associativa" de que nos fala Kellerhals, e ao contrário de uma perspectiva fusional que aponta para a convergência e procura de consenso entre os cônjuges, aponta para um acerto mínimo, uma espécie de contrato de cooperação e autonomia. É um contrato que deixa grande margem de liberdade de opinião e de acção aos dois

membros do casal. Mas o que se deduz também é que esta hipótese de semelhança surge-nos muito mais a partir do que João Luís afirma do que do que Rosa diz. Temos, por isso, uma forma de conjugalidade associativa onde a "autonomia" é muito mais verdadeira para um do que para o outro.

Aparentemente ele conseguiu de certa maneira impor as "regras do jogo" a que ela se tentou adaptar. Não teria Rosa expectativas de maior companheirismo e de partilha que não foram concretizadas? Estaremos então perante mais um caso em que a longa conversa que é o casamento, para voltar à linguagem de Berger e Kellner, implica, para que ele se mantenha, que um se adapte, se não explícita pelo menos implicitamente, ao que o outro deseja. E, embora tenhamos também já visto alguns casos em sentido contrário, não serão as mulheres que, em geral, acabam por tender a adaptar-se? Note-se, em todo o caso, que as diferenças de género são aqui agravadas pelas já referidas diferenças em termos de origem social.

Em síntese, temos um entrevistado que centra e projecta a sua realização pessoal na profissão e encara a relação familiar e conjugal como situação adquirida, que garante conforto, equilíbrio e bem-estar, sem necessariamente implicar grande investimento emocional ou relacional. Valoriza esta dimensão familiar, não porque glorifica a instituição, nem por considerar que tem um compromisso inviolável, nem por adesão romântica, nem mesmo porque acentua o que entretanto se construiu em conjunto, mas sobretudo por lhe parecer vantajosa na sua economia pessoal. Trata-se quase de manter uma situação e uma memória.

Temos, por outro lado, uma entrevistada que investe relacional e emocionalmente, quer na conjugalidade, quer na relação parental, quer ainda na relação profissional, sem necessariamente ter contrapartidas em todas estas dimensões. Procurando, aliás, tirar partido de aprendizagens surgidas de uma crise no casal, criou distância e minorou alguma dependência que sentiria em relação à situação conjugal e familiar, desenvolvendo outras actividades mais autónomas.

Com o casal Rocha vamos novamente encontrar as diferenças entre mulheres e homens a propósito do tipo de investimentos que se fazem na conjugalidade, na parentalidade e na profissão. Apesar dessas diferenças, há muito mais convergência entre os dois membros deste casal do que no anterior. Mário tem 41 anos, é engenheiro chefe numa empresa e está casado há 15 anos com Francisca Rocha, também de 41 anos, professora do ensino secundário. Têm um filho de 12 anos.

O casamento surgiu na sequência de um namoro prolongado que Francisca afirma ter começado já com essa perspectiva. Sem exaltação romântica, quer um quer outro relatam a passagem para o casamento como previsível, um acto programado e pensado apenas para quando fossem reunidas as condições: casa, emprego estável. Não se tratava também de empolgar ou valorizar excessivamente a instituição matrimonial, predominando uma atitude

claramente pragmática, como se pode deduzir das palavras de Mário, quando explica que condescendeu em casar pela igreja para fazer a vontade à mulher: "Eu tenho uma ideia se calhar demasiado pragmática e dura em relação ao casamento (...). O casamento é um negócio como outro qualquer, é um contrato. Não é um contrato de prestação de serviços, não é um contrato de aquisição de qualquer coisa, é um contrato entre duas pessoas que é válido enquanto as pessoas estiverem interessadas. Agora, pegar nisso e criar conceitos metafísicos não dá para entender".

Esta visão pragmática que revela clareza quanto ao que se desejava do casamento, compreende-se melhor ainda quando Mário esclarece as qualidades que valorizou na futura mulher: ser discreta, pouco "sabida", ingénua. Aliás, as qualidades que ela valorizava nele são, por sua vez, inteiramente complementares, revelando que os dois partilham a este respeito a mesma perspectiva estereotipada de género: ela acha que ele era muito activo e dinâmico. No caso dele, aliás, não se trata provavelmente só de seguir a tradição, a propósito do binómio passiva/activo, mas também de assegurar a sua preponderância na relação e de minimizar ao máximo o risco de ter surpresas ou de "casar mal", entendendo isso como unir-se a alguém numa base de paridade que o pudesse ameaçar. Quando Mário diz que "o casamento é como um livro, só se sabe se é mesmo bom depois de um indivíduo o ler... há sempre incógnitas, há sempre coisas que só se conhecem no dia-a-dia real...", mostra claramente que procurou uma atitude prudente, na lógica pragmática que já demonstrara no sentido de não falhar a aposta.

O investimento romântico não foi excessivo, afirmando Mário uma forma de gostar do cônjuge que sublinha os aspectos dos cuidados e da interajuda: "sinto que gosto da minha mulher, claro que gosto, senão não tinha casado com ela; ela preocupava-se se havia algum problema de doença, se eu tinha chatices nos estudos. Agora aquela loucura (da paixão)... não havia". Por sua vez, Francisca também não fala de paixão, afirmando sobre os sentimentos que nutre pelo cônjuge: "depois de casados é que as pessoas se conhecem e se modificam quer para o bem quer para o mal..." A propósito de mudanças, aliás, ela considera que foi o nascimento do filho e não o casamento que a modificou completamente, trazendo-lhe mais maturidade e responsabilidade. Enquanto Mário acentua a ideia de que a criança não representou nenhuma alteração especial porque estava programada, era esperada, significando com isso que as alterações resultantes — deixar de sair à noite, etc. — foram encaradas como naturais e não produziram constrangimento.

Quanto ao investimento parental e à avaliação do desempenho, Mário acha que é mau pai porque não brinca com o filho nem lhe dá suficiente atenção, confessando-se cansado quando chega a casa. Admite, por outro lado, que é para ele importante ter um cargo de maior responsabilidade na empresa, tudo indicando que não pensa ser assim possível, pelo menos para já, alterar a situação. Afirma-se inteiramente dedicado à profissão e estuda em casa

muito para além das horas a mais que passa na empresa. Já Francisca, como vimos, considera que a verdadeira mudança na sua vida se relacionou com o nascimento do filho e percebe-se claramente que esse é o investimento que mais valoriza. Quanto à profissão, a de professora do ensino secundário, confessa-se desiludida, não sendo esse o domínio da vida em que mais investe.

Voltamos a encontrar aqui um padrão que já tínhamos reconhecido no casal Silva. Mário é ainda mais pragmático do que João Luís quanto ao casamento e, tal como o entrevistado anterior, parece considerar o casamento e a família um “pano de fundo” que garante e apoia a sua projecção profissional — dimensão da vida onde centra decisivamente a sua realização pessoal. Quanto a Francisca, o investimento e a projecção em termos de realização pessoal focalizam-se mais na dimensão maternal, já que quer a vertente relacional, amorosa e conjugal, quer a profissional, parecem motivar menos o seu empenhamento.

Em termos de caracterização da forma de conjugalidade, o casal inclui-se claramente na “associativa”. Mas temos novamente um caso em que é o homem que define as regras do jogo. A visão sobre a sua predominância e mesmo do que ele considera serem as suas falhas, parece ser totalmente naturalizada, quer por ele — a justificação com o interesse pelo trabalho — quer por ela, que considera não ter de facto Mário tempo para mais. Aqui, contudo, não surgem sinais de ambiguidade, nem sinais de insatisfação ou mal-estar. Tudo parece decorrer conforme o previsto, as expectativas comuns iniciais foram, no essencial, cumpridas.

O tempo das transições: comparação e balanço

Vejamos agora alguns elementos de comparação. Um dos aspectos que resalta com nitidez, quando se compara este grupo de entrevistados com o anterior, é o facto de surgirem no *tempo das transições* indivíduos que caracterizámos na forma de conjugalidade *institucional* que, em contrapartida, nunca apareceram no *tempo da instalação*. Sinal, de que nas gerações mais jovens se torna menos habitual esta modalidade de encarar o casamento, o que, aliás, é indicador dos processos de transformação e mudança social a que já fizemos referência. Note-se, no entanto, que só encontramos esta forma de conjugalidade praticada e advogada pelos operários casados há mais de 10 e menos de 20 anos. Caracterizámos os operários mais novos, recorde-se, na forma de conjugalidade *fusional*.

Outro aspecto que também se notou de forma mais marcante no *tempo das transições* foi os efeitos cruzados da trajectória antes do casamento, das condições de existência e do género. Na verdade, para várias mulheres deste grupo, o casamento foi quase tão desejado como forma de “libertação” do controlo paterno do que como forma de concretizar o sentimento que tinham

pelo cônjuge ou o desejo de construir uma vida em conjunto. Na verdade, as suas afirmações, que continham literalmente a palavra “libertação”, mostraram-nos como eram fortes as limitações que se impunham às raparigas quanto à plena vivência sexual e amorosa, mostrando que ela só era considerada legítima no caso feminino no contexto do casamento.

Este tipo de situações era mais comum, como vimos, nos sectores operários ou de origem operária. Temos aqui um efeito cruzado dos valores da época nalguns casos ainda antes do 25 de Abril e dos condicionamentos de género de que já falámos atrás. Nas mais novas do *tempo da instalação*, dos mesmos sectores sociais, estes efeitos, apesar de persistirem formas de controlo das raparigas, não pareceram tão explícitos e não se fazem sentir de forma tão premente.

A “pressa” em casar de algumas contrasta e não se faz sentir nos sectores da pequena burguesia intelectual e científica, onde o casamento em geral é adiado porque os constrangimentos dessa natureza não estão presentes e se impõe a finalização de projectos pessoais de formação.

Quanto aos sectores intermédios, onde o casamento pode ocorrer também cedo, notam-se outras características interessantes, particularmente, no que toca às mulheres. Na verdade, tirando provavelmente partido do facto de os filhos estarem menos dependentes, elas podem aparecer como protagonistas de decisões como ir tirar um curso superior ou retomar estudos abandonados, com o objectivo de realização pessoal ou como estratégia de mobilidade social da família.

Assim, mesmo que vejamos ainda aqui um condicionamento de género, o que estas atitudes e decisões revelam é que o seu retraimento nos primeiros anos se pode dever não a factores de ordem pessoal — a vontade está lá — mas ao facto de sentirem que não podem, nesse momento, delegar nem partilhar as responsabilidades familiares. Mas também se notou que estas opções de maior investimento pessoal só surgem quando elas têm condições favoráveis (incentivos do marido, apoio das redes familiares). A assunção de responsabilidades familiares continua assim implícita ou explicitamente a condicionar as opções individuais das mulheres, não se verificando o mesmo no caso dos homens.

Também pareceu evidente que, quando no contexto da interacção conjugal se foi definindo ao longo do tempo a prioridade do investimento profissional e pessoal dos homens, mesmo quando elas tinham também formação universitária, as mulheres tendem a retrair-se, a submeter-se às lógicas “associativas” deles.

O que começou a desenhar-se neste grupo de duração do casamento com maior clareza foi o facto de homens e mulheres investirem, no caso dos sectores intermédios e dos universitários, de modo diferente nas diversas dimensões da vida. Eles querem a família e a relação conjugal como pano de fundo, como os bastidores que têm que ter tudo a postos para eles se

projectarem pessoalmente na dimensão profissional, parecendo ser aí que investem, na verdade, tudo o que é essencial à sua identidade pessoal "masculina".

No caso das mulheres, as esferas de investimento parecem ser paralelas e simultâneas e, embora a maternidade e o projecto familiar apareçam com certo relevo, a verdade é que a vertente profissional é muitas vezes igualmente investida. De tal modo que algumas, mesmo com filhos em idade escolar, se dispõem a fazer o sacrifício de uma formação escolar mais prolongada para se sentirem mais realizadas profissionalmente.

Abordámos neste grupo de duração do casamento e com o casal Silva, pela primeira vez, de forma clara a questão da fidelidade sexual e das relações extramatrimoniais, situações e questões assumidas, nestes sectores sociais, pelos homens. No outro grupo de duração do casamento a fidelidade era um tabu indiscutível nos operários e em muitos intermédios, mas não tanto nos sectores com formação universitária. Não se tratará tanto de uma mudança geracional, mas antes de maior margem de manobra para explicitar estas questões junto dos jovens da pequena burguesia intelectual e científica. Nota-se ainda, nos outros, um conjunto de tabus em relação à sexualidade feminina.

O tempo da conformação ou da realização pessoal

Após 20 anos de casamento, cumpriu-se parte muito importante do ciclo de vida conjugal. Os filhos ou estão em vias de autonomização ou já saíram de casa. O casal está estabilizado, o que não significa necessariamente ausência de turbulência, insatisfação ou conflito. No plano profissional jogou-se também parte essencial do que havia para jogar. As perspectivas que se têm perante essa actividade podem ser diversas e traduzir-se em sentimento de realização pessoal, em mal-estar, indiferença ou conformação, dependendo de um conjunto factores que são variados para os dois sexos e de acordo com o contexto social.

Considerando este grupo de entrevistados no seu conjunto, verifica-se que as suas posições se distribuem, quer em relação à vida profissional quer em relação ao casamento, num contínuo entre dois pólos: da insatisfação conformada à realização pessoal. Mas os entrevistados também se incluem em formas de conjugalidade diferentes e orientam os seus investimentos — na relação conjugal, na relação parental, na profissão ou no lazer — de maneira diversa.

Transparecem ainda, de forma muito nítida, as mudanças sociais, políticas e de valores que atravessaram a sociedade portuguesa, particularmente nos últimos 25 anos, fazendo-se sentir nos relatos das vivências dos entrevistados. Embora em certos sectores sociais de forma mais acentuada do que

noutros, nota-se em todos que, de uma geração para a outra, mudaram referências valorativas, práticas e atitudes. Não será de estranhar, aliás, que seja neste grupo de duração do casamento, quando os entrevistados têm filhos já em idade de casar, que tais diferenças se façam sentir mais ainda do que no grupo dos que casaram há menos de vinte anos.

Realização pessoal para eles, conformação ou inquietação para elas

Ilídio Ventura, de 53 anos, operário qualificado, é casado há 35 anos com Luciana, actualmente com 54. Têm dois filhos de 27 e 25 anos. A trajectória profissional de Ilídio, como já se analisou atrás, conhece um período de emigração em França, e traduz-se num caso de sucesso, de grande empenhamento e brio profissional. Diferentes são as perspectivas dos dois sobre o casamento. Aliás, temos com o casal Ventura excelente exemplo do papel das experiências exteriores ao casamento dos membros do casal, como a emigração e o início da actividade profissional por parte da mulher, como factor de reorganização dos valores, das representações e expectativas quanto à conjugalidade. Vejamos como.

O namoro com a mulher, afirma Ilídio, decorreu num tempo em que ainda havia "respeito" e em que era impensável casar com uma mulher que não fosse virgem. Conta de forma pormenorizada como ele e os amigos pregavam partidas às raparigas para ver se elas "resistiam". Trata-se de um discurso marcadamente tradicionalista, revelando-se Ilídio em perfeito desacordo com a forma como hoje se namora, já que as raparigas se "entregam". Considerava que gostava da mulher quando casou, mas não queria mostrar os seus sentimentos: "ela é que tinha de dar provas, atrás umas das outras... eu gostava dela mas não queria que ela soubesse". A lógica é clara e revela a incorporação plena e naturalizada das assimetrias de género: a mulher é que tem que provar que é digna do amor do homem. A descrição corresponde à do clássico caso do operariado, com posições à esquerda no plano sindical e político, mas tradicionalista e conservador no plano dos valores quanto à igualdade entre homens e mulheres bem como a respeito das relações familiares.

A afirmação da diferença entre os mundos feminino e masculino e, bem entendido, a da superioridade do segundo em relação ao primeiro, constituem nestes sectores "um dos *pivots* essenciais de uma identidade possível para os homens dos grupos dominados" (Schwartz, 1990: 207). Aliás, a resistência destes sectores operários à ideia de igualdade entre homens e mulheres pode ser explicada exactamente pela dificuldade em perder "a exclusividade de certos atributos como o trabalho, a autoridade ou a dispensa das tarefas domésticas, porque isso seria minar a sua posição nos seus apoios identitários mais sólidos" (Schwartz, 1990: 207). Embora estejam em curso

processos de transformação, quer no plano dos valores, quer no da recomposição na actividade profissional, a que atrás se aludiu como tendência para uma certa "desvirilização" do trabalho (Dubar, 1991: 225), eles só parecem ter alguns reflexos na mudança de discurso dos sectores operários mais jovens. O caso de Ilídio é, assim, absolutamente exemplar de uma visão tradicionalista da dominação masculina e da resistência em aceitar qualquer ideia de igualdade entre homens e mulheres.

Ilídio considera que, depois de casar, Luciana se esforçou por aprender a cozinhar, que tinha gosto em fazê-lo feliz, em "arranjar-me muito bem, sempre a roupinha passada a ferro... A minha mãe tinha quatro filhos, era diferente; a minha vida em solteiro e depois de casado eu verifiquei que havia uma diferença para melhor". Mas não foram só as melhorias na sua aparência pessoal que fizeram com que Ilídio considerasse que melhorou com o casamento. A comparação intergeracional que ele próprio faz leva-nos a pensar numa relação interessante entre desejo de casar, classe social e avaliação da situação económica: "naquela altura nós não tínhamos nada a perder (com o casamento), porque não tínhamos conforto, tínhamos miséria (...) havia carências, e isso permitiu-me a mim e aos outros rapazes não termos medo do casamento. Mal por mal é preferível estar casado. Hoje não, os rapazes em geral estão melhor na casa dos pais do que se casarem (...) Veja lá o meu filho..., casou com 26 anos e meio, a minha filha (com 25 anos agora) é solteira, e eu casei com 18 anos."

Na verdade, já nos tinha aparecido no meio operário posição masculina idêntica perante a ideia de casar, nomeadamente no caso de Luís Soares, no grupo de duração do casamento entre os 10 e os 20 anos. Tinha-se então sugerido que, para os homens nestas situações, o casamento poderia representar a demonstração da capacidade de gerir a sua própria vida, a transição para a vida adulta. Em geral o que se passava com os rendimentos do trabalho dos jovens operários (e também das jovens operárias) que ainda viviam com os pais, era que entregavam o dinheiro que ganhavam em casa. Daí talvez a expressão de Ilídio que "mal por mal, mais valia casado..."

Viu-se também atrás, com várias entrevistadas, como para as mulheres o casamento significaria no mesmo meio social a libertação do controlo paterno, a expressão de maior liberdade. O efeito conjugado destes dois sentidos atribuídos ao casamento poderia explicar o facto de a idade da realização do casamento, nestes sectores sociais, ser muito mais baixa do que noutros.

No tempo presente, porém, como se nota, aliás, com o comentário de Ilídio sobre o filho (que também é operário qualificado), parece haver tendência, no mesmo meio social, para retardar a idade do casamento. Tendência essa que muito provavelmente se explica pelo que afirma o entrevistado: "porque já há mais a perder". Com efeito, a melhoria relativa das condições de vida tende a prolongar a situação de solteiro e a adiar a assunção da "responsabilidade" da passagem à autonomia e à vida adulta. A comparação

imaginada entre a situação de abrigo em casa dos pais e as incertezas de constituição de uma nova família tende a ser menos favorável à mudança de situação. Os resultados do inquérito de Loures em que participámos (Ferreira de Almeida e outros, 1996) e os de várias pesquisas dirigidas por J. Machado Pais (1985; 1998) conduzem às mesmas conclusões e podem ser explicados pelas mudanças que foram apontadas.

Mas retomemos a história deste casal, centrando agora a atenção sobre Luciana. Ela declara que estava muito apaixonada pelo marido ("eu adorava-o"). Quando se lhe pergunta quais eram as qualidades que o cônjuge tinha, na altura em que se casou, responde sem hesitar: "Era trabalhador. Mas o que me atraía era que ele era muito bonito..." Tal como o marido, nunca teve medo de casar. Diz mesmo que a única coisa que receava era que ele acabasse por não querer casar, concluindo: "tive muito medo de ele abalar e não querer casar, dantes faziam muito isso". O que confirma e explica simultaneamente, uma vez mais, as assimetrias de género e a origem das inseguranças femininas nestes meios sociais: as mulheres estavam dependentes do veredicto dos homens, o qual poderia ser bastante aleatório...

O discurso de Ilídio é muito elucidativo, quando se lhe pede para falar sobre os sentimentos que tinha pelo cônjuge no início da relação conjugal e no presente. Vale a pena transcrevê-lo, embora ele seja relativamente longo.

"Ela dantes obedecia-me cegamente, hoje não, hoje nunca tenho razão, hoje digo qualquer coisa e ela contesta, diz sempre o contrário... (...); eu desde o princípio disse: eu não quero que se compre nada fiado, nadinha; e eu que saiba...; (...) ela depois agarrou nesse dinheiro (um subsídio que ele tinha recebido), comprou as alianças (tinham casado sem alianças), comprou-me umas calças, comprou não sei mais quê, fez um crédito, pediu fiado, eu quando soube dei-lhe uma tarefa, pois, ela sabia que... E eu agora já tenho verificado que ela compra coisas fiadas e eu já não lhe bato; claro, naquela altura tinha uma mentalidade diferente, mas ela sabe que eu sou contra isso... Agora é diferente, já não faz aquilo que eu digo (...) e hoje não, já eu aceito, já há bastantes anos, mas ao princípio não, eu não aceitava. Eu é que sabia, as coisas tinham que ser feitas à minha maneira e não à maneira dela. E agora é tudo à maneira dela e eu deixo andar (...) Só quando vejo que é de mais, intervenho. Não, isso agora pára, não, não, não, quem manda aqui sou eu!"

Mas Ilídio explica ainda porque é que acha que a mulher deixou de lhe obedecer e as razões que o fizeram, também a ele, mudar de comportamento e, por exemplo, deixar de lhe bater: "eu comecei a fazer política em 65 e aí nós aprendemos a lidar com as nossas próprias mulheres (...) houve realmente uma transformação radical no nosso viver anterior, no princípio, e hoje, actualmente; houve aquele princípio em que eu é que mandava e o dinheiro tinha que ser ali bem orientado, porque também havia pouco, havia uma rigidez terrível, que eu controlava (...) Depois fomos para França, ela começou a

trabalhar (...) o próprio trabalho cria uma mentalidade diferente. Não é por acaso que ela disse, quando começou a trabalhar lá em França, quando começou a ganhar: 'O dinheiro é meu, ganhei-o eu, eu faço dele o que quiser!' Isto depois também se alterou, andávamos sempre à bulha por cauda disto, olha 'Compra o que quiseres. É preciso é que a fábrica não feche' (...) pronto, dei-lhe assim um bocado mais de liberdade".

Esta descrição é bem elucidativa das transformações de valores e de poderes no casal, ainda que em última instância Ilídio se coloque sempre e, ainda, num lugar central de autoridade. O protagonismo dado pelo trabalho profissional a Luciana, por sua vez, não se limitou ao poder de decidir sobre alguns gastos, já que representou também um claro aumento de auto-estima por o seu trabalho ser reconhecido e valorizado pelos seus patrões, valorização essa a que ela não estava habituada. Na prática, porém, isso traduziu-se por algumas situações conflituais (as tais tensões de que temos falado desde o início...) que se mantêm ainda hoje.

Não é assim de espantar que a descrição retrospectiva de Luciana corresponda também a um certo desencanto, sobretudo se tivermos em conta a distância que vai da sua paixão pelo marido à vivência dos anos subsequentes. Na verdade, ao recordar momentos positivos, Luciana refere que o primeiro ano foi ótimo mas que depois as coisas começaram a ser mais difíceis. Antes de ela própria se juntar em Paris ao marido receava que ele arranjasse lá outra mulher. Isso não aconteceu, mas quando foi viver com ele teve de deixar o filho, já nascido, em Portugal. Relata que ao princípio sofreu muito com a separação da criança (sofrimento que Ilídio também assinala com ênfase) acrescentando Luciana, por outro lado, a dificuldade de estar num país estrangeiro onde não conhecia nem a língua nem os costumes. Depois lá se foi adaptando e conseguiu o tal acréscimo de poder na relação conjugal. O marido nesse contexto até partilhava algumas das tarefas domésticas e dos cuidados com a filha, que nasceu quando ainda estavam em França.

O pior foi quando regressaram. Luciana afirma que Ilídio não queria que ela trabalhasse e refere um conjunto de conflitos e dificuldades relacionais e familiares nesse período: "eu avancei um bocadinho, abri o olho; quando cheguei cá, ele modificou-se... então estive o divórcio mesmo perto." Encontramos aqui o exemplo nítido dos processos de transformação identitária dos emigrantes, e das ambiguidades que eles posteriormente também suscitam, processos bem analisados por Engrácia Leandro (Leandro, 1995; Leandro e Leite, 1996: 175-189).

As tensões entre os cônjuges acalmaram agora, sem que Luciana deixe de sentir grandes dificuldades. Queixa-se de que o marido é ciumento e implicativo quando ela se arranja melhor ou gosta de ficar um pouco mais no café. E conta outros problemas: "o meu marido é uma pessoa que não me deixa evoluir. Trava sempre (...) eu inscrevi-me num curso desses da CEE — de trabalhos manuais — mas ele não me deixou ir. A psicóloga até me disse que

eu estava aprovada, mas não, não fui." As dificuldades com o marido parecem entretanto ser vividas com algum conformismo, limitando-se Luciana a dizer que agora "não liga" a muitas das observações que ele faz. Também diz que hoje "não pode passar sem ele" sobretudo, acrescenta, numa altura em que já não tem os filhos em casa.

Parece haver, assim, um tempo para a mudança e a transição e um tempo para a conformação, como vimos quer nos casais do grupo de duração do casamento anterior, quer na investigação que levámos a cabo sobre o divórcio.⁴ Também não será de espantar que em matéria de sentimentos as prioridades de Luciana sejam claras: "Para mim, os meus filhos são tudo. Eu gosto muito do meu marido mas gosto mais dos meus filhos. Sinceramente. Apesar de que os filhos, às vezes, arranjam problemas em casa..."

Quanto ao tipo de centramento, este casal parece igualmente dividido. Ele investe tudo na profissão, como vimos atrás, e tem grande prazer em demonstrar o êxito dos seus desempenhos. Em relação à vida familiar parece sentir de forma muito difícil a transição de um modelo autoritário, no qual foi educado, e que verdadeiramente perfilha, às perspectivas do presente.

Ilídio exemplifica essas dificuldades de forma muito clara: "há dois mundos, o mundo em que eu fui criança — fui criança, não, fui rapaz, que eu nunca fui criança — e agora; dantes havia carência de tudo, nós logo desde crianças começávamos a fazer parte dos problemas da casa". Descreve então como, antes de ir para escola e depois de vir, fazia uma série de actividades agrícolas, sublinhando que o facto de ajudar os pais fazia os filhos felizes. São descrições de um meio pobre ligado à indústria corticeira, que coincidem totalmente com as desenvolvidas e analisadas por Ana Nunes de Almeida (1993).

Mas o confronto entre estas memórias e a vivência da situação presente é doloroso para Ilídio. Como já se tinha notado com as atitudes em relação à mulher, o que ele tem dificuldade em aceitar são as novas normas democráticas acerca do funcionamento familiar que, independentemente da sua

4 Além de termos analisado várias situações de divórcio que mostravam como era num certo momento particular do ciclo de vida conjugal — quando achavam que a situação deixava de ser sustentável mas também quando ainda sentiam energias, desejo de recomençar a vida e possibilidade de encontrar outros parceiros — que a ruptura se desencana. Mas outros factores jogam aqui papel decisivo, como o género e a classe social, que acabam por impor margens de manobra mais restritivas para as mulheres do que para os homens. O caso de Luciana parece ser exemplar deste duplo condicionamento. De resto, em termos quantitativos, a maior parte dos divórcios ocorre até aos 14 anos de duração do casamento, segundo os dados de 1994; no caso das mulheres, eles ocorrem ainda de forma mais intensa e concentrada no grupo de idade entre os 30 e 34 anos (29,8%), e embora esse tenda a ser também o grupo modal para os homens (24,9%), o grupo de idade que se segue para eles é logo o dos 35 aos 39 anos com 23,2%, enquanto para as mulheres o grupo mais frequentado a seguir ao modal é o dos 25 aos 29 anos com 19,9% (Torres, 1996).

vontade, os filhos parecem pôr em prática. Novamente as suas palavras elucidam extremamente bem as suas posições. Note-se, ainda, confirmando o que se disse atrás sobre a questão das identidades sexuais, que tudo o que está relacionado com as mudanças relativamente às mulheres parece o mais difícil de aceitar para Ilídio. Ele não poupa à filha os comentários que já dirigia à mulher.

(Os filhos) Eles impedem mesmo, eles não têm qualquer interesse em aprender connosco e se nós criticamos chamam-nos botas-de-elástico, que somos atrasados...; houve realmente uma grande transformação (...) as raparigas ajudavam as mães, a fazerem a comida, a lavarem a roupa, a passarem a ferro e essas coisas. A minha filha não. A mãe tem o trabalho dela, que é a cozinha, a roupa, tudo isso, e ela é o trabalho de estudar, nada mais. A minha filha não sabe fazer nada. Não sabe abrir uma galinha, não sabe esfolar um coelho, não sabe fazer um guisado, não sabe fazer nada. (...) Antigamente havia valores muito superiores aos que há hoje. Hoje um pai ralha com um filho e entra por um ouvido e sai por outro, não ligam. Nós não, tínhamos mais respeito ao chefe da família ... os filhos todos cumpriam com aquela orientação (...) Hoje não, o pai determina — devemos ser assim, devemos ser assado — mas eles fazem à maneira deles. Eles é que sabem.

Ilídio centra portanto os seus investimentos na profissão e as relações familiares não decorrem segundo a sua vontade, constituindo território onde experimenta alguma estranheza e perplexidade. A relação conjugal também não lhe suscita, aliás na mesma linha da relação parental, grande motivação. Luciana, por seu turno, dirige os seus interesses maiores à relação parental, encontrando-se as outras dimensões da vida pessoal — relação profissional e conjugal — parcialmente bloqueadas ou frustradas. É o próprio parceiro conjugal que, tendo compreensão e definição diferentes das de Luciana, não está disponível para o entendimento, chegando a impor-lhe autoritariamente — como se passa em relação à profissão ou ocupação — o seu ponto de vista. Luciana vive ainda de forma tensa esses desentendimentos, muito embora, com o passar do tempo, se vá aproximando cada vez mais de uma posição conformista.

No que respeita à forma de conjugalidade, Ilídio enquadra-se perfeitamente na "institucional", enquanto ela não tem escolha. Luciana, tendo casado claramente com a perspectiva romântica e fusional, rapidamente se deu conta que, embora fosse esse o seu desejo, com aquele parceiro era completamente impossível concretizá-la. Assim, depois de um período em que tentou que o seu ponto de vista fosse mais respeitado, o que não deixava de implicar algum conflito, acabou por se conformar com aquela modalidade de relação, sem deixar de desejar, claramente, outra. Dimensões psicológicas particulares contribuirão, decerto, para ajudar a explicar parte importante destes comportamentos. Mas o casal Ventura não deixa de ser excelente exemplo e

testemunha importante da vivência, resistência, adesão e inúmeras tensões provocadas pelas mudanças no domínio dos valores sociais, quer quanto à relação pais/filhos, quer quanto à relação entre homens e mulheres.

Mário Rego tem 65 anos, está casado há 36 anos com Conceição, de 68, e têm um filho já casado, de 30 anos. Conheceram-se na baixa lisboeta, perto do local de trabalho dela. Mário era nessa altura tipógrafo e ela trabalhava no fabrico de artigos de cabedal. Namoraram cinco anos e casaram já tarde, ele com 30 e ela com cerca de 32 anos. Conceição diz-nos o que a atraiu: "Ele tinha uma figura que era uma figura que eu gostava. Era moreno, tinha bigode, tinha os olhos bonitos, tinha o cabelo lindo, a falar era amoroso... Inclinei-me muito para a figura dele e para a maneira de falar". Nem um nem outro consideram que estivessem apaixonados quando se casaram. Mário é mesmo muito claro: "um homem vivido como eu não se apaixonou; eu vou ser franco, eu casei porque tinha de casar; eu gostei dela, pá (...) gostei dela fisicamente, gostei da maneira de ser dela, dos predicados que ela tinha e pronto, temos que arrumar a vida e vamos casar".

Nota-se, ainda mais claramente no caso de Mário, que a ideia do casamento não nasce, como se viu com outros casais, da lógica afectiva ou do sentimento amoroso que alimentam o desejo da vida em comum e transformam o casamento numa inevitabilidade. É, ao contrário, a vontade de casar, de constituir família, de passar a outra fase da vida, que, em conjunto com as qualidades adequadas que se reconhecem no outro, impõem o casamento. Trata-se, assim, da visão institucional da conjugalidade.

Veja-se também que Conceição, tal como Luciana, sublinha os aspectos físicos da atracção pelo cônjuge. As apreciações estéticas não são, assim, exclusivo dos homens, nem são apenas as qualidades de trabalho as que importam às mulheres destes sectores sociais. Sublinhar este aspecto permite não esquecer que em tais matérias há diversos motivos, do coração ao corpo e à razão, que não se compadecem com arrumações demasiado simplistas. Já Ana Nunes de Almeida (1986) tinha verificado tal diversidade de razões de escolha do cônjuge, junto de mulheres de um bairro degradado da área metropolitana de Lisboa. É totalmente desprovido de sentido admitir que os critérios estéticos desaparecem das avaliações das que, e dos que, têm menos recursos.

Quando atrás se referiu a pesquisa sobre os anúncios matrimoniais (Singly, 1984) revelando que homens e mulheres se apresentam no mercado matrimonial de forma diferente — os homens pretendendo estética e oferecendo recursos económicos e simbólicos de prestígio e as mulheres pretendendo prestígio e capitais e oferecendo estética — não podemos esquecer que se trata de um sector específico aquele que utiliza os anúncios matrimoniais para escolher um parceiro conjugal. Nessa situação explora-se, provavelmente, mais a apresentação de si em público, que terá mais em conta os estereótipos e o que se considera ou imagina ser adequado àquele contexto, do que os desejos mais íntimos. É que, felizmente para as mulheres e para os

homens, sobretudo para os dos sectores sociais mais desfavorecidos, a distribuição de certos atributos físicos que podemos designar por "beleza" parece ser mais aleatória do que a distribuição dos recursos de outro tipo de capitais, como o económico ou cultural. Nas entrevistas como as que foram realizadas temos assim ocasião de verificar a existência de razões diversas para escolher parceiro conjugal, entre as quais as sentimentais, as estéticas, as inexplicáveis.

Verificou-se assim que a atracção pelo outro, de forma transversal às classes sociais, continua a ter condimentos que vão muito para além das escolhas estritamente racionais. A teoria do modelo económico de G. Becker (1981), ao pretender aplicar à família e ao casamento a lógica dos custos e benefícios e da racionalidade económica, parece ter muito pouca pertinência para explicar as escolhas conjugais.⁵

Voltando ao casal Rego, vale a pena ainda salientar que Mário, tal como Ilídio Ventura, fala muito mais do que a mulher do que pensa, do que sonha, do que viveu. Fala de forma pormenorizada, segura, afirmativa. Conta uma imensidão de pequenas histórias e, se se aplicasse o velho estereótipo, a conclusão era obrigatória: fala como se diz que as mulheres falam, pelos cotovelos. À primeira vista temos, assim, a infirmação da ideia de que os homens não se abrem sobre estes assuntos do coração, do casamento e da família. Tínhamos já verificado a mesma tendência em muitas das histórias de divórcio, em relação às quais os homens eram tão ou mais loquazes do que as mulheres. Mas será só isso? Ou será que estamos, no caso concreto de Ilídio e de Mário, perante um efeito de género, por outra via? Não será mais fácil para certos homens, em especial para estes operários de percurso afirmado e de sucesso, tomar a palavra, ser assertivo, opinar e discorrer sobre tudo?

Mário Rego é claramente o caso do hipertrabalhador que subiu na vida a partir do seu esforço, passando de uma certa aristocracia operária a encarregado de uma fábrica, mas acumulando ainda trabalho por conta própria como motorista. Depois de uma fase curta de alguns anos de actividade profissional, após o casamento, Conceição deixou de trabalhar no exterior e passou a dedicar-se à casa e à educação do filho.

O discurso de Mário, que já exemplificámos atrás quando referimos a sua posição perante a actividade profissional, remete-nos para a forma de conjugalidade institucional de forma muito clara. Mário acha igualmente que o lugar da mulher é em casa, onde há muito trabalho para fazer. Orgulha-se de ter podido proporcionar esta oportunidade à mulher logo que lhe foi possível. Ela, pelo seu lado, apesar de gostar do trabalho que tinha, considera que cumpriu o seu sonho: casar, ter um filho e ficar a tratar da casa.

5 Crítica mais sistemática a esta abordagem de Gary Becker pode ser encontrada no livro *Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos* (Torres, 1996).

Ambos identificaram períodos de alguma turbulência na relação conjugal, em épocas anteriores, sobretudo relacionadas com o facto de Mário ter actividades de lazer que desenvolvia sozinho (como, por exemplo, a caça submarina), sentindo-se Conceição de certo modo abandonada e fazendo-lhe ver isso mesmo. São situações que novamente recordam os resultados da investigação de Schwartz, sobre a vida de operários num bairro social do norte de França, quando ele salientava que nestes meios é frequente uma forte separação na ocupação dos tempos livres entre homens e mulheres e uma tendência contraditória e conflitual que se observa nos casais, procurando elas "puxá-los" para casa e impondo eles a necessidade imperiosa de sair, recusando o fechamento doméstico (Schwartz, 1990: 340-377). Essa separação de espaços corresponde à necessidade sentida de reafirmar e vincar as diferenças de género, revelando a "superioridade" dos homens que têm, ao contrário das mulheres destes sectores sociais, legitimidade para poder circular no espaço exterior. Também Vale de Almeida (1995) ilustra tal "superioridade", que aparece implicitamente afirmada, por vezes, de forma muito exagerada. É que ela funciona também como compensação para domínios de poder e de controlo sobre recursos de que estes homens se sentem privados noutras dimensões da vida.

Vale a pena acentuar, contudo, que os conflitos em torno de uma vinca da separação dos espaços — internos e domésticos para as mulheres, externos e activos para os homens — são mais acentuados quando as mulheres não desempenham actividade profissional, como é o caso da maioria das situações analisadas quer por Schwartz, quer por Vale de Almeida. Na nossa pesquisa este tipo de situações foi menos frequente, porque, a percentagem de domésticas é muito baixa. E não será por acaso que esta problemática surge, exactamente, a partir do discurso de uma doméstica mulher de um operário. O que se acabou de referir não significa logicamente a eliminação das diferenças de género quanto aos espaços de circulação de homens e de mulheres quando estas desenvolvem actividade profissional, mas antes que esta situação implica outros ajustamentos e negociações.

Voltando ao casal Rego, o mencionado período turbulento passou, considerando ambos que encontraram um novo equilíbrio já depois da saída de casa do filho. Mário diz que andam agora, e mais do que nunca, amorosos um com o outro. Apesar de se sentir realizada, Conceição de vez em quando deixa passar que se sente um pouco sozinha e que seria preferível ter uma actividade qualquer relacionada com "trapos". Isto é, ela gostava de ter uma *boutique*, para poder ter contactos e dar opiniões. Mas este desejo não parece ser imperativo, estando ausente qualquer tom de queixa. Conceição parece viver tranquilamente a sua opção conjugal e familiar, considerando-se mesmo uma mulher com sorte.

Mário assume claramente posições tradicionalistas em relação às mulheres, tal como Ilídio. Afirma, em diferentes ocasiões, que se foi longe

demais, que hoje já não se distingue bem entre homens e mulheres, que elas querem tudo, que as mudanças nem sempre são boas. As mulheres, em sua opinião, deviam ser colocadas num pedestal, pelo lugar importante, como "fêmeas", que ocupam na criação. É nesse sentido que julga deverem ser respeitadas. Conceição partilha algumas das opiniões do marido e considera também que as mulheres devem saber colocar-se no seu "lugar".

A vida do casal decorre à volta da casa e da relação familiar com o filho único, num sistema de relativo fechamento. Mário parece muito absorvido e interessado pelo trabalho profissional, nos seus lazes, que decorrem ainda de forma independente em relação à mulher e, depois, na relação parental e na conjugal. Conceição está basicamente mobilizada pela relação parental — diz que gosta da nora como se fosse filha — e parece secundariamente mobilizada pela relação conjugal, que afirma, tal como Mário, decorrer de forma mais próxima, agora, do que quando o filho estava em casa. Quanto à forma de conjugalidade ambos assumem posições de tipo "institucional".

Analisando agora os dois casais, podemos ver, com nitidez, a forte aproximação de pontos de vista entre os dois operários — tradicionalistas, com uma perspectiva autoritária da vida familiar e a defesa clara de uma situação de subordinação feminina e a afirmação das prerrogativas masculinas. Quanto à componente feminina, surgem facetas diferentes. Para Conceição, a vida doméstica e familiar parece decorrer de acordo com as expectativas iniciais, que não se modificaram ao longo do trajecto conjugal. Já em relação a Luciana, a experiência adquirida ao longo do casamento, as mudanças de percurso implicadas na passagem pela emigração e no desenvolvimento de uma actividade profissional, traduziram-se em transformação de expectativas e de representações e em maior grau de exigência de partilha igualitária no contexto do casal, que não encontram qualquer correspondência no marido. A insatisfação de Luciana é ainda agravada pela saída de casa dos filhos.

Elas fusionais e eles temperados

Graciete Gomes de 47 anos e Abílio de 54 são, os dois, técnicos intermédios na administração pública. Estão casados há 24 anos, têm uma filha de 21 e uma história de vida que passa pela vinda de uma ex-colónia — contexto em que se conheceram — em virtude da descolonização. Ao fim de sete anos, a vida do casal Gomes alterou-se radicalmente; começaram tudo de novo noutro contexto residencial, já em Portugal.

Conheceram-se no trabalho e, depois de um namoro de menos de um ano, resolveram casar. Abílio destaca as qualidades que o atraíram em Graciete de forma elucidativa: "ela sabia cozinhar, já tinha as condições todas para ser dona de casa". Foram assim as qualidades "instrumentais" da mulher, em função do seu futuro papel doméstico, que mais o motivaram. Em vez de uma

visão romântica, revela-se uma perspectiva institucional da conjugalidade. Quando destaca as vantagens do casamento, refere sempre o mesmo tipo de dimensões: "a alimentação e o vestuário; eu, em solteiro, comia qualquer coisa e estava a andar... casado já é diferente". Graciete, pelo seu lado, afirma que "ele era muito boa pessoa, uma pessoa muito bondosa, educada, para mim isso tem muita importância". Além disso, ela considera que na altura "estava apaixonada, senão não tinha casado com ele, não digo aquelas paixões assolapadas, sinceramente, sou muito fria nesse aspecto; mas, quer dizer; gostava dele".

Graciete resvala, em todo o caso, para uma perspectiva um pouco mais romântica do casamento do que Abílio, como se esperasse alguma coisa para além de ver resolvidas as dimensões instrumentais. Só que as expectativas ficaram goradas, sendo nítido o tom de queixa da entrevistada acerca das mudanças que foi obrigada a fazer com o casamento: "Mudei totalmente a minha vida, passei a fazer uma vida que eu não tinha porque eu era uma pessoa que estava habituada a sair, gostava muito de passear e quando me casei, logo nos primeiros anos, saía do serviço era casa, fins-de-semana passados em casa, durante dois anos não pus o pé na rua. Ele não gosta de sair, pronto, é uma pessoa caseira, ele sai do serviço enfia-se em casa e de casa não sai mais e eu não estava habituada a isso. Depois lá conversámos e decidimos que eu saía com as pessoas amigas e ele ficava em casa. Era a única solução... tinha que ser. Eu sentia-me presa. Eu sentia-me mesmo doente... Mudei muito. Acho que era mais alegre quando era solteira do que o que sou agora, portanto, era mais divertida naquela altura do que sou agora".

As diferenças entre os cônjuges revelam-se de novo quando respondem à questão de saber se gostariam de introduzir algumas mudanças nos diferentes planos da vida conjugal. Graciete persiste na sua ideia: "em relação a casa, gostava de levar uma vida diferente daquela que eu levo... pronto, e mesmo em relação à minha filha gostava de a acompanhar mais (de sair)". Mas para Abílio a situação é diferente: "Eu acho que não mudava nada; dentro do possível, está bem assim". O maior conformismo de Abílio pode também explicar-se pelo facto de as expectativas que ele tinha em relação ao casamento terem sido cumpridas, ao contrário do que aconteceu com a mulher.

Outras diferenças vão sendo enunciadas por Graciete, numa gama variada de aspectos. No tipo de comunicação interna ao casal, considera ela que "deviam comunicar mais" e queixa-se de que "ele é uma pessoa que fala pouco, é uma pessoa muito fechada, é capaz de estar horas sentado sem abrir a boca. Não se sente mal, nem eu me sinto mal por ele estar calado. Eu só não tenho é uma pessoa com quem conversar". Quanto aos gostos e à partilha dos tempos livres as distinções também são vincadas: "eu gostava de os ocupar de maneira diferente. Gostava mais de ir a concertos... a exposições... que é o que eu não faço(...) nos gostos, nós, é uma divergência completa! Normalmente, ele faz aquilo que quer fazer e eu faço aquilo que quero fazer. Ele

nunca pôs nenhum impedimento a isso. Ele não se importa que eu saia, desde que seja com pessoas conhecidas. Teve que ser uma cedência de parte a parte”.

Vale a pena notar que aparece aqui, pela primeira vez neste grupo de duração do casamento, a resultante de uma negociação, a ideia de uma cedência de parte a parte. Luciana Ventura manifestava também outro tipo de insatisfações, só que não consegue nenhuma espécie de negociação e, bem pelo contrário, vê-se obrigada a ceder ao marido em relação a aspectos, como o desejo de formação pessoal e desempenho profissional, que, em princípio, só a ela própria diriam respeito. Ora Graciete parece conseguir impor um pouco da sua vontade, além de sugerir acordos e de os conseguir, de molde a sentir-se melhor na relação conjugal, apesar das grandes diferenças que a separaram do cônjuge.

Vê-se, aliás, que ela detém alguma autonomia no que toca à gestão do seu próprio dinheiro e quanto às decisões fundamentais na família, que acaba por ser ela a assumir mais do que ele, conforme o próprio Abílio admite. Para explicar este aumento de poder relativo de Graciete em relação a Luciana ou Conceição, talvez possa aqui ser invocada, novamente, a maior margem de manobra que têm as mulheres que desempenham actividade profissional em relação às domésticas. Factores psicológicos e de personalidade, o facto de haver mais recursos escolares no caso da presente entrevistada do que nas anteriores, não deixam certamente de exercer a sua influência. Tornou-se claro ao longo da pesquisa que, de modo global, quando estão insatisfeitas, como é o caso de Luciana mas não o de Conceição, as domésticas têm manifestamente ainda menos poder no contexto da relação conjugal do que as mulheres que trabalham no exterior. Trata-se de conclusões que, como já referimos, coincidem com as de um conjunto de pesquisas realizadas noutros países.

Outro aspecto que revela alguma da autonomia relativa de Graciete revela-se na sua resposta em relação aos domínios da vida íntima que devem ser reveladas ao outro — opiniões, sentimentos, ideias, actos — e aqueles que são de reserva exclusiva do próprio. Tanto Graciete como Abílio afirmam que não se pode dizer tudo ao cônjuge. Mas enquanto ele refere “coisas que não prejudicam o casamento” ela considera: “eu acho que é instintivo, há coisas que a gente não conta, porque achamos que são demasiado íntimas... que são nossas, mesmo; se a gente contasse tudo, tudo o que nos acontece, a gente também perdia uma certa independência, perdia toda a independência. Eu fiz assim, e não me estou a dar mal com isso”. A ideia da reserva íntima de Graciete está, portanto, ligada à necessidade de autonomia e independência.

Noutras dimensões, no entanto, a autonomia e a independência desaparecem, como na divisão das tarefas domésticas. Aí persistem as assimetrias da lógica tradicional: “Ele não faz nada (tarefas domésticas), e eu estou sempre a massacrá-lo por causa disso, acho que ele me devia ajudar mais... eu de testo o serviço de casa, se pudesse tinha uma mulher-a-dias para fazer tudo”.

Não é também de espantar que os aspectos de que Abílio se queixa na mulher são os de considerar que ela é muito “refilona e altiva”, associando, por vezes, a mesma queixa em relação à filha, que ele acha que, em muitos aspectos, se parece com a mãe.

Ambos afirmam que houve, no decurso da vida familiar e conjugal, momentos maus e bem difíceis, em que, adianta Graciete, se chegou mesmo a colocar a hipótese da separação. A vinda para Portugal, as condições iniciais de instalação, o facto de Graciete ser a filha mais velha da família e de haver alguma conflitualidade interna e muitos problemas a resolver, foram factores que pesaram nessa fase da relação. “Discutia-se quase todos os dias”, afirma Graciete, acrescentando que a mudança para a metrópole significou também grande perda financeira, o que implicou diferença substancial no modo de vida familiar e do casal. Mas a relação, mesmo assim, sobreviveu. Se as personalidades são difíceis de compatibilizar, se Graciete ficou longe de cumprir uma parte das suas expectativas em relação ao casamento, a verdade é que noutras dimensões ambos parecem concordar que há zonas de solidariedade, interajuda e apoio mútuo, postos à prova nas fases mais difíceis.

Abílio afirma sem hesitar: “ela é uma óptima mulher...”. Graciete pelo seu lado declara: “ele virava tudo para me arranjar uma coisa que eu precisasse (...) nesse aspecto há interajuda, tirando o aspecto doméstico no resto há, (...) nem tenho dúvidas a esse respeito”. Vê-se, assim, que houve companheirismo e solidariedade em momentos chave e complexos da vida familiar, domínios de sintonia entre os cônjuges.

Quanto aos diferentes tipos de centramento, nota-se que Abílio desde sempre tem empenhamento moderado na dimensão profissional, afirmando que preferia ter sido bancário. Na esfera familiar e mesmo na pessoal e de lazer não parece também especialmente motivado. A história de Graciete é diferente. Como vimos atrás houve fases em que ela atribuiu imensa importância à profissão, mas agora o trabalho, com as modificações verificadas na sua repartição pública, motiva-a muito pouco. Por outro lado, os problemas focados limitam os seus investimentos na relação conjugal, revendo-se ela mais na relação parental e no companheirismo que estabelece com a filha.

As representações e orientações normativas de Abílio apontam no sentido de o incluir na forma de conjugalidade “institucional”. No caso de Graciete, essa classificação já não se aplica, parecendo mais adequado considerar que ela pretenderia outra forma de conjugalidade, provavelmente mais fusional ou mais associativa. Exemplo claro dessa sua pretensão será o facto de procurar negociar, dentro do quadro conjugal que lhe é imposto, alguma autonomia, desenvolvendo actividades que lhe dão prazer sem o marido. Ele é coerentemente tradicionalista, mas ela trabalha, tem espírito independente, revela insatisfação, embora também se perceba no seu discurso algum conformismo. Chamando a atenção para que se considerava uma “tapadinha” quando casou, Graciete parece querer mostrar que desenvolveu ao longo do

trajecto conjugal aspirações que não foram concretizadas porque, manifestamente, o parceiro não parecia acompanhá-la nalguns dos seus desejos quanto às modalidades de relacionamento. Temos novamente um caso em que há divergência de formas de conjugalidade entre os dois cônjuges, acabando um por se "conformar", embora aqui negociando, aos modos de fazer e de agir do outro. Para Abílio tudo parece estar bem, não prevendo ele, nem desejando, qualquer tipo de alteração; para Graciete, em contrapartida, tudo se passa como se se tratasse de uma espécie de desarmonia conformada.

Estela Costa, de 59 anos, mãe de quatro filhos dos 25 aos 18 anos, actualmente funcionária administrativa, antiga professora do ensino secundário numa ex-colónia, é casada há 27 anos com Francisco, comissário de bordo numa companhia de aviação, de 56 anos. Namoraram pouco tempo e casaram quando ela tinha 32 e ele 29 anos. Estela estava muito apaixonada, "sentia-me a pessoa mais importante do mundo". Francisco também se sentia apaixonado, além de que desejava imenso o casamento. Ele tinha vivido intensamente os anos anteriores, sobretudo numa época em que esteve fora de Portugal e o seu desejo agora era encontrar "segurança, estabilidade, um relacionamento sem grandes sobressaltos, garantia de afecto, atracção física". Também esperava ter filhos.

Estela dá uma ideia muito clara do que sentia na altura e das qualidades que a tinham atraído no cônjuge: "ele falava muito bem, ele fazia-me sentir importante, achava que eu era o máximo, que era giríssima, aquilo que nunca tinha tido a ocasião que ninguém me dissesse (...) Qualidades assim especiais, mais tarde é que eu tive a sorte de confirmar que ele tinha. Qualidades que, por acaso, eu aprecio muito". Vemos que, ao contrário de outros entrevistados, as qualidades são descobertas e confirmadas no decurso do casamento, prevalecendo na escolha e na decisão de casar os sentimentos, a paixão, o amor romântico. Mas é claro que as expectativas perante o casamento de Estela também eram claras e coincidentes com as de Francisco: "o que eu esperava... era que, aquele rapaz que eu tinha conhecido, dos meus sonhos... ia ter a minha casa, que eu nunca tinha tido. A minha casa, as minhas coisas, com o meu marido".

As mudanças verificadas ao longo do casamento também são, por isso, assinaladas com alguma clareza. Para Estela as coisas foram-se alterando muito: "naquela altura vivia muito o sonho", depois houve muitas coisas na vida que fizeram desenvolver outros sentimentos, "é muito diferente do que era na altura (...) não havia uma série de coisas que nos agarram à vida, problemas que se passam com os filhos e que nós discutimos e que, pronto, ajudam a cimentar (...); por um lado, há uma melhoria, por outro, há sentimentos que na altura não estavam muito visíveis e que são negativos. Aqueles resabiamentos por coisas... a falta de sensibilidade... há coisas que me magoam com muita facilidade. Tenho uma sensibilidade extrema; por isso é que eu notava no meu marido a insensibilidade a certas coisas".

Estela fala ainda em períodos muito negativos, como na transição do 25 de Abril, porque tinha opiniões políticas muito diferentes das do marido e, sobretudo, porque ele se empenhou demasiado, na opinião dela, na actividade política. A tal ponto que ela considerou que estava a ser secundarizada, ela e a filha que tinha acabado de nascer, ameaçando separar-se e saindo mesmo de casa uma noite. Na opinião de Estela, Francisco assustou-se e inflectiu um pouco o seu comportamento.

Para Francisco a situação mudou também ao longo do casamento, passando de uma fase inicial, em que "houve bastante encantamento", a grande amizade e cumplicidade. A vida alterou-se com o nascimento dos filhos, que foram momentos muito positivos, mas introduziram também grandes alterações no quotidiano e na própria vida do casal: "nós depois acabamos por dedicar grande parte da nossa energia, da nossa atenção, das nossas preocupações aos filhos, desviando muitas vezes a atenção que devia haver de um para outro; tem de se arranjar um equilíbrio".

Estela acha que o casamento e o nascimento dos filhos implicam grandes responsabilidades: "a partir daí já não há bengalas para ninguém". Considera também que no casamento as mulheres são mais sacrificadas do que os homens apesar de todas as alterações positivas que ocorreram, mas acrescenta "embora eu não me arrependa de nada e adoro os meus filhos". Avaliando as suas próprias mudanças afirma: "Sou muito mais chata agora do que era antes. Muitos coices da vida, muito cansada, menopausa, essas coisas. Tornei-me muito mais chata do que era. Estou mesmo numa época a precisar de descanso e de sossego". Já quanto ao marido ela considera que ele, ao longo do casamento, melhorou muito.

Francisco, pelo seu lado, acha que a mulher está muito mais conformista e lamenta que ela não o acompanhe mais. Há muitas actividades de lazer que ele gostaria de fazer com ela, saídas para o cinema, para férias, a que ela não adere: "Eu gostava que a minha mulher fosse mais minha companheira no quotidiano, nas coisas de que gosto de fazer, do que é. Claro, como não temos os mesmos gostos, as mesmas... é óbvio que das duas uma: eu sentir-me-ei muito mais infeliz se não as fizer do que se as fizer sozinho".

Quanto a aborrecimentos e conflitos Francisco refere situações que não chegam a ser conflituosas mas que impõem uma certa separação entre os cônjuges como, por exemplo, o facto de ela gostar de se levantar cedo e ele gostar de se levantar tarde. Ao nível da vida familiar lamenta, embora considere que isso é quase inevitável, não ser possível juntar os seis numa refeição conjunta. Os horários estão de tal maneira desfasados que isso se torna difícil.

Em relação aos apoios domésticos, Estela diz que Francisco faz imensa coisa, excepto cozinhar, porque nunca aprendeu. Mas a vida doméstica numa casa com seis pessoas a viver é pesada, embora haja tarefas distribuídas. Estela desejaria ter uma empregada, porque "gostava de estar mais liberta". Mas quanto à participação do marido não tinha qualquer espécie de expectativa

de que ele "ajudasse" e portanto tudo o que ele faz é considerado como grande ganho: "ele ultrapassou aquilo que eu esperava, no tempo em que eu me casei com ele. Naquela altura não era muito habitual que houvesse uma ajuda do tipo... portanto, ele até me surpreendeu". Importa, assim, sublinhar como a maneira de avaliar a maior ou menor participação do cônjuge masculino nas tarefas domésticas também depende das expectativas iniciais. E essas expectativas, de facto, variam, como vimos em casais com outras idades, durações de casamento e pertenças sociais diferentes.

Quanto às decisões na família, assim como a gestão do dinheiro, ela considera que tem preponderância nessas decisões, embora Francisco declare que são os dois a decidir. Ela afirma a sua maior quota-parte de maneira curiosa: "a maior parte das vezes sou eu que tomo as decisões, embora não dando a entender que sou eu que tomo..." Aliás, não só na prática parece ser ela a assumir mais as tarefas, como tende a sentir-se intimamente mais responsável do que o marido pelo bem-estar da família. O que nos diz sobre os tempos livres converge no mesmo sentido: "(tempos livres) Quais? Mesmo que eu os tenha, parece que sinto remorsos de não estar a fazer qualquer coisa, porque tenho sempre qualquer coisa para fazer. Isto é um ciclo vicioso. (...) O que eu gostaria de fazer era estar livre para fazer o que me apetece na altura. Há muitas coisas que me interessa fazer, que eu programo e que depois nunca..."

Na relação com os filhos ambos avaliam o desempenho próprio e o do outro como sendo o melhor possível, dentro das circunstâncias. Estela, tirando o facto de achar que o marido tem preferência clara em relação a um dos filhos, o que ela considera desequilibrante, acha que ele faz o melhor que pode. Quanto a ela mesma, embora não se ache perfeita, esforça-se por dar atenção às necessidades dos filhos, considerando que cada um deles é diferente do outro e que é difícil evitar choques, mesmo entre eles, bem como certo tipo de conflitos.

Estela considera que rapazes e raparigas não devem ser educados de maneira diferente. Acha aliás que, como casou tarde, é grande a distância que existe entre os valores daquela época e os da actual, o que a leva a fazer muitas vezes grande esforço para aceitar coisas que ela achava no seu tempo impensáveis. Francisco levanta abertamente algumas reticências em relação ao problema do controlo da sexualidade feminina, sempre admitindo que se calhar não devia pensar assim, mas assumindo que é assim mesmo que pensa, provavelmente por causa da sua formação. Em síntese, o que ele considera é que para os rapazes a sexualidade pode ser mais livre do que para as raparigas, dizendo que detestaria que as filhas dormissem uma semana com um, e outra com outro, e já não se importaria tanto que isso acontecesse com os rapazes.

Quanto ao tema da infidelidade conjugal ambos pensam da mesma forma, apostando, tal como é frequente na forma de conjugalidade fusional, numa lógica de "perenidade" da relação. Estela é completamente taxativa em

relação a esse aspecto, considerando que a relação terminaria caso houvesse alguma situação dessa natureza. Francisco acha exactamente a mesma coisa. A forma como ele se explica merece atenção. Mostrando alguma estranheza perante situações de colegas, que se envolvem em situações extraconjugais, dizendo conseguir controlar-se e não deixar que essas situações afectem o casamento, Francisco afirma que isso lhe seria difícil. Para ter uma relação com alguém, considera o entrevistado, tinha de ter envolvimento emocional e esse, pensa ele, é quase impossível de determinar onde começa e onde acaba. Prefere, assim, não se expor a situações dessa natureza.

No plano dos investimentos profissionais Francisco está muito envolvido e, como vimos, diz-se realizado profissionalmente. Mas é precisamente o contrário o que acontece com Estela, que considera o emprego administrativo que tem muito pouco gratificante. Assim, Francisco diversifica mais os seus investimentos na profissão, na família e mesmo nos tempos de lazer, chegando a passar férias sozinho fora de época. Estela, pelo contrário, embora isso não seja do seu agrado, está mais confinada aos investimentos familiares e parece estar mesmo numa fase de relativo fechamento pessoal e de questionamento identitário.

Quanto às formas de conjugalidade, tudo aponta para que este casal possa ser incluído na fusional. São a lógica romântica e a vontade de partilhar a vida em conjunto que fazem surgir o casamento e que fundamentam o desejo de ter filhos em comum. Claro que há, apesar de tudo, um "toque" ainda mais romântico em Estela do que em Francisco. Ambos definem o funcionamento do colectivo familiar como impondo certas obrigações a que devem submeter as suas lógicas individuais. Mas aqui é Francisco que, embora afirme uma certa nostalgia em relação a uma vida familiar ainda mais fusional e a uma relação conjugal mais compartilhada, denota uma prática de maior autonomia mais próxima do modelo "associativo". Talvez se trate sobretudo de negociar, tal como Graciete faz com as suas saídas autónomas em relação ao marido, um pouco mais de margem de manobra individual num contexto globalmente fusional.

Genoveva Gonçalves, com 44 anos, é funcionária administrativa num banco. Está casada há 21 anos com Fernando, de 47, que é empregado de escritório e sócio minoritário de uma pequena empresa de serviços. Têm dois filhos, de 17 e 13 anos. Namoraram cerca de três anos, já depois de ele ter chegado da guerra colonial, onde ficou ferido num braço.

O namoro decorreu no período anterior ao 25 de Abril, facto que Fernando considera importante, nomeadamente porque considera que havia controlo dos passos que eram dados, sobretudo por causa da reputação das raparigas, que hoje não se faz sentir. A descrição do namoro de Genoveva converge globalmente com a de Fernando, revelando ela que os pais vigiavam imenso as suas saídas e as da irmã. Mais romântica do que Fernando, estava apaixonada quando casou. Para ele, que se afirma reticente e "frio" em

relação à forma de expressar certos sentimentos, havia “uma grande amizade, um bem-estar na presença um do outro (...) gostava bastante, gostava e gosto”.

Apesar de as representações e orientações normativas dos dois entrevistados apontarem para uma perspectiva mais fusional, em certos aspectos, nomeadamente na forma de justificar a decisão de casar, aproximam-se da visão institucional. O casamento consagra a passagem à vida adulta, como mostram as palavras de Fernando: “acho que o casamento era isso, íamos viver a nossa vida os dois independentes dos pais, era a passagem de uma fase para outra”. A perspectiva de Genoveva é idêntica: “era começar a sentir que tinha uma vida mais minha”. Os dois encaram o casamento, de resto, como representando significativo aumento de responsabilidade.

Casaram dias antes do 25 de Abril e essa data foi marcante para Fernando, porque a primeira fase do casamento, que decorreu, durante três anos, até ao nascimento do primeiro filho, foi intensamente marcada pela participação dos dois membros do casal nas actividades políticas e sindicais da época. Eram noitadas, “permanências”, “seguranças”, um “tempo muito intenso e interessante”, na opinião de Fernando. Genoveva fala menos do que o marido e é também mais omissa a respeito destas actividades. Quando refere as fases diferentes do casamento fala do nascimento dos filhos ou sublinha mais adiante o excesso de trabalho dessa fase. Mas não salienta quaisquer factores exteriores à relação. Fernando, quer quando se refere ao período anterior ao casamento, quer às interferências directas da guerra colonial na vida de qualquer jovem dessa época, como já vimos atrás, quer ainda quando se refere às fases diferentes do casamento ou da vida profissional, tende a sublinhar mais os efeitos dos contextos externos na relação conjugal. Trata-se aqui de uma tendência já verificada também na pesquisa sobre o divórcio, com os homens, mais do que as mulheres, a enquadrarem a relação num *continuum* de acontecimentos exteriores.

Fernando considera ainda que a pior fase do casamento, embora sem problemas de gravidade, foi a da adaptação inicial, o “aceitarmo-nos mutuamente”. Depois o grande “choque” foi o nascimento do filho, sublinhando o facto de esse momento significar grande perda de liberdade e uma mudança a cem por cento relativamente ao estilo de vida anterior do casal. O contraste foi particularmente sensível com o tempo da participação intensa na vida sindical e política do país. O nascimento do segundo filho já não teria representado mudança tão decisiva, porque já se tinha habituado ao ritmo de vida. Agora voltaram a uma fase de maior liberdade. As palavras usadas são elucidativas: “agora, neste momento, já voltámos para a vida, se quisermos ir ao cinema deixamos o comer feito e eles já se desenrascam”. A descrição pela parte de Genoveva é mais sintética, limitando-se a referir o nascimento dos filhos, ou a sublinhar o facto de com eles se intensificar o trabalho e a atenção ter de se dispersar mais.

Quanto a aborrecimentos e conflitos eles parecem cingir-se aos que se geram à volta da “desarrumação” que os homens da casa tendem a deixar e às queixas de Genoveva a esse respeito. Mas a própria entrevistada considera que se trata apenas de desentendimentos de pouca monta. Aliás, embora ache que há em geral interajuda e partilha das tarefas domésticas, por parte do cônjuge e dos filhos, não deixa de referir que ela podia ser mais extensa. Na verdade, embora as limpezas e o passar a ferro sejam atribuídas a trabalho pago — duas vezes por semana —, as refeições e outras arrumações são feitas diariamente por Genoveva. Ainda assim, a forma como afirma que a ajuda podia ser maior não assume de maneira alguma o tom de queixa explícita: “Sim, sou eu normalmente que faço a maioria das coisas. Com eles a ajudar-me, não é? (...) Sempre foi assim. (...) Não há papéis definidos mas também não há o fazer cada um o que gosta mais. Tem que se fazer, vai-se fazendo conforme dá mais jeito ou se tem mais disponibilidade. (...) Acho que podia ser melhor. Há aspectos em que eles podiam partilhar mais mas, pronto, acabam por se dispersar aqui ou ali... os filhos e o pai. Mas, de maneira geral, não há assim grandes situações a apontar. Claro, há sempre coisas que podiam ser melhor...”

Fernando também acha que podia “fazer mais”, mas considera, e a mulher concorda com ele, que sempre foi amigo de ajudar, dizendo, por exemplo, que mudava as fraldas aos filhos, dava-lhes banho e as refeições quando era necessário. Acrescenta que na época — estamos a falar do período imediato ao 25 de Abril — havia até a preocupação de romper com o *status quo* e mostrar atitudes diferentes e de partilha mais igualitária em relação às mulheres. Mas, como já se viu atrás quando se abordou a divisão das tarefas domésticas, a assimetria na divisão dessas tarefas também se verifica neste caso, sem que ela seja identificada explicitamente pela mulher como discriminante. Também não é nem “naturalizada”, nem justificada com base em fundamentos de ordem ideológica.

No plano da relação conjugal, as diferenças entre Genoveva e Fernando fazem-se sentir ao nível dos gostos, mas foi sendo encontrada uma forma de as gerir. Como ela gosta de dançar e ele não, às vezes Genoveva vai com as colegas do banco dançar a qualquer lado, afirmando que o faz cada vez mais com menor frequência. Fernando diz que ele é mais voltado para as actividades físicas e ela é mais para as artes, mas ultimamente também ele se tem ocupado em casa com o *hobby* de que gosta: o da electrónica. As cedências de parte a parte em matéria de gostos e de uso do tempo de lazer são encaradas pelos dois como fazendo parte da vida normal do casal.

Quanto ao centramento nas diferentes dimensões da vida, Fernando parece estar obrigatoriamente mobilizado pela profissão, já que, como sócio, tem de gerir um conjunto de situações que implicam *stress* quotidiano, como não pagamentos a tempo e horas dos serviços que presta à empresa, etc. Reconhece que alguma dessa pressão acaba por se reflectir em casa, pois fica com

menos paciência para as pequenas questões do dia-a-dia. Para além desses aspectos, o trabalho mobiliza-o e interessa-o. Quanto ao investimento familiar e conjugal ele parece encaixar-se numa lógica mais fusional, embora pareça ser na profissão que os aspectos centrais da sua identidade pessoal se jogam.

Genoveva parece estar mobilizada pela família e pela relação conjugal, mas interessa-se de igual modo pela profissão. Diz que, no momento, o trabalho de contacto com o público que desempenha no banco lhe agrada mais do que a função que desenvolvia antes. O convívio com os colegas e alguma actividade sindical (sabemos pelo marido) parecem ser também dimensões importantes. Uma das actividades que desenvolve sem Fernando são algumas saídas com colegas do banco, amizades que mantém há já vários anos. Mas é difícil dizer, até porque a entrevistada falou pouco, se algum dos três níveis de investimento — família, relação conjugal, profissão — se sobrepõe ou se valoriza relativamente aos outros.

Há também convergência entre os cônjuges a propósito das formas de conjugalidade, incluindo-se os dois claramente, como se foi vendo, na fusional. Os “toques” de autonomia ou de perspectiva institucional que cada um deles tem, não contrariam o sentido global da prevalência duma ideia de nós-família, sobre a lógica individual ou institucional.

Arlete Novais tem 48 anos e é técnica de contas de uma multinacional. É casada há 24 anos com Joaquim e têm duas filhas de 20 e 17 anos.⁶ Muito controlada pela mãe e pelos familiares que tomaram conta dela depois de o pai morrer, o marido foi o único namorado a sério que teve. Namorou dois anos e depois casou: “devo dizer-lhe que tive uma melhoria muito grande das minhas condições ao casar, uma liberdade muito maior... no decidir das coisas (...) casar para mim foi uma certa libertação, foi vantajoso”. Arlete confirma mais uma vez a ideia, tanto mais insistente quanto aumenta a idade das mulheres, do casamento associado a maior liberdade e margem de manobra feminina.

Apesar de pensar que não estava apaixonada pelo marido quando casou, considera que ele era extremamente atraente e interessante “pela sua cultura, pela sua experiência”. Ela acha que tinha uns 22 anos muito “insonsos” e com total falta de experiência, fazendo lembrar a expressão de Graciete quando dizia que era, no mesmo momento da sua vida, uma “tapadinha”.

Arlete define várias fases no seu casamento. Os primeiros quatro anos constituíram a fase inicial, correspondendo à altura em que construíram uma casa. Depois nasceram as filhas, “o que nos obrigou a nós, aos dois, a decidir em conjunto, a ajustar-nos”. Finalmente, a fase actual: “elas são crescidas,

6 Infelizmente, por razões de natureza técnica, a entrevista de Joaquim, após a sua realização, ficou inutilizada. Decidiu-se manter a entrevista de Arlete pela informação útil que contém. Perde-se a perspectiva comparativa do casal mas não se perde a visão de um dos seus membros.

mas é um facto que temos uma boa relação a quatro (...) agora acho que já chegámos àquela fase de pensar em terceira idade, fazer viagens”. Assim, primeiro foi o antes das crianças, depois o “criar as crianças e agora estamos quase na fase delas rolarem por si”.

A entrevistada estabelece uma relação interessante entre o nascimento e o período de criar as crianças e o ajustamento entre os dois membros do casal. Como se, tal como consta das hipóteses de investigação iniciais, a existência das crianças tenha implicações não só no desempenho de papéis novos e na identidade pessoal de cada um dos cônjuges, como também na redefinição dos termos da própria relação conjugal, obrigando a adaptações, reajustamentos, impondo outros limites, aumentando eventualmente as tensões.

Quanto aos momentos negativos destas diversas fases da relação, Arlete identifica o período do pós 25 de Abril, momento em que Joaquim, técnico de contas de uma empresa que faliu, ficou no desemprego. Sucederam-se um conjunto de situações complicadas de passagem por empresas também em dificuldades, até que ele se estabeleceu por conta própria. Coincidindo os primeiros tempos do desemprego do marido com o nascimento da primeira filha, Arlete diz que esses momentos, em que o marido entrava em grande exasperação e em que surgiram também algumas dificuldades económicas, foram muito duros para ela.

Se já, de forma geral, ela achava que Joaquim era bastante obstinado nas suas convicções, então a situação agravou-se. Na verdade, logo desde o início do casamento a entrevistada achava o marido “extremamente sectário e duro a julgar (...) aquilo que eu achava que era negativo nele — o radicalizar — eu não tinha argumentos para ele. Ele tinha praticado muito esse tipo de argumentação, portanto era para ele fácil dar-me a volta... eu sentia isso, eu sentia que ele era sectário mas não sabia pôr-lhe um nome”. Dessa fase inicial, Arlete recorda sentir que perdia sempre em qualquer discussão: “deu-se um acumular de situações em que eu perdia sistematicamente (...) perdia, martirizava-me, chorava e a certa altura fiz inversão e disse: isto não pode ser assim, ninguém perde sempre, eu tenho de ter razão alguma vez!” O marido actualmente acusa-a de ser ela a querer ter sempre razão e de que ela está muito ríspida. Por sua vez, ela afirma que o tempo em que sentiu enorme necessidade de se defender e de se afirmar a marcou profundamente, de tal forma que admite agora ter alguma tendência para inverter a situação e considera que pode mesmo “ter perdido alguma doçura”.

Outro sinal de uma certa dificuldade e conflito entre os cônjuges era o facto de, na fase em que Joaquim estava a trabalhar por conta própria, ele achar que Arlete devia sair mais cedo, não compreendendo que os ritmos da multinacional em que ela própria estava empregada não se compadeciam com as exigências dele. Dificuldades que ao longo do tempo ele foi gerindo, mas que deixaram as suas marcas. No entanto, Arlete acha que o marido, com a idade e passagem dos anos, se foi tornando mais calmo e ponderado, tendo

perdido aquela tendência para viver intensamente os conflitos, irritando-se agora menos com situações de contrariedade.

Curioso é notar, a propósito do tema de quem toma as decisões na família em última instância, que Arlete e Joaquim não chegaram ainda hoje a acordo. Ela considera que devem ser os dois. Ele é de opinião de que deve ser a decisão dele a prevalecer em caso de grande conflito. Ela diz que não concorda com esta visão, mas que, felizmente, ainda não houve situações em que essa decisão em última instância dele tivesse de prevalecer. No plano das práticas, e infelizmente não podemos confrontar as declarações de Arlete com as do marido, a entrevistada parece deter alguma autonomia, quer quanto à gestão financeira — ele dá-lhe quase todo o ordenado para a gestão da casa — quer em matéria de compras para a família ou pessoais, já que é ela que se encarrega de tudo isso. Quanto à divisão das tarefas domésticas, a responsabilidade é toda de Arlete, mas têm duas empregadas, uma mensal e outra que só vai algumas vezes por semana para apoiar nas limpezas. Quanto a saídas do casal à noite ou ao apoio às filhas quando elas eram crianças, Arlete diz que foi sempre muito privilegiada, porque viveram sempre com a mãe dela.

Em termos de actividade profissional, Arlete diz que gosta do que faz e que o trabalho exige dela — particularmente por estar numa multinacional — mais de cem por cento de dedicação. O seu percurso na profissão já passou por várias fases relacionadas, de modo geral, com o próprio percurso profissional do marido. Está agora num momento em que gere melhor os tempos, embora já tivesse vontade de estar menos “presa”. Pensa que daqui a uns anos a sua situação ideal será a de passar a trabalhar em tempo parcial para desenvolver outras actividades que lhe agradam, como aprender inglês, ir para a universidade da terceira idade, etc.

Em termos de centramento nas diversas dimensões da vida os investimentos de Arlete repartem-se, assim, pela profissão, pela vida familiar, mas também pelos projectos de lazer e ocupação no plano pessoal. Nota-se, no plano da relação conjugal, um nível de aposta com menos contrapartidas do que as que parecem ser desejadas. Mas vê-se também que houve ganho de algum poder e autoridade, no decurso da vida familiar e conjugal, por parte de Arlete.

Quanto à forma de conjugalidade, tudo parece apontar para uma situação híbrida. Enquanto Arlete desejaria mais partilha e menos autoritarismo por parte do marido, menor rigidez e maior negociação na relação para que a ambição fusional se pudesse concretizar, Joaquim parece estar mais voltado para uma perspectiva institucional do casamento e do funcionamento familiar.

Em síntese, analisando agora no seu conjunto as entrevistas dos sectores intermédios, fundamentalmente constituídos por grupos domésticos pertencendo à pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia (PBTEI), é possível avançar algumas ideias centrais.

Em primeiro lugar, quanto à forma de conjugalidade predominante nestes sectores, ela é basicamente a fusional. Esta afirmação, no entanto, parece muito mais válida no caso das mulheres do que no dos homens. Na verdade, dois entrevistados assumem perspectivas um pouco diferentes. Abílio define claramente a perspectiva institucional da conjugalidade e Francisco, embora sendo “fusional”, revela também representações e práticas próximas da lógica “associativa”. Assim, a aposta no nós-casal e no nós-família surge ainda mais evidente no caso feminino. A vida familiar e a projecção parental aparecem aqui como horizontes fundamentais para as mulheres e como forma de realização pessoal. O que não significa que outras dimensões não sejam também valorizadas. A insatisfação manifesta de algumas perante as modalidades de funcionamento da relação conjugal (Graciete, Arlete) ou a falta de interesse da dimensão profissional (Estela e Genoveva) não deixam de ser sublinhadas, atestando que a projecção identitária das mulheres não se esgota na vida familiar e na maternidade.

Verifica-se, em todo o caso, um tom globalmente mais conformado do que o que se pode observar, nomeadamente, nas entrevistadas dos mesmos sectores sociais mas dos grupos de menor duração do casamento. Talvez esse maior conformismo seja explicável por dois factores fundamentais. Por um lado, pelo efeito de ciclo de vida familiar, já que os filhos estão quase a ser autónomos e a sair de casa. Aproximam-se momentos de redefinição da relação filial e também fases diferentes da relação conjugal. Por outro lado, este efeito de ciclo também se faz sentir no plano profissional, visto que, não se tratando aqui de profissões onde esteja envolvida uma lógica de carreira, os dados já foram “lançados”, tudo dependendo assim, no essencial, dos níveis de investimento anteriores.

Pode ainda pesar um efeito que articula as mudanças sociais mais englobantes com a trajectória pessoal social e conjugal. Na verdade, nos tempos actuais é mais frequente a imagem da mulher que se projecta noutros domínios para além da família. As mais novas terão, assim, um modelo mais diversificado, quanto às identidades possíveis da “mulher”, e estarão também a viver um momento do ciclo de vida conjugal em que há, ainda, muitas “portas para abrir”. Recorde-se que no conjunto de entrevistadas dos sectores intermédios, casadas há mais de 10 anos e há menos de 19, se encontraram duas que, além de terem filhos e trabalharem no exterior, estavam a estudar à noite para completar licenciaturas. Ora as mulheres mais velhas, que acabámos de analisar, casaram-se numa altura em que o modelo predominante era o da mulher mãe e dona de casa — embora todas desempenhem actividade profissional e a valorizem ou a tenham valorizado no passado — e estão num momento do ciclo de vida conjugal com menos perspectivas de transformação possível. Por todas estas razões, parece ser compreensível o tom globalmente mais conformista deste conjunto feminino.

Por comparação com as mulheres do meio operário, encontramos

neste conjunto algumas diferenças. Nas posições perante a conjugalidade as mulheres dos sectores intermédios parecem mais românticas, mais fusionais e têm manifestamente mais margem de manobra do que as mulheres de meio operário. Conseguem negociar alguns direitos e deter margens de autonomia no contexto da conjugalidade, impõem mais o seu ponto de vista, parecem adquirir protagonismo ao longo da relação conjugal. As representações igualitárias ganham peso em relação à visão autoritária das relações familiares, predominante nos sectores de operários mais velhos. Aliás, mesmo nos sectores operários mais jovens, como vimos atrás, a visão autoritária tradicionalista perde, decisivamente, o relevo que tinha no passado.

Quanto aos homens dos sectores intermédios, no plano das recompensas identitárias, elas passam, centralmente, pela actividade profissional e depois pela vida familiar e conjugal. Mas o centramento na profissão não implica que esta assuma lógica de carreira ou que tenha os contornos típicos das situações dos quadros de empresa que já analisámos. Trata-se de investimentos "intermédios", que não retiram relevo aos investimentos familiares e conjugais. Estão ausentes aqui os casos dos homens que encaram a vida familiar como pano de fundo de tranquilidade e bem-estar, permitindo a sua melhor projecção pessoal na actividade exterior. Os investimentos parecem mais repartidos, menos desequilibrados, podendo até afirmar-se que os homens se aproximam das mulheres neste plano. Mas persistem diferenças. Como se houvesse centros de gravidade — a casa e a família, por um lado, a actividade externa e o trabalho, por outro — que fossem, em última análise, esferas atribuíveis de forma distinta aos dois sexos. Manifesto exemplo ainda dessas distinções é o facto de serem sempre as mulheres a executar e a gerir as actividades domésticas, apesar de trabalharem tantas horas como os homens no exterior, e ainda o de assumirem para si próprias maiores responsabilidades perante a vida familiar.

O projecto conjugal e familiar assume, no entanto, papel de relevo para os dois membros do casal, quer no campo identitário, quer no plano dos investimentos pessoais. Daí que as lógicas individuais se tendam a submeter às lógicas do colectivo, ao nós-família e ao nós conjugal. Características, de resto, da forma de conjugalidade fusional que predomina nestes sectores sociais.

Maior proximidade entre homens e mulheres na forma de conjugalidade associativa

Sónia Valente tem 52 anos é quadro médio numa empresa e é casada com Fernando, 54 anos, licenciado em economia, técnico de organização numa grande empresa. Têm dois filhos de 26 e 20 anos de idade e uma neta. A história deste casal revela-nos a passagem da perspectiva romântica a uma visão mais

construída da relação, mostrando também como certos episódios da interacção conjugal, e outros acontecimentos marcantes, podem condicionar e mesmo reordenar as prioridades da relação e da vida familiar.

Fernando diz que estava apaixonado por Sónia e esta afirma que se foi apaixonando. Tinham, os dois, padrões estéticos elevados e esses constituíram factores importantes de atracção. Ela acrescenta, ainda, que além da beleza física, aspecto em relação ao qual se considerava muito exigente, ele também a atraía no plano intelectual. Casaram-se, dizem ambos, numa "onda" profundamente romântica, revelando sempre Sónia, apesar de tudo, uma faceta mais pragmática. A certa altura do namoro, acabou por procurar clarificar os objectivos da relação, confrontando o namorado com a questão do casamento. Justificava esta atitude com o facto de estar marcada, por educação, pela desconfiança em relação aos rapazes. Na época era frequente os pais e, sobretudo, as mães, incutirem nas filhas este tipo de atitude, que visava proteger as raparigas com vista a "preservar" a sua virgindade, como já vimos noutras situações. Sónia distancia-se hoje desse tipo de posições. Na verdade, e tal como outras entrevistadas, ela incentivou a filha a namorar e a ter experiências mais diversificadas antes de se decidir a casar.

Ambos tinham grandes expectativas que se centravam numa ideia romântica e fusional do casamento como promessa de felicidade e bem-estar. Provavelmente essas expectativas e uma visão idealizada do casamento, seriam ainda mais elevadas no caso de Fernando do que no de Sónia. Quando fala, em retrospectiva, dessa fase inicial, ele tende a achar que "o brilho da vida não correspondeu ao brilho da idealização", mas acrescenta que também não se pode queixar. Acontecimentos posteriores parecem poder clarificar melhor a forma de Fernando encarar a vida conjugal naquele momento e agora. Na verdade, também Sónia acha que o nível de investimento amoroso do marido na fase inicial era ainda maior do que o dela. Durante os primeiros anos do casamento, Fernando afirma que havia maior dependência dele em relação a ela do que o contrário, achando mesmo que a certa altura, sobretudo a partir do nascimento da filha, Sónia passou a dar-lhe menos atenção e a ter frequentemente momentos de alguma irritabilidade em relação a ele: "a seguir ao nascimento da minha filha achei a minha mulher muito tensa comigo..." Ela, por sua vez, declara, referindo-se à mudança que os filhos introduzem na vida do casal: "há uma determinada fase em que os filhos são um elemento inibidor da vida do casal; até mesmo do aspecto sexual, porque exigem tanta atenção, são uma preocupação tão grande, que o casal parece que faz assim uma espécie de parêntesis e fica em *stand-by*".

Ora num desses momentos acontecem vários problemas graves na vida de Sónia e do casal. Morre o pai, com quem ela tinha forte ligação emocional, e passado pouco tempo morre-lhe um filho à nascença. Foram momentos muito difíceis, agravados ainda pelo facto de, depois de muito instado, Fernando ter reconhecido que mantinha uma relação com outra mulher. A separação

esteve iminente, mas Sónia afirma que depois de se recompor do duro golpe que sentiu, finalmente "escolheu" ficar com o marido: "naquela altura percebi nitidamente que aquele era o homem com quem queria viver e que faria o que fosse preciso para continuar. Nessa altura chegámos a estar a dissecar o nosso casamento durante horas (...) foi então que eu percebi que o Luís achava que gostava mais de mim do que eu dele e que eu não investia tanto na relação como ele (...); o período em que perdemos o bebé também foi muito doloroso para ele".

Vê-se nitidamente, a partir desta descrição, como podem ser concorrentes os investimentos na relação conjugal e na relação parental. Nota-se, também, como a gestão emocional de certas perdas, ao contrário do que à primeira vista possa parecer, é igualmente susceptível de ameaçar a relação conjugal. Factos e situações explicáveis, certamente, no quadro da psicologia.

Os momentos de crise de Sónia e Fernando passaram, mas não sem deixar marcas, que os dois afirmam irem sendo superadas pelo tempo. Qualificam ambos a relação hoje como mais serena e madura. Dois anos depois dos momentos mais dolorosos, nasceu outro filho, que Sónia tem tendência a considerar que continua a ser superprotegido pelo pai.

No plano dos investimentos profissionais, Fernando parece estar empenhado, mas sem grande entusiasmo, na sua profissão. Acha que arriscou pouco pois, sendo economista, nunca procurou sair da empresa onde estava e onde foi desempenhando cargos que não teriam a ver, de forma muito directa, com a sua formação. Mas considera que não é, por personalidade, muito voltado para as mudanças, neste como noutros aspectos da vida. Sónia, em contrapartida, está muito empenhada no plano profissional. Diz que houve alturas, como já referimos atrás quando se analisou a posição dos entrevistados perante a actividade profissional, em que sempre que estava bem no trabalho não estava em casa e vice-versa. Mas agora admite ter encontrado um certo ponto de equilíbrio, que traduz do seguinte modo: "gosto muito de trabalhar e gosto muito do meu trabalho (...) só não me sinto realizada quando não me deixam trabalhar em condições".

Mais uma vez encontramos um investimento profissional feminino pelo menos tão marcante como o masculino, revelando que o facto de haver forte envolvimento familiar das mulheres não se traduz necessariamente em desinteresse pela profissão. Acontece, por vezes, tal como Sónia nos revela aqui, que em certos momentos as circunstâncias, as dificuldades em conciliar a vida profissional com a familiar, impõem contra vontade própria posições mais defensivas numa ou noutra esfera. Mas não se trata de desejos espontâneos originados numa qualquer espécie de "específica natureza feminina". Aliás, nem vemos também do lado masculino, e no caso de Fernando, que está mais próximo de uma situação de carreira, a atitude "agressiva" em relação à sua actividade profissional, caracterizada no estereótipo masculino.

Estarão aqui certamente em causa idiosincrasias pessoais, pois Fernando considera-se mais dado à inércia do que à mudança e à transformação.

Quanto ao tipo de centramento, podemos então caracterizar o casal Valente de forma diferenciada: ele mais empenhado numa fase inicial na relação conjugal, sem ter inteira correspondência, parecendo as lógicas parental e profissional menos mobilizadoras. Neste plano faz lembrar o marido de Estela, Francisco, que desejaria uma relação conjugal mais intensa do que a que tem. Sónia, no princípio mais motivada pela relação parental e profissional, parece menos centrada na relação conjugal até à altura da ameaça de ruptura.

No que respeita às formas de conjugalidade, verifica-se que para os dois o sentimento amoroso e a afectividade estão no centro da relação. No caso de Fernando é forçoso, apesar de tudo, atribuir-lhe a forma de conjugalidade associativa, já que em certa fase da vida conjugal o bem-estar individual se sobrepôs ao conjugal e ao do colectivo familiar. Mas caracterizar a situação de Sónia, apanhada de surpresa num contexto adverso, mais voltada inicialmente para a função maternal e para a profissão, gerindo perdas e sofrimento, não é fácil. Podemos dizer que ela teria uma perspectiva romântica e fusional da relação, acabando depois por "escolher" de forma mais autónoma mantê-la e reinvesti-la. Mas estarão evidentemente também em causa factores psicológicos que escapam à análise sociológica.

Podemos reflectir, porém, sobre algumas regularidades. Até aqui os casos em que os dois membros do casal assumiram a existência de relações extramatrimoniais, só surgiram nos sectores com formação universitária. Foram vividas como crises pessoais ou crises da relação, puseram-na momentaneamente em causa, mas, por decisão conjunta, a situação crítica foi vencida e a relação continuou. Tudo indica, assim, que se confirmam, também aqui, as conclusões a que na pesquisa sobre o divórcio tinha chegado (Torres, 1996). Tende a ser predominante, nestes sectores sociais, uma forma específica de encarar a conjugalidade — associativa ou modernista — que se traduz na valorização do bem-estar pessoal no contexto da relação e na prevalência da sua qualidade como critério de manutenção da mesma. O que implica que o casamento pode ser rompido pelo divórcio sempre que esses critérios de forma consistente se não cumpram.

Mas será que nos outros sectores sociais não encontrámos situações em que os homens confessavam ter tido relações fora do casamento? Claro que sim, mas com algumas diferenças em relação aos casos referidos, a primeira e talvez a mais importante das quais é a de que elas não foram assumidas nem explicitadas no contexto do casal e por isso não constituíram momentos de crise da relação.

Situações desse tipo, com efeito, só podem ser consideradas como crise a resolver pela continuação ou pela ruptura, quando se defende um modelo de centramento das relações no amoroso e no afectivo e se assume a possibilidade de autonomia dos indivíduos. Se, pelo contrário, é dominante a lógica

de dissolução do indivíduo no colectivo, por questões de sobrevivência económica, por questões ideológicas ou por obediência estrita a um código normativo que prevê a manutenção da instituição sobrepondo-se esta ao bem estar individual, a relação extraconjugal não é assunto para ser discutido, ou para ser eventualmente ultrapassado. Ela representa ou quebra de lealdade ao grupo doméstico, ou falta perante a instituição que, como tal, devem ser punidas. Mas não há nada para discutir nem para superar. Há estragos a reparar, há faltas e culpas a assumir.

As situações extraconjugais por parte dos homens não deixam por isso de existir, mas nestes contextos normativos e ideológicos elas são encaradas como "escapadelas", mantendo-se a lógica fusional e institucional do casamento. Implícitas estão avaliações assimétricas do comportamento masculino e feminino. Repete-se aqui o que já tínhamos concluído, na pesquisa sobre a ruptura conjugal, acerca da raridade do reconhecimento das relações extraconjugais no feminino. A julgar pelo que as entrevistadas dizem, há aqui apenas uma situação desse tipo. O que não quer dizer que não possam existir mais, mas elas constituem um interdito no plano do que é susceptível de ser explicitado (Torres, 1996).

Os efeitos de género parecem impor uma regra estranha: se as mulheres "prevaricam" não podem assumi-lo, até porque quem fica mal visto é o seu cônjuge; os homens, por seu turno, têm "escapadelas" que podem ser "explicadas" e vividas até como culpa da mulher, como vimos no caso de Rosa Silva. No feminino, no entanto, não se pode falar em "escapadela" mas em falta gravíssima, que ameaça o edifício da masculinidade — são a honra e a competência masculinas, como vimos de forma muito clara nas situações de divórcio, que parecem estar em causa. Não deixa de ser uma situação bizarra para a "prevaricadora", que é, apesar de tudo, proscrita. Mas é este tabu que impõe silêncio na assunção destas situações.

Voltando ao casal Valente, não deixa de ser ainda interessante salientarmos três aspectos. O primeiro, para mostrar os efeitos dinâmicos e interactivos da relação conjugal e a forma como eles interferem, desgastando, reforçando ou transformando o sentimento amoroso. A história deste casal, romanticamente muito envolvido desde o início da relação, mostra que esse investimento não é um "estado" que suspende o tempo e que garante, de uma vez por todas, que o casamento vai correr bem e que se vai ser feliz, mas é antes um pressuposto de partida, um sentimento que pode ser afectado pela dinâmica da relação. Trata-se, pela imposição das circunstâncias, da passagem de uma visão romântica para a visão "construtiva" da relação.

Em segundo lugar, o que a história de Sónia e Fernando também ilustra é a existência de diversas dimensões e de diferentes tempos e ritmos envolvidos na relação familiar e conjugal que parecem entrar, por vezes, em contradição uns com os outros. Tudo indica que Sónia estava, numa primeira fase, mais projectada na relação maternal, tendo-lhe sido possivelmente difícil a

conciliação desta vertente com a conjugal e profissional. Fernando, pelo seu lado, parece ter pedido mais investimento amoroso à mulher, não se projectando de forma tão significativa, pelo menos na mesma fase do que Sónia, na dimensão parental. A conjugação e a sincronização de tempos, formas de investimento e centramento na vida conjugal e familiar podem ser, assim, bem difíceis.

Além dessa dificuldade, reencontramos também aqui as tensões e ambiguidades decorrentes do "género" ou, noutra linguagem, as contradições de papéis e desempenhos atribuídos à mulher casada, que Parsons, como vimos atrás, tão bem identificou. Por um lado, exige-se à mulher que seja e se mantenha atraente, para que o interesse romântico do marido se conserve também; por outro, impõe-se-lhe que cultive o que representa uma contradição pelo menos parcial com esta imagem, e que é o investimento e a dedicação sacrificial à maternidade, a anulação de outros interesses de realização pessoal ou profissional. São estas dificuldades que Sónia parece viver quando afirma ter sentido, sempre, no passado, contradições entre o investimento profissional e o investimento materno "quando me parecia dedicar mais a um achava que estava a falhar no outro e vice-versa". Ou, mais grave ainda, quando percebeu que a sua dificuldade em manter, em simultâneo, o investimento romântico e o maternal acabou por ser "punida" pela relação extra-matrimonial do marido. As assimetrias de género, traduzidas aqui em dor e sofrimento afectivo, não poderiam ser mais evidentes.

Em terceiro lugar, este exemplo, como de resto veremos com outros, mostra que nem sempre o envolvimento masculino e o feminino decorrem de acordo com os estereótipos. Assim, Fernando e Francisco apostam numa perspectiva mais "conjugalista" da relação do que as respectivas mulheres, mais envolvidas, estas, na relação maternal. Se o envolvimento feminino na vertente materna se identifica com o estereótipo, já o pedido de investimento amoroso e "romântico" por parte dos homens parece coincidir menos com as versões estereotipadas. Acresce ainda que nos dois casos, mas sobretudo no de Fernando, quadro superior numa empresa, a figura clássica do homem muito envolvido na carreira profissional deixando relação conjugal e família para segundo ou terceiro planos não se confirma.

Lília Vasconcelos tinha na altura em que foi entrevistada 46 anos. É economista, quadro dirigente numa grande empresa, mulher de carreira. Está casada há 22 anos com Álvaro, que é também economista, e têm dois filhos de 19 e 14. Conheceram-se quando estudavam os dois na mesma faculdade no Porto e pertenciam também a um grupo de teatro.

Namoraram cinco anos. O namoro não era completamente "certinho", na óptica de Lília. Estudava com outros rapazes da faculdade, tinha alguma liberdade, já que vivia numa casa alugada pelos pais no Porto apenas com um irmão mais velho, tendo o resto da família ficado na cidade do interior, onde ela nasceu. Mas considerava que a regra no relacionamento com o namorado,

em matéria de intimidade sexual, tal como no caso de Sónia, era a de se manter virgem até ao casamento, ou pelo menos até às vésperas, quando tivesse garantias de que aquela era uma relação para o casamento. Como outras jovens da época, mantinha a preocupação de não ser “falada” no meio estudantil. A sexualidade era assim tornada uma “coisa à parte”, desligada das outras dimensões afectivas e amorosas. Vimos que nas gerações mais novas e no meio universitário esta visão se alterou e será também talvez por isso que, retrospectivamente, e perante as mudanças de valores no presente, Lília, tal como Sónia, considera que deveria ter tido mais namoros e um pouco mais de experiência. Referindo-se a pessoas que conheceu mais tarde afirma que “essas pessoas tiveram uma experiência muito mais enriquecedora do que eu”.

Sendo boa aluna, ao fim dos cinco anos de namoro ela já tinha acabado o curso mas Álvaro não. Muito envolvido com o teatro e noutras actividades culturais, ia descurando um pouco a licenciatura, tendo permanecido no terceiro ano, aproveitando até ao limite os adiamentos de incorporação obrigatória no serviço militar. No fim desses cinco anos e perante a perspectiva de casar, colocava-se, afirma Álvaro, o problema da tropa: esperar para depois significaria adiar o casamento por mais quatro anos. Lília decidiu então aceitar uma oportunidade de emprego em Lisboa, mudaram e, apesar de tudo, resolveram casar. Lília explica muito bem as dificuldades que se viviam por causa da guerra colonial: “na altura a nossa principal preocupação era de cariz político, a que se ligava à tropa e à incerteza que havia em relação à nossa vida. Em relação ao casamento, a principal insegurança que tinha dizia respeito a “ele ainda ter a tropa para fazer”; “logicamente iria para o ultramar onde estava o meu cunhado nessa altura e o meu irmão também; e isso dava uma incerteza muito grande em relação ao casamento porque havia um risco físico efectivo (...) esse era o problema essencial; acho que nessa altura, nem mesmo questões sexuais, nem nada nos afligia tanto como a incerteza que era... não arranja emprego enquanto não fizer a tropa (...) esse tipo de questões e o problema de nós nos insurgimos contra a organização política da altura que nós contestávamos e nos organizávamos em termos de associações, que eram proibidas; fazermos, por exemplo, uma peça e estarmos em cima do palco e vir a censura e proibir a peça (...)”.

Álvaro, acabou por não ir para África combater porque estava na tropa ainda no Continente quando foi o 25 de Abril. Mas para ele, como para os jovens com essas idades naquela altura, este era um problema que afectava todas as dimensões da vida, das mais quotidianas às ontológicas e existenciais — tratava-se também de decidir matar e de poder realmente morrer ou ficar estropeado — interpondo-se a todos os projectos, fossem eles profissionais ou amorosos.

O casamento de Lília e de Álvaro, apesar de um certo desgosto por parte da mãe de Lília, não foi celebrado pela igreja católica. Lília considerava hipocrisia casar pela igreja sem acreditar no sacramento. Embora tivesse tido uma

educação católica, tinha rompido com a igreja, tal como outros jovens da sua geração. Salientava o aspecto convencional, ritualista e conservador de certas práticas da igreja do seu tempo, considerando incongruente casar sem crença, só para agradar aos outros. Trata-se de uma posição que considerámos convicta laica, como vimos no capítulo 4, porque se opõe, por um lado, à convicção espiritualista (caso dos católicos praticantes que acreditam no sacramento do casamento), mas também, por outro lado, se distancia dos pragmáticos, ritualistas e conformistas.

Na base da relação entre Lília e Álvaro, pensam os dois, havia companheirismo, respeito e confiança mútua, “uma base de gostos comuns”, não se tratando propriamente de uma paixão, mas daquela pessoa de “quem se gostava”, de um bem-estar que se queria partilhar e prolongar.

Quando fala de fases diferentes ao longo do casamento, Lília é mais explícita na indicação de alguns momentos que, na sua óptica, foram difíceis: “Houve alguns (momentos maus). Em termos de opção profissional ele acabou por acabar o curso de economia, mas durante 14 anos foi jornalista e, portanto, teve uma actividade que era interessante mas que também tinha alguma insegurança, quanto à organização da vida normal; algumas das coisas que, de certo modo, me marcaram a mim mais, e desgastaram, foi o facto de eu nunca o ter em termos de apoio doméstico (...) porque ele chegava muito tarde a casa por causa do horário; agora que os miúdos estão quase criados é que já estamos todos juntos e podemos organizar fins-de-semana, porque ele normalmente trabalhava ao sábado ou ao domingo; (...) isso a mim pessoalmente marcou-me muito, considero que fui mais prejudicada do que se tivesse... não era casado com outra pessoa, em termos de características, mas era em termos de actividade, de opção profissional que fez. Mas nunca foi também motivo para conflito grave”.

Quando se pergunta como pode o casamento modificar a vida de uma pessoa, Lília acrescenta ainda: “acho que, por muito que tenhamos encontrado a alma gémea, é sempre uma individualidade que se perde; (...) agora estou muitas vezes fora em serviço, sozinha, e há determinadas coisas que me dão mais gozo (...) sou eu que estou a comandar as coisas, há a liberdade de se fazer o que se quer, sem ter nenhuma espécie de constrangimento (...) mas há outras situações em que é muito mais agradável estar com companhia (...) acho que nós temos sempre de nos adaptar, para mim o pior período do casamento foi logo a seguir ao casamento, aquela responsabilidade de viver na mesma casa, de partilhar o quotidiano com outra pessoa; digo sinceramente que foi um período que me custou muito, mas também tive uma agravante muito grande: tinha mudado de emprego e estava ali numa situação precária em termos profissionais (...) e ele por outro lado, continuava a ter uma vida de estudante (...) com horários que não eram nada compatíveis com a minha vida. (...) se fosse numa altura como agora provavelmente não teria resistido”.

Vemos assim, novamente, a referência aos momentos iniciais do casamento e dos cuidados com os filhos pequenos, não partilhados pela parte masculina do casal, como fases difíceis. Nota-se ainda um efeito curioso. Os valores e as práticas do presente interferem, retrospectivamente, na forma como se avalia a relação e a vida em comum. Lília tem colegas de profissão mais novos, quadros de empresa, que ela considera que partilham com as mulheres os cuidados com os filhos, o que não aconteceu com ela. Não deixa de sentir esta situação como uma espécie de “injustiça” em retrospectiva. O trabalho de Álvaro “afectou muito mais do que afecta agora; enquanto ele foi jornalista afectou muito; sempre procurei ter uma posição colaborativa, nessa altura, provavelmente prejudiquei um bocado a minha vida profissional, exactamente para assegurar a vida familiar e para que ele pudesse fazer aquilo que gostava. É das coisas que acho que me prejudiquei, mas que não lamento ou que me tenha traumatizado... pronto, às vezes é daquelas amarguras que eu tenho. Ele diz que nunca se arrependeu de nada de que tenha feito e eu há algumas coisas de que me arrependo, provavelmente aquela postura muito mais colaborativa, talvez não a tivesse tido tanto (...) Agora ele, em relação ao trabalho, tem uma versão um bocado diferente de mim: ele só quer ser reformado, tem uma postura de muito menos investimento em termos de carreira do que eu”.

Quanto às dimensões de comunicação no casal, Lília diz que o marido apresenta algumas queixas: “ele acusa-me muito e eu acho que ele tem razão; eu, às vezes, chego a casa e não tenho vontade nenhuma [de falar] (...) estou tão esgotada que só quero é ter silêncio e há dias em que sou capaz de comentar uma coisa ou outra, mas há outros dias em que não falo e há outras vezes em que julgo que falo e não falo”.

Ainda aqui se revela uma situação que não corresponde aos estereótipos mais habituais. A necessidade de partilhar os aspectos da vida profissional e mesmo o apelo à comunicação no casal não têm necessariamente de ser protagonizados pelas mulheres, nem constituem qualquer aspecto intrínseco da “natureza feminina”. Características de personalidade e condições de existência contribuem certamente mais para explicar este tipo de práticas e atitudes. É provável, também, que a exigência de comunicação por parte das mulheres tenha sido tema mais recorrente, no passado, em virtude do maior isolamento, quando as mulheres de certas classes sociais circunscreviam o seu papel à vida familiar e doméstica. É que em termos de estereótipo, e se não soubéssemos de antemão o sexo da personagem, poderíamos certamente adivinhar, através das palavras de Lília, o discurso do homem completamente centrado na profissão que deseja chegar a casa para o repouso e o silêncio, confrontado com a mulher que o interroga e quer conversar.

No plano profissional os dois membros do casal estão agora em posições que evoluíram em sentidos contrários. Lília mais empenhada e mais

disponível nos últimos anos na profissão e na carreira, ao contrário dos tempos iniciais, devido aos impedimentos anteriores. Álvaro, embora esteja satisfeito com a actividade profissional que desempenha, parece actualmente menos envolvido do que na fase em que era jornalista. Quanto à partilha, gestão e desempenho das tarefas domésticas, Lília diz que o essencial é assegurado por ela e por uma empregada doméstica. Tendo tido uma educação tradicional, ele não é do género “colaborativo”, mas também não levanta qualquer tipo de problema se ela tem saídas profissionais de mais de uma semana para o estrangeiro. Quanto aos tempos livres, existe igualmente alguma diferença entre os cônjuges. Ele está mais caseiro, ela prefere sair de casa para ir a espectáculos, concertos, cinema.

No que respeita à forma de conjugalidade, este casal constitui um caso curioso de forma de conjugalidade: associativa, mas “desencontrada” no tempo. Na verdade, enquanto no início do casamento e durante cerca de 14 anos, ele se dedica inteiramente à profissão numa perspectiva de realização pessoal, deixando as responsabilidades familiares fundamentalmente a cargo da mulher, na fase posterior é ela que se afirma mais na vertente profissional. Mas persiste uma diferença fundamental que nos remete novamente para o género: enquanto Lília se dedica à profissão e não deixa de se responsabilizar pela vida familiar, Álvaro pôde dedicar-se inicialmente à profissão por existir um *background* familiar que a mulher, embora também com aspirações profissionais, assegurava. Vimos, aliás, como Lília se ressentia da vivência negativa dessa assimetria, ressentimento esse actualizado pela comparação com os colegas mais novos. Como se a sua vida, a sua dedicação à profissão, mas também a partilha dos cuidados com os filhos, fossem situações hoje em dia bem mais facilitadas do que no passado. Assim, embora no plano das representações ambos partilhem a perspectiva associativa, para ele a passagem à prática decorreu de uma “ordem natural das coisas” — ordem assimétrica decorrente da dominação masculina —, enquanto para ela essa passagem implicou esforço suplementar e só actualmente, numa altura em que os filhos são autónomos, está a ser vivida de forma mais distensa.

Pedro e Ana Paula Carrapeto estão casados há 23 anos e têm dois filhos de 21 e de 18 anos. Ele tem 49 anos e é técnico de recursos humanos; ela tem 44 anos e é professora efectiva do ensino secundário. A história deste casal, tal como a do anterior, é atravessada pela guerra colonial nas fases do namoro e nas iniciais do casamento. A diferença reside em que, tal como Fernando Gonçalves e ao contrário de Álvaro Vasconcelos, Pedro chegou mesmo a ser mobilizado para a Guiné e combateu numa zona de guerra difícil. Não veio ferido como Fernando, mas sofreu danos psicológicos que o afectaram bastante e marcaram o casamento.

Vieram os dois da mesma zona do Alentejo, conheciam-se bem quando começaram a namorar. A proximidade de origens, o conhecimento mútuo das famílias e da sua forma de pensar foram também, afirmam os dois,

factores importantes de aproximação entre eles. É o que se percebe a partir das palavras de Pedro, quando refere as características que o atraíram nela: “em primeiro lugar era uma pessoa, era e é, uma pessoa que me permitia um diálogo, a gente entendia-se perfeitamente; provavelmente porque pertencíamos à mesma região, pensávamos em relação à sociedade da altura mais ou menos as mesmas coisas, porque pertencíamos mais ou menos ao mesmo nível social (...) portanto, havia uma visão das coisas e comportamentos muito parecidos”.

O namoro foi sempre “atravessado” pela situação da tropa, decorrendo ora nas saídas, ora nas férias, quando Pedro estava já a combater na Guiné; mas têm boa memória desses tempos, em que sentiam sempre enorme vontade de estar juntos até por causa dos períodos de distância e de separação a que eram forçados.

Embora no plano do controlo sobre a sexualidade Ana Paula nos fale dos seus pais de uma forma pouco diferente da de Lília ou de Sónia, a verdade é que ela assume de maneira distinta a sua pertença à geração de 60. Mas, na prática, as consequências da assunção dessa pertença são pouco expressivas — limitam-se à ideia de que convinha ter relações sexuais antes de casar, como ela mesma nos diz: “repare que eu pertenci à geração de 60 e na faculdade, nessa geração, ninguém casava sem ter minimamente uma relação sexual antes”. Tal como as outras entrevistadas deste grupo não deixa de considerar que as experiências neste plano deveriam ter sido mais diversificadas: “penso que deveria ter tido mais experiência, hoje, passados estes anos todos acho que sim, acho que as pessoas e os jovens hoje não fazem nada mal em conhecer várias pessoas e várias coisas”.

Casaram também “convictamente” pelo civil. Mas enquanto Lília e Sónia tiveram educação católica mas recusaram o casamento nessa modalidade porque abandonaram a crença e a prática religiosa e não consideravam coerente casar pela igreja sem acreditar no sacramento, no caso de Ana Paula o que acontecia era que a educação recebida não foi religiosa. Ela não era católica, tal como os pais: “uma das preocupações que o meu pai tinha era se eu me casava com alguém católico, mas quando soube que eu queria casar com o Pedro descansou”. Para ela, tal como para o marido, só o casamento civil fazia sentido.

Ambos consideram que a fase inicial do casamento foi de certa maneira marcada pela experiência da guerra: “as coisas complicaram-se um bocadinho porque o Pedro veio psicologicamente muito mal, esteve numa zona muito má (...) ele veio muito nervoso, muito instável, muito inseguro, muito impaciente... foi dos bocados mais difíceis que passámos, foi essa época”. Seguiu-se o nascimento do primeiro filho e surgiram outros problemas.

Diz Ana Paula: “quando o meu filho nasceu eu tinha 23 anos... também era muito nova ainda e penso que nem sequer estava muito amadurecida para ser mãe (...) foi uma fase que me marcou e até porque foi uma criança

como não desejo a ninguém (...) ele foi marcado pela instabilidade e pelo nervosismo que ainda estava a passar (houve quem analisasse assim) ou porque na altura do parto houve problemas que na altura não me disseram... o miúdo era uma criança irascível, era uma criança terrível, chorava noites e dias desde que nasceu (...) a adaptação à escola foi péssima (...) foi uma criança muito, muito, muito difícil, e ainda hoje é”. Para Pedro, por sua vez, a somar às dificuldades vividas com o filho juntaram-se outras: “o miúdo nasce e passados seis meses morre o meu sogro e a minha sogra vem, por sugestão minha, aliás, viver connosco e, portanto, a nossa vida alterou-se profundamente. Passei a ter um filho e uma sogra no espaço de seis meses”. Apesar de a vida conjugal ficar um pouco condicionada, sobretudo depois do nascimento da segunda filha, Ana Paula e Pedro decidem acompanhar o mais possível o filho, assumindo hoje Pedro com orgulho que ele, apesar das dificuldades, conseguiu acabar o 12.º ano.

Balaceando a vida em conjunto, Ana Paula sublinha que, apesar de altos e baixos, há forte ligação entre eles: “(...) 23 anos é muito tempo de vida em comum, as circunstâncias mudaram, houve tanta coisa, os filhos nasceram, há tanta coisa na vida que vai mudando (...) há uma base, por isso é que ainda estamos casados; mas as coisas mudam, há desencantos, há encantos, há momentos difíceis que passámos juntos e que acabam também por ligar as pessoas (...) porque as coisas se modificaram, as coisas tornaram-se menos meigas, mais frias, despegadas... passámos já por alturas dessas”. Mas a evidência de haver uma ligação forte entre eles é assumida por ambos. Ana Paula considera, de resto, que o seu caso “se parece com os casos normais das pessoas que se casaram há 23 anos; mas é evidente que há a particularidade que é a ligação; (...) neste momento só tenho uns amigos que estão casados há 25 anos, porque de resto toda a gente se divorciou (...)”.

Já se referiram atrás aspectos essenciais do percurso profissional de Pedro e de Ana Paula. Importa agora analisar o seu impacto sobre o casamento. Lembre-se, contudo, que ambos valorizam a profissão com acento tónico diferente: ele dá-lhe explicitamente menos relevo do que ela. Ao responder à pergunta sobre a interferência da vida profissional no casamento, Pedro responde: “Nunca! Nunca interferiu. Nunca interferiu por várias razões; a primeira razão é que eu nunca entrei, com alguns reflexos negativos em termos de carreira, nunca entrei nessas, que estiveram aí na moda até há pouco tempo, de a pessoa ter que estar na empresa até à meia-noite que isso é que é bom, essas maluqueiras; depois não faziam nada durante o dia para estar depois até à meia-noite... Por outro lado, eu penso que a profissão é apenas uma coisa e não é a mais importante que eu faço, isto é, relativizei sempre muito a actividade profissional, não é a coisa mais importante que eu faço, isso significa que centro as minhas capacidades noutras coisas”.

Na verdade, entre essas coisas de que Pedro fala inclui-se uma atitude diferente da mulher em relação a saídas de casa — ela mais caseira, ele a

gostar mais de sair — mas também o acompanhamento do filho a que ele se dedicou muito. Ora, aqui temos novamente um tipo de lógica e de prioridades que não parecem coincidir com as do estereótipo masculino. Aliás, quanto à actividade profissional de Ana Paula, Pedro acha que ela interferiu, mais do que a dele, no casamento: “interferiu mais, sobretudo quando ela esteve no conselho directivo em que geria a escola na escola e geria a escola em casa através de telefone até às duas da manhã...”

Ana Paula acabou também por confirmar o que Pedro diz. Considera que houve vários problemas quando começou o estágio para a profissionalização: “nessa altura tínhamos assim certos problemas porque o Pedro estava habituado a ver-me em casa (...) e de repente eu saía de casa de manhã e chegava já muito tarde... houve chatices e um certo número de problemas (...) e aqui há dois ou três anos isso até o levou a voltar a estudar e a acabar o curso (...)”. Assim, não só a actividade profissional dela parece ser mais envolvente e mobilizadora do que a do marido, como terá indirectamente contribuído para que ele se tivesse envolvido mais na promoção do seu próprio contexto profissional.

Verifica-se então uma troca, no contexto do casal, que não deixa de ser curiosa e um pouco diferente do habitual. Ela considera que ganhou autonomia através do casamento, processo que foi facilitado pela sua própria projecção profissional, sem descurar a vida familiar. Aliás, Ana Paula acumula com a profissão, como Lília e todas as outras mulheres, o essencial das responsabilidades familiares e do desempenho das tarefas domésticas, que não lhe surgem como obstáculo ao empenhamento profissional. Simplesmente, ela contou, durante muitos anos e quando os filhos eram mais pequenos, com a presença da mãe em sua casa — daí, talvez também as suas queixas não serem tão “agudas” como as de Lília. Em contrapartida, o contexto da relação conjugal e a actividade profissional da mulher acabam por sugerir a Pedro estímulo para melhorar a sua formação e, eventualmente, para consolidar melhor a sua posição no emprego.

Novamente se confirma que as mulheres nestes sectores sociais tendem a investir de forma paralela nos diferentes domínios, enquanto os homens procedem de forma diferente. Ou encaram a vida familiar como pano de fundo para a sua projecção pessoal e profissional, ou, embora esta posição seja menos frequente, investem no domínio da sociabilidade e do lazer, como no caso de Pedro. Na verdade, ele afirma que gosta de sair, de conversar e de estar com amigos, de beber uns copos; não gosta da competição, nem dos valores que considera serem actualmente dominantes na nossa sociedade.

Quanto a conflitos, estão os dois de acordo que eles se geram sempre a propósito de coisas do quotidiano e acentuam-se quando um ou outro está com “má disposição”. Vejamos o que nos diz Ana Paula: “Sim; a frequência com que temos conflitos também tem altos e baixos... temos tido ocasiões em que temos mais conflitos, mas agora estamos assim numa fase normal (...)”

surgem em torno de coisinhas que não são propriamente o conflito... se calhar as pessoas têm alguma coisa dentro delas que não está bem e conflituam-se (...) depois temos um feito um boçado semelhante que é o da argumentação, argumentamos muito! (...) acho que, ultimamente, eu nunca cedo e quem cede normalmente é ele... mas isso já há uns anos... não sei, talvez seja um bocado orgulhosa... Aliás, isso é uma das queixas que ele tem de mim, é que eu cedia e agora não cedo, e que continua a ser ele sempre a fazer a aproximação (o que é verdade)”.

São afirmações que fazem lembrar as de Arlete, para quem, com o decurso do casamento, se deu um processo de maior afirmação pessoal mas também de maior crítica em relação ao marido. Será um processo semelhante ao de Ana Paula? A verdade é que a ideia de crescente autonomia parece também ser algo mais afirmado por ela do que por ele. Ana Paula afirma, por exemplo em relação ao espaço de partilha e ao espaço íntimo: “acho que as pessoas devem ter um certo limite de liberdade; as pessoas estão casadas, mas não se podem identificar necessariamente com a outra em tudo, ou contar tudo à outra (...)”.

São estas pequenas subtilezas que nos fazem afirmar, quanto à forma de conjugalidade partilhada pelos dois, ser a forma de conjugalidade associativa, embora, em certos aspectos, Ana Paula pareça mais “associativa” (projectão profissional autónoma, empenhada e activa numa lógica de carreira) do que Pedro.

No que respeita às formas de centramento, tudo aponta para um investimento paralelo na dimensão profissional e na familiar por parte de Ana Paula. No caso de Pedro, quer a vida familiar, quer a vida profissional parecem níveis de investimento baixo, sobressaindo os domínios lúdicos e de sociabilidade como zonas de centramento mais importantes. Não se esqueça, contudo, a dedicação ao filho mais velho.

Alice Pinto tem 46 anos e é licenciada em engenharia química, mas desenvolve a sua actividade profissional como professora do ensino secundário. Está casada há 22 anos com Vítor, 48 anos, actualmente psicólogo.⁷ Têm três filhos de 22, 15 e 11 anos. Conheceram-se numa festa de Carnaval organizada pela associação de estudantes. Ela frequentava a universidade e tinha colegas rapazes com quem estudava e de quem era amiga, mas os sentimentos que Vítor despertou nela foram completamente diferentes. Namoraram algum tempo, mas esperaram até que ela acabasse o curso para casar. Atraía-a no marido o facto de ele ser muito sensível e o de não ter “problema nenhum em mostrar os seus sentimentos, as suas emoções, o que é uma coisa rara nos homens; eu achava que a maioria deles, nesse aspecto, fazia muito *bluff*; era uma das coisas que me encantava nele; ele não tinha qualquer

7 Novamente aqui a entrevista de Vítor foi realizada mas perdeu-se a gravação.

problema ou em fazer uma festa ou em demonstrar que estava triste ou... sei lá, mostrar que estava sentido ou confrangido com alguma coisa; era extremamente sensível às questões sociais, às pessoas que viviam mal; esse aspecto era extremamente importante".

Não sentia receios em relação ao casamento: "Não, acho que não; como era muito determinada, quando optei, foi por opção, foi porque encontrei a pessoa que tinha aquelas qualidades que me encantavam e que eu achava que eram fundamentais". Foi o envolvimento romântico que fez nascer o desejo de estarem juntos e de fazerem projectos de uma vida em conjunto. Era esse aspecto que atraía Alice para o casamento, o de "ter uma vida minha; construir a minha vida partindo do zero; isso para mim era fundamental".

Ao falar na evolução dos sentimentos, e das fases ao longo da relação, Alice distingue bem diferentes momentos: "com a idade e com os filhos, outros valores começam a ter mais peso; no princípio nós temos o entusiasmo dos nossos projectos, da casa, dos filhos... vivemos uma fase de projectos que queremos levar à realização, juntos; essa fase está no fim, a mais velha já tem 22 anos...; depois passamos uma fase intermédia que não é fácil porque passa, digamos, aquele calor do princípio; depois começa-se a ter uma certa estabilidade, a vida já está organizada... (...); eu penso que, enfim, passará por uma primeira fase de paixão; depois de consolidação, do amor estável, dos projectos comuns; e depois será amizade ou outra forma de amor. (...) É capaz de ter algo de particular (o seu caso). Porque... a maioria dos amigos está tudo divorciado. Os que não estão divorciados estão cheios de problemas. A maioria deles vive, nesta fase, já por acomodação, porque já não estão para se chatear".

A identificação das grandes fases da relação é idêntica à de Sónia e à de Arlete. E, também como Ana Paula, Alice sugere a especificidade do seu casamento em relação a outros, dado que muitos dos amigos comuns já estão divorciados. Sinal dos tempos, exactamente nos sectores sociais onde já mostrámos ser o divórcio mais frequente e existir uma forma específica de encarar a conjugalidade também semelhante (Torres, 1996).

Quanto às mudanças identitárias pressentidas pelos cônjuges ao longo da relação, o discurso de Alice é também elucidativo: "ele costuma dizer que eu o mudei muito; hoje ele é uma pessoa mais confiante; eu também mudei; eu sou uma pessoa muito radical, mas era muito mais; nesse sentido, ele tem-me atenuado um pouco; eu não costumava deixar o coração passar por cima da cabeça e, às vezes, já deixo; estou mais branda; eu era pouco flexível; mesmo com os filhos; (...) eu acho que foi para melhor; o facto de eu ser pouco flexível, também trazia situações conflituosas para mim mesma. (...)". Vêem-se aqui muito bem os efeitos de "crescimento pessoal" ao longo da relação, o que noutra linguagem pode significar o poder "construtivo" e "reconstrutivo" da interacção conjugal no plano da identidade pessoal, como se propôs no início.

A posição de Alice Pinto relativa à profissão denota que ela assume o compromisso entre uma visão mais associativa — a profissão como forma de realização pessoal — e uma mais fusional. Numa lógica simétrica à de Maria Rita (que referimos adiante), a actividade profissional surge para Alice como fonte de aprendizagem para o desempenho das tarefas educativas no plano familiar: "Fui para o ensino porque gostava; (...) para já tem sido uma experiência ótima em pedagogia o que me ajuda imenso com os meus filhos".

Em contrapartida, considera que o trabalho do marido acaba por afectar a vida conjugal. Mas não se trata aqui necessariamente de um problema de excesso de trabalho mas mais da forma específica como Vítor reage. Na verdade, ele trabalha numa grande empresa que está numa fase de redução de pessoal e como psicólogo sente-se em posição difícil: "o trabalho do Vítor é complicado; é muito prejudicial para ele; tem sido muito mau e, neste momento, está a ser péssimo; ele lida com a massa humana e, como é uma pessoa extremamente sensível, não consegue ver os problemas muito friamente e põe-se no papel do outro indivíduo; isso traz-lhe muitos conflitos e reflecte-se na saúde; (...) até os miúdos se apercebem; ele não fala nisso mas... altera-lhe o comportamento".

Os conflitos geram-se à volta de problemas exteriores à relação conjugal, afirma Alice Pinto. "Temos (conflitos); com muita frequência, não; mas... quando estamos em desacordo, estamos em desacordo; e aquilo tem de ser dissecado até à última, não fica nada por dizer; acho que nunca me deitei sem dar as boas noites ao meu marido nem o meu marido a mim; em geral são por causa dos filhos (...); costuma ser por causa da mais velha; porque ela devia estudar mais, porque chumbou àquela cadeira, porque foi sair..." Tem esperança que estes problemas se atenuem até porque têm projectada uma mudança de casa: "É que estamos muito apertados nesta casa; quando o espaço é apertado, os conflitos aumentam".

Alice é quem se encarrega da gestão fundamental da casa. Mas têm uma empregada que vem todos os dias e outras funções estão distribuídas pelos três filhos, não surgindo este domínio como de particular desgaste ou conflitualidade. A partilha das áreas mais íntimas no plano da relação conjugal segue um padrão que temos encontrado nestes sectores sociais. Na verdade, os entrevistados deste grupo tendem a defender que há áreas de reserva pessoal e íntima, que não são partilháveis nem mesmo com o cônjuge: "há certos momentos em que não devemos forçar a partilha; se ele não quer falar em certas coisas, eu não insisto (...); o trabalho, por exemplo; aspectos familiares... há áreas de que a pessoa não quer falar e tem o direito de ter o seu espaço".

Ao fazer o balanço da vida conjugal, Alice, acaba por fazer uma nova síntese que revela bem o seu ponto de vista: "Eu estou (satisfeita), senão já me tinha ido embora (...) Os aspectos mais satisfatórios? É ter um companheiro sem o qual eu não consigo conceber a vida; e em relação aos filhos que são um investimento fabuloso; é uma vida enriquecida; o menos satisfatório é termos

pouco tempo para estar um com o outro; precisávamos de fazer mais companhia um ao outro; (...) eu penso que a fase menos boa foi a fase dos quatro, cinco anos de casados; é quando passa aquele entusiasmo inicial e tem que começar a haver cedências mútuas; aí tivemos alguns conflitos”.

Merecem ainda referência e análise dois aspectos do depoimento de Alice que assumem alguma especificidade. Em primeiro lugar, veja-se uma observação sobre o divórcio que ilustra muito bem o modelo “modernista”: “Acho que é melhor um bom divórcio do que um mau casamento; eu acho que não (manter uma relação insatisfatória por causa dos filhos), em nenhuma circunstância; não consigo imaginar isso; como é que eu era capaz de fingir que estava tudo bem, só por causa dos filhos?; não era capaz.”

Análise-se agora o que Alice Pinto afirma em matéria de opção religiosa: “Sou católica; (...) eu julgo que tenho os conceitos muito fundamentados; aquilo em que eu acredito, acredito; e não tenho dúvidas nenhuma; os aspectos formais... muitos, não concordo; e como não concordo, não alinho; vou à missa quando me apetece (...); eu acho que a pessoa precisa de acreditar em alguma coisa que lhe explique as coisas para as quais ela não arranja explicação; o homem, para além da material, tem a dimensão espiritual (...); não sei... eu acho que a moral chegaria; pensando isoladamente, eu acho que uma coisa pode existir sem a outra. Quando eu acho que devia fazer ‘aquilo’ é uma questão moral; porque é que eu construí que é ‘aquilo’ que eu devo fazer? Foi só pelo aspecto moral ou foi com base na religião? Também tenho essa dúvida...; a religião não afecta em nada o casamento; (...) as questões fundamentais da religião... uma coisa é o que está escrito, outra coisa é o que alguém quer impor aos outros; não sei se isso fará parte da religião se do seu aspecto formal com o qual eu não concordo; nessas questões é capaz de haver conflito; agora, nas questões em que eu acredito e considero fundamentais... se é aquilo que eu acho bem, então não há contradição”.

Este longo depoimento, que parece um rumor interior sobre temas importantes da relação entre espiritualidade, casamento e vida quotidiana, ilustra bem a tendência que alguns autores têm designado por “artesanato das ideias” (Ferreira de Almeida, 1990). Como vimos no capítulo 4, trata-se de fazer uma escolha individual dos aspectos das propostas ideológicas e religiosas que mais coincidam com a perspectiva própria, pondo de parte os que se consideram estranhos e inadequados. Rejeitada neste tipo de posições é a adopção de uma ideologia e de uma religião em todas as suas dimensões e prescrições.

Olhando agora para a entrevista de Alice no seu conjunto, surgem de forma clara as suas opções. A forma de conjugalidade é a associativa e é a partir desta perspectiva que a vida familiar é valorizada — a relação conjugal tem-se revelado satisfatória e tem sido esse o critério para a sua manutenção. Por outro lado, em termos de centramento, tal como com outras mulheres com formação universitária deste grupo de duração do casamento, ele

focaliza-se de forma paralela em três domínios: trabalho profissional, relação parental e relação conjugal. Quanto ao último, Alice acha que ele necessita de mais atenção, o que não deixa de significar, exactamente, a sua relevância para a entrevistada.

Associativos: balanço e síntese

Resumam-se agora os traços fundamentais dos que foram incluídos na forma de conjugalidade associativa. Importa lembrar o que se propôs ao caracterizar a lógica associativa: “forma de encarar a conjugalidade como associação de dois indivíduos autónomos em deveres e direitos, com vista à promoção do bem-estar familiar, sem que este colida com a autonomia individual e com os projectos de realização pessoal”.

Ora é forçoso reconhecer esses traços fundamentais em vários dos entrevistados, mulheres e homens, deste grupo. Na verdade, surge nitidamente neste subconjunto, quer no caso das mulheres quer no dos homens, a ideia segundo a qual o bem-estar individual, que se joga em várias frentes, como a profissional, a familiar, a conjugal e a do lazer, é central para o bem-estar da família. Contudo, embora no mundo das representações e das orientações normativas, homens e mulheres assumam este tipo de discurso, o que aliás os aproxima bastante entre si, no domínio das práticas, as diferenças continuam a fazer-se sentir. Assim, as responsabilidades familiares são mais assumidas pelas mulheres do que pelos homens, o que implica que a ideia de “realização pessoal” no feminino pode ser posta em causa, pelo menos em certas fases do ciclo de vida, como vimos claramente que aconteceu com Lflia Vasconcelos e com Sónia Valente.

Os homens deste grupo, pelo seu lado, assumem em geral uma posição de maior centramento nas dimensões profissionais e, quando não o fazem de forma tão competitiva como se presume a partir do estereótipo, justificam essa posição pelas suas características pessoais. Recorde-se o desinteresse pela competição e a inclinação para o lazer de Pedro Carrapeto, ou a posição de Fernando Valente, que se diz avesso às mudanças. As responsabilidades familiares, os problemas com a gestão da casa, nunca aparecem como justificação para menor empenhamento ou como obstáculo à realização profissional no caso masculino.

Apesar destas diferenças, podemos considerar, globalmente, que é neste grupo que a proximidade entre homens e mulheres é maior, no plano das oportunidades de realização pessoal nas suas múltiplas dimensões. Vimos atrás dados extensivos que apontavam para uma fortíssima homogamia profissional nestes sectores sociais, o que já de si poderia fazer prever esta maior proximidade. Vemos agora nas entrevistas os significados subjectivos e as dimensões simbólicas que contribuem para explicar essa forte homogamia.

Importa no entanto sublinhar ainda de novo que dizer proximidade não significa afirmar a igualdade plena e também que continua a ser, no essencial, no plano das condições de vida e das oportunidades objectivas, que se pode falar mais claramente em maior proximidade entre os sexos. Expliquemo-nos melhor.

Em primeiro lugar, é nestes sectores que no plano dos valores, como vimos no capítulo 4 a partir dos resultados de inquéritos extensivos, que homens e mulheres se aproximam em territórios precisamente como os que temos vindo a referir, ou seja, no da plena igualdade entre homens e mulheres nos diferentes planos e igualmente no da relação entre família e trabalho. A ideia segundo a qual as mulheres têm toda a legitimidade em aspirar à realização pessoal através da profissão é aqui também predominante. Encontram-se nas entrevistas vários exemplos desses pontos de vista e da partilha, entre homens e mulheres, de ideais que aparecem aqui ainda reforçados pela pertença à geração dos anos 60.

As actividades profissionais são próximas, por outro lado, e daí ficar mais fácil a compreensão dos ritmos de trabalho do outro e das suas exigências. Os rendimentos, embora podendo não ser muito elevados, são em todo o caso suficientes para delegar em trabalho pago a maioria das tarefas domésticas. Resta, obviamente, todo o peso da gestão da casa e das responsabilidades familiares, que continua a estar a cargo, no essencial, das mulheres. Mas, comparativamente a outros sectores sociais, é obviamente nestes que as diferenças são menos contrastantes.

E não será certamente por acaso que é também neste subconjunto que se verificou existir consciência da discriminação e mesmo da injustiça, por parte das mulheres, no que respeita às diferenças de atitude relativamente às responsabilidades familiares. Maior proximidade de pontos de vista, nomeadamente dos que se referem à repartição igual das tarefas, ocasiona que se viva de forma paradoxal e contraditória o que no dia-a-dia é uma realidade prática de desigualdade. Mesmo atenuadas pela presença de apoios domésticos, tais situações não deixam de ser, especialmente no que toca aos cuidados com os filhos, vividas de forma difícil. Vimos isso mesmo, de resto, quando se abordou a divisão do trabalho não pago.

As mudanças de valores ocorridas nestes últimos 25 anos são referidas nos discursos dos entrevistados. Não surgem as queixas nem as perplexidades que notámos nos operários mais velhos, parecendo ao contrário, e em particular no caso das mulheres, que essas transformações são muito valorizadas. Chega-se mesmo a lamentar as limitações vividas, no passado, quer no plano da ausência de liberdades básicas, quer no que se refere à menor liberdade sexual. Também se lamenta o facto de não ter existido mais cedo a defesa da ideia de partilha igualitária de tarefas entre homens e mulheres que, se ainda podia surgir aqui ou ali de forma muito localizada nestes sectores sociais, não era de qualquer modo posta em prática. Quando se comparam com

as jovens mães do presente, algumas destas mulheres acham que a sua vida foi muito mais dificultada. Claro que, provavelmente, esta visão das coisas é um pouco optimista quanto à evolução das coisas e parcelar. Vimos atrás como as mães mais jovens dos mesmos sectores sociais acabam por ter a seu cargo ainda hoje grande parte das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, apesar de se verificar que no último domínio há, apesar de tudo, maior participação masculina ("eles sentem que têm de mudar as fraldas!").

É há ainda outro factor a ter em conta: é que à época o trabalho doméstico era mais mal pago e mais acessível do que é actualmente. Ora, como vimos junto das mulheres mais jovens dos sectores com formação universitária, um dos desejos claramente afirmados por elas era precisamente o de ter mais dinheiro para poderem ter empregada doméstica mais horas. Sintoma evidente da dificuldade em "convencer" o parceiro conjugal a dividir mais igualmente as responsabilidades domésticas e familiares.

Vale a pena ainda notar que no binómio relação profissional/relação conjugal e familiar, alguns homens e mulheres destes sectores parecem situar-se em posições simétricas. Os entrevistados do sexo masculino, na verdade, não parecem particularmente entusiasmados, mesmo ocupando lugares de carreira. Será que o tempo limou um pouco ambições e que os momentos de grande aposta serão passado? Será que desenvolvem alguma crise existencial, ligada à passagem do tempo, à idade, à ideia de que ou já são ou vão rapidamente ser avós? Ou terá chegado o tempo de uma certa lentidão e sabedoria? Não é fácil distinguir, aqui, o que serão efeitos geracionais do que serão efeitos de ciclo de vida.

Existem aqui muitas variáveis em jogo, podendo avançar-se, no entanto, algumas hipóteses explicativas. É possível que, em momentos anteriores do trajecto profissional, se tenha apostado mais forte nesse plano. Muito provavelmente os dados principais já estarão lançados e com poucas possibilidades de serem positivamente alterados. Lembre-se que, no grupo de duração do casamento que analisámos anteriormente, nos mesmos sectores sociais, os homens entrevistados mais jovens do que os que analisamos agora estavam completamente absorvidos pela profissão. Eles andavam no início dos 40 — quando muita coisa se pode jogar profissionalmente —, enquanto estes já atingiram plenamente os 50. Não se pode excluir, contudo, que os contextos mais inseguros, mais incertos, das novas conjunturas, estejam a exercer pressões tanto mais fortes quanto mais jovem se está na estrutura profissional.

Em contrapartida, com as mulheres passa-se exactamente o contrário. Elas parecem estar agora com pleno interesse pela sua actividade profissional e sentem-se bastante mobilizadas por ela. Manifestar-se-á aqui, exactamente, uma relação entre o efeito de género e o ciclo de vida conjugal? Do que não há dúvida é que, quando elas sentem que as responsabilidades familiares abrandam um pouco, até pela idade que os filhos já têm, passam a sentir-se disponíveis para apostas mais decisivas no campo profissional e, sobretudo, para

que elas ocorram com menor culpabilização do que no passado. Voltamos assim, por esta via, aos condicionamentos de género: elas continuam a ser e a sentir-se, mesmo nos sectores sociais onde há maior proximidade entre homens e mulheres, mulheres com família; eles pertencem à categoria mais "neutra" da pessoa-homem-trabalhador, isto é, apresentando-se *per se*, com mais ou menos competências, mais ou menos vontade de jogar o jogo no campo profissional.

Eles parecem mais conformados no campo da profissão. Em contrapartida, é no plano conjugal e familiar que algumas das suas mulheres denotam conformação. Como se a maior aposta neste campo, a que sempre se dedicaram ou tiveram de se dedicar, mais do que eles, não tivesse sido plenamente correspondida. Como se os ideais românticos, de partilha e de companheirismo do início, tivessem murchado perante os "encantos e desencantos" dos muitos anos de vida em conjunto, como diziam Ana Paula, Lília e Sónia. O efeito de ciclo de vida, articulado ao de género e ao de ciclo de vida conjugal, também pode pesar, como se pode deduzir das palavras de uma entrevistada "já cheguei a uma altura em que tenho medo da mudança (...) há uma idade para mudar e penso que 44 anos não é uma idade muito boa para muda". Para os homens, as idades, como vimos claramente na pesquisa sobre o divórcio, "pesam" de modo bastante diferente.

Mesmo com este ligeiro toque conformista elas não deixam também, em todo o caso, de sublinhar que se mantêm casadas porque algo de sólido as liga aos cônjuges. Os exemplos dos amigos divorciados surgem aqui para atestar uma situação e um compromisso que se mantêm não apenas pela força das coisas, mas porque continua quotidianamente a fazer sentido.

De novo a forma de conjugalidade institucional

Vamos agora reencontrar, num quadrante diferente do espaço social em relação ao meio operário, a forma de conjugalidade institucional. Vejamos algumas das suas características.

Maria Rita Tavares, 54 anos, professora do ensino preparatório, é casada com Henrique, 56 anos, engenheiro com responsabilidades de chefia numa grande empresa. Estão casados há 27 anos e têm quatro filhos com idades entre os 26 e os 14 anos. São os dois de origem burguesa: ele filho de grandes proprietários rurais, ela filha de proprietários industriais. Ao contrário dos casais anteriores, ambos têm uma visão institucional do casamento sedimentada na religião católica, que aparece com grande centralidade, sobretudo para a parte feminina do casal.

Conheceram-se quando estavam ambos a estudar em Lisboa, através de familiares e amigos. Namoraram por duas vezes. A primeira fase do namoro acabou porque Henrique, hesitando entre Maria Rita e outra rapariga, não se

decidia pelo casamento com esta. Na segunda fase a relação reatou-se, tendo logo como fito o casamento. O objectivo de ter filhos aparecia, para os dois, como questão central mas ainda mais para Maria Rita do que para Henrique. Diz ela, quanto às suas expectativas relativamente ao casamento: "Sempre pensei que gostava de ter filhos e portanto uma das coisas que eu pretendia do casamento era ter filhos... depois achava que vivermos os dois era bom, que ia ser bom". Para Henrique o casamento representava claramente a independência em relação aos pais, a passagem à idade adulta: "(esperava) que fosse uma fase nova da minha vida que me trouxesse novas perspectivas, que me trouxesse filhos, mas não tantos como apareceram (embora eu esteja satisfeito com eles, mas não esperava tantos filhos). Nessa perspectiva tive algumas dificuldades em encaixar, mas depois encaixei e hoje sinto-me feliz com isso. As perspectivas que eu tinha não foram goradas".

Também ao contrário dos casos anteriores, o casamento foi "convictamente" realizado pela igreja, como afirma Maria Rita: "porque eu sou católica e ele também é, nem pusemos a hipótese de ser doutra maneira. Era muito importante, de maneira que nem pusemos outra hipótese".

A forma como o envolvimento emocional é relatado mostra-nos outra faceta da perspectiva institucional do casamento. Na verdade, veremos como a motivação romântica e o sentimento amoroso não são as molas impulsoras do casamento e da vida familiar, mas bem pelo contrário é a intimidade com o outro e a constituição da família que parecem ser a sede do aprofundamento da afectividade. Afirma Maria Rita: "Sim, depois de casar é diferente, gosta-se muito mais. A intimidade das pessoas torna o amor mais forte e ainda aumenta depois quando nascem os filhos. Acho que é muito diferente das pessoas jovens... de facto a pessoa julga que gosta muito, muito, muito do namorado, mas é uma parte ínfima do que se gosta depois de se casar".

As fases diferentes ao longo do casamento, os momentos positivos e negativos, parecem estar marcados pelos acontecimentos relacionados com os filhos. Já se notara que Henrique desejava ter menos filhos do que na verdade tem e percebe-se que houve momentos de alguma tensão em volta deste assunto. Mas a forma como esses problemas foram resolvidos parece clara nas palavras do próprio entrevistado. "Talvez o reconhecimento que este número de filhos que nós temos fosse uma vitória e não uma derrota, porque eu quando me casei pensava em ter dois filhos, depois surgiram quatro... eu tinha um bocado de receio da criação dos filhos, os problemas que eles trazem, etc. Isto marcou um pouco certo período da minha vida e depois eu comecei a pensar doutra maneira... os filhos eram uma riqueza, comecei a sentir-me bem pelo facto de ter quatro filhos e não ter menos. Isto foi um ponto importante da minha vida".

Quanto à posição perante a profissão, para Henrique a situação presente é mais simples do que foi no passado: "Sinto-me realizado, sinto-me plenamente realizado, neste momento. Não foi o caso durante certas alturas da

minha vida, mas neste momento sinto-me". Através de Maria Rita também temos a imagem do que numa fase inicial terá sido uma certa perturbação da vida familiar, em função da actividade profissional de Henrique: "quando ele trabalhou por turnos foi mau porque sentia que ele não estava bem, não descansava o suficiente, essas coisas assim".

A actividade profissional da mulher não é, para Henrique, problemática: "gosto que ela trabalhe, penso que é um trabalho que se enquadra bem com o feitio dela e penso que ela também se sente realizada". Se é verdade que o trabalho como professora de crianças pode ser encarado como um prolongamento da lógica "maternal", não se vislumbra aqui, em todo o caso, uma perspectiva marcadamente tradicionalista que defenda a exclusividade do papel da mãe junto dos filhos. Por outro lado, percebe-se o reconhecimento do interesse de realização pessoal da mulher, que novamente nos distancia da versão tradicionalista pura e dura de submissão dos interesses pessoais às obrigações familiares. Mas vejamos como a própria Maria Rita se refere à actividade profissional e em relação ao impacto desta na vida familiar.

Na verdade, o facto de Maria Rita ter quatro filhos em nada diminui o seu interesse pela profissão: "eu gosto muito do meu trabalho; sou professora porque gosto mesmo de ensinar. Mas houve aqui o ano passado, ou há dois anos que eu tive uns alunos tão esquisitos, tão péssimos, (...) mas agora já não é assim; é importante para mim, é uma maneira de eu estar em contacto com crianças, eu gosto". Sobre a interferência do trabalho na vida profissional afirma: "não interfere muito, não; eu acho que estou bem, quer dizer, ... trabalho demais, porque já estou a ficar cansada... a gente jovem cansa muito, mas sou daquelas pessoas, se calhar, que aceito as coisas... às vezes custa um bocadinho mas vou-me adaptando. Sinto-me feliz, é isso que interessa".

Estas palavras fazem-nos lembrar as de Marta Varela, de que se falou atrás, e que se refere em relação às crianças que ensina de modo bastante idêntico ao de Maria Rita, parecendo ainda partilhar as mesmas preocupações ideológicas e o empenhamento religioso. As semelhanças, aliás, não se ficam por aqui. Marta, de 28 anos, tinha um filho de um ano e meio e estava à espera de outro quando foi entrevistada, mostrando que não tinha vontade de ficar por aqui.

Encontramos então explicação e justificação plenas para os resultados dos inquéritos à Grande Lisboa, e mesmo de nível nacional, que apontam para o desejo feminino de conciliação entre maternidade e realização profissional. A partir das entrevistas realizadas, nota-se claramente que junto das mulheres este desejo atravessa todas as camadas sociais e etárias e manifesta-se de forma independente das ideologias e das atitudes e práticas perante a religião. Logicamente, se esta é a resultante global, as variáveis apontadas introduzem alterações significativas nas modalidades de encarar e de viver a relação específica entre trabalho e vida familiar. Dessa diversidade temos aliás dado conta ao longo de todo o capítulo. Mas voltemos ao casal Tavares.

Quanto a outros aspectos da vida familiar e conjugal e às mudanças que ocorreram ao longo do tempo, Maria Rita afirma que a partir do momento em que os filhos nasceram ela passou a ligar mais ao papel de mãe do que ao de esposa. Situação que não considera nada positiva e que se esforça por evitar. Mas não deixa de considerar, tal como Henrique aliás, que o desempenho do papel parental e o facto de as coisas com os filhos terem corrido bem ajudaram-na também a vencer a timidez e a insegurança que sentia no início do casamento.

Os conflitos existentes no casal, considera Henrique, têm dois temas fundamentais. Ou se trata do dinheiro, achando ele que ela é "má gestora e muito gastadora...", ou à volta da educação dos filhos. Também nesta dimensão ele avalia o comportamento da mulher como demasiado permissivo em relação aos filhos. Maria Rita não se pronuncia sobre estas temáticas, tendendo a não dar importância aos pequenos conflitos que ela localiza mais nas tensões do dia-a-dia.

Em termos de formas de conjugalidade, partilham os dois a perspectiva institucional. Ambos se centram, por outro lado, nas diversas dimensões no domínio profissional e no domínio parental. Mas há algumas diferenças. Para Henrique, durante muito tempo, o centro de interesse e dedicação foi a actividade profissional, e só nesta última fase de vida é que o investimento parental parece ter sido descoberto. Para Maria Rita, pelo contrário, o investimento maternal foi sempre um projecto totalmente mobilizador, situando-se em paralelo e numa lógica maternalizante o investimento profissional.

O casal que abordaremos de seguida, e para finalizar a análise, não tem formação universitária. Enquanto os grupos domésticos que incluímos neste último grupo pertencem à pequena burguesia intelectual e científica, o casal Pires pertence à burguesia, dado que se trata de um empresário e de sua mulher que também é sócia da empresa. Mas nem um nem outro têm formação de nível universitário, assumindo o discurso de ambos algumas particularidades em relação ao grupo que temos vindo a analisar.

António Pires é empresário, tem 57 anos e é casado com Alda Pires, 52 anos, que é também sócia gerente da empresa. Enquadra-se a sua situação no tipo de relação entre empresa e família que Dores Guerreiro classifica como "conjugal", já que é a associação entre os dois cônjuges que dá corpo à empresa (Guerreiro, 1998: 44-48). Estão casados há 31 e têm três filhos de 24, 22 e 16 anos. Como já vimos atrás, este entrevistado é claramente o caso do *self-made man*, orgulhoso do estatuto que detém actualmente e da sua obra. Veremos que estas características se fazem sentir na descrição e na avaliação que o entrevistado faz do seu próprio percurso conjugal, nomeadamente, quando afirma que teria feito escolhas diferentes caso tivesse, naquela altura, a visão que tem hoje.

Para Alda Pires a situação é distinta. Quer na empresa quer no casamento parece ter uma posição ambígua. Quanto à empresa, afirma que

desempenha um conjunto significativo de tarefas administrativas e queixa-se do facto de muitas vezes ter de trabalhar fora de horas. Remetendo novamente para a análise que Maria das Dores Guerreiro desenvolve sobre a inserção das mulheres na vida empresarial, a situação de Alda Pires assemelha-se à da "patroa" (Guerreiro, 1998: 31-34), já que não tem funções específicas dentro da empresa, desenvolve trabalho de secretariado e representa o marido quando este não está na empresa. Mas percebe-se que, apesar de ser co-proprietária, o seu estatuto dentro da empresa é de subalternidade em relação ao marido. Trata-se de um caso típico de visão assimétrica do estatuto masculino e feminino, que se prolonga da lógica da empresa à própria lógica de poder dentro da família.

Na verdade, também no contexto familiar houve clara imposição do marido, a que Alda teve de se submeter. Sempre viveram com a mãe de António, que assumiu desde o início do casamento o comando da casa do filho e da nora, isto é, e na versão de Alda, "sempre pôs e dispôs". Os conflitos no seio do casal em torno desta situação, que sempre desagradou à mulher do empresário, saldaram-se pelas cedências de Alda. A entrevistada considera que a única coisa que a certa altura conseguiu, no contexto de negociação conjugal, foi convencer o marido a deixá-la ir trabalhar para a empresa "para não sufocar dentro de casa".

Mas voltemos ao início desta história. Alda e António conheceram-se numa grande empresa onde ambos trabalharam. Começaram a namorar pouco depois de se terem conhecido, a partir do que, na versão de Alda, foi uma espécie de amor à primeira vista. A primeira fase do namoro decorreu como era suposto na altura — idas e vindas para o trabalho em conjunto. Pouco tempo depois, por iniciativa de António, começaram a formar a firma, o que os uniu muito na opinião de Alda, mas centrou o namoro nessa actividade conjunta.

Alda sentia-se atraída pelo marido: "Ele é uma pessoa que fala muito bem, que sabe expor os assuntos; escrevia muito bem, é uma pessoa... um bocado culta; fisicamente, ele era um rapaz muito interessante". Mas não deixa também de sublinhar que ele era "ciumento e esquisito", querendo significar com isso a tendência para controlar os seus passos e para impor que ela não salsse com amigas que ele não "aprovava".

Na versão de António, a mulher, não deixando de ter várias qualidades — "respeitável, asseada, honesta" — situa-se num patamar abaixo do seu no plano intelectual, o que ele considera ser problemático. Diz que, na altura em que a escolheu, não se dava com mulheres de nível intelectual semelhante ao seu e que teve de ser "realista", desistindo de esperar que surgisse o seu ideal. E remata: "se eu tivesse a formação que hoje tenho, penso que muitas coisas teriam sido diferentes: não só o casamento, como também a educação dos meus filhos; teria sido muito diferente; pior não, mas pelo menos diferente..."

Mas as expectativas de Alda Pires também foram defraudadas. Quando se lhe pergunta o que esperava do casamento ela responde: "Ter mais liberdade; ter a minha casa para gerir, à minha maneira". Ora o que aconteceu não foi bem isso, visto que a mãe de António veio viver com eles logo depois de eles se casarem. Desde o primeiro dia, afirma Alda, a sogra, viúva "habituada a mandar na sua casa, a gerir a casa dela, fazia tudo como se não existisse mais ninguém". Esta situação afecta a própria relação conjugal: "no início mudou, porque começámos a ter os nossos problemas, exactamente por haver uma terceira pessoa; a atitude que ele tinha, muitas vezes, não era neutra; na altura, ele era capaz de dar razão ao outro lado e não me dar a mim. Isso era uma coisa que me revoltava; nos primeiros três, quatro anos, houve essa instabilidade porque eu andava muito indefinida, não sabia o que havia de fazer à minha vida; eram mais os dias que andava insatisfeita do que os que andava satisfeita; e comecei a vê-lo de outra maneira, sob outro prisma; e, no fundo, quem teve que se moldar fui eu; e isso, ao longo dos anos, deu desgaste, depressão".

Em relação ao seu desempenho como mãe, Alda também não se sente realizada: "porque eu errei muito; eu não fui preparada para fazer frente a determinadas situações nas quais me devia ter imposto quando elas se estavam a complicar; e eu, para evitar problemas, abdiquei; abdiquei no aspecto de deixar fazer, de me calar... para não entrar em conflito; e é nesse aspecto que eu penso que errei muito; e sinto-me muito culpada; felizmente não temos nada grave com os filhos mas, penso que a nível educacional, podia ser muito diferente". Mas em relação ao marido Alda considera que ele é "um pai muito aberto, seja para o que for; muito aberto de conselhos e preocupado"; e também no sentido da segurança de os vir a deixar a eles e a ela bem na vida: "é incansável nesse aspecto".

Quanto às mudanças pessoais que sentiu ao longo da relação, Alda Pires é claramente o caso da mulher que sente que a actividade profissional na empresa se traduziu numa reformulação identitária e de sentido em relação à sua vida: "onde eu notei mesmo mudança, foi quando eu mudei para aqui (para a empresa) e comecei a ter outra actividade; comecei-me a sentir outra vez 'eu'; a ter, aliás, muito mais confiança em mim". A respeito das mudanças que pressentiu terem ocorrido com o marido, acha também que ele mudou: "Mudou no aspecto... ele era uma pessoa mais fechada, não era dado a paródias ou a dizer, assim, uma graça. E eu penso que, com o casamento e com a vinda dos filhos, ele foi ficando uma pessoa mais aberta. E a vida profissional dele obrigou-o a abrir muito; (...) no princípio do casamento afectou um bocado; era muito trabalho e ele fazia tudo sozinho".

António, pelo seu lado, considera que se tornou "mais materialista; esta caminhada de empresário deu-me poder para fazer alguma coisa e eu costumava dizer que muitos anos se calhar existi como uma ilha, durante muitos anos fui quase como um guerrilheiro". Tudo aponta assim para a

centralidade do processo de criação da empresa no plano da própria identidade pessoal do empresário. O sentido de "obra" teve importância essencial na afirmação identitária de António Pires, jogando o casamento um plano muito mais secundário. Ou, como temos vindo a afirmar até aqui, funcionando a família como *background* de apoio à projecção pessoal do homem, como vimos, o investimento no plano estritamente conjugal parece ser muito reduzido.

Alda, desejando talvez maior investimento conjugal por parte do marido do que aquele que é concretizado e também porque não se sente "dona" da sua própria casa, foge para a empresa — como ela própria diz, "é o meu escape!" Aí encontra o reconhecimento de competências que parecem faltar-lhe noutros domínios. A descrição das ocupações domésticas também revela que a casa não tem muito para lhe oferecer, nem ela parece sentir que faz lá muita falta: "Tenho uma empregada, diariamente, das 9 às 6; faz tudo; agora, comida e isso... é a minha sogra que dá um avanço grande; e ao fim-de-semana sou eu a orientar". Mesmo quanto à tomada de decisões na família é a própria entrevistada que afirma, ao contrário da maioria, que é o marido o responsável pelas decisões fundamentais. Como se viu, em geral, e não só neste grupo de duração de casamento, os entrevistados têm tendência para assumir que, no contexto da família, as decisões são tomadas em conjunto. Daí que se tenha afirmado, no início, que o que parece marcar esta entrevista de forma muito significativa é o assumir-se ao nível do discurso explícito a assimetria de posições de género e a subordinação feminina, que se estende da esfera da empresa à esfera da família. Neste caso, o discurso coincide totalmente com a realidade.

Quanto à forma de conjugalidade e na sequência do foi referido, tudo aponta para a imposição da forma de conjugalidade "institucional" por parte do marido em relação à mulher, que procura adaptar-se e conformar-se ao lugar que lhe é destinado nessa divisão assimétrica. As modalidades de centramento também parecem claras. Para ele, a empresa é mais do que um investimento profissional, constitui um projecto de vida totalizante. As outras dimensões estão presentes sob a forma de desejos não plenamente concretizados e em relação aos quais foi necessário haver conformação. A projecção nos filhos parece não ter sucesso de forma completa, pelo menos no que toca a uma lógica de continuidade da empresa; a relação conjugal é assumida como pouco satisfatória. Para ela, a situação é ainda mais complexa. Não se sente realizada na função parental e a conjugal parece não existir. Resta o trabalho profissional na empresa, que surge mais como opção por exclusão de partes do que como verdadeira forma de realização pessoal.

Vale a pena acrescentar, ainda, algumas palavras sobre os casais que classificámos na lógica institucional. Na verdade, o casal Tavares e o casal Pires assumem orientações normativas, representações e práticas, distintas das que estavam presentes nos "associativos". Em termos de condições de

existência e, sobretudo, daquelas que se referem às suas dimensões económicas, não parece haver muita diferença entre os entrevistados que incluímos na forma de conjugalidade associativa e na institucional. Apesar disso, as diferenças jogam-se de forma distinta no caso do casal Tavares e no do Pires. Quanto ao casal Tavares, ambos têm formação universitária, como quase todos os outros "associativos", mas as suas representações e orientações normativas apontam em sentido muito diferente. São dimensões simbólicas que desempenham papel central na explicação destas diferenças, nomeadamente através dos factores ideológicos e eventualmente religiosos. A origem claramente burguesa dos dois membros do casal, a visão dominante de um perfil familiar que aposta na complementaridade de papéis e na vida familiar como projecto englobante para a mulher e o papel de provedor principal do lar para o homem, constituem características centrais. Mas, para mostrar que há sempre especificidades não inteiramente enquadráveis pelos modelos ideais e abstractos, no caso concreto deste casal há uma ligeira variante que atenua a lógica mais tradicionalista. Trata-se do facto de a actividade profissional de Rita Tavares como professora, ainda que podendo prolongar a lógica maternal, ser encarada por ela e pelo marido como fonte importante de realização pessoal.

O que distingue da conjugalidade associativa o casal Pires, que também classificámos na forma de conjugalidade institucional, refere-se a dimensões mais objectivistas. Trata-se de um caso de clara trajectória social ascendente. Nenhum dos membros do casal tem formação universitária, embora António Pires tenha frequentado a faculdade, recentemente, sem a terminar. As orientações normativas e as representações apontam totalmente para a forma de conjugalidade institucional, sendo muito acentuada a visão de assimetria de papéis entre os sexos, que se transforma mesmo aqui em assunção clara da dominação masculina. De tal forma que ela não só se assume no contexto da vida da empresa, como se prolonga e se impõe à vida familiar.

O tempo da conformação ou da realização pessoal: algumas conclusões

Vejamos agora o conjunto dos entrevistados que estão casados há mais de vinte anos para estabelecer algumas comparações e balancear tendências centrais. Compare-se os três sectores sociais de que temos vindo a falar e procuremos analisar os seus principais pontos de convergência e de afastamento.

Viu-se que os operários, os sectores intermédios e os que tinham formação universitária tendiam, de forma genérica, a adoptar formas de conjugalidade diferenciadas, respectivamente institucional, fusional e associativa. Vimos também que as diferenças de género impõem distinções importantes.

No conjunto das mulheres, vimos que as dos sectores operários tendiam

a viver a forma de conjugalidade que lhes era imposta pelo cônjuge. Se no caso de Conceição ela parecia claramente aceitar as regras do jogo e adequar-se com satisfação ao modelo, o mesmo não se pode dizer de Luciana, que vivia com insatisfação e dificuldade as imposições autoritárias do marido.

Note-se que a forma de conjugalidade institucional se caracteriza pela submissão do indivíduo à instituição e por uma modalidade de funcionamento em que prevalece a voz do provedor da família e em que se impõe a submissão da mulher e dos filhos à sua autoridade. Não há assim, para quem não se sente satisfeito, margem de manobra ou de negociação. Cumpre-se o papel destinado. O desconforto de Luciana é produto de experiências que ao longo do trajecto de vida a despertaram para o desejo de outras modalidades de estar em família e na relação conjugal. Desejos que nas circunstâncias presentes não podem ser postos em prática. Os homens nesta forma de conjugalidade, pelo seu lado, parecem sentir-se realizados, quer no plano profissional quer familiar. Mas, quanto à realização no plano conjugal e familiar, viu-se que as coisas podem não ser tão lineares. Com efeito, como acontece com o marido de Luciana, Ilídio, as mudanças desejadas pela mulher parecem contaminar os filhos observando-se bem a inquietação e perplexidade que o entrevistado mostra quando se refere a um mundo perdido — quando os filhos e as mulheres obedeciam aos pais e ao marido —, mundo que em que ele viveu enquanto criança e que não existe mais.

Maior margem de manobra para impor a sua vontade parecem deter as mulheres dos sectores intermédios, que tendem a partilhar com os homens a forma de conjugalidade fusional. Outras orientações normativas, outras representações que tendem a valorizar a aproximação solidária entre cônjuges e filhos, a preocupação com o bem-estar colectivo e a afectividade no centro das relações familiares. Mas isto não deixa de significar que sejam as mulheres, fundamentalmente, a assumir mais as responsabilidades familiares que se traduzam também em maiores níveis de identidade e identificação pessoal, sem significar desinteresse, e podendo mesmo representar aposta identitária, como é o caso de Arlete, e foi o de Graciete e o de Estela no passado, na profissão.

Quanto aos homens, eles projectam-se em termos identitários na profissão, embora os empregos que têm não possam ser considerados como “carreira”, e também investem na família e na relação conjugal. Mas os últimos e, sobretudo, os familiares, são, apesar de tudo, domínios deixados mais à responsabilidade das mulheres.

Nota-se, ainda no caso feminino, pouco entusiasmo em relação à vida conjugal e maior preocupação com a vertente propriamente familiar. Tendência que pode também ser produto de um efeito de ciclo de vida — o essencial na vida conjugal parece estar jogado e haver poucas hipóteses para a mudança. Mas não podemos dizer também que os homens estejam em

alternativa muito mais entusiasmados, parecendo repartir-se em investimentos “intermédios” nas diferentes dimensões da vida.

As diferenças entre homens e mulheres são muito menos acentuadas do que nos operários. O discurso é mais igualitário e elas têm mais margem para negociar e até impor a sua vontade no contexto da vida familiar e conjugal. Mas mais do que no plano das práticas — os empregos dos homens e das mulheres são relativamente idênticos e as contribuições pecuniárias para a casa não são, em vários casos, de tal forma diferentes — persiste no plano simbólico uma divisão de esferas e a atribuição ao homem de uma certa supremacia, de que a ocupação com o trabalho doméstico é apenas um exemplo.

Claro que esse maior peso simbólico é mais evidente em certos casos do que noutros e que outros factores relacionais pesaram na vivência mais ou menos acentuada da assimetria. Estaremos perante o arrastamento de lógicas anteriores, já que homens e mulheres desta geração foram socializados pelos seus pais para a vivência na conjugalidade de papéis completamente assimétricos que, só as transformações mais recentes vieram questionar? O que é facto é que perante as perguntas que se referem à mudança social e de valores, nomeadamente no que toca à igualdade entre os sexos, homens e mulheres destes sectores sociais parecem assumir posições diferentes: elas mais disponíveis para a mudança e mais decididamente igualitárias, eles mais reticentes.

Nos sectores da pequena burguesia intelectual e científica, com formação escolar de nível universitário, verifica-se a predominância do modelo associativo ou “modernista”, no sentido de Kellerhals e outros (1982). No plano identitário, e em termos de ideal-tipo, a conjugalidade surge como uma das dimensões relevantes da identidade pessoal mais do que da identidade social. Trata-se, em geral, de valorizar mais do que o casamento a relação conjugal, como modo de realização afectiva relevante e como modalidade de acesso mais provável a outra esfera relevante da identidade pessoal — a maternidade ou a paternidade. Insiste-se assim mais na dimensão relacional e menos na dimensão do estatuto ou institucional, que tendem a representar validação externa do casamento como sinal de pertença a um grupo ou a uma instituição. Neste sentido, é mais no plano da identidade pessoal e menos no da identidade social, embora obviamente traços dessa dimensão também existam, que se investe no casamento.

A diversidade de investimentos no plano da identidade pessoal e social noutras esferas para além da conjugal e familiar, como a profissional e a do lazer não só é mais evidente como tem maiores probabilidades de êxito. Há mais recursos no plano económico, o que permite também contornar algumas das dificuldades que, noutros contextos sociais, podem contribuir para um certo mal-estar, como vimos, por exemplo, no caso das tarefas domésticas. As distinções entre homens e mulheres fazem-se sentir muito mais no plano das práticas do que no plano simbólico. É por isso também que é na forma de conjugalidade

associativa que há mais tensões. O contraste entre as fortes expectativas investidas na relação conjugal como fonte de bem-estar e gratificação pessoal e a realidade concreta pode ser mais visível. A promessa profundamente romântica que esteve na base de alguns destes casamentos foi nalguns casos retransformada em companheirismo e solidariedade, noutros foi reformulada a meio do trajecto, noutros ainda permanece com níveis de investimento mais ou menos intensos. As margens de autonomia de cada membro do casal, sendo no plano da ideia muito mais extensas do que noutros sectores sociais, têm fronteiras relativamente ambíguas. Se no plano da reserva íntima — o que se partilha ou não com o parceiro — quase todos parecem apontar para a necessidade de manter níveis de intimidade estritamente pessoais e não partilháveis com o cônjuge — esta norma colide por vezes com outra que é a da transparência, como vimos no caso do casal Valente e como analisaremos melhor adiante.

Ocupando a dimensão afectiva e amorosa um lugar central, o facto de a conjugalidade envolver muitas outras dimensões que a ultrapassam largamente — a dimensão parental, a gestão de recursos, a organização da vida quotidiana — oferece terreno também para o surgimento de outras contradições. Observámos, nalguns casais, e porque estes têm uma história mais longa para contar com diferentes fases e acontecimentos, dificuldades em “acertar o passo” quanto aos diferentes tipos de investimento. Um centra-se mais na vertente parental em certa fase, enquanto o outro lhe “pede” mais relação conjugal e investimento amoroso; enquanto um está mais voltado para a profissão, o outro sente-se esquecido e ressentido e pode ou não centrar-se mais na dimensão parental. Contradições e dificuldades que se podem reflectir ainda noutras dimensões.

O contraste entre o discurso igualitário, no plano da divisão das responsabilidades domésticas e familiares, e as práticas assimétricas, contraste esse que vimos referido em muitas das entrevistas, é outra das sedes de possíveis contradições e mal-estares. Mas não pode deixar de ser assinalado que esse contraste surge provavelmente mais acentuado nos discursos que se desenvolvem hoje porque houve uma transformação de valores no sentido da igualdade. Isto é, na altura em que os entrevistados se casaram as expectativas de partilha igualitária neste campo, sendo apesar de tudo maiores do que as existentes nos sectores intermédios ou nos operários, seriam menos elevadas do que serão hoje.

Ou seja, os valores vigentes na época não eram só mais tradicionalistas em relação à supremacia masculina e ao afastamento deliberado dos homens dos domínios parentais e domésticos, como as condições de existência destes sectores sociais permitiam sustentar um discurso no plano das ideias mais igualitário mas levar à prática a total assimetria. Na verdade, esta situação podia ser atenuada pela existência do trabalho doméstico pago a preços acessíveis nesta época. Mas, as assimetrias vividas pelas mulheres, quer no passado, quer no presente, tendem a produzir também alguma tensão.

Assim, se no plano do ideal-tipo homens e mulheres neste modelo têm igual possibilidade de se realizarem pessoalmente nas várias esferas da vida — no plano profissional, no da família e no conjugal — e se na realidade se verificou ser nestes sectores sociais que há maior proximidade entre homens e mulheres, a verdade é que só no caso das mulheres as responsabilidades familiares funcionam, em certas circunstâncias, como obstáculo à realização pessoal e profissional, situação que nunca ocorre com os homens.

O espaço do nós e o espaço do eu: breves notas

O objectivo de obter uma imagem tão completa quanto possível dos diferentes aspectos da vida conjugal não podia ignorar as zonas mais íntimas da relação. Mas sabia-se à partida que se trata de áreas mais difíceis de captar e analisar do que a percepção individual sobre o trabalho profissional ou a forma como decorre a relação com outros familiares.

Elaborou-se um conjunto de perguntas para procurar saber como se estabelecem as fronteiras, por um lado, entre o espaço do casal e o exterior e, por outro lado, no quadro do casal, entre o espaço do *eu* e o espaço do *nós*. Tentava-se também perceber os espaços de reserva individual e íntima e aqueles que se considera deverem ser partilhados com o outro.

Outros observáveis úteis, por outro lado, seriam as normas e as regras, assimiladas e praticadas, bem como as reacções perante situações concretas, como a atracção por outras pessoas, as ameaças de infidelidade, as relações extraconjugais, o que se considerava dever ser dito ou não dito, a vida sexual.⁸ A partir dessa informação seria ainda possível analisar convergências e divergências nas diferentes formas de conjugalidade e a partir do género.

Vale a pena salientar, contudo, que não havia a pretensão de aprofundar nenhum destes temas *per se*. Experiências anteriores de pesquisa (Torres, 1996) tinham mostrado que algumas destas questões mais delicadas exigem estratégias de investigação específicas. No âmbito do actual trabalho, perguntas desta natureza limitaram a sua ambição a completar a análise do quadro mais genérico das interacções conjugais e não a explorar de forma aprofundada tais temas. Por isso estas questões foram também analisadas atrás, como contributo para avaliar o quadro referido. Surgiram as situações de infidelidade, viram-se reacções dos dois membros casal, analisou-se o que esses episódios tinham significado na vida do casal. Mas há um pequeno remanescente de situações e apreciações que foram assumidas apenas por um dos membros do casal.⁹ É sobre essas que se deseja agora deixar algumas breves notas.

8 O conjunto de perguntas formuladas sobre estas dimensões pode ser consultado no guião de entrevista, em Torres (2000).

A regra da fidelidade conjugal, que implica a fidelidade sexual, é formulada e considerada pela esmagadora maioria a norma ideal, tal como se verificou, de resto, nos inquéritos por questionário. No entanto, o que para uns é norma rígida, cuja quebra acarreta penas simbólicas e práticas pesadas, significando o fim do casamento, é para outros uma falta grave mas não insuperável. Viu-se isso mesmo, aliás, nos casais em que tal ocorreu, e que superaram o que foi considerado uma crise séria. Na verdade, o que estava em causa, nesses como noutros casos, era que as diferentes maneiras de encarar esse tipo de eventos se relacionam com as próprias forma de conjugalidade que se defende e se pratica.

Mas as infidelidades também têm "género". Assim, por exemplo, na forma de conjugalidade institucional, onde em princípio a fidelidade sexual constitui componente essencial, os homens sentem-se no direito, ainda que o façam às escondidas, de quebrá-la. Vimos, de resto, que é exactamente nessa forma de conjugalidade que a diferenciação de papéis entre homens e mulheres se revela mais rígida, com a correlativa supremacia masculina a imperar. Vejamos alguns exemplos, voluntariamente anónimos. "(...) E mais tarde, por uma ou outra razão, a pessoa mais facilmente cai na tentação de arranjar outras mulheres na vida paralela; é verdade que eu com trinta, sim, trinta anos em que sou casado, tive algumas histórias, não serão muitas, penso que a minha mulher nunca as soube, mas que acabam por marcar as pessoas; a pessoa não se sente bem, porque há um esforço grande, até de mentalidade, porque há as convenções sociais, os valores, a família, os filhos e a pessoa sente-se, por um lado, arrastado para levar uma determinada conduta, por outro lado, sente-se arrastado porque o próprio físico não se sente confortável e sente erosões por não ter uma conduta física também com maior autenticidade e, portanto, há um desfasamento entre o intelecto e o mundo intelectual e a pessoa acaba por ter que arranjar alguns outros parceiros".

Há aqui uma clara ligação entre a questão da sexualidade e a questão da fidelidade conjugal: "enquanto que quando a pessoa anda muito na prostituição acaba conhecendo um leque muito variado de mulheres e no fundo sabe quais são as que satisfazem mais fisicamente e sexualmente e não há amor mas há sexo, e aí estabelece determinados valores sexuais que depois na prática não têm correspondência na mulher dele próprio e, portanto, há um grande desfasamento..."

Sintomas do mesmo tipo podem ser encontradas noutros homens, ainda na forma de conjugalidade institucional. Vejamos outro caso: "(no decurso

9 O facto de entrevistarmos os dois membros do casal separadamente e com garantias absolutas sobre a não passagem de informação — nunca era a mesma pessoa a fazer a entrevista a um e a outro cônjuge — dava alguma tranquilidade aos entrevistados, o que se traduziu num certo à-vontade com que certos aspectos mais íntimos e secretos eram afirmados.

do casamento) também me modifiquei noutro aspecto (mas se calhar isso é fruto da idade) de andar a olhar para esta e para aquela mulher... Hoje dedico-me mais à família ou quase exclusivamente à família e outras coisas passam-me ao lado". Mas houve momentos em que o entrevistado teve relações extraconjugais: "até chegou a ser forte e, enfim, talvez tivesse abalado um bocadinho o casamento; eu nunca levei isso muito a sério mas, pronto, existiu; mas não pôs em causa o casamento; zangámo-nos um dia e acabou; e eu fiquei satisfeito por isso, fiquei mais aliviado, mas houve alturas..."

Os dois entrevistados, não por acaso, pertencem ambos a gerações mais velhas, cujas posições globais, como é sabido, tendem ao tradicionalismo a respeito das mulheres e da sexualidade. E é essa posição que aqui aparece, exigindo da mulher fidelidade, mas desculpando ao homem alguma aventura, sempre considerada pelo próprio "sem importância". Vê-se também que, sobretudo no primeiro caso, está presente uma perspectiva tradicionalista muito clássica, de clara divisão entre duas imagens de mulher, inconciliáveis para o entrevistado na mesma pessoa: a mulher erotizada, sexualmente apelativa, e a mulher esposa e mãe de família. Divisão coerente com um universo de diferenciação de papéis tradicional, que não deixa de levantar um conjunto de dificuldades e ambiguidades, sobretudo às mulheres. Lembre-se que o próprio Parsons reconhecia como problemáticas as dificuldades femininas em conciliar a imagem *glamorous* e atraente, para manter o marido emocionalmente envolvido, com a também necessária dedicação às funções maternas. O que a maior simetria entre homens e mulheres vem implicar, também neste campo, são outras regras perante a questão da sexualidade.

Noutras formas de conjugalidade, na fusional, por exemplo, o discurso já é outro, quer no masculino, quer no feminino. Ambos exigem a fidelidade, embora se perceba que haverá sempre menos tolerância para a eventual infidelidade feminina, criando ambas em todo o caso, se hipoteticamente acontecessem, grande crise no casal. Fala-se em quebra de respeito e de afectividade, afirma-se a vontade de não alimentar situações de falsidade e mentira. Surgem também, mais frequentemente no caso dos homens, afirmações que remetem para a ideia do casamento como passagem a outra fase da vida, de maior responsabilidade, com outras regras, as quais contrariam totalmente as que existiam quando se era solteiro. Percebe-se também, sobretudo no caso dos mais novos, que sendo a adesão à perspectiva de simetria entre homens e mulheres maior, se conjuga aqui o receio de pôr em causa a relação, já que "as mulheres hoje em dia já não estão dispostas a aturar tudo o que eles façam, como no passado".

Na forma de conjugalidade associativa, embora estejam também presentes os códigos de honra de fidelidade, de respeito mútuo e de igualdade entre os cônjuges, a verdade é que igualmente se defende maior margem de manobra individual. Ou seja, a regra é para ser seguida, mas, nalguns casos, admite-se que haja espaços de reserva individual e íntima maiores, punições

e limites mais ambíguos. Tudo se passa assim como se dependesse das situações concretas que surgissem e da forma com elas fossem assumidas a reacção e a resolução da crise. Sempre se considera, em todo o caso, que episódios desse tipo são dolorosos e emocionalmente difíceis. Foi aliás o que aconteceu nos casos relatados atrás dos casais Silva e Valente. Neste grupo, só uma situação é unanimemente condenada: a persistente e continuada duplicidade de relacionamento.

Já as situações de atracção por outras pessoas que não envolvam "passagens ao acto" ocorreram com vários entrevistados e foram consideradas normais. Recorde-se que houve uma entrevistada que afirmava: "claro que já me aconteceu, estou viva!". Trata-se aqui de aspectos a que não se atribui excessiva atenção e importância no contextos de relações vividas como projecto de dimensões múltiplas, desde que não se ponha em causa tal projecto por causa de uma atracção, transformando-a em relação alternativa.

Quanto à vertente da sexualidade e do que os entrevistados disseram sobre a sua experiência, foi possível encontrar algumas diferenças intergeracionais, como se deixou mencionado no capítulo 2 a propósito da iniciação da vida sexual. Vale a pena acrescentar ainda tratar-se de um tema em relação ao qual a regra é a parcimónia, não se afastando muito as declarações de que a vida sexual decorre normalmente ou de que ela poderia eventualmente ser melhor.

Na faixa etária das mulheres nos finais dos 40 e inícios dos 50 revelaram-se algumas dúvidas em relação à vida sexual. Elas manifestavam-se nalguns casos através de perplexidades, como a de uma entrevistada que diz não atingir o prazer, achando que a culpa não é dela mas que também não é do marido. O que aparentemente resulta é a desistência de melhorar essa dimensão da vida conjugal. Note-se que se trata, neste caso, como no de outros, de mulheres virgens quando casaram, e portanto sem outro tipo de referente em termos de sexo. As dificuldades são também resultantes do confessado desconhecimento: "(a vida sexual) já esteve como tudo, e penso que ela está ligada ao resto, portanto, penso que já teve momentos melhores, momentos piores... (...) antes do casamento havia todo um conjunto de mistérios, de clandestinidades que a envolviam (...) era agradável, talvez fosse estimulante...; quando as pessoas casam, ao princípio as coisas são muito diferentes, os filhos nascem e passa a ser um pouco diferente...; talvez fizesse algumas modificações, mas como nunca tive muitas comparações para poder tirar conclusões...; e aí acho que é um bocado mau... não sei muito bem... acho que precisaria de ser modificada, inovada... mas lá está, não há muitas comparações e por isso não sei muito bem".

Esta dimensão da vida íntima não deixa de ser valorizada, portanto, mas simultaneamente não se dispõe de instrumentos para aferir como poderia ela ser melhor. No espaço de 25 anos parecem ter mudado tanto os valores que o que antes era considerado adequado — casar virgem e ser recatada —

foi perdendo utilidade anos depois para se converter talvez numa espécie de embaraço. Parece que o tempo pregou uma partida a estas mulheres.

Se associarmos estas breves reflexões às que foram avançadas no capítulo 2, é necessário concluir que persistem, mesmo nalguns dos sectores mais jovens, alguns tabus e dificuldades em relação à sexualidade feminina. Diferentes dificuldades e tabus afectarão também os homens. Mas a verdade é que eles estão mais protegidos para fazerem "experimentações" que, no caso feminino, a serem assumidas, estariam votadas a condenação. Aliás, mesmo que tais situações ocorram com as mulheres, elas caem, decerto, sob a alçada do não dito ou do interdito em contexto de entrevista.

Género, formas de conjugalidade, tipos de centramento: algumas conclusões

Justifica-se agora um pequeno balanço conclusivo, passando pela identificação dos traços fundamentais de cada *tempo* e pelas modalidades de articulação das formas de conjugalidade e dos tipos de centramento. Regressa-se também às hipóteses que se tinham formulado no início quanto às trajetórias, dinâmicas e formas de conjugalidade, bem como à discussão central sugerida neste núcleo problemático quando se relacionavam contextos e condicionamentos de género, como se viu no capítulo 1.

Ao sintetizar as características fundamentais da situação dos casados no *tempo da instalação*, sublinhou-se que se tratava de uma fase de adaptação e de acertos. Adaptação ao outro, à situação relacional, à mudança de papéis que representa o nascimento dos filhos. Foi uma característica captada, quer a partir das entrevistas dos casados há menos de 10 anos, quer a partir do discurso retrospectivo dos que tinham casado há mais tempo. Sobre essa fase, quase sempre se diz sofrer períodos mais ou menos conflituais. Houve mesmo dois casais que pareciam ter-se bloqueado numa situação que se não era de conflito aberto seria, pelo menos, de claro desentendimento. Todos os outros falaram de momentos de tensão, aborrecimento ou conflito, pelos quais foram passando.

As expectativas diferenciadas sobre o casamento, o facto de se estar perante uma fase muito intensa — a de todos os começos — e os diferentes modos de encarar a conjugalidade, os condicionamentos de género ou as condições de existência em sentido lato, podem contribuir, entre outros factores de carácter psicológico e individual, para a ausência ou existência desses conflitos ou para que eles sejam mais ou menos acentuados.

Vimos assim, nos sectores operários, menor acento tónico na tensão e divergência e maior tranquilidade relativa nesta fase inicial do casamento. Dominando claramente a forma de conjugalidade fusional, ambos os membros do casal se mostram, em geral, muito mobilizados pelo projecto

parental, embora seja também clara a aposta em limitar o número de filhos. Revela-se bem nos discursos destes entrevistados a centralidade da família no meio operário como área garantida, controlada, próxima, desempenhando a função de microcosmos protector (Nunes de Almeida, 1993; Schwartz, 1990: 516).

O casamento, para os homens, é uma "honra" e a comprovação da passagem à condição de adulto responsável (Vale de Almeida, 1995: 222, 67). A paternidade significa ainda para eles demonstração de virilidade e masculinidade, assumindo os filhos o sentido de "obra" (Schwartz, 1990: 409). As mulheres, mesmo quando trabalham no exterior, avaliam a maternidade como projecto identitário central, revelando-se factor de segurança e de respeitabilidade. O casamento e a constituição de família representam, para ambos os cônjuges, estatuto, identidade pessoal e social, integração. Os outros meios de acesso e de pertença serão, geralmente, difíceis de alcançar. Acresce a este conjunto de características, a perspectiva, mais evidente nas mulheres, de uma avaliação positiva em termos de trajectória familiar intergeracional: elas acham, em geral, que têm mais direitos e que são mais respeitadas do que as suas mães o foram nos respectivos contextos conjugais e intrafamiliares.

Quanto aos tipos de centramento, as conclusões, neste sector social, confrontaram-nos com alguns aspectos interessantes e talvez inesperados. Enquanto as mulheres tendem a avaliar positivamente o investimento profissional, os homens mostram-se bastante desiludidos com esta dimensão da vida. Talvez se verifique aqui também uma relação inversa em relação às expectativas iniciais: eles esperando muito mais no plano identitário desta esfera, como os seus pais ou como os modelos masculinos mais velhos que lhes servem de referência; elas, trabalhando no exterior numa perspectiva no essencial utilitária, vêm depois a descobrir as vantagens, no plano relacional e pessoal, dessa participação na actividade. Vimos, aliás, como as lógicas de solidariedade, fusão e entajuda no casal parecem ser acentuadas pela respeitabilidade conferida pelo facto de as mulheres contribuírem monetariamente para a casa.

O centramento especificamente na relação conjugal parece ser menos sublinhado do que noutras formas de conjugalidade e surge como mais indistinto em relação ao projecto parental. Isso não significa, contudo, ausência de projecção romântica, que surge ainda mais vincada ao comparar este grupo com o dos operários mais velhos, os quais defendem e praticam a forma de conjugalidade institucional. Mesmo na relação com os filhos se nota uma mudança intergeracional. Os mais novos assumem comportamentos considerados mais modernos, como "assistirem ao parto", e preocupam-se directamente com os filhos, querendo ser eles, e não os pais ou os sogros, a educarem a "sua" criança. Os mais velhos investem nos filhos segundo um modelo mais institucional e numa lógica autoritária — escondem o afecto, impõem a regra,

admiram-se de ver reacções dos filhos completamente diferentes das que eles teriam tido quando eram crianças.

Em síntese, não será neste sector social, onde predomina a forma de conjugalidade fusional, que as tensões identitárias e as dificuldades inerentes a esta fase da instalação e dos grandes começos são mais intensamente referidas e vividas.

Também é um pouco esta a conclusão que se retira quando se analisam os sectores intermédios, onde, tal como no dos operários, se partilha a forma de conjugalidade fusional. Aqui, no entanto, os investimentos encontram-se mais repartidos. A relação conjugal começa a aparecer como dimensão autónoma ("precisávamos de mais tempo para nós dois..."). A actividade profissional tanto pode ser investida como não, dependendo do tipo de emprego. Também neste subconjunto as mulheres valorizam os benefícios da actividade profissional, enquanto os homens mostram algum desinteresse, eventualmente também relacionado com o facto de avaliarem o seu próprio trabalho como pouco estimulante. A paternidade e a maternidade são altamente investidas. A proximidade entre homens e mulheres parece grande e as lógicas de entajuda para o colectivo da família, que caracterizam a forma de conjugalidade fusional, estão claramente presentes. Também aqui o casamento é visto como acréscimo de estatuto e respeitabilidade, quer para homens, quer para mulheres, sendo pouco visíveis as tensões que caracterizam os que têm acesso a investimentos alternativos (Kellerhals e outros, 1982).

Na forma de conjugalidade associativa, onde incluímos os grupos domésticos em que pelo menos um dos cônjuges tem formação universitária, a referência a dificuldades e tensões vividas nesta fase da *instalação* aparecem então mais frequentemente do que nos grupos anteriores. As diferenças entre homens e mulheres assumem características relativamente paradoxais: é grande a proximidade de ideias, de projectos e de experiências vividas nos trajectos anteriores ao casamento, tal como se partilha a perspectiva de aposta diversificada nas diferentes dimensões da vida (carreira, parentalidade, conjugalidade, lazer). Mas a análise das entrevistas revelou que, na prática, as diferenças assumem contornos claros. Na formulação dos projectos personalizados os homens são céleres e rápidos — quero fazer ou estou a acabar o mestrado, por exemplo — enquanto as mulheres estão em *stand-by* no plano dos investimentos profissionais e se queixam da sobrecarga de trabalho e da falta de apoios domésticos, ou da falta de dinheiro para os obter. Os seus projectos pessoais são hesitantes, estão sempre mediados pelas responsabilidades familiares que assumem fundamentalmente como suas.

Claro que, muito embora este seja o cenário global, há variações e diferenças de estilo, quer no caso dos homens, quer no das mulheres. No masculino, encontramos, num dos pólos, os "associativos puros", definindo claramente o seu projecto de realização pessoal individualizado, como era o caso de José Martins, e, no outro pólo, os que estão mais próximos de uma lógica

fusional e integram o seu projecto pessoal no quadro mais geral do que consideram ser, também, o do interesse da família, como vimos com Pedro Leitão. No caso das mulheres, as diferenças estabelecem-se entre aquelas que manifestam claramente as dificuldades e impasses da situação em que se encontram, como é o caso de Beatriz Martins, e as que encaram a situação com algum pragmatismo, remetendo para o futuro a concretização dos seus projectos pessoais, como vimos com Luísa Pereira ou Manuela Teodoro. Muito mais do que com os homens, situações de explicitação clara das ambiguidades e declarações de insegurança na forma de lidar com os diferentes "papéis" e conciliar os investimentos profissionais e familiares aparecem também no caso das mulheres; como mostrou Gabriela Simões.

Os condicionamentos de género actuam, assim, na prática, embora o discurso associativo seja comum aos dois membros do casal: só eles praticam o "associativismo" que ambos defendem, o que dá origem a tensões às vezes só explicitadas por um ou pelos dois membros do casal. São situações que ilustram a proposta de Kellerhals e outros (1982) quanto às quase inevitáveis contradições envolvidas na prática do modelo "modernista".

As entrevistas mostraram também que, quando essas tensões são explicitadas, não se lhes atribui a origem no comportamento do cônjuge ou nalguma especificidade da relação. As dificuldades e ambiguidades tendem a ser vividas como produto de constrangimentos externos, alheios à vontade dos indivíduos. Nos casos em que se atribuem ao outro os problemas principais vividos nesta fase da instalação (como acontece com os casais Dias e Antunes) nota-se também alguma cristalização de uma situação de conflito.

O tempo da *instalação*, tempo de todas as promessas e de todos os começos, é assim vivido de forma diferenciada. Para uns representa estatuto, estabilidade e respeitabilidade, enquanto para outros, e sobretudo para outras, ele pode significar igualmente dificuldades, ambiguidades, sem deixar de representar uma época desafiante e prometedora.

A análise das entrevistas correspondentes ao *tempo das mudanças e transições* confronta-nos, nos planos teórico e empírico, com aspectos centrais das dinâmicas da conjugalidade, mais dificilmente captáveis quanto se usam tipologias a partir de cortes sincrónicos. Também a perspectiva individual de cada um dos cônjuges se clarifica ao abandonarem-se abordagens que apelam para a identificação de uma "voz" colectiva do casal. As conclusões que a seguir se sintetizam são ilustrativas.

Comparativamente com o *tempo da instalação* verifica-se logo no *tempo das mudanças e transições* uma diferença quanto às formas de conjugalidade. Surge de forma muito nítida a forma de conjugalidade *institucional*, que não apareceu no grupo dos que tinham casado há menos de dez anos. Situação que pode ser explicada como exemplo da menor prevalência nas gerações mais novas dessa maneira institucional de encarar o casamento.

Na verdade, surge, sobretudo no discurso dos operários e de alguns

entrevistados de origem operária, a visão institucional neste grupo de duração do casamento. Além de acentuarem as dimensões de responsabilidade envolvidas na conjugalidade, esses entrevistados tendem a sublinhar a perda total de liberdade que representou o casamento, mostrando também muito menos envolvimento na dimensão conjugal e mesmo na parental. Ao contrário dos mais novos, parecem ter uma perspectiva e uma prática menos fusional. As dimensões de entreaajuda e de envolvimento romântico com as mulheres ficam mais distantes. Tratar-se-á aqui de um efeito geracional, tendendo os mais novos a defender duradouramente perspectivas "modernas", ou estaremos perante um mero efeito de ciclo de vida conjugal? É difícil saber com toda a certeza, mas a julgar pelas posições de uns e de outros, por exemplo no que se refere a valores sobre outras dimensões da conjugalidade, ou aos direitos das mulheres, é mais provável e verosímil o primeiro tipo de explicação. Só um estudo longitudinal permitiria conclusões mais seguras.

As posições das mulheres destes entrevistados operários contribuem também para reforçar o peso do factor explicativo intergeracional. Embora num caso se tenha verificado a defesa por parte da mulher de uma lógica institucional, em geral elas tendiam para a forma de conjugalidade fusional, chegando mesmo a lamentar a impossibilidade da relação conjugal funcionar nesses termos. Margarida Teixeira desejava, sem o conseguir, um funcionamento pela parte do marido mais romântico, mais partilhado, mais fusional.

Aparece agora um factor novo em relação ao tempo da instalação, que tem a ver com divergência quanto às formas de conjugalidade entre os dois cônjuges, aqui plenamente assumidas, pelo menos, por um deles. Sublinhando outra vez o peso dos condicionamentos de género, são as mulheres a submeter-se aos modos de funcionar do marido. Noutros sectores sociais aumentam as margens de negociação do sexo feminino, e talvez por isso mesmo, apercebendo-se de que há outros modelos e modos de viver a relação conjugal nos tempos que correm, as mulheres destes operários aspirem a eles.

As modalidades de centramento revelam, por seu turno, diferenças entre homens e mulheres que reflectem as que foram focadas anteriormente. Os homens que apostaram, e foram socializados para apostar, a sua identidade pessoal e social na profissão, acabam por ver essa aposta desconfigurada pelas ameaças constantes e pelas situações de precariedade a que as situações profissionais daquele tipo têm sido, nos últimos anos, submetidas. As mulheres, em contrapartida, num efeito idêntico ao que já identificámos para as operárias mais novas, descobriram as vantagens que o desempenho de um trabalho pago lhes pode proporcionar. Acresce que a instabilidade profissional dos homens ou as ameaças de desemprego conferem ao trabalho feminino — aumentando assim também o poder relativo das mulheres — carácter de segurança fundamental para a sobrevivência da família. Por isso se afirmou que neste campo as mulheres pareciam estar em movimento de ganho e eles em perda. Nada, para todos os efeitos, e para "garantir" a supremacia

masculina, que não seja "compensado" com a obrigatoriedade moral sentida pelas mulheres de assegurarem o essencial das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, ainda que trabalhem no exterior tantas horas como os seus cônjuges.

Os sectores intermédios, no tempo das mudanças e transições, constituem uma espécie de entreposto, de ponto de chegada para alguns e ponto de partida para outros, em termos de mobilidade social. Discutiu-se, aliás, o papel decisivo que podiam desempenhar as lógicas geradas no grupo doméstico, e o que poderíamos também designar por "cultura familiar", como meio de concentrar esforços ou desenvolver estratégias de mobilidade social.

No plano das representações e dos valores alguns entrevistados tentavam claramente antecipar os valores de sectores sociais que queriam atingir, através de um processo que Merton (1968) identificaria como correspondendo ao esforço de fazer coincidir o "grupo de pertença" com o "grupo de referência". Esta era, por exemplo, a situação dos que, tendo profissões técnicas intermédias, procuravam completar cursos superiores para passar às profissões intelectuais e científicas. No plano das representações e mesmo das práticas, encontrávamos aqui entrevistados que, situados ainda na forma de conjugalidade fusional, pareciam, por outro lado, aproximar-se muito da associativa.

Do mesmo modo, os de origem operária que estavam actualmente nos sectores intermédios, mostravam ambiguidades no plano valorativo produzidas, eventualmente, por efeitos de arrastamento da pertença anterior. Por exemplo, surgiam toques de visão "institucional" sobre o casamento e a família, no caso dos homens, embora, noutros planos, como o do investimento parental e o do sentido de entreajuda em relação às mulheres, denotassem já sinais que os fariam incluir na forma de conjugalidade fusional.

Em ambos os casos, no plano das estratégias de mobilidade social, o papel das mulheres foi fundamental. No caso dos entrevistados em trânsito para as profissões intelectuais e científicas, foram as mulheres, em duas situações com trabalho a tempo inteiro e com dois filhos, que assumiram a iniciativa de completar uma formação no ensino superior. Quanto aos que passaram da condição operária aos sectores intermédios, embora também se verificasse no caso masculino a progressão no contexto da empresa e o acesso a lugares técnicos, este esforço coincidia com o das mulheres que, terminada a formação secundária, se envolviam em cursos de formação e passavam às profissões técnicas intermédias.

Este protagonismo feminino mostra que, apesar dos constrangimentos de género, as mulheres quando vêm reunidas certas condições como, por exemplo, os filhos serem menos dependentes ou conseguirem apoios da família ou do marido, podem procurar pôr em prática alguns dos projectos pessoais adiados antes, por imposição das responsabilidades familiares. Os condicionamentos de género continuam a funcionar e impõem-se à vontade dos

indivíduos, mas estes não deixam de explorar a ampliação possível das margens de manobra.

Estas transformações e mudanças constituíram um dos factores que contribuíram para a designação que atribuímos ao grupo de entrevistados com estes anos de duração do casamento. Com efeito, quer no plano da mobilidade social, particularmente visível nos sectores intermédios, quer devido ao facto de os entrevistados fazerem frequentes referências a transformações, este tempo de casamento é o mais revelador da dinâmica própria da vida conjugal. Muitas vezes essa dinâmica é protagonizada mais por um dos membros do casal do que pelo outro, o que se torna evidente ao captar a perspectiva individual de cada cônjuge.

Quanto aos tipos de centramento, nos sectores intermédios, verifica-se a diversidade de investimentos — na relação conjugal, na parental, na profissão. Continua, no entanto, a ser central a vertente familiar e parental no plano identitário, quer para os homens, quer para as mulheres. A tendência acentua-se, aliás, no meio operário, ficando a aposta na relação conjugal mais intensa nos outros sectores.

Os investimentos na profissão são variados, tanto para os homens como para as mulheres, mas a aposta identitária masculina é também menor, verificando-se por vezes pouco investimento ou mesmo desinteresse profissional. No caso das mulheres confirma-se o perfil de valorização do trabalho no exterior, já notado noutros sectores. Entrevistadas há, como Antónia Neno, que se queixam de não lhes serem atribuídas determinadas responsabilidades que se sentem perfeitamente capazes de assumir. O contrário, portanto, da imagem de uma mulher dependente e retraída no plano profissional.

Junto dos profissionais intelectuais e científicos, quando um dos membros do grupo doméstico tem formação universitária e a forma de conjugalidade é associativa, surgiram características diferentes das que têm sido analisadas nos outros sectores sociais neste grupo de duração do casamento.

Por um lado, quanto aos homens, estamos perante o caso típico das situações de grande investimento profissional na carreira, que se configura como aposta identitária, assumindo a profissão lugar central no plano da realização pessoal. Foi aliás a partir destes casos, e dos "associativos" casados há mais de 20 anos, que se propôs uma distinção entre homens e mulheres, quando ambos têm carreira profissional, a propósito da forma de investir nas diferentes dimensões da vida conjugal. Enquanto eles tendem a encarar a vida familiar e a conjugal como uma espécie de bastidores ou de pano de fundo seguro, fiável e garantido, a partir do qual se projectam pessoalmente, elas tendem a investir em paralelo nas diferentes dimensões da vida: no trabalho profissional, na família, na relação conjugal.

Foi ainda possível identificar outra diferença entre homens e mulheres, claramente denunciando, mais uma vez, os condicionamentos de género, e ilustrando também os efeitos da dinâmica familiar e conjugal. Na verdade,

enquanto os homens com carreira profissional no *tempo das mudanças e das transições* estão em fase de pleno empenhamento, as mulheres parecem estar em posições ainda um pouco recuadas. Porque assumem maiores responsabilidades familiares e dificilmente os seus cônjuges, demasiado envolvidos na sua própria carreira, partilham essas responsabilidades, as mulheres acabam por ser forçadas a retrair-se em relação a projectos mais personalizados.

Recorde-se que Rosa Silva investe, já tardiamente, em projectos profissionais mais ousados. Se as mulheres já não estão em *stand-by* nesta fase, como as suas congéneres do *tempo da instalação*, ainda se diferenciam da disponibilidade dos maridos. As situações analisadas são, em todo o caso, insuficientes para tirar conclusões definitivas, embora seja no grupo de duração do casamento seguinte que o empenhamento profissional feminino surge muito mais pleno e assumido. Os cônjuges, em contrapartida, parecem já ter passado o apogeu do seu investimento profissional. Os ritmos de investimento profissional diferenciam-se entre homens e mulheres, na forma de conjugalidade associativa: as diferenças vão-se desenhando desde o tempo da instalação até ao tempo das mudanças e das transições, tornando-se depois mais claras no tempo da conformação e da realização pessoal.

Com o grupo de duração dos 20 e mais anos chegamos ao tempo da estabilização — satisfatória, insatisfatória, flutuante — da relação conjugal. Alguns projectos foram cumpridos, outros nem tanto. Certo é que a passagem do tempo, as condições objectivas anteriores e as que foram nascendo da própria relação, criaram algumas irreversibilidades. Noutros planos da vida, como no profissional, também foram já traçados caminhos essenciais. A relação entre família e trabalho pode no entanto transformar este período, para as mulheres de certos sectores sociais, numa fase de novos investimentos ou de afirmação tranquila dos existentes. Pudemos ver isso.

A comparação entre o que dizem os entrevistados deste *tempo da conformação...* e o que dizem os mais novos remete-nos directamente para a problemática da mudança social e da mudança intergeracional. Nas histórias com mais densidade temporal reencontramos as profundas e rápidas transformações da sociedade portuguesa dos últimos 40 anos, a adesão esperçada de uns, as perplexidades de outros. Apesar de serem notórias certas linhas de permanência entre gerações, parecem mais evidentes as linhas de fractura, sobretudo quando, a par das opiniões, se registam processos de mobilidade social de uma geração para a outra.

Exemplo talvez bem evidente da mudança e das perplexidades que ela pode suscitar pode ser encontrado nos sectores operários. Vimos aí a defesa, e a prática, do modelo mais clássico de divisão do trabalho entre homens e mulheres, com estas em casa e eles a serem os provedores da família, modelo que se traduziu, na linguagem da pesquisa, pela predominância da forma de conjugalidade *institucional*. Concluiu-se também que, se havia convergência de ideias e de projectos entre os dois cônjuges de alguns casais, como os Rego, no

caso de outros, como os Ventura, havia a imposição por parte do marido de um modelo de funcionamento autoritário a que a mulher tinha de se submeter. Reencontrámos a forma de conjugalidade institucional para o marido, contra as aspirações mais fusionais da mulher, já detectadas no *tempo das mudanças*. Aqui, contudo, a imposição autoritária parece ser mais decisiva — no caso dos Ventura ele não deixa a mulher trabalhar fora de casa, nem frequentar cursos de formação —, o que pode ser o sinal, como se disse a propósito do conceito de conjugalidade, de um efeito do contexto envolvente nos mais novos: eles não ousam já assumir posições tão autoritárias como as dos homens mais velhos. De forma congruente com esta transformação, a valorização do contributo feminino para a família, através do desempenho do trabalho pago, é mais evidente nas gerações mais novas do que nas mais velhas. Junto das últimas, aliás, o modelo da domesticidade das mulheres surgia associado à desvalorização das suas competências, noutros planos que não o “expressivo”.

Quanto aos tipos de centramento no *tempo da conformação...* verificou-se que no caso dos homens a identidade pessoal e social se constrói, no fundamental e apesar de eventuais dificuldades, à volta do desempenho profissional, tendo também importância a vertente parental. Mas tudo o que diz respeito às relações familiares é mediado pelas mulheres. Para os homens, os filhos, tal como acontece com os operários mais novos, estão associados à demonstração da virilidade e masculinidade e ao sentido de “obra”. Mas, no plano dos valores, os mais velhos tendem a assumir na relação pais-filhos posições autoritárias — de que as cogitações de Ilídio Ventura foram precioso exemplo —, enquanto os mais novos parecem inclinar-se para uma perspectiva mais democrática e valorizadora dos afectos e da dimensão emocional. A relação conjugal é também relativamente indistinta da relação familiar, tanto no caso dos homens, como no das mulheres. Isso parece para elas, no entanto, constituir resultante não desejada — a afirmação de que os filhos estão acima de tudo surge, por vezes, associada à lamentação pelo facto de o marido não ser o verdadeiro companheiro que se desejara.

Nos sectores intermédios os tipos de centramento são mais diversificados e menos intensos. Não surge, por exemplo, no caso dos homens, forte empenhamento e domínio identitário central das dimensões profissionais como acontece com os operários mais velhos ou com os que têm uma verdadeira carreira. Nem para as mulheres a família aparece a ocupar o espaço todo, constituindo o trabalho apenas uma fonte de rendimento.

As apostas são diferenciadas e podem repartir-se entre os que acham o trabalho estimulante até aos que o consideram sem qualquer interesse, tanto no caso dos homens como no das mulheres. Aqui, o factor tipo de trabalho ou as idiosincrasias pessoais contam mais do que o género. Assim, tanto podemos ter um funcionário das finanças desinteressadíssimo do seu trabalho mas conformado, como uma técnica de contas que afirma entregar-se com gosto a cem por cento à sua profissão. Podemos ainda encontrar um

comissário de bordo de uma companhia de aviação afirmando que o seu trabalho é leve mas interessante, ou uma funcionária bancária que se sente medianamente interessada na actividade profissional.

No plano dos investimentos conjugais é também variado o panorama, e os homens tanto revelam perspectivas completamente fusionais como institucionais. O investimento familiar, na lógica das responsabilidades, aparece plenamente assumido pelas mulheres como principal dever seu, tendendo os homens a um papel de ponto de apoio, mais do que ao de verdadeiros líderes familiares. Não estamos, por isso, nem perante o "pai de família" autoritário dos meios operários da mesma idade, nem perante a figura de referência, distante mas central, porque tem sempre a última palavra a dizer, dos meios em que o homem tem uma carreira.

Nos sectores intermédios, neste grupo de duração do casamento, a figura paternal é relativamente lateralizada no plano das responsabilidades familiares, mas presente como auxiliar da mulher. Talvez se explique o papel secundarizado destes homens no campo familiar pelo efeito de arrastamento de uma lógica ainda tradicionalista, que responsabilizava principalmente as mulheres pela família, mas a actuar num contexto em que estas, apesar de tudo, têm uma actividade profissional. Para além da responsabilidade da família, elas assumem também o respectivo sustento numa base de quase paridade com os maridos — as entrevistadas deste grupo trabalhavam todas na administração pública, ou em bancos, ou em empresas, como administrativas ou quadros médios. Confrontamo-nos aqui, de novo, com a questão da guerra colonial e com o facto de as mulheres terem aproveitado as oportunidades de emprego surgidas precisamente nestes sectores profissionais nos anos 60 e 70.

Outro sinal desta especificidade feminina e da maior paridade relativa entre homens e mulheres neste sector é o facto de, em termos das modalidades de funcionamento da relação conjugal, as mulheres deterem alguma capacidade de negociação em relação aos cônjuges e às decisões sobre a vida familiar. Assim, por exemplo, no caso de clara divergência de perspectivas sobre aspectos da relação e da interacção conjugal, como é o caso do casal Gomes em que ele é claramente *institucional* e ela tende para o *fusional*, Graciete acaba conseguindo negociar alguma margem de manobra. Já que não é possível a partilha com o marido de um conjunto de actividades que ela gosta de desenvolver, acaba por desenvolvê-las sozinha, ou com a filha. Maiores margens de decisão e de autonomia das mulheres são também visíveis noutras entrevistas, sem esquecer, no entanto, que elas despendem e acumulam muito mais horas efectivas de trabalho, acumulando o pago com o não pago.

E estamos longe, neste sector, das imposições de autoridade que vimos atrás, nos sectores operários. Curiosamente, no entanto, o autoritarismo de alguns dos cônjuges é lembrado por algumas, como é o caso de Arlete, como problema do passado. Problema que foi sendo ultrapassado pela persistência

da entrevistada, não sem momentos de conflitualidade, ao ir conseguindo impor um pouco mais a sua vontade.

Muito provavelmente, o facto de se sentirem competências noutras esferas, como a profissional, e uma progressiva segurança adquirida pelo longo convívio conjunto correndo no essencial bem, pode ajudar a este processo de maior auto-estima e afirmação feminina, bem como a maior capacidade de negociação nesta fase do casamento. Não podem, por outro lado, excluir-se os efeitos, já referidos, do contexto exterior favorecendo progressivamente a ideia da igualdade entre os sexos, efeitos reforçados, já se vê, pela maior permeabilidade à mudança e às influências externas dos sectores intermédios.

Esta interferência do exterior, que interpela e questiona os que estão casados há mais de 20 anos e fazem o balanço entre os valores que predominavam quando se casaram e os que são hoje dominantes, faz-se sentir, de forma particular, nos sectores das profissões intelectuais e científicas.

Embora nestes sectores haja mais margem de manobra individual e predomine claramente a forma de conjugalidade *associativa*, a verdade é que os valores tradicionalistas do passado, nomeadamente no plano do maior distanciamento dos homens das responsabilidades familiares, marcaram os casamentos realizados nos anos 60. A norma adequada era então a divisão clássica de papéis e não a igualdade, a complementaridade e não a simetria ou a indiferenciação. As socializações de rapazes e raparigas preparavam e confirmavam esse modelo.

Ainda que no plano ideológico os jovens dos anos 60, como testemunham alguns homens entrevistados nestes sectores sociais, estivessem prontos a cortar com os hábitos mais tradicionalistas da geração anterior, levar à prática este corte no domínio da igualdade entre homens e mulheres era mais difícil. Vimos essas dificuldades serem superadas, em certos casos através dos apoios familiares e da delegação do trabalho doméstico pago, conseguindo algumas entrevistadas concretizar os seus projectos, sempre em situações que não foram fáceis. Recorde-se o caso de Ana Paula Carrapeto.

Reconhecemos problemas idênticos através das queixas de algumas entrevistadas, quadros de empresa, que só anos mais tarde puderam concretizar as suas aspirações, porque estiveram completamente absorvidas pelas responsabilidades familiares, sem apoios dos maridos, nos primeiros anos da vida de casados. A comparação entre os primeiros anos de vida de casada de Lília Vasconcelos e o que ela acha que são os mesmos primeiros anos de colegas seus de empresa — que ela considera que participam muito mais em casa, sobretudo nos cuidados com os filhos, do que o seu marido alguma vez participaria — provoca uma espécie de sensação de se ter nascido no tempo errado. A interferência do "exterior", de que se falou ao propor a identificação de uma das dimensões do conceito de conjugalidade, parece ter os seus efeitos. Na verdade, quando se analisa ou balanceia a vida conjugal, entram em linha de conta, explícita ou subtilmente, comparações relativas na forma como se

Quadro 3.1 Tempos e formas de conjugalidade

	Operários		Sectores Intermediários		Quadros dirigentes e profissionais intelectuais e científicos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Tempo de instalação	Fusionais	Fusionais	Fusionais	Fusionais	Associativos	Associativas
Tempo de transições e de mudanças	Institucionais	Institucionais/ Fusionais frustradas	Fusionais/ Institucionais	Fusionais/ Associativas	Associativos	Associativas por imposição deles /Fusionais
Tempo da conformação ou da realização pessoal	Institucionais	Institucionais ou Fusionais frustradas	Fusionais/ Institucionais	Fusionais	Associativos/ Institucional	Associativas/ Institucional

observam os outros e os contextos valorativos mais envolventes que interferem no modo como se pode encarar e avaliar a própria vida pessoal.

Considerando agora as três gerações de "associativas" e voltando às perguntas do início da pesquisa, que tendências de continuidade, que linhas de fractura encontramos? Se as mais novas estavam em *stand-by* no campo dos projectos individuais relacionados com a profissão, as do tempo das mudanças começavam a retomar esses projectos e as mais velhas, não sem testemunharem algumas dificuldades, pareciam, finalmente, conseguir concretizá-los.

Mas é enganador pensar, numa lógica evolutiva, que o sentido da transformação vai ser o mesmo para as jovens quando estas chegarem à idade das mais velhas. Na verdade, como vimos, cada geração corresponde também a uma conjuntura específica, quer no plano das condições objectivas de vida, quer no das ideias e valores. No plano teórico, o que isto significa é que a variável *ciclo de vida conjugal*, ou *tempo, trajetória e dinâmica*, como se considerou na pesquisa, ganham significado apenas quando associadas a outras, como o contexto ou conjuntura. Se, no plano dos valores e das ideias, a situação para as mais novas parece ter melhorado, já no plano das condições objectivas é mais duvidoso que assim seja.

Um dos desejos insistente das mais novas é o de ter dinheiro para delegar algumas das tarefas domésticas e obter apoio nos cuidados com os filhos. Isso pode traduzir a vontade de reproduzir um modelo — em casa dos ascendentes, ou com o grupo de referência, era assim que as coisas funcionavam, já que as empregadas faziam o essencial — que, hoje em dia, será mais difícil pôr em prática, devido ao preço elevado deste tipo de trabalho. Embora com maior margem de manobra no campo da imagem de mulher e no da afirmação dos seus desejos enquanto indivíduo, certas condições objectivas dificultam ainda, assim, a concretização desses projectos.

Outro factor negativo para a elaboração e a concretização de projectos

profissionais é a maior instabilidade profissional, que atinge particularmente as mulheres: várias entrevistadas em profissões como professoras ou arquitectas, ainda não tinham situações completamente estáveis. Sabe-se que esta era uma situação, nas mesmas profissões, altamente improvável nos anos 60.

Se olharmos para as diferentes gerações, tendo agora em conta os homens "associativos", nota-se uma linha de continuidade nítida dos mais velhos para os mais novos, persistindo algum afastamento em relação às responsabilidades familiares e domésticas no plano da gestão e da execução. Apenas algum desvio positivo se observa no tempo ocupado com os cuidados com os filhos e na maior abertura global aos interesses da família, por parte dos mais jovens.

O afastamento relativo dos homens em relação às responsabilidades familiares, além de parecer inscrito num sistema de disposições masculinas que *naturaliza* certas opções, traduzidas, por exemplo, na facilidade com que se definem projectos personalizados, também é produzido e alimentado por constrangimentos externos. Os tais que se impõem à vontade dos indivíduos e que se geram na esfera profissional através de um sistema de expectativas. Não só os homens que têm carreira, ou estão a construí-la, muitas vezes acham *natural* em certas fases amortecer o seu investimento na família, como mesmo que não o pensem ou desejem, há quem espere deles essa atitude e ela é-lhes simplesmente imposta.

Assim, apesar dos progressos verificados nas gerações mais novas, que no plano dos valores e das representações são inegáveis sobretudo no que toca ao envolvimento paternal nos cuidados com os filhos, a verdade é que outras forças e constrangimentos acabam por ditar as suas regras. Enquanto para a lógica de quem emprega homens e mulheres não forem pessoas com família, enquanto de forma mais genérica não se levarem à prática as medidas implicadas na ideia de uma mulher-indivíduo contra a ideia de uma mulher-natureza, a verdadeira igualdade de oportunidades entre os sexos no casamento ou fora dele, ideia que tem apesar de tudo progredido de forma que parece irreversível, será de concretização lenta e difícil.

CONCLUSÕES

Faz sentido agora sintetizar em linhas gerais as principais conclusões sobre as temáticas da conjugalidade abordadas neste livro. Procura-se dar resposta, no essencial, a quatro grandes questões. Que imagem e que representações têm os portugueses sobre o casamento? Como se diferenciam as suas formas de conjugalidade e os tipos de centramento nas várias dimensões da vida? Que dinâmicas introduz o factor tempo na lógica conjugal, isto é, quais são os tempos da conjugalidade? Como se distinguem as mulheres dos homens nos equilíbrios e desequilíbrios da vida conjugal?

Como os clássicos da sociologia já vinham indicando desde os finais do século XIX, as principais tendências de evolução da família e do casamento ao longo do século seguinte viriam a caracterizar-se pela afirmação da livre escolha do cônjuge como condição necessária de êxito do casamento, pela acentuada conjugalização da família, pela democratização das relações entre os cônjuges e pela maior proximidade nas relações entre pais e filhos. Tais traços caracterizadores do casamento tornaram-se mais visíveis a partir dos anos 50 e 60.

A afirmação destas tendências, muito embora relacionada com diversos factores de recomposição socioeconómica, esteve também directamente relacionada com a chamada questão feminina, ou seja, com o processo que se propôs designar de passagem da realidade de uma mulher-natureza à de uma mulher-indivíduo. Na verdade, só com a suposição, ao menos no plano ideológico, de uma mulher autónoma e não dependente, para a sobrevivência económica, do parceiro conjugal, se pode pensar na verdadeira democracia e individualização no contexto da família.

Verificou-se na pesquisa realizada a afirmação clara dos traços indicados. Concluiu-se, igualmente, que a conjugalização não significa isolamento do núcleo conjugal restrito em relação às redes de relações familiares mais alargadas — como por vezes se entendeu — mas procura-se, ao nível das trocas e entrelaçada entre gerações, afirmar uma lógica valorizadora da

dimensão afectiva sobre a mera troca de serviços. Resultou também com clareza, por exemplo, que sempre que os casais com menores rendimentos coabitavam com ascendentes, por imperativos de solidariedade e poupança, a vontade de viver de forma mais autónoma e independente surgia quase sempre como meta a alcançar no futuro.

A partir dos anos 60 estas tendências acentuaram-se ainda mais. A centralidade das relações afectivas, valorizando a importância das relações familiares e conjugais para o bem-estar individual, traduziu-se, igualmente, na aceitação da procura de caminhos mais individuais. Uma das suas manifestações foi a recusa de manter a instituição do casamento sempre que as situações se mostram consistentemente insatisfatórias. A valorização dos direitos individuais implicou a perspectiva que considera a saúde da instituição familiar dependente do bem-estar de cada um dos seus participantes. O que corresponde, por seu turno, a acentuar os valores intrínsecos da relação. Claro que convivem diferentes formas de viver a conjugalidade. Mas tal diversidade não põe em causa a tendência central que é reconhecida por muitos como um ideal.

Quererá isto dizer que há uma visão excessivamente romântica do casamento? Ou será que ele é entendido como rotineiro e cinzento?

A pesquisa revelou uma imagem do casamento compósita, com múltiplos elementos. O que mostram os entrevistados e inquiridos é que para o êxito do casamento não basta solidariedade e responsabilidade, não basta amor, não basta empenhamento. É da articulação de todos estes elementos, temperando-lhes as doses em função dos referentes culturais e sociais, que se constrói a configuração específica do êxito da conjugalidade. Confirma-se que o casamento precisa também de algum sacrifício e de algum empenhamento. Pouco se valorizam, em contrapartida, as lógicas institucionais e sagradas.

Tudo se vai gerando nos próprios processos de conjugalidade, que não aparecem condenados à rotina e que dão mostras de conseguir maiores garantias de sucesso quando a partilha e a autonomia estão presentes. O que resultou, no conjunto, é uma visão simultaneamente confiante e prudente, positiva mas não cega, afectiva mas não exclusivamente romântica ou aventureira.

No plano das representações, os portugueses têm uma visão relacional, simétrica e laica do casamento, aparecendo aí forte convergência, que quase se aproxima do unanimismo. Já no que respeita aos comportamentos, eles parecem não ser inteiramente compatíveis com as afirmações ao nível das opiniões. Vejamos como.

Recordem-se, então, algumas das tendências principais. A simetria entre homens e mulheres, valor extremamente popular e partilhado, não se traduz na divisão igualitária das tarefas domésticas. O que ainda se revela mais paradoxal quando, como se viu, se sabe que as mulheres portuguesas dedicam ao trabalho profissional quase tantas horas por dia como os homens. Por

outro lado, se bem que não se atribua grande significado real ao laço formal do casamento, poucos são os portugueses que dispensam a formalização dessa união. Embora assumam posições essencialmente ritualistas e laicas perante a forma de celebração do casamento, a maioria acaba por não dispensar a realização da cerimónia religiosa, isto ainda que se tenha também verificado a progressiva descida do casamento católico nos últimos 40 anos em todo o país, e se conserve significativa diversidade de práticas, a este respeito, nas diferentes regiões de Portugal. Diz-se uma coisa e pratica-se outra? Nem tanto.

Talvez nem seja legítimo sequer dizer que se trata de ter representações modernas e ser tradicionalista na prática. Na verdade, enquanto a escolha ao nível das opiniões se organiza a partir dos valores, o fundamento da escolha e da decisão prática não radica numa opção ideológica, mas numa base pragmática. Assim, se no plano ideológico se verifica, com efeito, a defesa das versões desinstitucionalizadas, nos comportamentos o que prevalece é uma mudança de posição perante a instituição: ela passa a ser usada conforme a conveniência dos indivíduos, ao contrário do tempo em que eram os indivíduos a conformarem-se sem latitude à instituição.

E por que razão os indivíduos não só se sentem no direito de utilizar as instituições como o podem efectivamente fazer? Porque na realidade também as instituições não são avaliadas já com a antiga rigidez e o carácter imutável e intransponível. Elas também já não são o que eram. O contexto valorativo actual exerceu sobre elas um efeito de erosão, devolvendo-lhes maior maleabilidade; assim, não só as representações sobre as instituições são modernas, como os comportamentos perante elas não podem ser meramente reconduzidos aos comportamentos tradicionalistas do passado. Entre as implicações do casamento pela igreja de hoje, por exemplo, e as que existiam nos anos 60, em Portugal, há todo um abismo de diferenças.

Retomando a noção pragmática das conveniências, que dão forma aos comportamentos, vale a pena também dizer que elas envolvem um leque variado de domínios, do prático ao simbólico. Pode pensar-se pura e simplesmente em efeitos simbólicos demonstrativos, como os que estão associados à lógica estatutária perante a forma de celebração do casamento, ou em lógicas mais imediatas, como a cedência em relação à família de origem para garantir depois autonomia e maior espaço de manobra, ou ainda em ganhos de segurança e pecuniários acrescidos.

Também é verdade que, se em todos os países da União Europeia se verifica a tendência para o crescimento da coabitação prévia ao casamento ou mesmo das situações de não formalização das relações conjugais, quando se analisam mais de perto as diferentes "ofertas" legislativas e quando se relacionam essas ofertas com a incidência da coabitação nesses países, é impossível ignorar algumas relações de co-ocorrência. Isto é, em toda a parte se tende para um ajuste que relaciona contextos culturais específicos com legislação

existente e práticas perante a coabitação ou a forma de celebração do casamento. Em França, por exemplo, a coabitação prévia ao casamento é uma prática muito comum, mas isto não significa recusa da instituição, já que a grande maioria acaba casando pela igreja. A dimensão pragmática dos comportamentos neste plano é, assim, muito generalizada.

As tendências de evolução do casamento e da conjugalidade ao longo do século XX e até ao século XXI não se traduzem na existência de uma lógica homogénea quanto às expectativas ou às modalidades de encarar e de viver as experiências conjugais. Reconhecer que se tende numa determinada direcção e que, para um conjunto cada vez mais significativo da população das chamadas sociedades desenvolvidas, o que passa a ser mais marcante são os sentimentos, não significa de forma alguma a eliminação da diversidade de lógicas simbólicas e práticas em jogo na família e no casamento.

Vejamos então o que se concluiu a propósito das diversas formas de conjugalidade. Identificaram-se, sempre de forma aproximativa e tendencial, três formas: a institucional, a fusional, a associativa. O esquematismo das linhas que se seguem é certamente incapaz de dar conta das opções e das lógicas individuais, que são sempre muito mais matizadas e ricas. Espera-se, contudo, que esses contornos tenham ficado mais nítidos a partir da leitura do capítulo 3.

Os *institucionais* tendem a afirmar a relevância do casamento como instituição, devendo ele manter-se independentemente do grau de satisfação dos indivíduos nele implicados. Palavras-chave são, aqui, responsabilidade, dever. Verifica-se, nesta forma de conjugalidade, a tendência para maior centramento na relação parental do que na relação conjugal. Aliás, em geral, é o desejo de ter filhos, de fundar uma família e passar ao estatuto e ao "estado" de adulto, que surge como pretexto e motivo fundamental para o casamento.

Se no caso dos homens o casamento, nesta forma de conjugalidade, está associado à ideia de perda da liberdade, no das mulheres surge mais como aquisição valorizada de estatuto. Existe clara diferenciação dos papéis sexuais — instrumental e expressivo — bem como forte assimetria entre os sexos, mesmo quando as mulheres também desempenham papel instrumental e trabalham fora de casa.

Os indivíduos que se identificaram nesta forma de conjugalidade ocupam posições específicas no espaço social, na dinâmica das gerações, e são também diferenciados a partir do sexo. Enquanto discurso sistemático e elaborado, ou "ideologia", o casamento instituição aparece, de forma frequente, protagonizado pelos homens dos sectores operários com idade superior a 40 anos. Mas também surge, mais enquanto resultante prática do que como discurso elaborado, no outro extremo da escala social e nos dois sexos, isto é, nos sectores sociais oriundos da burguesia proprietária ou da burguesia profissional. No plano das normas e representações, concluiu-se que os factores

ideológicos e os religiosos podem igualmente contribuir para configurar esta perspectiva mais institucionalizada do casamento.

Os *fusionais* assumem uma modalidade mais romântica de relação, traduzida na narrativa que fazem do seu projecto conjugal e familiar. Tendencialmente, neste contexto, os futuros cônjuges casam porque gostam um do outro. Querem estar juntos e também tornar-se adultos protagonizando o seu próprio destino. É na perspectiva da partilha romântica e do amor que surge a perspectiva de ter filhos. O projecto caracteriza-se assim como "fusionalmente" parental e conjugal, passando a constituir a aposta central que dá sentido à vida dos indivíduos. Podem existir, por outro lado, poucos domínios de investimento alternativos à família. Em termos identitários, são relativamente pouco significativos aspectos profissionais ou de lazer, o que tenderá a reforçar a aposta na esfera familiar como produtora de maiores recompensas. Esta forma de conjugalidade é talvez a mais abrangente, quanto aos contextos sociais, concentrando-se nos sectores intermédios, nas profissões técnicas e de enquadramento intermédias, mas também nos operários mais jovens.

Finalmente, como já se viu, a forma de conjugalidade *associativa* é caracterizável como uma "associação" de dois indivíduos autónomos em deveres e direitos, com vista à promoção do bem-estar conjugal e familiar. Este não pode colidir nem sacrificar a autonomia individual e os projectos de realização pessoal. Nesta forma de conjugalidade os indivíduos não esgotam o essencial da sua identidade nas dimensões familiares e conjugais, assumindo a coexistência de diversos projectos personalizados.

Tal como na forma de conjugalidade fusional, é a perspectiva romântica que funda a relação e é na sua continuidade, como consequência natural do amor conjugal, que surgem os filhos a completar esse projecto. Mas, ao contrário da lógica fusional, os indivíduos têm mais autonomia, precisamente porque não esgotam a sua definição identitária nesta dimensão da vida. Não são o nós-casal e o nós-família que se impõem aos indivíduos mas é antes o bem-estar continuado de cada um deles que garante o bem-estar do colectivo. A perenidade da relação depende assim da concretização e da reafirmação desse bem-estar afectivo e emocional. No plano da definição e do discurso ideológico, este é o modelo que mais claramente prevê a tendência para uma certa indiferenciação no desempenho de papéis entre homens e mulheres, ambos devendo assumir as responsabilidades domésticas, familiares e profissionais. Na prática da vida familiar e conjugal, contudo, tal indiferenciação fica ainda a alguma distância das preferências declaradas. São os profissionais intelectuais e científicos, que incluem profissões como professores, quadros, profissões liberais, que mais protagonizam este tipo de forma de conjugalidade.

E o que o se pode concluir sobre as dinâmicas conjugais? Como condiciona o tempo as lógicas da conjugalidade? Identificaram-se na pesquisa três tempos, correspondendo a durações de casamento diferentes — até aos dez

anos de casamento, dos onze aos vinte anos e dos vinte e um e mais anos. Ao captar tempos diversos reencontram-se também outras diferenças — as que são atribuíveis à idade e à geração. Assim, para além de procurar identificar as dinâmicas próprias da vida conjugal, as comparações entre casais permitiram ainda “ouvir” diferentes vozes. Dos anos 60 aos anos 70 e aos anos 80, dos efeitos da guerra colonial sobre a conjugalidade — casa-se antes de ir à guerra ou depois? Arrisca-se a vida no jogo do mata-se ou morre-se ou sai-se para o estrangeiro? — ao tempo em que a sida faz mudar comportamentos. Vejam-se, sinteticamente, alguns dos traços fundamentais desses diferentes tempos.

Nos primeiros dez anos, o *tempo da instalação*, joga-se a fase inicial do casamento, do nascimento dos filhos, dos primeiros conflitos e embates, das exigências profissionais. São momentos decisivos de confronto entre expectativas e realidades. Processam-se adaptações — ao outro, à situação relacional — e reformulações identitárias, como as que representam o nascimento dos filhos. Desenvolvem-se ou adiam-se projectos. Estas características foram captadas quer a partir das entrevistas dos casados há menos de dez anos, quer a partir do discurso retrospectivo dos que tinham casado há mais tempo. Nessa fase são frequentes os períodos mais ou menos conflituais, fala-se de momentos de tensão, de aborrecimentos.

As expectativas diferenciadas sobre o casamento, o facto de se estar perante uma fase muito intensa — a de todos os começos — e os diferentes modos de encarar a conjugalidade contribuem para que o tempo da *instalação* seja vivido de forma diferenciada. Para uns representa estatuto, estabilidade e respeitabilidade, enquanto para outros, e sobretudo para outras, ele pode significar igualmente dificuldades, ambiguidades, sem deixar de representar uma época desafiante e prometedora.

Os casais que estão nesta fase constituíram também o grupo de entrevistados mais jovens. São os que representam o grupo com respostas mais “modernas” perante a conjugalidade. É muito mais frequente o uso de expressões como *paixão*, para definir o sentimento que se tinha pelo cônjuge no início da relação. Não se encontram, por exemplo, defensores da forma de conjugalidade institucional, aproximando-se os operários mais jovens da lógica fusional e do companheirismo romântico e não da lógica institucional que caracterizava os que se referiam ao casamento como uma responsabilidade, próxima do dever que se cumpre sem qualquer entusiasmo. Sinal de que, nas gerações mais jovens, se torna menos habitual esta modalidade de encarar o casamento, o que, aliás, é indicador dos processos de transformação e mudança social. Claro que também se pode jogar aqui, nos mais velhos, o factor desgaste da relação, que nos mais jovens pode não se fazer sentir tanto. Mas tudo leva a crer que se trata mesmo de orientações normativas que distinguem os mais jovens dos mais velhos.

No *tempo das transições*, entre os dez e os vinte anos de duração do

casamento, os filhos estão menos dependentes, já há uma memória de relação, experiência de acertos e desacertos, mudanças a serem concretizadas ou em expectativa. Na verdade, este tempo foi aquele em que mais vezes foi relatada a existência de projectos de mudança ou de transições. Eles mudavam de emprego, forçados a isso ou por sua iniciativa, elas retomavam cursos interrompidos quando os filhos eram pequenos; eles eram ameaçados com o despedimento colectivo ou encerramento da empresa, elas firmavam-se no emprego que tinham para não desorganizar a lógica familiar no futuro; elas, mesmo com empregos relativamente satisfatórios, querem mais realização pessoal e inscrevem-se em cursos superiores.

O *tempo das mudanças e transições* constitui uma espécie de entreposto, de ponto de chegada para alguns e ponto de partida para outros, em termos de mobilidade social. Nos sectores intermédios, onde podemos encontrar empregados de escritório, quadros médios e profissionais similares, foi frequente encontrar indivíduos que tinham origem operária mas que através de cursos de formação ocupavam agora lugares técnicos intermédios. Mas também se encontraram empregados de escritório e quadros médios que decidiam acabar ou encetar licenciaturas. Discutiu-se, aliás, o papel decisivo que podiam desempenhar as lógicas geradas no grupo doméstico, e o que poderíamos também designar por “cultura familiar”, como meio de concentrar esforços ou desenvolver estratégias de mobilidade social.

Efeitos cruzados da trajetória antes do casamento, das condições de existência e do género fazem-se também sentir de forma mais marcante no *tempo das transições*. Na verdade, para várias mulheres deste grupo, o casamento foi quase tão desejado como forma de “libertação” do controlo paterno do que como forma de concretizar o sentimento que tinham pelo cônjuge ou o desejo de construir uma vida em conjunto. Com efeito, as suas afirmações, que continham literalmente a palavra “libertação”, mostraram-nos como eram fortes as limitações que, nessa época, se impunham às raparigas quanto à plena vivência sexual e amorosa, mostrando que ela só era considerada legítima no caso feminino no contexto do casamento.

Com o grupo de duração dos vinte e mais anos chegamos ao *tempo da conformação ou da realização pessoal*, ao tempo da estabilização — satisfatória, insatisfatória, flutuante — da relação conjugal. Alguns projectos foram cumpridos, outros nem tanto. Certo é que a passagem do tempo, as condições objectivas anteriores e as que foram nascendo da própria relação, criaram algumas irreversibilidades. Os filhos ou estão em vias de autonomização ou já saíram de casa. Noutros planos da vida, como no profissional, também foram já traçados caminhos essenciais.

Considerando o grupo de entrevistados deste *tempo* no seu conjunto, verifica-se que as suas posições se distribuem, quer em relação à vida profissional quer em relação ao casamento, num contínuo entre dois pólos: da insatisfação conformada à realização pessoal. Mas os entrevistados também se

incluem em formas de conjugalidade diferentes e orientam os seus investimentos — na relação conjugal, na relação parental, na profissão ou no lazer — de maneira diversa.

A comparação entre o que dizem os entrevistados deste *tempo da conformação...* e o que dizem os mais novos remete-nos directamente para a problemática da mudança social e da mudança intergeracional. Nas histórias com mais densidade temporal reencontramos as profundas e rápidas transformações da sociedade portuguesa dos últimos 40 anos, a adesão esperada de uns, as perplexidades de outros. Apesar de serem notórias certas linhas de permanência entre gerações, parecem mais evidentes as linhas de fractura, sobretudo quando, a par das opiniões, se registam processos de mobilidade social ascendente de uma geração para a outra. Histórias bem ilustrativas destas dinâmicas foram analisadas no capítulo 3.

Procura-se agora dar resposta às diferenças entre homens e mulheres e conclui-se sobre os efeitos do género no casamento.

Sublinhou-se atrás que era necessário, para comparar as posições dos dois sexos, ter igualmente em conta as formas de conjugalidade, isto é, e indirectamente, as diferentes condições de existência. Com efeito, se é verdade que se observa com nitidez a existência de maior proximidade, no plano dos valores e das representações, entre os sexos, nas formas de conjugalidade *fusional e associativa*, isso não corresponde, por vezes, a maior simetria efectiva de posições e de percursos entre homens e mulheres.

Paradoxalmente, até, nos sectores em que por efeitos de trajectória essa igualdade parece, antes do casamento, quase total — nos sectores com formação universitária — é onde se verificam depois, sobretudo nos primeiros anos da conjugalidade, diferenças mais acentuadas. Só em certas condições tais diferenças podem vir a ser recuperadas noutras fases do casamento, como acontecia com algumas mulheres que retomavam no *tempo das mudanças* os seus projectos personalizados.

Para todos os efeitos verificou-se uma regularidade clara. São sempre as mulheres, em todas as durações do casamento e em todas as formas de conjugalidade, quando é caso disso, a sacrificarem os seus objectivos pessoais às responsabilidades familiares. Outra regularidade nítida, que corrobora resultados de muitos outros estudos, é que há uma relação directa entre actividade feminina no exterior e maior capacidade de decisão e negociação no casal.

Vale a pena ainda referir, a propósito do género, que as posições dos homens perante a profissão não correspondem de forma rígida aos estereótipos genericamente reconhecidos. Os homens inteiramente dedicados à carreira, que transformam a família no bastião seguro a partir do qual se afirmam pessoalmente na profissão, constituem apenas um dos subtipos encontrados e, provavelmente, dados os baixos níveis de formação da população portuguesa, pouco representativo no conjunto. Mais frequente é uma posição de

adesão menos intensa à profissão, que pode ir do conformismo ao interesse relativo. Outro subconjunto coerente, o dos operários extremamente identificados com a profissão, estará também a perder representatividade.

Predominam, assim, as posições matizadas. Mas se a profissão é pouco investida, também não é necessariamente na família que os homens tendem a empenhar-se mais. Os espaços próprios de lazer, o convívio com os amigos, podem assumir algum peso. Já com as mulheres, em contrapartida, os investimentos na família são sempre fortes e os profissionais podem ser, por razões directas e indirectas, igualmente importantes.

Para responder a mais uma das interrogações iniciais da pesquisa, no plano identitário tanto a família como o trabalho são susceptíveis de representar apostas fundamentais para as mulheres: com uma obtém-se reconhecimento como mulher, ou como modelo "adequado" de mulher, com o outro afirma-se mais a individualidade, a pessoa e os seus direitos.

Para os homens a aposta identitária no trabalho continua a ser decisiva e significa, nalguns casos, a demonstração fundamental da capacidade de sustentar a família, enquanto noutros representa uma aposta em que se joga mais a realização pessoal, a individualidade e as qualidades intrínsecas da profissão. A família traduz-se também em ganho, quer no plano da identidade pessoal, quer social. Para uns, porque representa para o exterior sinal de competência, de capacidade de assumir responsabilidades, da masculinidade "adequada". Para outros significa mais os bastidores instrumentais e afectivos que, simultaneamente, dão sentido e asseguram a projecção exterior das competências individuais.

Quanto aos homens mais jovens, finalmente, verificam-se sinais de mudança. Nas diferentes formas de conjugalidade identificadas eles estão mais disponíveis para a partilha dos cuidados com os filhos e para o empenhamento directo, isto é, não mediado pelas mulheres, na relação parental. Testemunha-se assim uma aposta masculina na paternidade de tipo diferente, aproximando-se mais da aposta identitária feminina na maternidade. Tendências do mesmo tipo são também visíveis nos movimentos de homens divorciados, que querem assumir directa e responsabilmente o papel de pais.

Outro sinal de mudança é a maior proximidade e sentido de entajuda entre homens e mulheres, quando ambos desempenham actividade profissional, o que é o caso da esmagadora maioria. Proximidade que se faz sentir, nuns casos, no sentido do respeito pelas mulheres e da compreensão da necessidade da partilha das responsabilidades familiares e, noutros casos, se traduz em culpabilização pela menor participação nas tarefas domésticas. Maior sensibilidade, portanto, para diminuir a distância entre os territórios familiares e os profissionais, para reduzir a compartimentação e a diferenciação dos lugares. Mas estes sentidos subjectivos no masculino também podem ser, por vezes, travados pelos constrangimentos exteriores, como a pressão das empresas sobre os seus jovens funcionários que, em início de carreira,

terão mais dificuldade em resistir a tais pressões. Outra forma de dizer que os efeitos de género se fazem sentir tanto sobre os homens como sobre as mulheres.

Vejamos agora o que se pôde concluir sobre a relação entre casamento e amor. Em publicação anterior desenvolveu-se análise mais extensa sobre esta relação e também sobre o que os autores clássicos e os contemporâneos da sociologia têm proposto a propósito do tema (Torres, 2001). Trata-se agora apenas de esboçar brevemente algumas tendências.

Ideia convergente num conjunto significativo de autores é a de que terá havido passagem de uma visão institucionalizada do casamento, em que o amor está secundarizado, para a perspectiva do casamento romântico, através da qual o sentimento amoroso ganha centralidade como pretexto legítimo e fundamental para a relação. Acrescenta-se depois, nos anos mais recentes, a transformação deste modelo de amor romântico, segundo a proposta que temos elaborado, em amor-construção. Cada mudança inaugura e se associa a uma perspectiva diferenciada de relação entre os sexos.

Na lógica do casamento de conveniência, as assimetrias entre homens e mulheres eram totais. Amor e erotismo estavam fora do casamento e eram para ser vividos no masculino. Estava definido igualmente que as mulheres casadas não tinham sexualidade, ou se a tivessem, para serem "adequadas", não se deviam interessar por ela.

O modelo romântico, que associa casamento e amor, redefine os papéis. Neste modelo há sobreposição entre amor, paixão, atracção física, impulso sexual, erotismo e assimetrias entre homens e mulheres. As mulheres são mais responsáveis pelo "trabalho" do amor do que os homens, na medida em que estariam especialmente vocacionadas para as emoções, a domesticidade, as relações familiares. Quando as coisas correm mal, também se pode atribuir a elas a responsabilidade desse falhanço, já que será no seu terreno, no dos sentimentos, que se desenvolvem as "artes" de saber guardar o seu par. Na pesquisa encontraram-se vários sinais desta perspectiva e a visão romântica do casamento surge frequentemente nos discursos dos entrevistados. À medida que a idade e a duração do casamento aumentam, as referências românticas ao sentimento amoroso inicial tendem porém a ceder o passo às do companheirismo e da solidariedade.

Mas há contradições inerentes ao modelo romântico. Por um lado, o amor é menos um estado que suspende o tempo e o espaço, assumindo mais facilmente as características de um processo. Depois do casamento é que tudo verdadeiramente começa. E sendo assim, se a escolha amorosa é condição necessária ao casamento, ela não é suficiente. Fundamental é que o amor persista ao longo da relação. O aumento dos divórcios depois dos anos 60 liga-se, pelo seu lado, às novas expectativas e às novas representações sobre o casamento. A relação conjugal continua a revelar todo o seu poder atractivo,

reparador, regenerador, e até transcendente como promessa, mas é preciso que o amor persista ao longo da relação.

Chega-se assim ao modelo do amor-construção. Frequente nos discursos dos mais jovens, esta perspectiva caracteriza-se por ter logo à partida em conta que, se o amor e a paixão foram o pretexto inicial para o casamento, rapidamente eles se vão transformando num sentimento mais estável, mais "construído". Descobriram-se aspectos novos e até outros sentimentos — a forma como ele se preocupa com a criança, a descoberta dela no papel de mãe — ao mesmo tempo que se desidealiza o parceiro e ele cai do pedestal para se tornar mais falível, menos entusiasmante, mais previsível e, possivelmente, mais próximo. Ou, em alternativa, começam a definir-se distâncias, cristalizam-se conflitos, aumentam as tensões em torno de projectos individuais que se revelam incompatíveis. Embora menos frequentemente, encontrámos também em casais mais jovens sinais de destruição do sentimento inicial, situações conflituais de desfecho futuro incerto.

Este modelo de amor-construção implica maior paridade entre homens e mulheres, mas conserva assimetrias. Nesta contradição entre interesses que são agora reconhecidos como paritários ao nível das ideias e as práticas ainda assimétricas, residem algumas das disfuncionalidades e contradições. Mas não só. Se há muito de construído, de familiar e de rotina quotidiana, pode haver a nostalgia da espontaneidade, do imprevisível, do extraordinário. As forças centrípetas podem ser mais fracas do que as centrífugas. Perante a energia que se parece desgastar ao "construir" a relação pode instalar-se a nostalgia do amor incondicional. O que não traduz senão as contradições dos valores contemporâneos. O direito à felicidade parece ser para hoje, encontrar-se ao dobrar da esquina, ao mesmo tempo que cresce a liberdade individual. Mas também há mais risco, mais incerteza, mais ameaças.

Ao longo da pesquisa, através das histórias na primeira pessoa viajámos também pelas mudanças dos últimos 40 anos em Portugal. Ao longo dessa viagem fomos usando a perspectiva sociológica para elucidar e explicar as realidades observadas. Trabalho sempre em aberto, que deixa alguns aspectos da realidade mais claros, olha outros segundo novo ângulo, define zonas de invisibilidade e mostra mais enigmas. Procurou-se assim participar nesse infundável trabalho de ir propondo explicações para o intrigante mistério que é a vida em sociedade e a forma como os protagonistas, que somos todos nós, fazem opções, projectam o seu futuro, amam, entram em conflito e, em suma, se relacionam. É para isso que vale a pena a sociologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Ana Nunes de (1985), "Trabalho feminino e estratégias familiares", *Análise Social*, XXI (84).
- Almeida, Ana Nunes de (1986), "Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina", *Análise Social*, XXII (92-93).
- Almeida, Ana Nunes (1993), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- Almeida, Ana Nunes de, e Maria das Dores Guerreiro (1993), "A família", em Luís de França (org.), *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, IED.
- Almeida, Ana Nunes de, M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres, e K. Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais.
- Almeida, João Ferreira de, e José Madureira Pinto (1986), "Da teoria à pesquisa empírica: Problemas metodológicos gerais", em A. S. Silva e J. Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Almeida, J. Ferreira de, A. F. da Costa, e F. L. Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociológica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4.
- Almeida, J. Ferreira de (1990), *Valores e Representações Sociais: Portugal: Os próximos Vinte Anos, Vol. VII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, J. Ferreira de, A. F. da Costa, e F. L. Machado (1994), "Recomposição sócio-profissional e novos protagonismos", em António Reis (org.): *Portugal: Vinte Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Almeida, J. Ferreira de (1995), "Evoluções recentes e valores na sociedade", em E. de Sousa Ferreira e Helena Rato (orgs.), *Portugal Hoje*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração.
- Almeida, J. Ferreira de, F. L. Machado, L. Capucha, e A. C. Torres (1995), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.

- Almeida, J. Ferreira, J. M. Pais, F. L. Machado, A. C. Torres, P. A. Ferreira e J. Sedas Nunes (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Loures, Câmara Municipal de Loures, Caderno Estudos Locais.
- Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- Amâncio, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Bandeira, Mário Leston (1994), *Família, Transição Demográfica e Modernidade: O Caso Português*, dissertação de doutoramento em sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Beck, Ulrich, e Elizabeth Beck-Gernsheim (1990, 1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- Becker, Gary S. (1981), *A Treatise on the Family*, Cambridge, Harvard University Press.
- Berger, P., e H. Kellner (1964, 1975), "Marriage and the construction of reality", em M. Anderson (org.), *Sociology of the Family: Selected Readings*, Harmondsworth, Penguin Education, pp. 302-323. Texto original publicado em *Diogenes*, 1964, pp. 1-23.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre e outros (1993), *La misère du monde*, Paris, Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1998), *La Domination Masculine*, Paris, Éditions du Seuil; ed. portuguesa, *A Dominação Masculina*, 1999, Oeiras, Celta Editora.
- Bozon, Michel (1992), "Sociologie du rituel du mariage", *Population*, 2.
- Capucha, Luís, e Anália C. Torres (1986) "O fim da arte no trabalho: A escola da Mague", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1.
- Conde, Idalina, (1993) "Problemas e virtudes na defesa de biografia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13.
- Costa, Adélia (1992), *Representações Sociais de Homens e de Mulheres: Portugal 1991*, Cadernos da Condição Feminina, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, MTSS.
- Costa, António Firmino da (1986) "Pesquisa de terreno em sociologia", em J. Madureira Pinto e A. Silva (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- Dubar, Claude (1991), *La Socialisation: Construction des Identités Sociales et Professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- Estanque, Elísio, e José M. Mendes (1999), "Análise de classes e mobilidade social em Portugal: breve balanço crítico", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, (173-198).
- Ester, P., L. Halman, e R. de Moor (1994), *The Individualising Society: Value Change in Europe and North America*, Tilburg, Tilburg University Press.
- Figueiredo, Eurico (1988), *Conflito de Gerações, Conflito de Valores. Portugal: Os Próximos Vinte Anos Vol. II*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- França, Luís de (1993), "Ética e sentido da vida", em Luís de França (org.), *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, IED.

- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press; ed. portuguesa, *Modernidade e Identidade Pessoal*, 1997, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love & Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press; ed. portuguesa, *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, 1997, Oeiras, Celta Editora.
- Goode, William (1963, 1969), *Revolução Mundial e Padrões de Família*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Guerreiro, Maria das Dores (1998), *Mulheres na vida empresarial*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Cadernos Condição Feminina* n.º 49.
- Hantrais, Linda (1990), *Managing Professional and Family Life: A Comparative Study of British and French Women*, Dartmouth, Dartmouth Publishing Company.
- Harding, Stephen, e D. Phillips (1986), *Contrasting Values em Western Europe, Unity, Diversity and Change*, Londres, The McMillan Press.
- Jacobs, Menno, e outros (2000), *The Evaluation of Policies in Relation to the Division of Unpaid and Paid Work in the Netherlands*, Tilburg, University of Tilburg, WORC Report.
- Kaufmann, Jean Claude (1992), *La Trame Conjugale: Analyse du Couple par Son Linge*, Paris, Nathan.
- Kaufmann, Jean Claude (1993), *Sociologie du Couple*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Kaufmann, Jean Claude (1996), *L'Entretien Compréhensif*, Paris, Nathan Université.
- Kaufmann, Jean Claude (1977) *Le coeur à l'ouvrage. Théorie de l'action menagère*, Paris, Nathan
- Kellerhals, Jean (1987) "Types d'interaction conjugale", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kellerhals, Jean, e outros, (1982), *Mariages au Quotidien: Inégalités Sociales, Tensions Culturel et Organisation Familiale*, Lausana, Ed. Pierre Marcel Favre.
- Kellerhals, Jean, e P. Trutot (1982a) "Divorce et modèles matrimoniaux: quelques figures pour une analyse des règles d'échanges", *Revue Française de Sociologie*, XXIII.
- Kunzler, Jan (1995), "History of equal opportunities policy: the case of Germany", em Tineke, Willemsen, Gerard Frinking e Ria Vogels (orgs.), *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, Tilburg University Press.
- Leandro, Engrácia (1995), *Famílias Portugais: Projetos et Destins*, Paris, CIEMI/L'Harmattan.
- Leandro, Engrácia, e C. Leite (1996), "Identidades femininas em contexto migratório", *Dinâmicas Multiculturais: Novas Faces, Outros Olhares*, Lisboa, Edições ICS, pp: 175-189.
- Lobo, Cristina (1994), *Processos de Recomposição Familiar: Estratégias e Trajectórias nas Famílias Recompuestas*, dissertação de mestrado em sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria: Mudança Social na Região de Leiria*, Lisboa, Fragmentos.

- Luhmann, Niklas (1986), *Love as Passion: The Codification of Intimacy*, Cambridge, Polity Press.
- Machado, Fernando L., A. Firmino da Costa, e J. Ferreira de Almeida (1989), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências e especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28.
- Machado, Fernando L. (1997), "Des cultures-iles à la société-archipel: Critique de la conception multiculturaliste de la différenciation sociale et culturelle", *Revue Suisse de Sociologie*, 23 (2).
- Machado, Fernando L., e A. Firmino da Costa, (1998) "Processos de uma modernidade inacabada: Mudanças estruturais e de mobilidade social", em, J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade? Oeiras, Celta Editora*.
- Merton, Robert (1968), *Social Theory and Social Structure*, Nova Iorque, the Free Press.
- Michel, Andrée (1974), *Activité Professionnelle de la Femme et Vie Conjugale*, Paris, Éditions du CNRS.
- Michel, Andrée (1972, 1983), *Sociologia da Família e do Casamento*, Lisboa, Rés editora, (tradução s/data, 1.ª edição, 1972, 2.ª edição 1978).
- Nunes, Adérito Sedas (1973), *Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais*, Lisboa, GIS.
- Osmond, Marie Withers (1987), "Radical-critical theories", em Marvin B. Sussman Suzanne K. Steinmetz (orgs.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova Iorque, Plenum Press.
- Pais, J. Machado (1985), "Família, sexualidade, religião", *Análise Social*, 86, XXI, 2.
- Pais, J. Machado, e outros (1998), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Parsons, Talcott (1949, 1971) "A estrutura social da família", em Ruth Ashen (org.) *A família sua função social e destino*, Lisboa, Edições Meridiano.
- Paz, Octávio (1995), *A Chama Dupla Amor e Erotismo*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Pinto, José Madureira (1985), "Questões de metodologia sociológica (III)", *Cadernos de Ciências Sociais*, 3.
- Pinto, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção social de identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 217-231.
- Rocha, Gilberta, O. Medeiros, L. Tomás, A. Madeira, e A. Borralho (1999), *A Situação das Mulheres nos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Centro de Estudos Sociais.
- Schwartz, Olivier (1990), *Le Monde Privé des Ouvriers: Hommes et Femmes du Nord*, Paris, PUF.
- Segalen, Martine (1998), *Rites et Rituels Contemporains*, Paris, Nathan Université.
- Simmel, Georg (1917, 1964), "Sociability" em Kurt Wolff (org.), *The Sociology of George Simmel*, Glencoe, Illinois, The Free Press of Glencoe.
- Singly, François de (1987), *Fortune et Infortune de la Femme Mariée: Sociologie de la Vie Conjugale*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Singly, François de (1987a), "Théorie critique de l'homogamie", *L'Année Sociologique*, 37.

- Torres, Anália Cardoso (1987), "Amores e desamores: para uma análise sociológica das relações afectivas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 3.
- Torres, Anália Cardoso (1996), *Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (1996a), "Os jovens e a família", "Os jovens e a profissão", em J. Ferreira de Almeida e outros, *Jovens de Hoje e de Aqui*, Loures, Departamento Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Loures.
- Torres, Anália Cardoso (1996b), "Casamento em Portugal: entre o sim e o porque não?", em Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Torres, Anália Cardoso (1997), "Casar por que não? Práticas e perspectivas de jovens portugueses sobre o casamento e a família", em *Jovens em Mudança*, Actas do Congresso Internacional *Growing up Between Centre and Periphery*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Torres, Anália Cardoso, e F. Vieira da Silva (1998), "Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, (9-65).
- Torres, Anália, e outros, (2000), *Homens e Mulheres: entre Família e Trabalho*, Lisboa, CIES, Relatório para a Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT).
- Torres, Anália Cardoso (2000), *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade: Assimetrias Sociais e de Género no Casamento*, dissertação de doutoramento em sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Torres, Anália Cardoso (2001), *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Vasconcelos, Pedro (1998), "Vida familiar", em *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Wall, Karin (1998), *Famílias no Campo: Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

ANEXO 1

Nota metodológica

Complementam-se aqui especificações metodológicas que foram definidas em linhas gerais no capítulo 1. Numa fase inicial, o sentido das pistas de investigação dirigia-a, no essencial, para o uso de técnicas qualitativas, tendo sido então a entrevista em profundidade o meio privilegiado de recolha de informação. Em fase posterior, recorreu-se também à técnica do inquérito por questionário, o que tornou possível, ao recolher informação extensiva, alargar o âmbito dos resultados a populações mais vastas e enquadrar melhor a informação obtida a partir das técnicas qualitativas. Também se alargou o âmbito da problematização teórica e empírica, na medida em que se formularam novas questões e se procurou responder a outras perguntas.

No que respeita às entrevistas, realizaram-se cerca de 70 a casais com filhos residentes na área metropolitana de Lisboa, de várias classes sociais, idades e durações de casamento. Essas entrevistas foram efectuadas isoladamente a cada membro do casal e dizem respeito a indivíduos que nunca se separaram ou divorciaram.

Do conjunto das realizadas seleccionaram-se 65 para uma análise exaustiva, enquanto as restantes desempenharam apenas papel exploratório inicial, permitindo afinar o guião, mas não cumpriram os requisitos necessários para serem globalmente incluídas no conjunto explorável em profundidade.

Os 65 entrevistados deram-nos informação sobre 34 casais. Apesar de terem sido entrevistados os dois membros desses 34 casais, o que perfazia o número de 68 entrevistados, a gravação de três entrevistas, por questões técnicas, perdeu-se.

Tendo em conta a variável duração do casamento, 13 casais estavam no grupo dos casados há menos de dez anos, 10 incluíam-se no grupo dos casados entre os onze e os vinte anos de casamento e 11 tinham mais de vinte anos de duração. Quanto à classe social dos grupos domésticos, 10 eram operários (operários industriais e operários pluriactivos), 4 pertenciam à pequena burguesia de execução (PBE), 5 à pequena burguesia técnica e de enquadramento

intermédia (PBTEI), 11 à pequena burguesia intelectual e científica (PBIC), 2 à burguesia dirigente e 2 à burguesia profissional. Seguiram-se os critérios de classificação, como foi referido no capítulo 3, propostos pela equipa constituída por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado em diversas publicações referenciadas na bibliografia final. A especificidade da situação de pesquisa impôs, logicamente, algumas adaptações.

Assim, reorganizou-se a classificação indicada em três grandes grupos, já que não se tratava de um trabalho de natureza quantitativa e o número de casos, para algumas das situações de classe dos grupos domésticos, era muito reduzido. Identificámos um primeiro grupo onde foram incluídos os grupos domésticos operários, ou seja, aqueles em que os dois membros do casal eram operários ou em que um deles era operário e o outro era, por exemplo, dos sectores da pequena burguesia de execução mais desqualificados e desprovidos de capital escolar, onde se incluem profissões como serventes de limpeza, empregadas domésticas, serviços pessoais com pouca ou reduzida qualificação.

Num segundo grupo, que foi classificado como o dos sectores intermédios, incluíram-se os casais em que os dois membros ou um deles se enquadrava na pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia e/ou nos sectores da pequena burguesia de execução desempenhando profissões em sectores administrativos. Possuíam mais capital escolar do que os referidos acima. Na verdade, pareceu absolutamente fundamental estabelecer esta distinção interna à pequena burguesia de execução, pois há grandes diferenças de expectativas e de práticas nos dois subgrupos indicados, aproximando-se claramente o primeiro dos sectores operários e o segundo dos sectores da pequena burguesia intermédia técnica e de enquadramento. Na análise das entrevistas, estas e outras diferenças mais subtis ficaram assinaladas e são bem visíveis.

Finalmente, num terceiro grupo incluímos os casais das chamadas profissões intelectuais e científicas, ou seja, aqueles em que, na classificação de classe utilizada, os dois membros do casal ou apenas um deles pertencia à pequena burguesia intelectual e científica. Embora se tenham caracterizado os casais pertencentes à burguesia dirigente ou à burguesia profissional, quando se tratou deste último grande grupo eles foram sempre analisados de forma separada.

O guião de entrevista a que se chegou, depois de afinação em fase exploratória, tinha 114 perguntas, 106 das quais são perguntas abertas que envolvem muitas vezes mais do que uma questão (Torres, 2000).

A análise de conteúdo a que se procedeu apoiou-se em dispositivos vários (grelhas de diferente tipo), os quais, ou foram criados desde logo, ou foram sendo elaborados e ajustados nas primeiras fases da análise exploratória. As dimensões de análise escolhidas articulavam-se com as problemáticas definidas, como foi indicado atrás.

A partir do guião de entrevista, elaborou-se uma ficha de registo e transcrição de entrevista por casal. Esta ficha constitui já um primeiro nível de agregação das perguntas, mas ainda com grande especificação, e permite uma comparação directa do que é respondido pelos dois membros do casal às mesmas questões. Elaboraram-se ainda grelhas por casal e por grandes dimensões de análise. Embora se tenham construído grelhas ainda mais especificadas, elas também se adequaram de forma genérica às três grandes divisões correspondentes aos núcleos problemáticos definidos.

Numa das grelhas de análise analisava-se a trajetória até ao casamento e expectativas perante ele, o contexto de conhecimento do cônjuge, o namoro, qualidades e defeitos do cônjuge, representações sobre o casamento e as suas formas de celebração, as características do feminino e do masculino, o sentimento amoroso, entre outras. Noutra grelha centrava-se mais a atenção nas dimensões da organização interna e externa da divisão do trabalho entre os cônjuges, nas representações sobre o trabalho profissional, o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos. Finalmente, através da terceira grelha de análise visava-se captar as dimensões de interacção entre os cônjuges quanto às formas de conjugalidade e à dinâmica da relação conjugal, a partir de um conjunto de perguntas referentes a diferentes tipos de avaliação por parte dos entrevistados. Tratava-se aí, entre outros aspectos, das diferentes fases ao longo do casamento, dos momentos considerados marcantes, positivos e negativos; das mudanças de práticas e atitudes realizadas depois do casamento, com vista a captar aspectos da identidade pessoal e social; dos desejos, aspirações e expectativas de mudança nos diferentes domínios da vida pessoal e conjugal; da comunicação, dos aborrecimentos e conflitos; do suporte emocional ao desempenho parental e relação com familiares e amigos; das saídas e actividades desenvolvidas de forma individual e com o cônjuge; das representações sobre as fronteiras da relação, o espaço íntimo e o espaço do nós.

Estas grelhas de análise não se limitam ao registo da informação a partir das dimensões analíticas consideradas pertinentes, mas incluem sub-hipóteses de pesquisa e elementos de análise comparativa entre os dois membros do casal. Houve sempre a preocupação de confrontar práticas com representações, quando isso foi possível, e formularam-se, ao longo do guião, algumas perguntas de controlo.

Outros aspectos metodológicos e técnicos importantes diziam respeito ao facto de se ter decidido que seriam entrevistados os dois membros do casal separadamente, bem como ao de utilizar, no contexto da entrevista, entrevistadores do mesmo sexo dos entrevistados. Já se referiram os fundamentos dessas opções no capítulo 3.

Utilizou-se também no final do guião da entrevista constituído, no essencial, como se disse, por perguntas abertas, um pequeno conjunto de perguntas fechadas.

Construíram-se essas perguntas para concretizar dois objectivos. Por

um lado, e para um leque preciso de questões, pretendia-se comparar as respostas dos entrevistados com resultados obtidos em inquéritos por questionário, a nível nacional ou internacional, aplicados a um número expressivo de indivíduos. Esta comparação permitia, num certo sentido, colmatar limitações em termos de leitura extensiva das respostas dos entrevistados. O facto de sabermos como tinham respondido a propósito, por exemplo, do modelo de simetria na família, ou da aceitação do divórcio, populações alargadas — no todo nacional, em Lisboa ou em Loures — permitia ter uma noção da aproximação ou de desvio, pelo menos em termos de tendência central, das respostas do conjunto dos nossos entrevistados.

O facto de se terem realizado posteriormente inquéritos de natureza extensiva, que concretizaram de forma ainda muito mais directa as ambições de extensividade que estas perguntas procuravam cumprir, não as tornou, de modo algum, inúteis. Com efeito, outro dos objectivos metodológicos a atingir com a sua aplicação era o de comparar as respostas dadas pelo mesmo entrevistado a perguntas abertas e a perguntas fechadas. O objectivo foi inteiramente cumprido, como se viu no capítulo 2, onde se interpretam e discutem exactamente algumas das diferenças surgidas nos dois tipos de resposta.

Participou-se ainda no inquérito aos jovens de Loures, tendo sido aí introduzidas perguntas cujos resultados foram úteis à pesquisa. Informação mais pormenorizada sobre este questionário pode ser encontrada em Ferreira de Almeida e outros (1996). Quanto aos inquéritos na Grande Lisboa e ao nível nacional (Continente) importa desenvolver um pouco mais as suas especificações.

Foi a ligação da responsável do projecto à rede europeia *Social Policies and the Division of Paid and Unpaid Work* que sugeriu a candidatura a um concurso público para um programa de financiamento lançado pelos Ministérios da Solidariedade e da Segurança Social e da Ciência e Tecnologia, para a realização de uma investigação de curta duração (um ano). A investigação foi dirigida por mim e nela participaram como investigadores José Luís Castro, Francisco Vieira da Silva, Sofia d'Aboim Inglez e Pedro Vasconcelos. Ela desenvolveu-se no âmbito do CIES/ISCTE — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, e decorreu de Novembro de 1996 a Novembro de 1997. O inquérito por questionário foi aplicado por uma equipa do Instituto Nacional de Estatística (INE), a uma amostra estatística representativa do conjunto da população residente nos sete concelhos da Grande Lisboa: Lisboa, Amadora, Cascais, Sintra, Oeiras, Vila Franca de Xira e Loures. Inquiriram-se 493 grupos domésticos que tinham, até 31 de Março de 1997, pelo menos uma criança menor de 11 anos de idade a seu cargo.

No plano da participação da rede internacional de pesquisa a que se fez referência, este inquérito funcionou como inquérito piloto, já que o objectivo da rede era o de que, nos países em que se conseguisse financiamento específico, se realizasse um inquérito a nível nacional. Foi o que mais tarde se

conseguiu com a candidatura, através de concurso público, a um projecto Praxis promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

O questionário foi aplicado, ao longo dos meses de Abril e Maio de 1999, por uma equipa de entrevistadores da empresa contratada para o efeito (Metris: Métodos de recolha e investigação social), a uma amostra estatisticamente representativa da população residente em Portugal continental, com idades entre os 20 e os 50 anos. Foi também desenvolvido no âmbito do CIES — Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, tendo a equipa sido dirigida por mim e tendo participado Patrícia Ávila, Francisco Vieira da Silva, Teresa Líbano Monteiro, Miguel Cabrita e Filipa Henriques de Jesus.

Centrado na problemática da divisão do trabalho pago e não pago entre homens e mulheres, este questionário integra, ainda, uma série de questões que podem ser reconduzidas a dimensões relacionadas com soluções socio-educativas e de guarda das crianças, apoio a idosos, redes familiares, divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças entre homens e mulheres, relação entre vida profissional e vida familiar e posição relativamente às políticas sociais.

A amostra foi constituída por 1700 indivíduos. Os inquiridos foram seleccionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruzou as variáveis sexo, idade, instrução, actividade, região¹ e habitat/dimensão dos agregados populacionais.

O cruzamento destas variáveis procurou garantir uma distribuição proporcional da amostra em relação à população portuguesa. No entanto, por confronto com dados oficiais divulgados pelo INE, sabemos que, ao nível da escolaridade, a categoria "ensino médio e superior" se encontra ligeiramente sub-representada na amostra. Convém salientar, no entanto, que a escolaridade dos inquiridos se fixou tendo em conta os graus de ensino concluídos e não os atingidos (frequência).

Foi ainda possível detectar, ao nível da representação na amostra das diferentes categorias profissionais, uma sobre-representação de "directores e quadros dirigentes". Tendo-se definido apenas a actividade e não a profissão enquanto critério na construção da amostra, pensamos que este desvio em relação às tendências conhecidas para a população em geral se deve, sobretudo, ao facto de nesta grande categoria se incluírem, também, pequenos comerciantes com estabelecimentos abertos ao público que podem ser "alvo" mais fácil para ser seleccionado pelos entrevistadores, tornando, assim, desproporcional a representação desta categoria.

Definiram-se as localidades onde decorreu o inquérito, bem como as quotas aplicadas na selecção dos indivíduos, com base nos dados do Instituto

¹ Oito regiões Metris.

Nacional de Estatística (INE), respeitantes ao ficheiro de lugares e ao Recenseamento Geral da População (1991).

A informação foi recolhida através de entrevista directa e pessoal, na residência dos inquiridos e em total privacidade, com base no questionário elaborado pela equipa de investigação.

Os trabalhos de campo decorreram entre os dias 16 de Abril e 24 de Maio de 1999, tendo contado com a participação de um total de 70 entrevistadores. Todos os entrevistadores foram recrutados e treinados pela Metris, tendo recebido, adicionalmente, uma formação técnica específica por parte da equipa de investigação do CIES/ISCTE, adequada às especificidades deste estudo.

ANEXO 2

Quadro A.1 Evolução das taxas brutas de nupcialidade e de divórcio entre 1960 e 1999

Ano	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio
1960	7,8	0,1
1970	9,4	0,1
1981	7,8	0,7
1991	7,3	1,1
1997	6,6	1,4
1998	6,7	1,5
1999	6,9	1,8
2000	6,2	1,9

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*

Quadro A.2 Média de idade ao 1.º casamento

	1960	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000
Média de idade dos homens ao 1º casamento	26,9	26,6	25,7	25,4	25,6	26,2	26,8	27,5
Média de idade das mulheres ao 1º casamento	24,8	24,3	23,6	23,3	23,6	24,2	24,9	25,7

Fonte: INE, Serviço de Estudos sobre a População

Quadro A.3 População residente com 12 ou mais anos, segundo estado civil, sexo e grupo etário (percentagem em linha)

	Total		Solteiros		Casados		União de facto		Viúvos		Separ.+divorciados					
	Total	M%	H%	M%	HM%	H%	M%	HM%	H%	M%	HM%	H%	M%			
Portugal	100	100	30,0	27,6	57,5	60,2	55,0	2,3	2,4	2,2	7,6	2,9	11,8	2,6	1,7	3,4
De 12 a 14 anos	100	100	99,9	99,8	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
De 15 a 19 anos	100	100	96,6	94,3	2,5	0,8	4,2	0,7	0,3	1,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,3
De 20 a 24 anos	100	100	71,3	61,4	24,9	16,3	33,6	2,4	1,8	2,9	0,1	0,0	0,2	1,3	0,7	1,9
De 25 a 29 anos	100	100	32,5	39,9	60,7	54,8	66,6	3,7	3,4	3,9	0,3	0,1	0,5	2,9	1,9	3,8
De 30 a 34 anos	100	100	14,1	16,6	77,3	76,4	78,1	4,0	4,0	3,9	0,6	0,2	1,1	4,0	2,7	5,2
De 35 a 39 anos	100	100	8,3	8,7	82,6	84,2	81,1	3,8	4,0	3,5	1,0	0,3	1,7	4,3	2,9	5,7
De 40 a 44 anos	100	100	6,4	5,7	84,5	87,8	81,3	3,0	3,3	2,8	1,8	0,5	3,0	4,3	2,8	5,8
De 45 a 49 anos	100	100	5,8	4,6	84,4	88,9	80,3	2,7	3,0	2,4	3,1	0,8	5,1	4,0	2,8	5,3
De 50 a 54 anos	100	100	5,8	4,5	83,0	88,7	77,9	2,4	2,8	2,1	5,2	1,6	8,5	3,6	2,4	4,6
De 55 a 59 anos	100	100	6,1	4,6	80,5	87,9	73,9	0,4	2,6	1,9	8,2	2,7	13,0	3,1	2,1	4,0
De 60 a 64 anos	100	100	6,7	4,9	75,6	86,1	66,8	2,0	2,4	1,7	13,0	4,7	20,1	2,7	1,9	3,3
De 65 a 69 anos	100	100	7,1	4,8	69,8	83,9	58,2	1,8	2,3	1,5	19,0	7,4	28,6	2,3	1,7	2,9
De 70 a 74 anos	100	100	7,4	4,8	60,6	79,3	46,3	1,6	2,1	1,2	28,4	12,3	40,7	2,0	1,5	2,4
De 75 a 79 anos	100	100	8,0	5,1	49,0	71,2	33,8	1,3	1,9	0,9	39,9	20,4	53,2	1,9	1,4	2,1
De 80 a 84 anos	100	100	8,5	4,9	34,8	60,1	20,5	1,0	1,7	0,6	54,2	32,2	66,6	1,6	1,2	1,8
De 85 a 89 anos	100	100	9,3	5,4	21,8	46,0	11,2	0,6	1,3	0,3	66,9	46,2	76,0	1,3	1,1	1,5
De 90 a 94 anos	100	100	10,1	6,8	11,9	31,8	5,0	0,6	1,5	0,4	76,0	58,6	82,0	1,4	1,4	1,5
De 95 a 99 anos	100	100	9,3	6,7	17,4	34,0	12,1	2,2	5,0	1,4	69,3	52,4	74,7	1,8	1,9	1,8
De 100 ou +anos	100	100	22,5	33,3	7,4	19,9	3,3	0,9	2,7	0,4	67,4	42,5	75,5	1,7	1,6	1,8

Fonte: INE, Recenseamento 1991

Quadro A.4 União de facto/casados sem registo 1991 e 2001, por regiões

NUT II	1991 (%)	2001 (%)
Portugal	2,3	3,8
Continente	2,4	3,7
Norte	1,0	2,0
Centro	1,2	2,4
Lisboa e Vale do Tejo	3,7	5,5
Alentejo	4,2	4,8
Algarve	5,3	7,2
Açores	1,1	1,9
Madeira	1,6	2,5

Nota: proporção de indivíduos que declararam viver em união de facto no recenseamento de 2001.

Fontes: Estatísticas Demográficas, 1999; Recenseamento da População de 2001

Quadro A.5 Evolução do casamento católico de 1970 a 1999 (Portugal)

1970	86,6	1985	74,1
1971	85,5	1986	73,1
1972	84,4	1987	72,1
1973	82,2	1988	72,4
1974	80,9	1989	72,3
1975	80,0	1990	72,5
1976	77,9	1991	72,1
1977	76,7	1992	70,7
1978	75,9	1993	70,8
1979	75,2	1994	69,7
1980	74,7	1995	68,8
1981	74,0	1996	66,5
1982	74,2	1997	67,6
1983	75,1	1998	67,0
1984	74,2	1999	66,5

Nota: percentagem de casamentos católicos no total de casamentos realizados em cada ano

Fonte: Estatísticas Demográficas de 1970 a 1999

Quadro A.6 Casamentos católicos, por regiões entre 1988 e 1999

Casamentos NUT II	1988		1989		1990		1991		1992		1993	
	Total	Católico %	Total	Católico %	Total	Católico %	Total	Católico %	Total	Católico %	Total	Católico %
Portugal	71068	51502	72,4	7319590	52913	72,3	71654	51963	72,5	71806	51738	72,1
Continente	67392	49552	73,5	69449	50825	73,2	68012	50046	73,6	68138	49881	73,2
Norte	29041	25461	87,7	29376	25547	87,0	29636	25631	86,5	29816	25398	85,8
Grande Porto	9005	6940	76,0	9423	7138	75,8	*	*	*	9404	7102	75,5
Centro	12863	10943	82,7	12863	10405	80,9	12384	10028	81,1	12149	9759	80,3
Lisboa e Vale do Tejo	20608	10760	52,2	21694	11846	54,6	20889	11604	55,6	21308	12037	56,5
Grande Lisboa	11776	5909	50,2	12313	6485	52,5	*	*	*	12330	6702	54,4
Alentejo	2989	1714	57,3	3414	1975	57,9	3164	1789	56,5	3175	1781	56,1
Algarve	1891	974	51,5	2102	1052	50,0	1959	996	50,8	1890	906	47,9
Açores	1854	867	47,8	1835	938	51,1	1797	842	46,9	1869	777	41,6
Madeira	1852	1063	57,4	1911	1150	60,2	1845	1075	58,3	1801	1080	60,0
Casamentos												
		1994		1995		1996		1997		1998		1999
NUT II	Total	Católico %	Total	Católico %	Total	Católico %	Total	Católico %	Total	Católico %	Total	Católico %
Portugal	66003	46002	69,7	65776	45229	68,8	63672	42322	66,5	65770	44457	67,6
Continente	62424	44281	70,9	62236	43546	70,0	60089	40805	67,9	62143	42930	69,1
Norte	27084	22604	83,5	26750	22060	82,5	26498	21254	80,2	26650	21429	80,4
Grande Porto	8433	6180	73,3	8311	6139	73,9	8379	5902	70,4	8423	6064	72,0
Centro	11224	8534	76,0	10982	8281	75,4	10516	7632	72,6	10811	7630	72,4
Lisboa e Vale do Tejo	19641	10899	55,5	19970	10963	54,9	18958	10088	53,2	20082	11393	56,7
Grande Lisboa	11089	5997	54,1	11015	5948	54,0	10516	5603	53,3	11292	6200	57,1
Alentejo	2738	1454	53,1	2727	1401	51,4	2469	1102	44,6	2753	1413	51,3
Algarve	1737	790	45,5	1807	841	46,5	1628	729	44,8	1847	865	46,8
Açores	1779	882	49,6	1729	664	38,4	1752	567	32,4	1820	607	33,4
Madeira	1800	1039	57,7	1811	1019	56,3	1851	950	51,3	1807	920	50,9

Nota: * não foram apurados valores para estas regiões em 1990

Fonte: Estatísticas Demográficas de 1988 a 1999

Quadro A.7 Percentagem de casamentos católicos, por NUTS II, 1988 e 1999

NUT II	1988 (%)	1999 (%)
Portugal	72,4	66,5
Continente	73,5	68,2
Norte	87,7	78,2
Centro	82,7	71,7
Lisboa e Vale do Tejo	52,2	57,8
Alentejo	57,3	54,0
Algarve	51,5	45,7
Açores	47,8	28,2
Madeira	57,4	46,3

Quadro A.8 Percentagem de casamentos civis no total dos casamentos celebrados por NUTS III (1999)

	Total		Casamentos civis	
	N	%	N	%
Portugal	68710		23037	33,5
Continente	64935		20668	31,8
Norte	27278		5935	21,8
Minho-Lima	1784		418	23,4
Cávado	3193		691	21,6
Ave	3914		584	14,9
Grande Porto	8826		2524	28,6
Tâmega	4598		508	11,0
Entre Douro e Vouga	1937		354	18,3
Douro	1561		387	24,8
Alto Trás-os-Montes	1465		469	32,0
Centro	10905		3089	28,3
Baixo Vouga	2447		753	30,8
Baixo Mondego	2029		623	30,7
Pinhal Litoral	1587		518	32,6
Pinhal Interior Norte	764		200	26,2
Dão Lafões	1982		481	24,3
Pinhal Interior sul	222		41	18,5
Serra da Estrela	267		68	25,5
Beira Interior Norte	661		130	19,7
Beira Interior Sul	386		103	26,7
Cova da Beira	560		172	30,7
Lisboa e Vale do Tejo	21907		9240	42,2
Oeste	2571		1141	44,4
Grande Lisboa	11816		4852	41,1
Península de Setúbal	4585		2125	46,3
Médio Tejo	1453		497	34,2
Lezíria do Tejo	1482		625	42,2
Alentejo	2744		1263	46,0
Alentejo Litoral	509		273	53,6
Alto Alentejo	624		274	43,9
Alentejo Central	915		408	44,6

(continuação)			
Baixo Alentejo	696	308	44,3
Algarve	2101	2369	54,3
Regiões Autónomas	3775		62,8
Açores*	1893	1359	71,8
Madeira	1010	1010	53,7

Nota: *estes valores não correspondem necessariamente a uma menor realização do casamento católico nestas regiões mas a um problema de registo. O casamento civil tende actualmente a ser desfasado da cerimónia religiosa e a ser realizado primeiro por questões que se ligam, entre outras, com a compra de casa. Ora, é este registo que é enviado para os serviços locais do INE e não o do casamento católico que se realiza depois. Quando o casamento civil é realizado em simultâneo com o religioso, como acontece em geral no continente, é a própria paróquia da Igreja que se encarrega de enviar esse registo para os serviços competentes como ficou assente com a renegociação da Concordata em 1975.

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1999

Quadro A.9 Casamentos celebrados segundo o sexo, a idade dos cônjuges e a forma de celebração do casamento (1999)

	Total (N)	Civil (N)	%	Católica (N)	%
Total	68710	23037	33,5	45673	66,5
Homens					
Menos de 17anos	22	12	54,5	10	45,5
17-19 anos	1639	762	46,4	877	53,5
20-24 anos	20960	5798	27,7	15162	72,3
25-29 anos	26721	5995	22,4	20726	77,6
30-34 anos	10009	3561	35,6	6448	64,4
35-39 anos	3647	2132	58,5	1515	41,5
40-44 anos	1820	1433	78,7	387	21,3
45-49 anos	1129	985	87,2	144	12,8
50-54 anos	861	768	89,2	93	10,8
55-59 anos	516	460	89,1	56	10,8
60-64 anos	474	405	85,4	69	14,6
65-69 anos	367	304	82,8	63	17,2
70-74 anos	268	204	76,1	64	23,9
75 ou mais anos	277	218	78,7	59	21,3
Mulheres					
Menos de 17anos	622	331	53,2	291	46,8
17-19 anos	7052	2660	37,7	4392	62,3
20-24 anos	26210	6531	24,9	19679	75,1
25-29 anos	21836	5409	24,8	16427	75,2
30-34 anos	6457	2961	45,9	3496	54,1
35-39 anos	2647	1849	69,9	798	30,1
40-44 anos	1356	1150	84,8	206	15,2
45-49 anos	892	772	86,5	120	13,5
50-54 anos	593	535	90,2	58	9,8
55-59 anos	418	349	83,5	69	16,5
60-64 anos	257	202	78,6	55	21,4
65-69 anos	180	149	82,8	31	17,2
70-74 anos	125	97	77,6	28	22,4
75 ou mais anos	65	42	64,6	23	35,4

Fonte: *Estatísticas Demográficas*, 1999

Quadro A.10 Opinião sobre o casamento, segundo o estado civil (Nacional, 1999)

Opiniões sobre o casamento	Solteiro/a		Casado/a		Viúvo/a		Divorciado/a		Total (N=1700)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Só com o casamento é que uma relação a dois se cimenta	92	15,5	325	33,3	15	30,0	6	7,5	438	25,8
O casamento, em si mesmo, tem pouca importância. O que importa é o bom relacionamento entre duas pessoas	484	81,3	627	64,3	35	70,0	71	88,8	1217	71,6
Ns/Nr	19	3,2	23	2,4			3	3,8	45	2,6
Total	595	100,0	975	100,0	50	100,0	80	100,0	1700	100,0

Fonte: Inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver no Continente com idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos

Quadro A.11 Opiniões sobre o casamento, segundo o nível de instrução (Nacional, 1999; Grande Lisboa, 1997)

Opiniões sobre o casamento	Até ao 6º ano (%)		7º ano ao 12º ano (%)		Ensino médio/superior (%)		Total (%)	
	Cont. Lisboa	Cont. Lisboa	Cont. Lisboa	Cont. Lisboa	Cont. Lisboa	Cont. Lisboa	Cont. Lisboa	Cont. Lisboa
Só com o casamento é que uma relação a dois se cimenta	31	25	18	15	14	12	26	20
O casamento em si mesmo tem pouca importância, o que importa é o bom relacionamento entre as pessoas	67	75	79	85	83	88	72	80
Não sabe/Não responde	2	-	3	-	3	-	2	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: inquérito a uma amostra representativa de mulheres e homens a viver na Grande Lisboa com pelo menos um filho com menos de onze anos e *Inquérito, op. cit.*

Quadro A.12 Opiniões sobre o casamento dos casados, segundo a forma de celebração do casamento (Nacional, 1999)

Opiniões sobre o casamento	Igreja		Registo civil		Total (N=961)	
	N	%	N	%	N	%
Só com o casamento é que uma relação a dois se cimenta	286	36,6	39	21,9	325	33,8
O casamento em si mesmo tem pouca importância, o que importa é o bom relacionamento entre as pessoas	478	61,0	134	75,3	612	63,7
Não sabe/Não responde	19	2,4	5	2,8	24	2,5
Total	783	100,0	178	100,0	961	100,0

Fonte: *Inquérito, op. cit.*

Quadro A.13 Opiniões sobre o casamento religioso, segundo o estado civil (Nacional, 1999)

	Solteiro/a (%)	Casado/a (%)	Viúvo/a (%)	Divorciado (%)	Total (N=1700)
O casamento pela igreja é o que consagra de forma plena a união entre duas pessoas	17	29	14	6	24
O casamento pela igreja é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante	33	33	46	28	33
O casamento pela igreja acontece porque as pessoas são pressionadas pelos pais ou pelas circunstâncias	9	9	8	19	9
O casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas	37	27	30	46	31
Não sabe/Não responde	4	2	2	1	3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Inquérito, op. cit.***Quadro A.14** Posição perante a religião, segundo o sexo do inquirido (Nacional, 1999)

	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)
Agnóstico	3,3	2,0	2,6
Católico praticante	24,8	41,0	33,5
Católico não praticante	60,7	50,2	55,0
Protestante	0,8	1,4	1,1
Muçulmano	0,1	0,1	0,1
Ateu	3,4	0,3	1,8
Testemunha de Jeová	-	0,9	0,5
Outra crença	0,1	0,2	0,2
Indiferente	5,6	2,9	4,1
Ns/Nr	1,3	1,0	1,1
Total	100,0	100,0	100,0
N	791	909	1700

Fonte: *Inquérito, op. cit.***Quadro A.15** Opiniões sobre o divórcio, segundo o sexo do inquirido (Grande Lisboa, 1997)

	Masculino		Feminino		Total (N=493)	
	N	%	N	%	N	%
Mesmo que haja razões fortes para um divórcio o casamento deve manter-se para que a família não se desagregue	29	12,8	26	9,8	55	11,2
Mesmo tendo casado com a noção de que o casamento é para toda a vida e ainda que haja filhos, há problemas graves na vida do casal que podem justificar o divórcio	95	41,9	98	37,1	193	39,3
O divórcio é a melhor solução para um mau casamento	103	45,4	140	53,0	243	49,5
Total	227	100,0	264	100,0	491	100,0

Fonte: *Inquérito, op. cit.***Quadro A.16** Opiniões sobre o divórcio, segundo a idade do inquirido (Nacional, 1999)

	20 a 30 anos		31 a 40 anos		41 a 50 anos		Total (N=1700)	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mesmo que haja razões fortes para um divórcio o casamento deve manter-se para que a família não se desagregue	63	9,9	65	11,9	106	20,5	234	13,8
Mesmo tendo casado com a noção de que o casamento é para toda a vida e ainda que haja filhos, há problemas graves na vida do casal que podem justificar o divórcio	224	35,2	167	30,5	151	29,3	542	31,9
O divórcio é a melhor solução para um mau casamento	332	52,2	297	54,2	235	45,5	864	50,8
NS/NR	17	2,7	19	3,5	24	4,7	60	3,5
Total	636	100,0	548	100,0	516	100,0	1700	100,0

Fonte: *Inquérito, op. cit.***Quadro A.17** Nados-vivos fora do casamento por NUTS III, 1999

NUTS	Total de nados-vivos (N)	Nados vivos fora do casamento (N)	Nados vivos fora do casamento (%)
Portugal (Continente+ Ilhas)	115993	24186	20,9
Continente	109381	23103	21,1
Norte	43687	5570	12,7
Minho-Lima	2386	285	11,9
Cávado	5237	518	9,9
Ave	6312	485	7,7
Grande Porto	14913	2775	18,6
Tâmega	7778	496	6,4
Entre Douro e Vouga	3145	304	9,7
Douro	2109	341	16,2
Alto Trás-os-Montes	1807	366	20,3
Centro	17599	2611	14,8
Baixo Vouga	4210	677	16,1
Baixo Mondego	3195	449	14,1
Pinhal Litoral	2826	480	17,0
Pinhal Interior Norte	1269	180	14,2
Dão Lafões	3051	407	13,3
Pinhal Interior sul	307	36	11,7
Serra da Estrela	395	61	15,4
Beira Interior Norte	904	107	11,8
Beira Interior Sul	637	103	16,2
Cova da Beira	805	111	13,8

(continuação)

Lisboa e Vale do Tejo	39369	12072	30,7
Oeste	4165	873	21,0
Grande Lisboa	22389	7367	32,9
Península de Setúbal	8224	2878	35,0
Médio Tejo	2277	395	17,3
Lezíria do Tejo	2314	559	24,2
Alentejo	4660	1322	28,4
Alentejo litoral	830	313	37,7
Alto Alentejo	1116	236	21,1
Alentejo central	1578	395	25,0
Baixo Alentejo	1136	378	33,3
Algarve	4066	1528	37,6
Regiões Autónomas	6612	1083	16,4
Açores	3362	447	13,3
Madeira	3250	636	19,6

Fonte: Estatísticas Demográficas 1999

Quadro A.18 Casamentos celebrados, segundo a idade dos cônjuges, 1999

Idade dos cônjuges	Casamentos N	Homens		Mulheres	
		N	%	N	%
Total	137420	68710	100,0	68710	100,0
Menos de 17 anos	644	22	0,0	622	0,9
17-19 anos	8691	1639	2,4	7052	10,3
20-24 anos	47170	20960	30,5	26210	38,1
25-29 anos	48557	26721	38,9	21836	31,8
30-34 anos	16466	10009	14,6	6457	9,4
35-39 anos	6294	3647	5,3	2647	3,9
40-44 anos	3176	1820	2,6	1356	2,0
45-49 anos	2021	1129	1,6	892	1,3
50-54 anos	1454	861	1,3	593	0,9
55-59 anos	934	516	0,8	418	0,6
60-64 anos	731	474	0,7	257	0,4
65-69 anos	547	367	0,5	180	0,3
70-74 anos	393	268	0,4	125	0,2
75 ou mais anos	342	277	0,4	65	0,1

Fonte: Estatísticas Demográficas, 1999.

Quadro A.19 Taxas brutas de natalidade, nupcialidade e divórcio por NUTS II entre 1991 e 1999

Natalidade	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	11,8	11,7	11,5	11	10,8	11,1	11,4	11,4	11,6
Continente	11,6	11,5	11,4	10,9	10,7	11	11,3	11,2	11,5
Norte	13,3	13	12,8	12,1	11,8	12,2	12,3	12,2	12,2
Centro	10,9	10,4	10,2	10	9,7	10	10,2	10,1	10,3
Lisboa e Vale do Tejo	10,6	10,9	10,9	10,5	10,4	10,7	11,0	11,3	11,8
Alentejo	9,3	9,2	9	8,2	8,2	8,4	9,0	9,0	9,2
Algarve	11,2	11,3	11,3	10,6	10,3	10,7	11,0	11,0	11,6
Açores	16,4	15,5	15,5	15,2	14,5	14,7	14,4	14,1	13,7
Madeira	14	13,4	13,7	13	11,9	11,7	12,1	11,8	12,5
Nupcialidade	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	7,3	7,1	6,9	6,7	6,6	6,4	6,6	6,7	6,9
Continente	7,3	7	6,9	6,6	6,6	6,4	6,6	6,7	6,9
Norte	8,6	8,4	8	7,7	7,6	7,5	7,5	7,5	7,6
Centro	7,2	7	6,7	6,5	6,4	6,1	6,3	6,4	6,4
Lisboa e Vale do Tejo	6,3	6,1	6,2	5,9	6	5,7	6,1	6,2	6,6
Alentejo	5,8	5,1	5,2	5,2	5,2	4,7	5,3	5,2	5,4
Algarve	5,8	5,3	5,2	5	5,2	4,7	5,3	5,3	6,0
Açores	7,6	8,5	7,5	7,4	7,2	7,2	7,2	7,3	7,7
Madeira	7,6	7,3	7,6	7	7,2	7,2	7,0	6,9	7,2
Divórcio	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	0,9	1,3	1,2	1,4	1,2	1,3	1,4	1,5	1,8
Continente	0,9	1,2	1,2	1,3	1,2	1,4	1,4	1,5	1,8
Norte	0,6	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	1	1,1	1,4
Centro	0,7	1	0,9	1,1	1	1,1	1,2	1,3	1,5
Lisboa e Vale do Tejo	1,3	1,7	1,7	1,8	1,7	1,9	1,9	2,1	2,3
Alentejo	0,7	0,8	0,8	0,9	1	1	1	1,0	1,4
Algarve	1,1	1,6	1,5	1,8	1,7	1,9	2	2,0	2,5
Açores	1	1,2	1,1	1,1	1,3	1,1	1,2	1,2	1,8
Madeira	1,2	0,9	1	1,1	0,9	0,7	1,1	1,8	2

Nota: Taxa bruta de natalidade=nascimentos/pop. média*1000; Taxa bruta de nupcialidade=casamentos/pop.média*1000; Taxa bruta de divórcio= divórcios/pop. média*1000

Fonte: Estatísticas Demográficas de 1991 a 1999

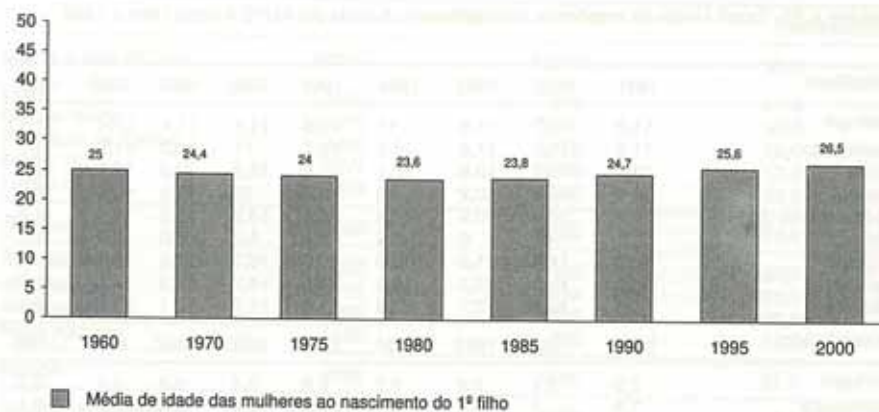


Figura A.1 Média de idade das mulheres ao nascimento do 1.º filho em Portugal, 1960-2000

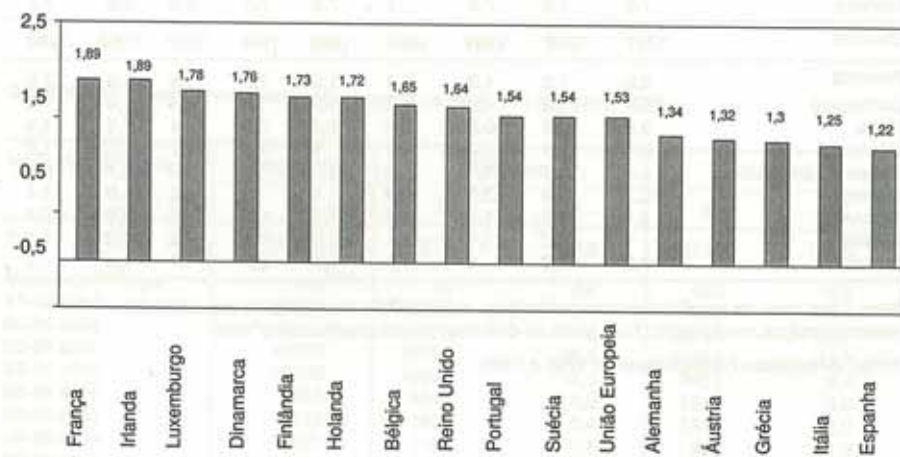


Figura A.2 Número médio de filhos por mulher em 2000, na União Europeia